
Relatório Anual • 2011

A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências

Anexo

Parte A - Caracterização e Evolução da Situação
Parte B - Respostas e Intervenções



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Anual • 2011 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências

Anexo: Parte A - Caracterização e Evolução da Situação; Parte B - Respostas e Intervenções

Autor: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. - Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais - Núcleo de Estatística / Núcleo de Publicações e Documentação

Editor: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Morada: Praça de Alvalade n.º 7, 5.º-13.º, 1700-036 Lisboa

Avenida da República n.º 61 - 1º ao 3º e do 7º ao 9º, 1050-189 Lisboa (nova morada)

Edição: 2012

Composição:

Impressão:

Depósito Legal: 252 317/06

ISSN: 1645-5630

Tiragem: 1000 exemplares

Esta informação está disponível no sítio *web* do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

<http://www.idt.pt>



Nota Prévia

O presente volume, Anexo ao Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências integra informação mais pormenorizada relativa às duas componentes do Relatório: *Parte A - Caracterização e Evolução da Situação* e *Parte B - Respostas e Intervenções*.

A *Parte A - Caracterização e Evolução da Situação*, segue a estrutura da apresentação do Relatório e contém os quadros-fonte que suportam a análise aí feita bem como quadros e gráficos adicionais, abrangendo um maior período temporal e uma maior desagregação geográfica da informação. A qualidade e harmonização da informação aqui compilada reflete o trabalho desenvolvido ao longo da última década pelos Serviços que integram o Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências (SNIDT), com vista a proporcionar um retrato da situação e da evolução do fenómeno em Portugal cada vez mais pormenorizado, fiável e comparável nos contextos nacional e internacional.

A *Parte B - Respostas e Intervenções*, integra os contributos dos diferentes organismos, tendo por base a execução do Plano de Ação Contra as Drogas e as Toxicodependências 2009-2012, sendo que, o registo das atividades desenvolvidas, sempre que possível, inscreve-se na estrutura e na “grelha” estabelecida para aquele Plano de Ação.

Dá-se um especial destaque ao PORI - *Plano Operacional de Respostas Integradas* - autonomizando-o em capítulo próprio, pela sua importância, enquanto medida estruturante ao nível da Intervenção Integrada no âmbito da Redução da Procura. Este, operacionalizado através da implementação de PRI - *Programas de Respostas Integradas* -, pressupõe uma profunda mudança de paradigma na abordagem territorial e na estratégia de intervenção.

As Equipas do Núcleo de Estatística e do Núcleo de Publicações e Documentação agradecem aos colegas de outros Núcleos e Departamentos do IDT, I.P., bem como às Equipas Técnicas dos Serviços fontes, a excelente articulação institucional e contributos para esta publicação. Estamos certos que o esforço continuado de todos os intervenientes para a disponibilização de melhor informação contribuirá para uma cidadania esclarecida.

Núcleo de Estatística do IDT, I.P.

Carla Ribeiro (Coordenação)

Catarina Guerreiro

Adélia Salgado

Helena Neto

Rosário Mendes

Anabela Bento

Núcleo de Publicações e Documentação do IDT, I.P.

Paula Graça (Coordenação)

Filipa Cunha

Irene Conduto

Liliana Ferreira

Rosa Sousa

Francisco Marques

ÍNDICE

Parte A - Caracterização e Evolução da Situação	13
Alguns Resultados de Estudos	15
Quadro 1 População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, segundo o grupo etário e género, por tipo de droga (2001 e 2007)	17
Quadro 2 População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo nos últimos 12 meses, segundo o grupo etário e género, por tipo de droga (2001 e 2007)	18
Quadro 3 População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo nos últimos 30 dias, segundo o grupo etário e género, por tipo de droga (2001 e 2007)	19
Quadro 4 População geral, Portugal (15-64 anos): taxa de continuidade do consumo, segundo o grupo etário e género, por tipo de droga (2001 e 2007)	20
Quadro 5 População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, segundo a região (NUTS II), por tipo de droga (2001 e 2007)	21
Quadro 6 População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo nos últimos 30 dias, segundo a região (NUTS II), por tipo de droga (2001 e 2007)	22
Quadro 7 População geral, Portugal (15-64 anos): taxa de continuidade do consumo, segundo a região (NUTS II), por tipo de droga (2001 e 2007)	23
Quadro 8 População escolar - HBSC/OMS (alunos do 6.º / 8.º / 10.º ano): prevalências de consumo ao longo da vida e consumos nos últimos 30 dias, por tipo de droga (2002, 2006 e 2010)	24
Quadro 9 População escolar - INME (3.º ciclo): prevalências de consumo ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias, por tipo de droga (2001, 2006 e 2011)	24
Quadro 10 População escolar - INME (secundário): prevalências de consumo ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias, por tipo de droga (2001, 2006 e 2011)	24
Quadro 11 População escolar - INME (alunos 3º ciclo e secundário): prevalências de consumo ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias, por região (NUT II) (2011)	25
Quadro 12 População escolar - ESPAD (alunos 16 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, por tipo de droga e prevalência do consumo de cannabis nos últimos 30 dias (2003, 2007 e 2011)	25
Quadro 13 População escolar - ECATD (alunos 13-18 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, por tipo de droga e prevalência do consumo de cannabis nos últimos 30 dias (2003, 2007 e 2011)	25
Quadro 14 População reclusa nacional: prevalências de consumo segundo o momento face à reclusão, por tipo de droga (2001 e 2007)	26
Quadro 15 População reclusa nacional: prevalências de consumo ao longo da vida, por género e grupo etário (2001 e 2007)	26
Quadro 16 População reclusa nacional - consumos em reclusão: prevalências de consumo ao longo da vida, nos últimos 12 meses, nos últimos 30 dias e consumo regular (2001 e 2007)	26
Quadro 17 População reclusa nacional: prevalências de consumo, por via endovenosa segundo o momento face à reclusão (2001 e 2007)	27
Quadro 18 Estimativas da prevalência de consumidores problemáticos de drogas em Portugal (2000 e 2005)	27
Quadro 19 População de condutores em geral: prevalências de substâncias psicoativas (2008 - 2009)	27
Quadro 20 População de condutores mortos em acidentes de viação: Prevalências de substâncias psicoativas (2008 e 2009)	28

Indicadores Indiretos Relacionados com o Consumo

Tratamento	29
Quadro 21 Estruturas especializadas de tratamento, segundo o ano (2003-2011)	31
Figura 1 Estruturas especializadas de tratamento, por distrito rede pública e licenciada (2011)	31
Quadro 22 Utentes em tratamento no ano, segundo o ano, por delegação regional (2003-2011)	32
Figura 2 Utentes em tratamento no ano, segundo o ano, por delegação regional (2003-2011)	32
Figura 3 Utentes em tratamento no ano, por distrito rede pública (2011)	32
Quadro 23 Utentes em unidades de desabituação e comunidades terapêuticas, na rede pública e licenciada, segundo o ano (2003-2011)	33
Quadro 24 Utentes em centros de dia, na rede pública e licenciada, segundo o ano (2003-2011)	33
Quadro 25 Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por delegação regional rede pública (2003-2011)	34
Figura 4 Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por delegação regional (2003-2011)	34
Figura 5 Utentes em primeiras consultas, por distrito rede pública (2011)	34

Quadro 26	Programas de tratamento orientados para a abstinência nos estabelecimentos prisionais, capacidade e utentes, segundo o ano, por estabelecimento prisional (2003-2011)	35
Quadro 27	Utentes em programas farmacológicos em estruturas dos estabelecimentos prisionais, segundo o ano, por tipo de programa e estabelecimento prisional situação a 31/12 de cada ano (2003-2011)	35
Quadro 28	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, segundo o ano, por delegação regional rede pública (2003-2011)	36
Figura 6	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, segundo o ano, por delegação regional (2003-2011)	36
Figura 7	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, por distrito rede pública (2011)	36
Quadro 29	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, segundo a substância administrada, por delegação regional (situação em 31/12/2011)	37
Quadro 30	Utentes na rede de administração de metadona, segundo local da toma, por delegação regional (situação em 31/12/2011)	37
Quadro 31	Consumos dos utentes nas estruturas de tratamento da rede pública e licenciada (2011)	38
Figura 8	Substância principal dos utentes em primeiras consultas, segundo o ano (2003-2011)	39
Figura 9	Consumo endovenoso nos 30 dias anteriores à primeira consulta dos novos utentes na rede pública, segundo o ano (2003-2011)	39
Quadro 32	Caracterização sociodemográfica dos utentes nas estruturas de tratamento da rede pública e licenciada (2011)	40
Quadro 33	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por grupo etário e género rede pública (2003-2011)	41
Figura 10	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por género (2003-2011)	42
Figura 11	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por grupo etário (2003-2011)	42
Quadro 34	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por estado civil (rede pública 2003-2011)	43
Quadro 35	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por situação de coabitação (rede pública 2003-2011)	43
Quadro 36	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por situação profissional (2003-2011)	43
Doenças Infecciosas	45
Quadro 37	Notificações dos casos de infeção pelo VIH: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo a classificação epidemiológica (SIDA, sintomático não-SIDA e portadores assintomáticos), por ano de diagnóstico (01/01/1983-31/12/2011)	47
Figura 12	Notificações de Casos de VIH: Associados à Toxicodependência e Não Associados à Toxicodependência, segundo o Ano de Diagnóstico (2003-2011)	47
Quadro 38	Notificações dos casos de SIDA: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o género, por grupo etário (01/01/1983-31/12/2011)	48
Quadro 39	Notificações dos casos sintomáticos Não-SIDA: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o género, por grupo etário (01/01/1983-31/12/2011)	48
Quadro 40	Notificações dos casos de portadores assintomáticos: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o género, por grupo etário (01/01/1983-31/12/2011)	49
Quadro 41	Notificações dos casos de SIDA: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, segundo o estado vital, por patologia observada à data do diagnóstico (01/01/1983-31/12/2011)	49
Quadro 42	Notificações dos casos de sintomáticos Não-SIDA: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, por categoria da doença oportunista observada à data do diagnóstico (01/01/1983-31/12/2011)	50
Quadro 43	Casos de infeção pelo VIH diagnosticados em 2011: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo a classificação epidemiológica (SIDA, sintomático Não-SIDA, e portadores assintomáticos), por ano provável de infeção (2011)	50
Quadro 44	Notificações dos casos de infeção pelo VIH: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, segundo a classificação epidemiológica (SIDA, sintomático Não-SIDA, e portadores assintomáticos), por zona geográfica de residência (01/01/1983-31/12/2011)	51
Figura 13	Notificações de casos de infeção pelo VIH associados à toxicodependência, por zona geográfica de residência (01/01/1983-31/12/2011)	51
Quadro 45	Notificações dos casos de SIDA: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, segundo o estado vital e género por zona geográfica de residência (01/01/1983-31/12/2011)	52
Quadro 46	Utentes rastreados para o VIH, segundo o ano, por tipo de estrutura (2003-2011)	53
Quadro 47	Utentes rastreados para a Hepatite B, segundo o ano, por tipo de estrutura (2003-2011)	54
Quadro 48	Utentes rastreados para a Hepatite C, segundo o ano, por tipo de estrutura (2003-2011)	55
Quadro 49	Utentes rastreados para a Tuberculose, segundo o ano, por tipo de estrutura (2003-2011)	56
Mortes	57
Quadro 50	Óbitos gerais relacionados com o consumo de drogas (2003-2011)	59
Quadro 51	Óbitos gerais relacionados com o consumo de drogas, segundo o grupo etário, por causa de morte e género (2011)	59
Figura 14	Autópsias, exames toxicológicos e resultados positivos <i>post-mortem</i> , segundo o ano (2003-2011)	60

Quadro 52	Pedidos de exames toxicológicos e resultados positivos <i>post-mortem</i> , segundo o ano, por delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal (2003-2011)	60
Quadro 53	Causa de morte dos casos com resultados toxicológicos positivos, segundo o ano, por delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal (2008-2011)	60
Quadro 54	Mortes por <i>overdose</i> , segundo o ano, por grupo etário e gênero (2008-2011)	61
Quadro 55	Mortes por <i>overdose</i> , segundo o grupo etário e gênero, por tipo de substância (2010-2011)	62
Contraordenações		63
Quadro 56	Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por distrito (2003-2011)	65
Figura 15	Distribuição dos processos de contraordenação, por distrito (2011)	65
Figura 16	Processos de contraordenação, segundo o ano (2003-2011)	66
Quadro 57	Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por mês de ocorrência (2003-2011)	66
Quadro 58	Distribuição dos processos de contraordenação, segundo a sua origem, por distrito (2011)	67
Quadro 59	Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por origem (2003-2011)	67
Quadro 60	Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o estado do processo, por distrito (2011)	68
Quadro 61	Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por estado do processo (2003-2011)	68
Figura 17	Processos de contraordenação, segundo o ano, por estado do processo (2003-2011)	69
Quadro 62	Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o tipo de decisão, por distrito (2011)	69
Quadro 63	Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por tipo de decisão (2003-2011)	70
Figura 18	Processos de contraordenação, segundo o ano, por tipo de decisão (2003-2011)	70
Quadro 64	Distribuição dos processos de contraordenação com decisão punitiva, segundo o tipo de sanção, por distrito (2011)	71
Quadro 65	Distribuição dos processos de contraordenação com decisão punitiva, segundo o ano, por tipo de sanção (2003-2011)	72
Figura 19	Processos de contraordenação com decisão punitiva, segundo o ano, por tipo de sanção (2003-2011)	72
Quadro 66	Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o tipo de droga, por distrito (2011)	73
Quadro 67	Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por tipo de droga (2003-2011)	73
Figura 20	Processos de contraordenação, segundo o ano, por tipo de droga (2003-2011)	74
Figura 21	Percentagens intradistritais de processos de contraordenação, por tipo de droga (2011)	74
Quadro 68	Distribuição dos processos de contraordenação com polidrogas, segundo as drogas envolvidas, por distrito (2011)	76
Quadro 69	Distribuição dos processos de contraordenação com polidrogas, segundo o ano, por drogas envolvidas (2003-2011)	76
Quadro 70	Indivíduos primários e reincidentes em processos de contraordenação, segundo o ano (2003-2011)	77
Quadro 71	Indivíduos reincidentes em processos de contraordenação, segundo o ano, por número de reincidências (2003-2011)	77
Figura 22	Indivíduos reincidentes em processos de contraordenação, por distrito (2011)	77
Quadro 72	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o grupo etário e gênero, por distrito (2011)	78
Quadro 73	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por grupo etário e gênero (2003-2011)	79
Figura 23	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por gênero (2003-2011)	80
Figura 24	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por grupo etário (2003-2011)	80
Quadro 74	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por país da nacionalidade (2003-2011)	81
Quadro 75	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por estado civil (2003-2011)	82
Quadro 76	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por situação de coabitação (2003-2011)	82
Quadro 77	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por nível de ensino (2003-2011)	83
Figura 25	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por nível de ensino (2003-2011)	83
Quadro 78	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por situação profissional (2003-2011)	84
Figura 26	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por situação profissional (2003-2011)	84
Quadro 79	Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por grupo profissional (2003-2011)	85

Indicadores Indiretos Relacionados com o Tráfico

Apreensões Policiais		87
Quadro 80	Droga apreendida, segundo o ano, por tipo de droga (2003-2011)	89
Quadro 81	Quantidade de heroína apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2003-2011)	90
Figura 27	Heroína: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2003-2011)	90
Quadro 82	Quantidade de cocaína apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2003-2011)	90
Figura 28	Cocaína: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2003-2011)	90
Quadro 83	Quantidade de haxixe apreendido e número de apreensões, segundo o ano (2003-2011)	91
Figura 29	Haxixe: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2003-2011)	91

Quadro 84	Quantidade de liamba apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2003-2011)	91
Figura 30	Liamba: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2003-2011)	91
Quadro 85	Quantidade de ecstasy apreendido e número de apreensões, segundo o ano (2003-2011)	92
Figura 31	Ecstasy: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2003-2011)	92
Figura 32	Quantidades de droga apreendida, por distrito e região autónoma (2011)	93
Quadro 86	Quantidade apreendida, segundo o ano, por tipo de droga (2003-2011)	94
Figura 33	Número de apreensões, segundo o ano, por tipo de droga por distrito e região autónoma (2011)	95
Quadro 87	Número de apreensões, segundo o ano, por tipo de droga e quantidade apreendida (2003-2011)	96
Quadro 88	Preço médio das drogas, segundo o ano, por tipo de droga (2003-2011)	96
Quadro 89	Droga apreendida, por país de proveniência e destino (2011)	97
Quadro 90	Presumíveis infratores, segundo o ano, por situação face à droga e género (2003-2011)	98
Figura 34	Presumíveis infratores, segundo o ano, por situação face à droga (2003-2011)	98
Figura 35	Presumíveis infratores, segundo o ano, por género (2003-2011)	98
Figura 36	Total de presumíveis infratores, por zona geográfica de ocorrência da infração (2011)	99
Figura 37	Presumíveis traficantes, por zona geográfica de ocorrência da infração (2011)	99
Figura 38	Presumíveis traficantes-consumidores, por zona geográfica de ocorrência da infração (2011)	100
Quadro 91	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por zona geográfica de ocorrência da infração (2011)	101
Quadro 92	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2011)	105
Quadro 93	Presumíveis infratores identificados na posse de polidrogas, segundo a situação face à droga, por drogas envolvidas (2011)	105
Quadro 94	Presumíveis infratores, segundo o ano, por tipo de droga (2003-2011)	106
Figura 39	Presumíveis infratores, segundo o ano, por tipo de droga (2003-2011)	106
Quadro 95	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por grupo etário (2011)	107
Quadro 96	Presumíveis infratores, segundo o ano, por grupo etário (2003-2011)	107
Figura 40	Presumíveis infratores, segundo o ano, por grupo etário (2003-2011)	107
Quadro 97	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por país da nacionalidade (2011)	108
Quadro 98	Presumíveis infratores, segundo o ano, por país da nacionalidade (2003-2011)	109
Quadro 99	Presumíveis infratores nacionais e estrangeiros, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2011)	109
Quadro 100	Presumíveis infratores, segundo o ano, por situação face à droga e nacionalidade (2003-2011)	110
Quadro 101	Presumíveis infratores, segundo situação face à droga, por estado civil (2011)	110
Quadro 102	Presumíveis infratores, segundo o ano, por estado civil (2003-2011)	110
Quadro 103	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por nível de ensino (2011)	111
Quadro 104	Presumíveis infratores, segundo o ano, por nível de ensino (2003-2011)	111
Figura 41	Presumíveis infratores, segundo o ano, por nível de ensino (2003-2011)	111
Quadro 105	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por situação profissional (2011)	112
Quadro 106	Presumíveis infratores, segundo o ano, por situação profissional (2003-2011)	112
Figura 42	Presumíveis infratores, segundo o ano, por situação profissional (2003-2011)	112
Decisões Judiciais	113
Quadro 107	Processos “findos” ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (2003-2011)	115
Figura 43	Processos “findos”, segundo o ano (2003-2011)	115
Quadro 108	Processos “findos” ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por tribunal (2003-2011)	115
Quadro 109	Indivíduos acusados, segundo a situação face à droga, por situação judicial (2011)	119
Quadro 110	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação judicial (2003-2011)	119
Figura 44	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação judicial (2003-2011)	120
Quadro 111	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação face à droga (2003-2011)	120
Figura 45	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação face à droga (2003-2011)	120
Quadro 112	Indivíduos condenados, segundo o ano (2003-2011)	121
Figura 46	Indivíduos condenados, segundo o ano (2003-2011)	121
Quadro 113	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tribunal (2003-2011)	121
Quadro 114	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação face à droga e género (2003-2011)	125
Figura 47	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação face à droga (2003-2011)	125
Figura 48	Indivíduos condenados, segundo o ano, por género (2003-2011)	125
Figura 49	Total de indivíduos condenados, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2011)	126
Figura 50	Indivíduos condenados por tráfico, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2011)	126

Figura 51	Indivíduos condenados por consumo, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2011)	127
Figura 52	Indivíduos condenados por tráfico-consumo, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2011)	127
Quadro 115	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga e género, por círculo judicial e comarca (2011)	128
Quadro 116	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por tipo de pena (2011)	131
Quadro 117	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de pena (2003-2011)	131
Quadro 118	Frequência de aplicação das disposições da Lei da Droga, segundo o ano, por normativo (2003-2011)	132
Quadro 119	Circunstâncias agravantes tidas em conta na determinação da medida da pena, segundo a situação dos infratores face à droga (2011)	133
Quadro 120	Circunstâncias atenuantes tidas em conta na determinação da medida da pena, segundo a situação dos infratores face à droga (2011)	134
Quadro 121	Crimes constantes das sentenças que fixam penas em cúmulo jurídico, segundo a situação dos infratores face à droga (2011)	135
Quadro 122	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2011)	136
Quadro 123	Indivíduos condenados por posse de polidrogas, segundo a situação face à droga, por drogas envolvidas (2011)	136
Quadro 124	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de droga (2003-2011)	137
Figura 53	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de droga (2003-2011)	137
Quadro 125	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por grupo etário (2011)	138
Quadro 126	Indivíduos condenados, segundo o ano, por grupo etário (2003-2011)	138
Figura 54	Indivíduos condenados, segundo o ano, por grupo etário (2003-2011)	138
Quadro 127	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por país da nacionalidade (2011)	139
Quadro 128	Indivíduos condenados, segundo o ano, por país da nacionalidade (2003-2011)	140
Quadro 129	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por estado civil (2011)	141
Quadro 130	Indivíduos condenados, segundo o ano, por estado civil (2003-2011)	141
Quadro 131	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por situação de coabitação (2011)	142
Quadro 132	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação de coabitação (2003-2011)	142
Quadro 133	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por nível de ensino (2011)	143
Quadro 134	Indivíduos condenados, segundo o ano, por nível de ensino (2003-2011)	143
Figura 55	Indivíduos condenados, segundo o ano, por nível de ensino (2003-2011)	143
Quadro 135	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por situação profissional (2011)	144
Quadro 136	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação profissional (2003-2011)	144
Figura 56	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação profissional (2003-2011)	144
Quadro 137	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por grupo profissional (2011)	145
Reclusões	147
Quadro 138	Total de reclusos condenados e reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (2003-2011; situação a 31/12 de cada ano)	149
Quadro 139	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por tipo de crime (2003-2011; situação a 31/12 de cada ano)	149
Figura 57	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (2003-2011; situação a 31/12 de cada ano)	149
Quadro 140	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o género e grupo etário, por tipo de crime e nacionalidade (situação em 31/12/2011)	150
Quadro 141	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por género e grupo etário (2003-2011; situação a 31/12 de cada ano)	151

Parte B – Respostas e Intervenções 153

Áreas Transversais

Coordenação 157

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. 158

Cooperação Internacional 159

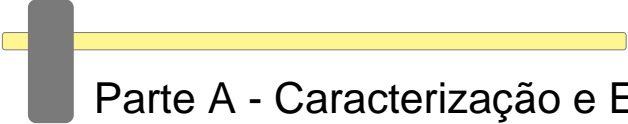
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. 167

Direcção Geral de Política Externa 169

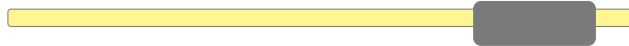
Polícia Judiciária 170

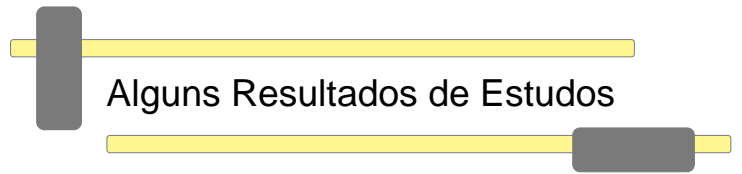
Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo 172

Informação, Investigação, Formação e Avaliação	173
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	178
Guarda Nacional Republicana	183
Polícia Judiciária	184
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	185
Áreas de Missão	
Redução da Procura	
Plano Operacional de Respostas Integradas, PORI	189
Prevenção	201
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	204
Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular	208
Guarda Nacional Republicana	209
Polícia de Segurança Pública	210
Instituto Português da Juventude, I. P.	212
Dissuasão	213
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	216
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	219
Redução de Riscos e Minimização de Danos	223
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	227
Coordenação Nacional para a Infeção VIH/SIDA	236
Direcção Geral dos Serviços Prisionais	240
Tratamento	241
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	245
Direcção Geral dos Serviços Prisionais	252
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	253
Reinserção	255
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	260
Instituto de Segurança Social, I. P.	267
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.	271
Direcção Geral de Reinserção Social	274
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	276
Direcção Geral dos Serviços Prisionais	277
Redução da Oferta	279
Polícia Judiciária	286
Guarda Nacional Republicana	290
Polícia de Segurança Pública	291
Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo	293
Direcção Geral de Autoridade Marítima	294
Serviço de Informações de Segurança	296
Dotação Orçamental do IDT, I.P.	297
Índice de Quadros - Parte B	301
Índice de Figuras - Parte B	303
Fontes	307
Referências Bibliográficas	309
Sinais Convencionais	313
Lista de Siglas e Abreviaturas	315
Definição de Termos	319



Parte A - Caracterização e Evolução da Situação





Alguns Resultados de Estudos

Quadro 1 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Segundo o Grupo Etário e Género, por Tipo de Droga (%)

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano		Pop. Total		Pop. Jovem Adulta		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		15-64		15-34		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Tipo de Droga/Género		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	7,8	12,0	12,6	17,4	12,4	15,5	12,9	19,0	7,7	14,9	2,2	6,1	0,4	1,5
	Masculino	11,7	18,6	18,2	25,6	17,5	21,2	18,7	29,0	12,1	23,9	3,7	10,7	0,6	2,9
	Feminino	4,0	5,4	7,0	9,1	7,1	9,6	7,0	8,8	3,5	6,2	0,8	1,8	0,3	0,3
Cannabis	Total	7,6	11,7	12,4	17,0	12,2	15,1	12,7	18,5	7,6	14,8	2,1	6,1	0,4	1,4
	Masculino	11,5	18,4	17,9	25,1	17,3	21,0	18,4	28,4	12,0	23,6	3,7	10,7	0,6	2,7
	Feminino	3,9	5,2	6,9	8,7	6,8	8,9	6,9	8,6	3,4	6,2	0,6	1,7	0,2	0,3
Heroína	Total	0,7	1,1	1,1	1,1	0,5	0,4	1,6	1,7	1,1	1,9	0,0	0,8	0,0	0,1
	Masculino	1,2	1,8	1,7	1,8	0,7	0,6	2,7	2,7	2,0	3,2	0,1	1,4	0,0	0,2
	Feminino	0,2	0,4	0,5	0,4	0,4	0,1	0,6	0,6	0,2	0,7	0,0	0,2	0,0	0,0
Cocaína	Total	0,9	1,9	1,3	2,8	1,1	1,4	1,5	3,8	1,3	2,6	0,2	1,0	0,0	0,1
	Masculino	1,5	3,2	2,2	4,4	1,6	1,9	2,7	6,4	2,2	4,4	0,4	1,8	0,0	0,2
	Feminino	0,3	0,7	0,4	1,1	0,5	0,9	0,4	1,2	0,4	0,8	0,0	0,2	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	0,5	0,9	0,6	1,3	0,4	0,8	0,7	1,7	0,8	0,9	0,2	0,7	0,1	0,2
	Masculino	0,7	1,5	0,9	2,2	0,5	1,4	1,1	2,7	1,3	1,3	0,3	1,4	0,0	0,4
	Feminino	0,3	0,3	0,3	0,4	0,2	0,2	0,3	0,6	0,4	0,5	0,2	0,1	0,1	0,0
Ecstasy	Total	0,7	1,3	1,4	2,6	1,8	2,1	1,0	3,0	0,4	0,7	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	1,1	2,1	2,0	4,3	2,5	2,9	1,4	5,4	0,6	1,1	0,1	0,2	0,0	0,2
	Feminino	0,3	0,4	0,7	0,8	1,0	1,2	0,5	0,6	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0
LSD	Total	0,4	0,6	0,6	0,9	0,7	0,6	0,5	1,1	0,4	0,5	0,2	0,5	0,0	0,2
	Masculino	0,7	1,1	1,0	1,6	1,0	1,0	1,0	2,1	0,7	0,8	0,4	1,0	0,0	0,5
	Feminino	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	-	0,8	-	1,4	-	1,0	-	1,8	-	0,5	-	0,2	-	0,0
	Masculino	-	1,3	-	2,3	-	1,5	-	3,0	-	1,0	-	0,4	-	0,0
	Feminino	-	0,2	-	0,5	-	0,6	-	0,6	-	0,1	-	0,1	-	0,0

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 2 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo nos Últimos 12 Meses, Segundo o Grupo Etário e Género, por Tipo de Droga (%)

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano		Pop. Total		Pop. Jovem Adulta		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		15-64		15-34		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Tipo de Droga/Género		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	3,4	3,7	6,5	7,0	8,3	7,0	4,9	7,0	2,0	3,0	0,4	0,9	0,0	0,1
	Masculino	5,6	6,5	10,1	11,7	12,1	10,9	8,3	12,4	3,5	5,5	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	1,4	1,0	2,9	2,2	4,4	3,0	1,5	1,5	0,4	0,5	0,0	0,3	0,0	0,0
Cannabis	Total	3,3	3,6	6,3	6,7	8,0	6,6	4,6	6,8	1,9	2,8	0,4	0,9	0,0	0,1
	Masculino	5,4	6,4	9,8	11,5	11,8	10,7	7,8	12,1	3,4	5,3	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	1,3	0,9	2,7	1,8	4,1	2,4	1,4	1,4	0,4	0,4	0,0	0,3	0,0	0,0
Heroína	Total	0,2	0,3	0,3	0,4	0,2	0,1	0,5	0,5	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,4	0,3	0,6	0,5	0,2	0,2	0,9	0,8	0,5	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0
Cocaína	Total	0,3	0,6	0,6	1,2	0,7	0,7	0,5	1,5	0,1	0,5	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,5	0,9	1,0	1,8	1,1	0,8	0,9	2,5	0,3	0,8	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,3	0,2	0,5	0,4	0,6	0,1	0,5	0,0	0,3	0,0	0,2	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	0,1	0,2	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,1	0,3	0,2	0,6	0,2	0,6	0,1	0,6	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ecstasy	Total	0,4	0,4	0,8	0,9	1,2	1,0	0,4	0,8	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,5	0,6	1,1	1,3	1,7	1,2	0,6	1,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,2	0,2	0,5	0,6	0,8	0,9	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
LSD	Total	0,1	0,1	0,2	0,3	0,4	0,4	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,2	0,2	0,3	0,5	0,5	0,5	0,1	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	–	0,1	–	0,3	–	0,1	–	0,5	–	0,1	–	0,0	–	0,0
	Masculino	–	0,2	–	0,4	–	0,0	–	0,8	–	0,1	–	0,0	–	0,0
	Feminino	–	0,1	–	0,2	–	0,2	–	0,2	–	0,1	–	0,0	–	0,0

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 3 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo nos Últimos 30 Dias, Segundo o Grupo Etário e Género, por Tipo de Droga (%)

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano		Pop. Total		Pop. Jovem Adulta		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		15-64		15-34		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Tipo de Droga/Género		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	2,5	2,5	4,6	4,8	5,7	4,1	3,5	5,1	1,6	1,9	0,4	0,8	0,0	0,1
	Masculino	4,2	4,6	7,6	8,3	9,0	6,9	6,2	9,4	2,8	3,5	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	0,7	0,5	1,5	1,0	2,3	1,2	0,8	0,8	0,4	0,3	0,0	0,2	0,0	0,0
Cannabis	Total	2,4	2,4	4,4	4,7	5,5	4,1	3,4	4,8	1,4	1,7	0,4	0,8	0,0	0,1
	Masculino	4,1	4,6	7,4	8,0	8,8	6,9	6,1	8,8	2,5	3,1	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	0,7	0,5	1,4	1,0	2,2	1,2	0,7	0,8	0,4	0,3	0,0	0,2	0,0	0,0
Heroína	Total	0,1	0,2	0,1	0,3	0,0	0,1	0,2	0,4	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,2	0,3	0,2	0,5	0,1	0,1	0,4	0,8	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0
Cocaína	Total	0,1	0,3	0,3	0,7	0,5	0,2	0,1	0,9	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,2	0,6	0,4	1,1	0,6	0,3	0,1	1,7	0,1	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,1	0,2	0,1	0,4	0,1	0,2	0,1	0,6	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ecstasy	Total	0,2	0,2	0,4	0,5	0,6	0,4	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,3	0,3	0,6	0,6	0,9	0,5	0,3	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,1	0,3	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
LSD	Total	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	-	0,1	-	0,2	-	0,0	-	0,3	-	0,0	-	0,0	-	0,0
	Masculino	-	0,1	-	0,2	-	0,0	-	0,4	-	0,0	-	0,0	-	0,0
	Feminino	-	0,0	-	0,1	-	0,0	-	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 4 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Taxa de Continuidade* do Consumo, Segundo o Grupo Etário e Género, por Tipo de Droga (%)

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano		Pop. Total		Pop. Jovem Adulta		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		15-64		15-34		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Tipo de Droga/Género		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	44,2	31,2	51,7	40,0	67,1	45,3	37,9	36,8	25,8	19,9	17,9	14,2	0,0	6,5
	Masculino	47,7	34,8	55,7	45,9	69,1	51,3	43,9	42,7	29,5	23,0	21,7	13,5	0,0	7,1
	Feminino	33,7	19,0	41,1	23,8	62,0	31,7	21,6	16,9	13,5	8,3	0,0	18,2	0,0	0,0
Cannabis	Total	43,2	30,5	50,3	39,4	65,6	44,0	36,4	36,5	24,8	19,1	18,5	14,3	0,0	6,9
	Masculino	46,6	34,6	54,6	45,9	67,8	51,1	42,6	42,7	27,9	22,3	21,7	13,5	0,0	7,7
	Feminino	33,2	16,7	39,7	20,3	60,0	26,8	20,0	15,8	14,0	7,1	0,0	19,0	0,0	0,0
Heroína	Total	26,0	24,0	28,2	34,6	31,3	37,5	27,8	31,9	22,6	13,5	0,0	10,5	0,0	100,0
	Masculino	30,2	19,8	33,9	31,1	36,4	28,6	33,3	31,6	24,1	11,9	0,0	0,0	0,0	100,0
	Feminino	5,9	39,1	6,7	50,0	20,0	100,0	0,0	33,3	0,0	20,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Cocaína	Total	34,1	32,2	46,4	41,4	69,7	46,9	31,4	39,8	10,8	20,3	0,0	8,3	0,0	100,0
	Masculino	33,6	28,9	45,7	39,8	65,4	40,9	34,1	39,6	12,9	17,2	0,0	0,0	0,0	100,0
	Feminino	35,0	47,6	50,0	48,1	85,7	60,0	14,3	41,2	0,0	36,4	0,0	66,7	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	13,2	20,0	19,4	29,2	30,8	44,4	8,3	23,4	8,3	4,2	16,7	0,0	0,0	50,0
	Masculino	14,0	20,7	17,9	29,1	33,3	43,8	10,5	23,1	5,3	5,9	25,0	0,0	0,0	50,0
	Feminino	16,7	16,7	11,1	30,0	25,0	50,0	0,0	25,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ecstasy	Total	53,5	32,7	59,8	35,1	69,1	50,0	43,8	25,9	9,1	11,1	0,0	0,0	0,0	100,0
	Masculino	51,4	27,3	57,8	29,1	65,0	39,4	41,7	24,7	11,1	7,1	0,0	0,0	0,0	100,0
	Feminino	64,0	57,7	69,6	66,7	80,0	76,9	50,0	37,5	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0
LSD	Total	27,8	20,5	40,5	28,3	61,9	61,5	12,5	18,8	0,0	7,1	0,0	0,0	0,0	40,0
	Masculino	23,9	20,3	34,4	28,6	56,3	54,5	12,5	20,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0	40,0
	Feminino	50,0	22,2	80,0	50,0	80,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	-	19,6	-	20,8	-	8,7	-	27,5	-	14,3	-	0,0	-	0,0
	Masculino	-	15,6	-	18,6	-	0,0	-	25,6	-	7,7	-	0,0	-	0,0
	Feminino	-	40,0	-	30,8	-	33,3	-	37,5	-	100,0	-	0,0	-	0,0

* A Taxa de Continuidade indica a proporção de indivíduos que tendo consumido uma dada substância ao longo da vida, declaram ter consumido essa mesma substância no último ano.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 5 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Segundo a Região (NUTS II*), por Tipo de Droga (%)

2001 e 2007

Região/Ano		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores		Madeira	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	População Total (15-64)	8,0	10,0	7,0	10,9	8,4	16,0	6,1	10,6	9,1	16,0	5,8	9,9	8,6	5,2
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	12,1	15,0	11,7	17,1	14,7	21,4	11,2	16,8	15,4	25,7	9,5	14,9	13,6	8,2
Cannabis	População Total (15-64)	7,9	9,8	6,7	10,7	8,3	15,7	6,1	10,2	9,1	16,0	5,7	9,2	8,6	5,2
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	11,8	14,4	11,2	16,9	14,7	20,9	11,2	16,7	15,4	25,7	9,5	13,4	13,4	8,2
Heroína	População Total (15-64)	0,8	0,5	0,5	0,8	1,0	1,6	0,4	1,9	0,3	2,7	0,5	0,7	0,6	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	1,1	0,4	1,0	1,1	1,5	1,4	0,7	2,4	1,1	4,3	1,3	0,7	1,2	0,0
Cocaína	População Total (15-64)	0,6	1,3	0,9	1,5	1,4	3,3	0,5	1,4	0,7	3,2	0,7	1,4	0,8	0,7
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,8	1,9	1,6	2,8	2,0	4,0	0,8	1,5	1,1	5,9	1,3	2,2	1,2	1,5
Anfetaminas	População Total (15-64)	0,3	0,6	0,4	0,8	0,8	1,4	0,4	0,7	0,6	1,9	0,9	1,4	0,8	0,3
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,2	1,1	0,6	1,3	0,9	1,8	0,5	0,9	1,0	1,1	1,7	2,2	1,1	0,7
Ecstasy	População Total (15-64)	0,6	1,0	0,5	1,2	1,0	1,8	0,3	0,7	0,8	2,1	0,5	0,0	1,3	0,3
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	1,1	2,3	1,1	2,8	2,0	3,2	0,7	1,5	1,8	5,3	1,0	0,0	2,7	0,7
LSD	População Total (15-64)	0,2	0,5	0,4	0,4	0,7	1,1	0,3	0,7	0,3	0,8	0,0	0,0	0,6	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,2	0,8	0,7	0,7	0,9	1,3	0,8	1,2	0,8	1,6	0,0	0,0	1,3	0,0
Cogumelos Mágicos	População Total (15-64)	-	0,6	-	0,8	-	1,0	-	0,6	-	1,3	-	0,0	-	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	-	1,2	-	1,8	-	1,8	-	0,6	-	2,7	-	0,0	-	0,0

* Segundo a classificação por NUTS de 2002.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 6 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo nos Últimos 30 Dias, Segundo a Região (NUTS II*), por Tipo de Droga (%)
2001 e 2007

Região/Ano		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores		Madeira	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	População Total (15-64)	2,7	1,5	1,7	2,4	2,8	3,9	1,7	2,0	2,7	6,1	1,3	1,4	4,4	1,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	4,7	2,7	3,2	5,0	5,8	6,6	3,4	4,5	4,3	12,3	2,6	3,0	7,8	2,2
Cannabis	População Total (15-64)	2,6	1,5	1,6	2,2	2,7	3,7	1,7	1,9	2,7	5,9	1,3	1,4	4,1	1,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	4,6	2,6	2,9	4,6	5,7	6,6	3,4	4,2	4,3	12,3	2,6	3,0	7,2	2,2
Heroína	População Total (15-64)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,5	0,2	1,1	0,0	0,0	0,2	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1	0,0	0,9	0,4	1,6	0,0	0,0	0,4	0,0
Cocaína	População Total (15-64)	0,0	0,2	0,1	0,3	0,3	0,5	0,0	0,2	0,0	0,8	0,3	0,0	0,3	0,3
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,1	0,4	0,3	0,8	0,6	0,5	0,0	0,6	0,0	2,1	0,6	0,0	0,6	0,7
Anfetaminas	População Total (15-64)	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,0	0,1	0,0	0,2	0,3	0,5	0,0	0,3	0,0	0,5	0,0	0,0	0,3	0,0
Ecstasy	População Total (15-64)	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,0	0,2	0,3	0,0	0,2	0,0	0,6	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,5	0,0	0,6	0,7	0,0	0,4	0,0	1,2	0,0
LSD	População Total (15-64)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,3	0,0	0,3	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	População Total (15-64)	–	0,0	–	0,0	–	0,1	–	0,1	–	0,2	–	0,0	–	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	–	0,1	–	0,1	–	0,3	–	0,3	–	0,5	–	0,0	–	0,0

* Segundo a classificação por NUTS de 2002.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: DMFRI - NE

Quadro 7 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Taxa de Continuidade* do Consumo, Segundo a Região (NUTS II), por Tipo de Droga (%)**

2001 e 2007

Região/Ano		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores		Madeira	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	População Total (15-64)	44,5	34,7	42,2	40,1	45,1	43,2	35,5	33,9	47,3	64,6	43,1	35,0	57,0	45,5
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	52,1	34,7	50,6	40,4	52,2	43,5	39,6	32,5	53,2	63,8	54,7	30,0	64,7	40,0
Cannabis	População Total (15-64)	43,8	34,2	41,0	39,1	44,1	41,3	33,9	32,1	47,3	62,5	43,9	38,9	53,5	45,5
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	51,7	34,0	48,7	39,6	50,9	42,1	37,5	32,5	53,2	63,4	54,7	33,1	61,2	40,0
Heroína	População Total (15-64)	17,1	87,5	25,0	25,0	28,9	16,7	0,0	37,5	66,7	50,0	100,0	0,0	66,7	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	22,2	100,0	28,6	27,3	26,1	14,3	0,0	42,9	50,0	51,2	100,0	0,0	100,0	0,0
Cocaína	População Total (15-64)	19,4	55,6	32,1	45,2	43,4	23,1	20,0	80,0	28,6	54,5	42,9	33,3	75,0	50,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	30,0	57,9	36,4	44,8	62,5	22,5	25,0	80,0	36,4	54,2	46,2	53,3	100,0	53,3
Anfetaminas	População Total (15-64)	0,0	33,3	27,3	35,7	13,3	26,1	25,0	33,3	33,3	50,0	0,0	0,0	12,5	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,0	27,3	11,1	38,5	28,6	29,4	0,0	33,3	40,0	44,5	0,0	0,0	27,3	0,0
Ecstasy	População Total (15-64)	45,5	31,0	76,5	25,8	55,6	61,5	33,3	60,0	37,5	40,0	40,0	0,0	46,2	100,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	57,7	30,4	86,7	24,1	59,4	40,6	33,3	40,0	38,9	40,7	40,0	0,0	51,9	100,0
LSD	População Total (15-64)	36,4	26,7	45,5	37,5	16,7	29,4	33,3	50,0	66,7	33,3	0,0	0,0	16,7	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	66,7	25,0	50,0	42,9	28,6	30,8	33,3	33,3	50,0	31,3	0,0	0,0	23,1	0,0
Cogumelos Mágicos	População Total (15-64)	–	9,1	–	25,0	–	26,1	–	40,0	–	20,0	–	0,0	–	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	–	9,1	–	26,3	–	27,8	–	100,0	–	18,5	–	0,0	–	0,0

*A Taxa de Continuidade indica a proporção de indivíduos que tendo consumido uma dada substância ao longo da vida, declaram ter consumido essa mesma substância no último ano.

** Segundo a classificação por NUTS de 2002.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.: DMFRI - NE

Quadro 8 - População Escolar - HBSC/OMS (alunos do 6.º / 8.º / 10.º ano): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida e Consumos nos Últimos 30 Dias, por Tipo de Droga (%)

2002, 2006 e 2010

Tipo de Droga	Ano		
	2002	2006	2010
Consumo ao Longo da Vida			
Cannabis	9,2	8,2	8,8
Heroína	1,2	1,4	1,4
Cocaína	1,7	1,6	1,9
Estimulantes	3,5	3,5	3,4
Ecstasy	2,2	1,6	1,8
LSD	1,7	1,8	2,0
Consumo nos Últimos 30 Dias			
Sim	6,6	4,5	6,1

Fonte: Matos et al., 2003; Matos et al., 2006; Matos et al., 2010 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: DMFRI - NE

Quadro 9 - População Escolar - INME (3.º Ciclo): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Últimos 12 Meses e Últimos 30 Dias, por Tipo de Droga (%)

2001, 2006 e 2011

Tipo de Droga	Prevalências								
	Ao Longo da Vida			Últimos 12 Meses			Últimos 30 Dias		
	2001	2006	2011	2001	2006	2011	2001	2006	2011
Qualquer Droga	14,2	8,4	10,3	9,8	5,7	8,7	6,0	4,0	6,2
Cannabis	10,4	6,6	8,6	8,3	4,6	7,5	4,7	3,3	5,3
Qualquer Droga s/ Cannabis	7,9	3,9	3,9	4,7	2,5	3,1	2,8	1,8	2,2
Heroína	3,4	1,7	1,4	1,8	1,2	1,1	1,3	0,9	0,8
Cocaína	4,4	2,1	1,9	2,0	1,4	1,6	1,6	1,1	1,2
Anfetaminas	3,3	1,8	1,6	2,5	1,3	1,3	1,1	1,0	1,0
Ecstasy	4,1	2,1	1,9	3,1	1,4	1,5	1,5	1,0	1,2
LSD	2,7	1,6	1,4	2,0	1,1	1,1	1,0	0,8	0,8
Cogumelos Mágicos	2,7	1,5	1,4	2,2	1,1	1,2	1,0	0,8	0,9

Fonte: Feijão & Lavado, 2002a; Feijão, 2008a; Feijão, 2012a / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 10 - População Escolar - INME (Secundário): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Últimos 12 Meses e Últimos 30 Dias, por Tipo de Droga (%)

2001, 2006 e 2011

Tipo de Droga	Prevalências								
	Ao Longo da Vida			Últimos 12 Meses			Últimos 30 Dias		
	2001	2006	2011	2001	2006	2011	2001	2006	2011
Qualquer Droga	27,9	19,9	29,4	21,7	15,4	24,4	12,1	9,3	16,4
Cannabis	25,6	18,7	28,2	20,2	14,5	23,4	11,1	8,9	15,9
Qualquer Droga s/ Cannabis	8,3	4,3	5,5	5,4	3,1	4,1	2,5	1,6	2,3
Heroína	2,2	1,2	1,2	1,1	0,9	0,9	0,6	0,6	0,6
Cocaína	3,6	1,7	2,2	1,7	1,3	1,7	0,9	0,9	1,0
Anfetaminas	3,5	2,0	2,9	2,4	1,6	2,3	0,9	1,0	1,3
Ecstasy	4,6	2,1	2,0	3,6	1,5	1,6	1,5	0,9	1,3
LSD	3,1	1,6	2,3	2,2	1,2	1,8	0,7	0,8	1,0
Cogumelos Mágicos	2,5	1,6	1,9	1,8	1,2	1,5	0,7	0,7	0,9

Fonte: Feijão & Lavado, 2002b; Feijão, 2008b; Feijão, 2012b / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 11 - População Escolar - INME (3.º Ciclo e Secundário): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Últimos 12 Meses e Últimos 30 Dias, por Região (NUTII) (%)

2011

Região	Prevalências					
	3.º Ciclo			Secundário		
	Longo da Vida	Últimos 12 Meses	Últimos 30 Dias	Longo da Vida	Últimos 12 Meses	Últimos 30 Dias
Portugal	10,3	8,7	6,2	29,4	24,4	16,4
Norte	9,0	7,6	5,4	26,8	22,4	15,4
Centro	9,2	8,0	5,9	28,7	23,7	15,7
Lisboa e Vale do Tejo	11,2	9,6	6,7	33,4	27,8	19,0
Alentejo	12,1	10,3	7,0	31,8	25,4	15,5
Algarve	13,4	10,7	7,1	33,5	28,2	18,8
Açores	14,7	12,5	9,1	31,1	25,1	15,9
Madeira	11,3	9,7	6,9	20,6	16,4	10,0

Fonte: Feijão, 2012a; Feijão, 2012b / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 12 - População Escolar - ESPAD (alunos 16 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, por Tipo de Droga e Prevalência do Consumo de Cannabis nos Últimos 30 Dias (%)

2003, 2007 e 2011

Tipo de Droga	Ano	2003	2007	2011
	Consumo ao Longo da Vida			
Qualquer Droga		18	14	19
Cannabis		15	13	16
Qualquer Droga s/ Cannabis		7	6	8
Heroína		2	2	2
Cocaína		3	2	3
Anfetaminas		3	2	3
Ecstasy		4	2	3
Cogumelos Alucinogénios		3	2	3
LSD ou Outros Alucinogénios		2	1	3
Consumo nos Últimos 30 Dias				
Cannabis		8	6	9

Fonte: Hibell et al., 2004; Hibell et al., 2009; Hibell et al., 2012 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 13 - População Escolar - ECATD (alunos 13-18 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, por Tipo de Droga e Prevalência do Consumo de Cannabis nos Últimos 30 Dias (%)

2003, 2007 e 2011

Tipo de Droga	Idade/Ano																	
	13 anos			14 anos			15 anos			16 anos			17 anos			18 anos		
	2003	2007	2011	2003	2007	2011	2003	2007	2011	2003	2007	2011	2003	2007	2011	2003	2007	2011
Consumo ao Longo da Vida																		
Qualquer Droga	4,6	3,6	4,4	8,6	6,4	8,4	13,6	10,1	12,3	20,0	16,0	21,3	25,3	21,4	26,5	30,2	27,3	31,2
Cannabis	2,3	2,3	2,3	6,5	4,8	5,6	11,0	8,3	10,1	17,3	14,1	19,1	23,6	19,6	24,4	29,1	26,1	29,7
Heroína	0,8	1,1	1,0	2,2	1,4	1,7	1,7	1,8	2,5	1,4	2,3	2,1	1,0	2,5	2,0	0,8	2,0	1,7
Cocaína	1,5	1,6	1,8	2,4	2,5	2,3	2,4	3,3	3,3	2,5	3,3	2,8	1,6	3,9	2,6	1,4	3,8	2,4
Anfetaminas	2,2	1,1	1,1	2,4	2,2	2,3	3,0	2,5	2,5	2,6	2,5	3,5	2,4	3,3	3,0	1,5	3,3	3,4
Ecstasy	1,5	0,9	1,1	3,1	1,5	1,7	2,5	2,5	2,7	3,7	2,3	3,0	3,5	3,3	2,7	4,3	4,0	2,9
LSD	0,6	0,8	0,9	1,6	1,3	1,6	1,3	1,5	2,6	1,9	1,3	3,0	2,2	2,5	2,8	2,0	2,5	2,9
Cogumelos Alucinogénios	0,6	0,8	0,7	1,8	1,3	1,4	1,8	1,5	2,2	2,9	1,3	2,8	3,1	2,5	2,5	3,7	2,5	2,0
Consumo nos Últimos 30 Dias																		
Cannabis	1,1	1,3	0,7	3,0	1,8	2,8	4,7	3,4	4,8	7,6	6,5	8,9	10,2	8,7	11,4	11,1	11,2	15,7

Fonte: Feijão & Lavado, 2006; Feijão, 2009; Feijão et al. 2012 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 14 - População Reclusa Nacional: Prevalências de Consumo segundo o Momento Face à Reclusão, por Tipo de Droga (%)
2001 e 2007

Momento de Consumo Tipo de Droga	Antes ou em Reclusão		Antes da Reclusão		Em Reclusão		Antes e em Reclusão	
	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	62,3	59,3	60,6	55,0	47,4	35,7	48,2	27,8
Cannabis	56,5	55,2	53,9	48,4	38,7	29,8	41,2	23,9
Heroína	46,9	34,4	44,1	29,9	27,0	13,5	23,9	10,0
Cocaína	45,6	40,2	43,9	35,3	20,1	9,9	29,4	6,7
Anfetaminas	19,2	15,7	18,4	14,9	7,0	2,3	9,0	2,0
Ecstasy	17,0	19,9	16,4	18,2	6,4	2,7	8,6	2,2
Outros	8,5	5,9	7,5	5,2	4,5	1,5	4,6	1,1

Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 15 - População Reclusa Nacional: Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, por Género e Grupo Etário (%)
2001 e 2007

Consumo ao Longo da Vida Género/Grupo Etário	Qualquer Tipo de Droga	
	2001	2007
Total	62,3	59,3
Masculino	67,0	66,2
Feminino	31,3	37,4
16-25 anos	72,3	65,9
26-35 anos	73,0	65,4
36-45 anos	59,5	64,8
46-55 anos	29,9	57,1
≥ 56 anos	11,1	51,1

Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 16 - População Reclusa Nacional - Consumos em Reclusão: Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, nos Últimos 12 Meses, nos Últimos 30 Dias e Consumo Regular* (%)

2001 e 2007

Consumo na Prisão Tipo de Droga	Ao Longo da Vida		Último 12 Meses		Últimos 30 Dias		Consumo Regular ^{a)}	
	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	47,4	35,7	51,6	40,5	30,1	27,4	10,0	11,8
Cannabis	38,7	29,8	43,8	29,0	24,0	23,3	5,5	7,0
Heroína	27,0	13,5	33,0	11,5	15,5	7,3	5,3	2,7
Cocaína	20,1	9,9	26,3	7,6	7,2	3,8	1,9	0,8
Anfetaminas	7,0	2,3	9,7	2,1	1,5	0,7	<0,1	0,3
Ecstasy	6,4	2,7	9,6	2,1	1,3	0,8	<0,1	0,3
Outros	4,5	1,5	5,1	1,0	0,9	0,4	<0,1	0,2

* Todos os dias no último mês na prisão.

Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 17 - População Reclusa Nacional: Prevalências de Consumo por Via Endovenosa segundo o Momento Face à Reclusão (%)

2001 e 2007

Momento de Consumo Via de Administração	Antes ou em Reclusão		Antes da Reclusão		Em Reclusão		Antes e em Reclusão	
	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Via Endovenosa	32,3	20,6	27,0	18,2	11,4	3,1	8,8	3,0

Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 18 - Estimativas da Prevalência de Consumidores Problemáticos de Drogas em Portugal

2000 e 2005

Definição de Caso	Ano	2000		2005			
		Método	Estimativa da Prevalência	Taxas por 1000 habitantes 15-64 anos	Método	Estimativa da Prevalência	Taxas por 1000 habitantes 15-64 anos
Consumidores de opiáceos, cocaína e/ou anfetaminas	Método	Multiplicador Tratamento	48 673 - 73 010	6,4 - 10,7	Multiplicador Tratamento	44 653 - 53 240	6,2 - 7,4
	Estimativa da Prevalência						
Consumidores de longa duração/uso regular de opiáceos, cocaína, e/ou anfetaminas	Método	"Back-calculation"	29 620 - 43 966	4,3 - 6,4	Multiplicador Equipas de Rua	30 833 - 35 576	4,3 - 5,0
	Estimativa da Prevalência						
Consumidores (actuais ou recentes) de drogas por via endovenosa	Método	Multiplicador Mortalidade Relacionada c/ Drogas	15 900 - 31 800	2,3 - 4,7	Multiplicador Mortalidade Relacionada c/ Drogas	10 950 - 21 900	1,5 - 3,0
	Estimativa da Prevalência						
					Multiplicador Tratamento	13 183 - 16 285	1,8 - 2,2

Fonte: Negreiros et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 19 – População de Condutores em Geral: Prevalências de Substâncias Psicoativas (%)

2008/2009

Tipo de Substância	Portugal	Média Europa do Sul	Média Europa
Qualquer Substância Psicoativa*	9,99	14,48	7,43
Drogas Ilícitas	1,57	4,52	1,89
Cannabis	1,38	3,06	1,32
Opiáceos Ilícitos	0,15	0,19	0,07
Cocaína	0,03	1,23	0,42
Anfetaminas	0,00	0,04	0,08
Álcool (≥ 0,1g/L)	4,93	6,43	3,48
Medicamentos	2,84	1,66	1,38
Benzodiazepinas	2,73	1,30	0,90
Medicamentos opiáceos/opióides	0,11	0,36	0,35
Associações de substâncias com álcool	0,42	1,01	0,37
Associações de substâncias sem álcool	0,23	0,87	0,39

*Álcool, drogas ilícitas (opiáceos, cocaína, anfetaminas e derivados) e medicamentos, num total de 23 substâncias.

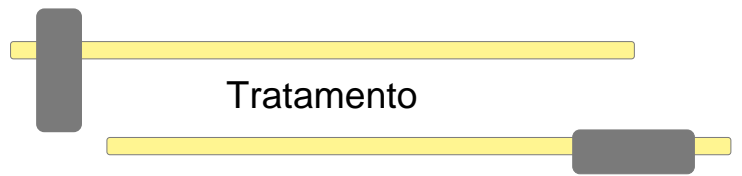
Fonte: Dias, 2012b; Houwing et al., 2011; Isalberti et al. 2011. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 20 – População de Condutores Mortos em Acidentes de Viação: Prevalências de Substâncias Psicoativas (%)
2008/2009

Tipo de Substância	Países			
	Portugal	Finlândia	Noruega	Suécia
Qualquer Substância Psicoativa*	47,7	42,3	40,0	30,5
Cannabis	4,2	1,3	6,1	1,4
Opiáceos ilícitos	0,0	0,0	0,0	0,0
Cocaína	1,4	0,0	0,6	1,3
Anfetaminas	0,0	2,1	7,4	6,6
Álcool (≥ 01 g/L)	44,9	31,4	25,4	19,0
Álcool (≥ 05 g/L)	35,1	29,3	23,8	16,3
Benzodiazepinas	1,8	13,3	9,7	3,9
Medicamentos opióides	2,1	2,1	1,7	4,1
Associações de substâncias com álcool	6,0	7,2	7,9	4,3
Associações de substâncias sem álcool	0,4	1,5	7,3	4,3

*Álcool, drogas ilícitas (opiáceos, cocaína, anfetaminas e derivados) e medicamentos, num total de 23 substâncias.

Fonte: Dias, 2012b; Houwing et al., 2011; Isalberti et al. 2011. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE



Quadro 21 - Estruturas Especializadas de Tratamento, segundo o Ano
 Rede Pública e Licenciada
 2003 - 2011

Estrutura / Rede	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Ambulatório / Rede Pública										
CAT / ET	45	45	45	45	45	46 ^{a)}	47 ^{a)}	47 ^{a)}	46 ^{a)}	
Extensões	9	11	11	10	10	28 ^{c)}	32 ^{c)}	32 ^{c)}	28 ^{c)}	
Outros Locais de Consulta	16 ^{b)}	19 ^{b)}	21 ^{b)}	23 ^{c)}	23 ^{c)}					
Unidades de Desabilitação	15	14	14	15	16	14	13	10	9	
Rede Pública	5	5	5	5	5	4	4	4	4	
Rede Licenciada	10	9	9	10	11	10	9	6	5	
C/ Convenção	6	5	6	6	5	5	5	4	4	
S/ Convenção	4	4	3	4	6	5	4	2	1	
Comunidades Terapêuticas	75	73	72	73	76	70	70	69	68	
Rede Pública	2	2	2	3	3	3	3	3	3	
Rede Licenciada	73	71	70	70	73	67 ^{d)}	67	66	65	
C/ Convenção	63	61	62	64	60	62	62	62	62	
S/ Convenção	10	10	8	6	13	5	5	4	3	
Centros de Dia	13	11	10	10	10	10	9	8	8	
Rede Pública	4	3	2	2	2	2	2	2	2	
Rede Licenciada	9	8	8	8	8	8	7	6	6	
C/ Convenção	5	4	4	4	4	5	5	5	5	
S/ Convenção	4	4	4	4	4	3	2	1	1	

a) Mais o Projecto Integrado de Atendimento Materno (PIAM) e o Projecto Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC).

b) Mais 3 NAT (Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes) no distrito de Lisboa.

c) Mais 2 NAT no distrito de Lisboa.

d) A alteração do número de estruturas em relação ao ano anterior deve-se apenas a reajustamentos feitos a nível de algumas Unidades Privadas, não refletindo uma real diminuição da oferta neste contexto uma vez que até aumentou o número de camas disponíveis.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Figura 1 - Estruturas Especializadas de Tratamento, por Distrito

Rede Pública e Licenciada

2011



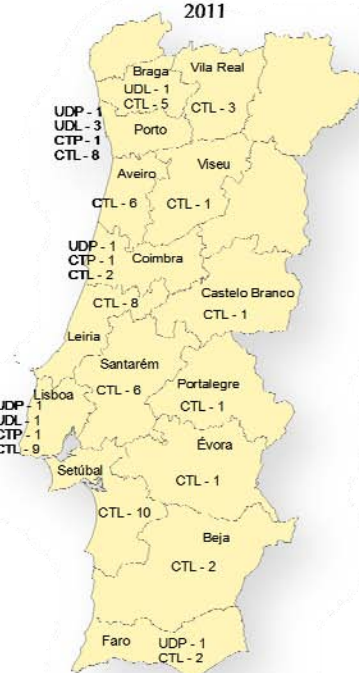
ET - Equipas de Tratamento

OLC - Outros Locais de Consulta

PIAC - Projecto Integrado de Apoio à Comunidade

PIAM - Projecto Integrado de Atendimento Materno

NAT - Núcleos de Atendimento a Toxicodependentes



UDP - Unidades de Desabilitação Públicas

UDL - Unidades de Desabilitação Licenciadas

CTP - Comunidades Terapêuticas Públicas

CTL - Comunidades Terapêuticas Licenciadas



CDP - Centros de Dia Públicos

CDL - Centros de Dia Licenciados

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 22 - Utentes em Tratamento no Ano*, segundo o Ano, por Delegação Regional

Rede Pública
2003 - 2011

Delegação Regional	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	29 596	30 266	31 822	32 460	34 266 ^{a)}	38 532	38 875	37 983	38 292	
Norte	9 685	9 786	10 887	10 539	11 903	13 947	15 103	15 168	15 071	
Centro	5 371	5 655	5 903	6 592	6 809	6 828	5 643	5 376	5 334	
Lisboa e Vale do Tejo	10 711	10 739	10 878	11 169	11 818	12 720	12 707	12 032	12 418	
Alentejo	1 373	1 342	1 307	1 234	1 541	1 788	1 959	2 038	1 983	
Algarve	2 456	2 744	2 847	2 926	3 095	3 249	3 463	3 369	3 486	

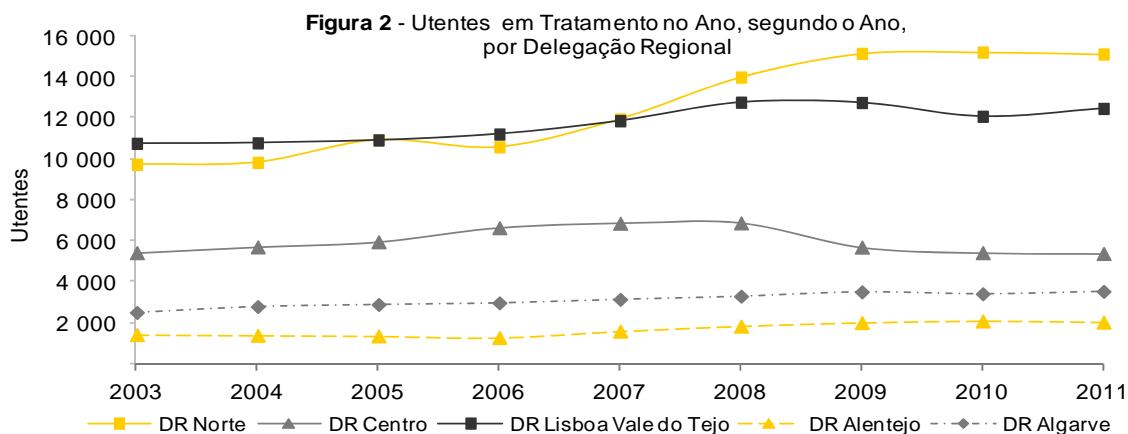
* Utentes que recorreram pelo menos uma vez às unidades de consulta durante o ano.

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicodependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

Devido aos reajustamentos na dependência funcional das Equipas de Tratamento (ET) de alguns Centros de Respostas Integradas (CRI) ocorridos em meados de 2007, impõem-se algumas cautelas na leitura comparativa dos dados regionais com anos anteriores a 2008.

a) O Total de Utentes em Tratamento no Ano não corresponde à soma das Delegações Regionais (DR), devido à transição de utentes de umas Delegações para outras, a 01/08/2007.

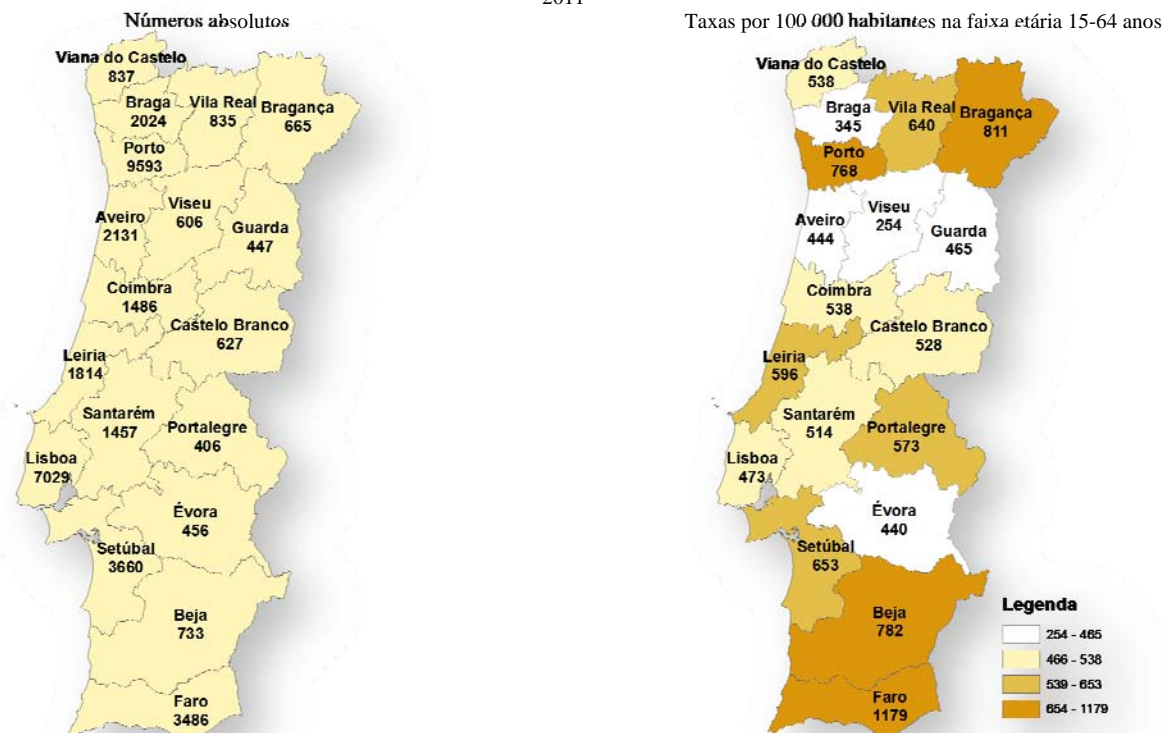
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE



Fonte: Quadro 19

Figura 3 - Utentes em Tratamento no Ano, por Distrito

Rede Pública
2011



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 23 - Utentes em Unidades de Desabilitação e Comunidades Terapêuticas, na Rede Pública e Licenciada, segundo o Ano
2003 - 2011

Estrutura / Rede	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Unidades de Desabilitação	3 366	3 371	3 821	3 059	3 196	3 161	2 676	2 446	1 839	
Rede Pública	1 873	1 792	1 766	1 466 ^{a)}	1 599	1 856	1 644	1 489	1 557	
Rede Licenciada	1 493	1 579	2 055	1 593	1 597	1 305	1 032	957	282 ^{b)}	
C/ Convenção	1 072	1 183	1 471	1 205	1 378	1 153	953	935	247	
S/ Convenção	421	396	584	388	219	152	79	22	35	
Comunidades Terapêuticas	4 138	4 254	4 161	4 228	4 557	4 698	4 578	4 499	4 130	
Rede Pública	57	75	68	110	134	131	127	124	134	
Rede Licenciada	4 081	4 179	4 093	4 118	4 423	4 567	4 451	4 375	3 996 ^{b)}	
C/ Convenção	2 891	2 900	2 944	3 036	3 033	3 254	3 474	3 502	3 008	
S/ Convenção	1 190	1 279	1 149	1 082	1 390	1 313	977	873	988	

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxic dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

- a) A diminuição do número de internamentos entre 2005 e 2006 pode ser atribuída ao aumento de casos de comorbilidade que implicam maior tempo de internamento, assim como à mudança de instalações da UD de Coimbra e da UD Taipas.
- b) Informação que deu entrada no IDT, I.P: até 31/03/2012, os dados serão objeto de atualização no próximo ano, com a inclusão de informação recebida entre 31/03/2012 a 31/03/2013.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxic dependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 24 - Utentes em Centros de Dia, na Rede Pública e Licenciada, segundo o Ano
2003 - 2011

Estrutura / Rede	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Centros de Dia	617	611	634	608	531	495	477	354	385	
Rede Pública	73	83	74	77	82	80	70	78	79	
Rede Licenciada	544	528	560	531	449	415	407	276	306 ^{a)}	
C/ Convenção	338	317	351	323	218	201	232	189	178	
S/ Convenção	206	211	209	208	231	214	175	87	128	

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxic dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

- a) Informação que deu entrada no IDT, I.P: até 31/03/2012, os dados serão objeto de atualização no próximo ano, com a inclusão de informação recebida entre 31/03/2012 a 31/03/2013.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxic dependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 25 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Delegação Regional

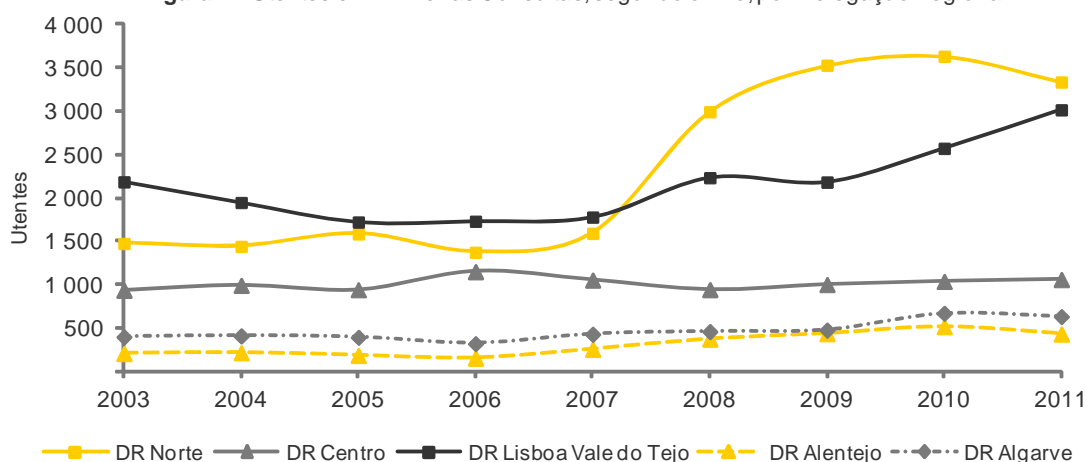
Rede Pública
2003 - 2011

Delegação Regional	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	5 216	5 023	4 844	4 745	5 124	7 019	7 643	8 444	8 492	
Norte	1 479	1 445	1 590	1 378	1 595	2 997	3 533	3 636	3 340	
Centro	938	996	944	1 153	1 056	946	1 005	1 040	1 062	
Lisboa e Vale do Tejo	2 189	1 951	1 726	1 735	1 783	2 237	2 187	2 576	3 019	
Alentejo	209	218	187	156	258	376	438	518	435	
Algarve	401	413	397	323	432	463	480	674	636	

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicodependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool. Devido aos reajustamentos na dependência funcional das Equipas de Tratamento (ET) de alguns Centros de Respostas Integradas (CRI) ocorridos em meados de 2007, impõem-se algumas cautelas na leitura comparativa dos dados regionais com anos anteriores a 2008.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

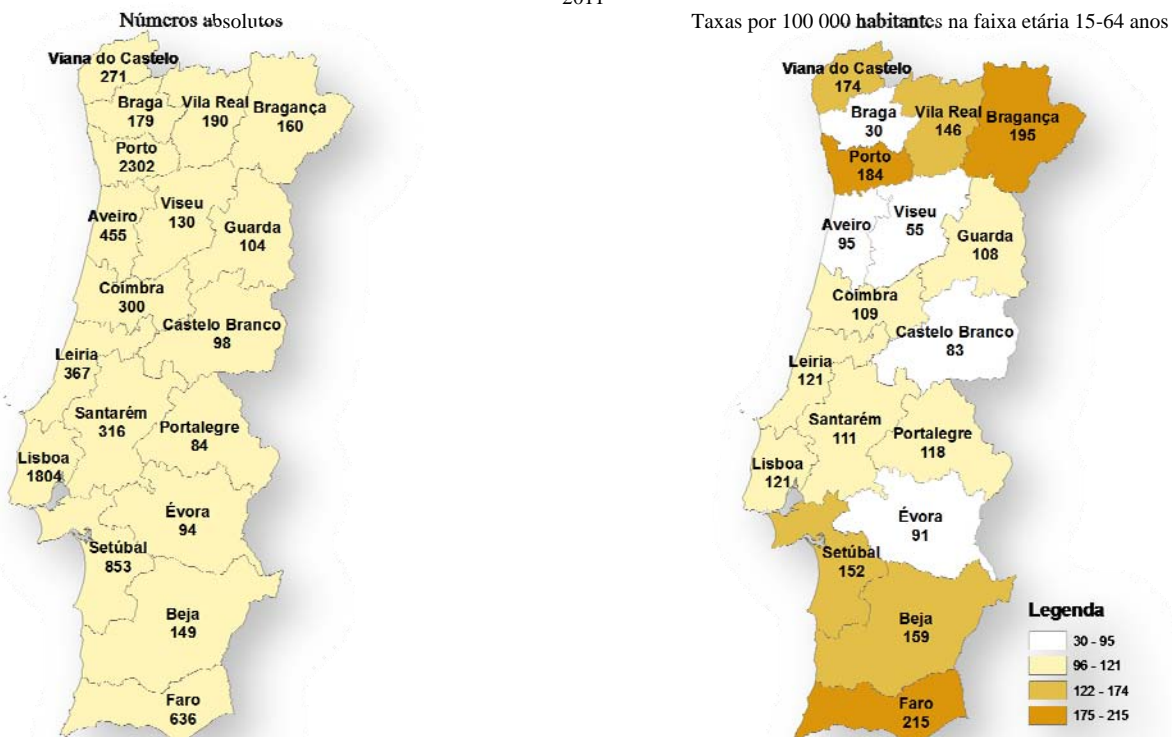
Figura 4 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Delegação Regional



Fonte: Quadro 22

Figura 5 - Utentes em Primeiras Consultas, por Distrito

Rede Pública
2011



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 26 - Programas de Tratamento Orientados para a Abstinência nos Estabelecimentos Prisionais
 Capacidade e Utentes, segundo o Ano, por Estabelecimento Prisional
 2003- 2011

Capacidade e Utentes/ Estab. Prisional /Ano	Capacidade (camas)									Utentes								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ^{a)}	2010	2011
Total	229	229	236	257	238	212	217	217	194	405	297	307	356	332	297	274	219	223
Unidades Livres de Drogas																		
EP de Lisboa: Ala G (CT)	45	45	45	45	45	43	45	45	45	64	67	49	74	60	80	47	50	44
Ala A	75	75	75	75	70	67	70	70	61	113	121	105	106	115	51	91	66	82
EP de Tires	28	28	27	21	21	21	21	21	21	43	17	35	26	52	51	27	26	22
EP de Leiria	29	29	29	29	29	29	29	29	29	113	38	45	36	24	42	22	28	24
EP do Porto	20	20	16	18	16	20	20	20	18	34	20	30	34	26	32	45	20	21
EP de St.ª Cruz do Bispo	20	20	20	20	20	20	20	20	20	21	20	20	22	26	26	29	20	30
EP de Caxias	-	-	12	12	-	-	-	-	-	-	-	9	7	-	-	-	-	-
EP de Sintra	-	-	-	25	25	-	-	-	-	-	-	-	32	19	-	-	-	-
Casa de Saída																		
EPR das Caldas da Rainha	12	12	12	12	12	12	12	12	- ^{b)}	17	14	14	19	10	15	13	9 ^{b)}	- ^{b)}

a) A aplicação do novo Código Penal, bem como a alteração do perfil desta população estão na causa das oscilações verificadas em alguns EP relativamente a anos anteriores.
 b) A Casa de Saída está encerrada desde 20/09/2010.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Quadro 27 - Utentes em Programas Farmacológicos em Estruturas dos Estabelecimentos Prisionais*,
 segundo o Ano, por Tipo de Programa e Estabelecimento Prisional
 Situação a 31/12 de cada ano

Prog. Farmacológico / Estabelecimento Prisional	Ano								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	410	330	329	324	397	382	472	565	503
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	370	330	287	276	306	286	407	505	454
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	40	..	42	48	91	96	65	60	49
EP de Alcoentre	18	14	9
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	18	14	9
EP de Caxias	63	15	10	8	9	7
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	25	15	10	8	9	7
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	38
EP de Coimbra	25	18	..	112	69
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	17	18	..	112	67 (M)
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	8	2
EP do Linhão	38	40	63	72	11	4	3
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	6	10	7	10	1 (B)
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	32	30	56	62	11	4	2
EP de Lisboa	105	114	32	20	27	33	41	51	57
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	105	114	32	20	27	33	41	51	57 (M/B)
EP de Monsanto	1
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	1 (B)
EP do Paços de Ferreira	101	126	143	127	91	84	60
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	96	111	119	97	85	72	56 (M)
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	5	15	24	30	6	12	4
EP de Pinheiro da Cruz	8	2	2
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	1
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	7	2	2
EP do Porto	214	185	127	110	120	116	128	118	119
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	212	185	122	107	117	112	128	116	116 (M)
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	2	..	5	3	3	4	..	2	3
EP de Santa Cruz do Bispo	57	59	69
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	49	57	69 (M/B)
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	8	2	..
EP de Sintra	1
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	1 (B)
EP de Tires	28	16	21	20	10	9	15	15	25
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	28	16	21	20	10	9	15	14	22 (M)
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	1	3
EP de Vale Judeus	12	16	18
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	12	16	18
EPR de Ponta Delgada	43	42	20
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	40	41	20 (B)
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	3	1	..
EPR de Vale de Sousa	48	48	50
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	48	42	44 (M)
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	6	6

M – Metadona, B – Buprenorfina.

* Para além dos dados apresentados neste quadro, ao longo destes anos estiveram em programas farmacológicos em articulação com o IDT, I.P. (prescrição e acompanhamento pelos técnicos das ET): a 31/12/2003, 522 reclusos, a 31/12/2004, 500 reclusos, a 31/12/2005, 524 reclusos, a 31/12/2006, 568 reclusos, a 31/12/2007, 669 reclusos, a 31/12/2008, 652 reclusos, a 31/12/2009, 659 reclusos, a 31/12/2010, 623 reclusos, e a 31/12/2011, 681 (672 em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos e 9 em Programas Terapêuticos com Antagonistas Opiáceos). Em 2011 estiveram também 111 reclusos em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos noutras estruturas da Região Autónoma dos Açores e da Madeira.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Quadro 28 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, segundo o Ano, por Delegação Regional

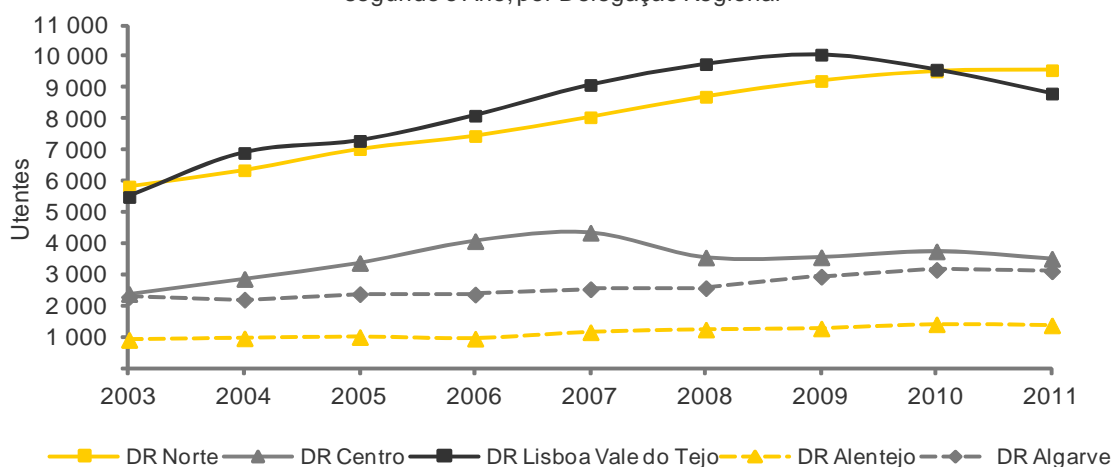
Rede Pública
2003 - 2011

Delegação Regional	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	16 877	19 260	21 054	22 922	24 312 ^{a)}	25 808	27 031	27 392	26 351	
Norte	5 832	6 352	7 029	7 450	8 052	8 710	9 217	9 519	9 560	
Centro	2 373	2 858	3 369	4 073	4 341	3 546	3 555	3 743	3 505	
Lisboa e Vale do Tejo	5 489	6 905	7 294	8 101	9 088	9 756	10 061	9 578	8 813	
Alentejo	900	950	991	940	1 146	1 232	1 265	1 402	1 367	
Algarve	2 283	2 195	2 371	2 358	2 530	2 564	2 933	3 150	3 106	

a) O Total de Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos não corresponde à soma das Delegações Regionais (DR), devido à transição de utentes de umas Delegações para outras, a 01/08/2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

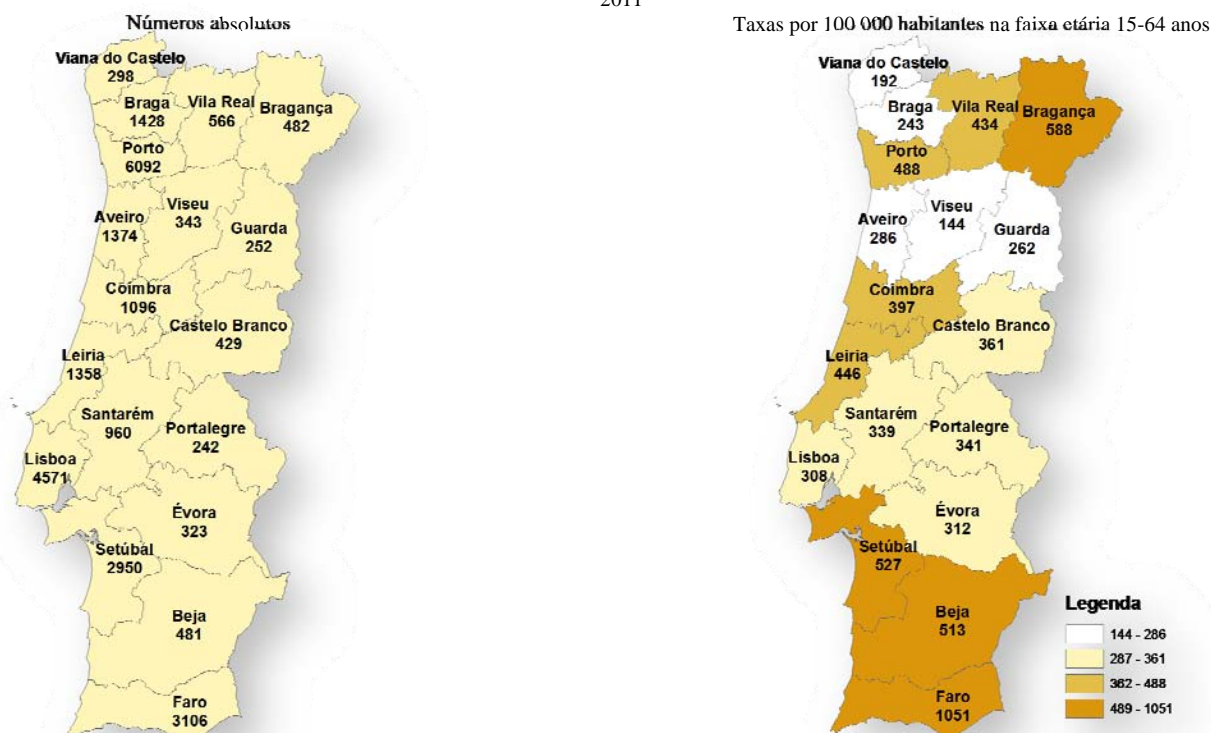
Figura 6 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, segundo o Ano, por Delegação Regional



Fonte: Quadro 25

Figura 7 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, por Distrito

Rede Pública
2011



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

**Quadro 29 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos,
segundo a Substância Administrada, por Delegação Regional**

Rede Pública

Situação em 31/12/2011

Delegação Regional \ Substância	Total	Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos	
		Com Metadona	Com Buprenorfina
Situação em 31/12/2010	21 110	16 287	4 823
Total			
Situação em 31/12/2011	21 236	16 561	4 675
Norte	8 211	6 114	2 097
Centro	2 642	1 893	749
Lisboa e Vale do Tejo	7 032	5 594	1 438
Alentejo	998	868	130
Algarve	2 353	2 092	261

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 30 - Utentes na Rede de Administração de Metadona, segundo o Local da Toma, por Delegação Regional

Situação em 31/12/2011

Delegação Regional \ Estruturas	Total	Equipas e Centros					
		Técnicas de Tratamento	Centros de Saúde	Estabelecimentos Prisionais	Hospitais	Farmácias	Outras Estruturas ^{a)}
Situação em 31/12/2010	16 287	10 941	2 591	789	312	594	1 060
Total							
Situação em 31/12/2011	16 561	11 011	2 572	851	442	565	1 120
Norte	6 114	3 675	996	241	258	179	765
Centro	1 893	1 370	233	136	29	77	48
Lisboa e Vale do Tejo	5 594	4 458	458	303	20	301	54
Alentejo	868	245	193	114	126	4	186
Algarve	2 092	1 263	692	57	9	4	67

a) Centros de Diagnóstico Pneumológico e outras instituições locais.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 31 - Consumos dos Utentes nas Estruturas de Tratamento da Rede Pública e Licenciada

2011

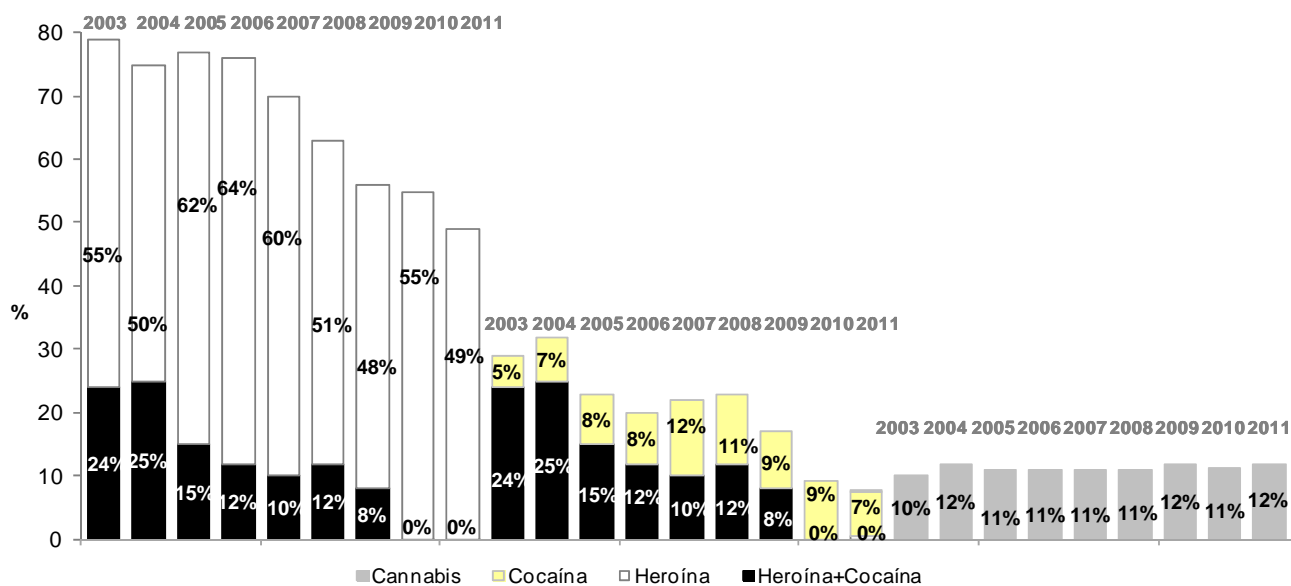
Consumos	Estrutura/Rede	Utentes em Ambulatório na Rede Pública		Utentes das Unidades Desabilitação		Utentes das Comunidades Terapêuticas		Utentes dos Centros de Dia	
		Total	1.ªs Consultas	Públicas	Licenciadas ^{a)}	Públicas	Licenciadas ^{a)}	Públicos	Licenciadas ^{a)}
	UTENTES	38 292	8 492	1 557	282	134	3 996	79	306
Substância Principal	Heroína	21 728	2 840	723	104	49	1 442	19	81
	Outros Opiáceos	178	58	2	1	..	10
	Heroína e Cocaína	28	13	27	..	1	83	3	2
	Cocaína	1 630	421	134	23	42	771	20	55
	Cannabis	1 458	720	21	3	6	388	10	52
	Álcool	2 996	1 642	595	63	33	769	15	48
	Alucinogénios	16	1	2
	Estimulantes	31	11	1	14	..	1
	Hipnóticos / Sedativos	25	5	35	5	1	53	3	5
	Outra	585	91	16	..	2	2	..	24
Desconhecida	9 617	2 690	3 ^{b)}	83	..	462	9	38	
Via de Administração da Substância Principal	Injetada	4 630	441	296	39	14	662	19	50
	Fumada / Inalada	15 666	2 659	615	92	81	1 917	30	144
	Oral	1 391	520	635	68	36	835	18	54
	Outra	305	88	8	..	2	120	3	20
	Desconhecida	16 300	4 784	3 ^{b)}	83	1	462	9	38
Consumo Endovenoso Longo da Vida	Sim	5 752	688	754	110	48	1 348	35	150
	Não	18 263	3 693	801	89	85	2 223	35	115
	Desconhecido	14 277	4 111	2	83	1	425	9	41
Consumo Endovenoso Últimos 30 dias	Sim	4 703	478	253	36	15	614	2	42
	Não	20 357	3 783	1 302	163	118	2 957	68	223
	Desconhecido	13 232	4 231	2	83	1	425	9	41
Partilha de Material de Consumo Longo da Vida	Qualquer Mat. Cons. Endovenoso								
	Sim	–	–	374	51	24	795	27	96
	Não	–	–	1 155	146	108	2 703	42	168
	Desconhecido	–	–	28	85	2	498	10	42
	Material Cons. não Endovenoso								
	Sim	–	–	512	103	49	1 422	30	144
Não	–	–	958	92	81	1 753	36	97	
Desconhecido	–	–	87	87	4	821	13	65	
Partilha de Material de Consumo Últimos 30 dias	Qualquer Mat. Cons. Endovenoso								
	Sim	–	–	33	8	1	168	..	10
	Não	–	–	1 518	188	132	3 354	69	253
	Desconhecido	–	–	6	86	1	474	10	43
	Material Cons. não Endovenoso								
	Sim	–	–	139	40	15	563	..	37
Não	–	–	1 332	154	115	2 548	65	204	
Desconhecido	–	–	86	88	4	885	14	65	

a) Informação que deu entrada no IDT, I.P: até 31/03/2012, os dados serão objeto de atualização no próximo ano, com a inclusão de informação recebida entre 31/03/2012 a 31/03/2013.

b) Nesta categoria está incluído 3 utentes cujo motivo de internamento está relacionado com Patologia Psiquiátrica, não apresentando à data do internamento consumos de substâncias.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Figura 8 - Substância Principal dos Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano

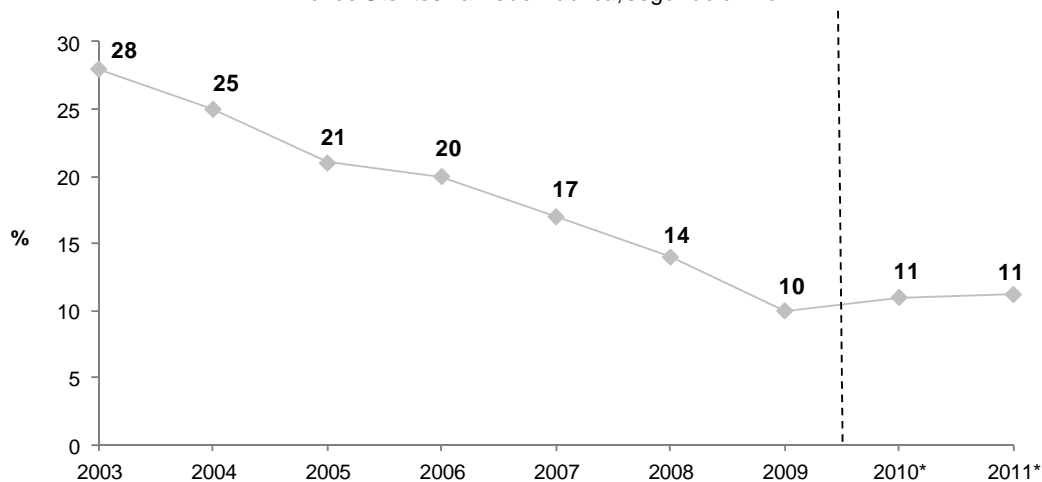


A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

a) A partir de 2010, houve alteração de critérios relativos à *substância principal*: casos anteriormente inscritos na categoria *Heroína e Cocaína* passaram a ser registados na categoria *Heroína*.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.

Figura 9 - Consumo Endovenoso nos 30 Dias Anteriores à Primeira Consulta dos Novos Utentes na Rede Pública, segundo o Ano



A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

* No caso dos utentes em ambulatório na rede pública, é necessária alguma cautela na leitura comparativa dos dados de 2010 e 2011 em relação aos anos anteriores, devido a alteração de critérios de análise, numa perspetiva de harmonização com a análise realizada no contexto das outras estruturas.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

Quadro 32 - Caracterização Sociodemográfica dos Utentes nas Estruturas de Tratamento da Rede Pública e Licenciada

2011

Estrutura/Rede		Utentes em Ambulatório		Utentes das		Utentes das		Utentes dos	
		na Rede Pública		Unidades Desabilitação		Comunidades Terapêuticas		Centros de Dia	
Caracterização Sociodemográfica		Total	1.ªs Consultas	Públicas	Licenciadas ^{a)}	Públicas	Licenciadas ^{a)}	Públicos	Licenciadas ^{a)}
UTENTES		38 292	8 492	1 557	282	134	3 996	79	306
Sexo	Masculino	31 124	6 511	1 308	170	105	3 018	55	225
	Feminino	6 982	1 888	249	30	29	591	15	45
	Desconhecido	186	93	..	82	..	387	9	36
Grupo Etário	≤ 24 anos	3 160	1 487	52	14	12	477	2	8
	25-29 anos	2 769	759	112	15	6	403	5	26
	30-34 anos	5 138	993	244	17	40	605	10	34
	35-39 anos	8 428	1 483	405	51	34	725	17	48
	40-44 anos	8 090	1 375	329	53	23	570	15	46
	≥ 45 anos	10 521	2 302	415	50	19	824	21	107
	Desconhecido	186	93	..	82	..	392	9	37
	Idade Média	39	37	40	39	36	37	41	41
Nacionalidade	Portuguesa	32 123	6 823	1 497	183	130	3 400	66	254
	Estrangeira	2 096	532	60	17	4	177	4	13
	Desconhecida	4 073	1 137	..	82	..	419	9	39
Estado Civil	Solteiro	18 842	3 738	699	111	70	2 235	43	136
	Casado / União de Facto	9 730	2 261	503	49	28	656	13	73
	Divorciado / Separado	4 428	1 180	330	39	35	671	14	54
	Viúvo	333	112	25	1	1	37	..	3
	Desconhecido	4 959	1 201	..	82	..	397	9	40
Situação Coabituação	Familiares (ascendentes/irmãos)	15 225	3 228	579	91	62	1 434	10	60
	Só c/ companheiro	3 319	836	194	23	12	305	1	48
	Sozinho	3 662	1 079	276	36	20	857	4	114
	Só c/ companheiro e filhos	4 115	1 091	227	22	14	241	1	16
	Outro	4 105	1 251	279	26	26	729	54	28
Desconhecida	7 866	1 007	2	84	..	430	9	40	
Nível Ensino	< 3.º Ciclo	19 690	4 002	674	86	33	1 302	21	107
	3.º Ciclo	7 964	1 644	523	66	63	1 233	30	96
	> 3.º Ciclo	4 836	1 392	358	43	38	1 019	19	62
	Desconhecido	5 802	1 454	2	87	..	442	9	41
Situação Profissional	Empregado	13 367	2 542	486	46	38	816	2	74
	Desempregado	15 156	3 193	922	127	87	2 164	57	146
	Estudante / Formação Profissional	2 330	881	16	5	1	334	..	19
	Outro	2 445	742	132	17	8	251	10	27
	Desconhecida	4 994	1 134	1	87	..	431	10	40

a) Informação que deu entrada no IDT, I.P. até 31/03/2012, os dados serão objeto de atualização no próximo ano, com a inclusão de informação recebida entre 31/03/2012 a 31/03/2013.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

Quadro 33 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Grupo Etário e Género

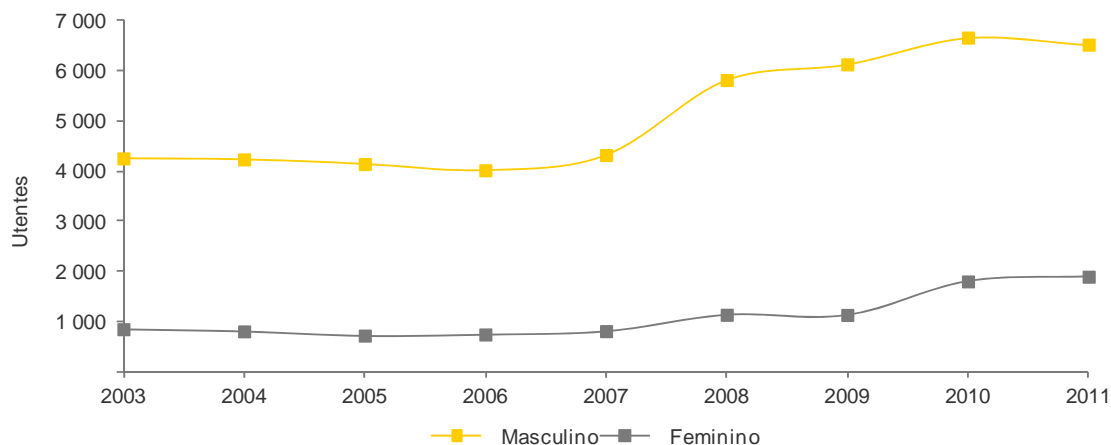
Rede Pública
2003 - 2011

Grupo Etário/Género	Ano								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	5 216	5 023	4 844	4 745	5 124	7 019	7 643	8 444	8 492
Masculino	4 245	4 225	4 132	4 008	4 311	5 807	6 120	6 651	6 511
Feminino	840	798	712	737	803	1 129	1 125	1 793	1 888
Desconhecido	131	10	83	398	..	93
≤ 14 anos	25	35	51	65	85	305	432	329	244
Masculino	22	29	45	54	64	220	334	200	149
Feminino	3	6	6	11	21	85	98	129	95
15-19 anos	234	230	259	251	277	524	511	602	640
Masculino	187	174	203	199	207	418	413	427	456
Feminino	47	56	56	52	70	106	98	175	184
20-24 anos	729	692	694	618	610	668	636	647	603
Masculino	582	556	580	502	487	541	552	544	449
Feminino	147	136	114	116	123	127	84	103	154
25-29 anos	1 252	1 056	986	912	925	963	907	903	759
Masculino	1 033	902	833	760	782	813	773	718	607
Feminino	219	154	153	152	143	150	134	185	152
30-34 anos	1 260	1 215	1 106	1 080	1 096	1 241	1 172	1 207	993
Masculino	1 056	1 032	950	918	942	1 060	964	969	775
Feminino	204	183	156	162	154	181	208	238	218
35-39 anos	847	904	861	855	960	1 274	1 257	1 497	1 483
Masculino	715	775	753	731	813	1 099	1 077	1 235	1 168
Feminino	132	129	108	124	147	175	180	262	315
40-44 anos	475	501	551	534	654	889	951	1 263	1 375
Masculino	425	434	482	483	574	760	826	1 002	1 098
Feminino	50	67	69	51	80	129	125	261	277
≥ 45 anos	255	282	333	426	498	1 041	1 358	1 996	2 302
Masculino	217	238	284	357	435	877	1 161	1 556	1 809
Feminino	38	44	49	69	63	164	197	440	493
Desconhecido	139	108	3	4	19	114	419	..	93
Masculino	8	85	2	4	7	19	19
Feminino	..	23	1	..	2	12	2
Desconhecido	131	10	83	398	..	93

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.

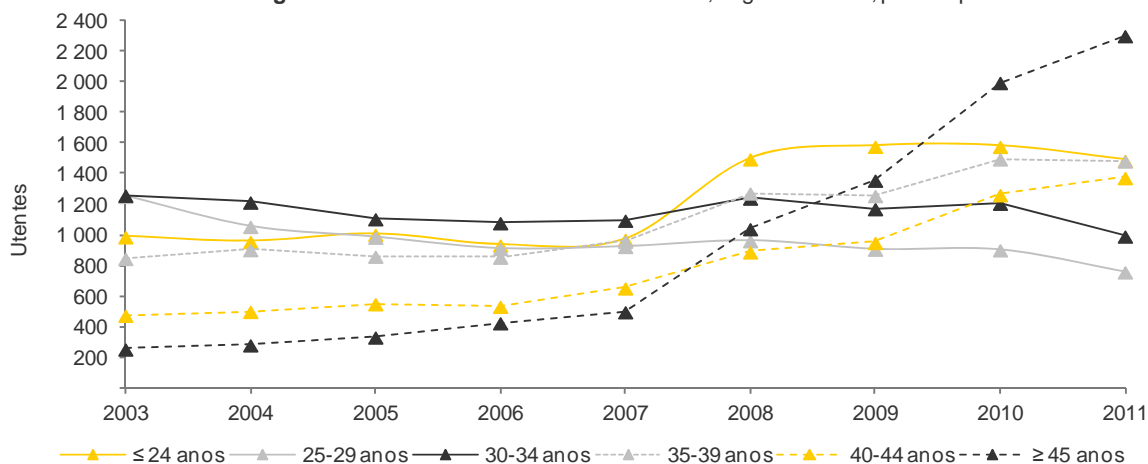
Figura 10 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Género



A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicodependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

Fonte: Quadro 30

Figura 11 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Grupo Etário



A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicodependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

Fonte: Quadro 30

Quadro 34 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Estado Civil

Rede Pública
2003 - 2011

Estado Civil \ Ano	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	5 216	5 023	4 844	4 745	5 124	7 019	7 643	8 444	8 492	
Solteiro	2 812	2 739	2 781	2 784	2 874	3 677	3 777	4 332	3 738	
Casado/União de Facto	1 282	1 206	1 215	1 190	1 357	1 908	2 032	2 467	2 261	
Divorciado/Separado	595	553	560	509	606	937	1 009	1 080	1 180	
Viúvo	35	31	34	33	40	65	81	99	112	
Desconhecido	492	494	254	229	247	432	744	466	1 201	

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

Quadro 35 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Situação de Coabituação

Rede Pública
2003 - 2011

Situação de Coabituação \ Ano	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	5 216	5 023	4 844	4 745	5 124	7 019	7 643	8 444	8 492	
Só com Ascendentes ^{a)}	1 954	1 926	2 015	1 870	1 936	2 572	2 428	3 195	3 228	
Com Ascendentes ^{a)} + Companheiro ou Filho(s)	360	349	355	311	358	480	514	538	523	
Só com Companheiro + Filho(s)	418	519	501	496	557	879	948	1 162	1 091	
Só com Companheiro	521	493	535	559	575	755	804	915	836	
Só com Filho(s)	40	52	42	52	58	129	176	277	278	
Só com Amigos	95	101	116	84	98	141	135	122	118	
Sozinho	425	509	522	536	655	843	955	1 090	1 079	
Outra Situação	482	402	388	476	569	688	816	378	332	
Desconhecida	921	672	370	361	318	532	867	767	1 007	

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

a) Com ou sem irmãos.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

Quadro 36 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Situação Profissional

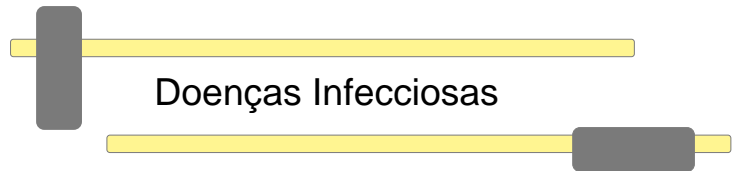
Rede Pública
2003 - 2011

Situação Profissional \ Ano	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	5 216	5 023	4 844	4 745	5 124	7 019	7 643	8 444	8 492	
Empregado (Tempo inteiro ou parcial)	1 627	1 660	1 648	1 661	1 815	2 228	2 075	2 716	2 542	
Desempregado	2 432	2 303	2 339	2 257	2 323	3 000	3 222	3 398	3 193	
Estudante / Formação Profissional	247	261	274	272	293	669	834	927	881	
Outra Situação ^{a)}	351	261	244	266	417	560	689	832	742	
Desconhecida	559	538	339	289	276	562	823	571	1 134	

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

a) Inclui casos como reformado, inválido, doméstica, etc.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.



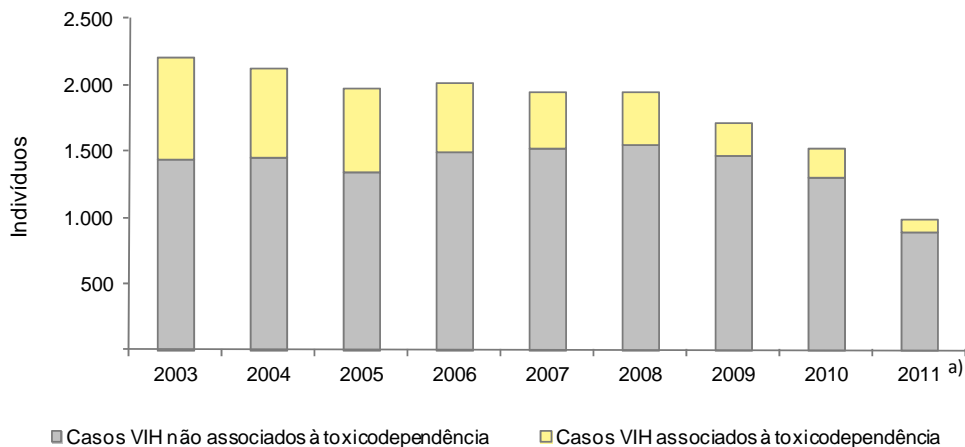
Quadro 37 - Notificações dos Casos de Infecção pelo VIH: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo a Classificação Epidemiológica (SIDA, Sintomático Não-SIDA e Portadores Assintomáticos), por Ano de Diagnóstico

01/01/1983 - 31/12/2011

Ano de Diagnóstico	Casos							
	Notificações de VIH							
	Total de Casos				Casos Associados à Toxicodependência			
	Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA	Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA
Total	41 035	16 880	4 160	19 995	16 143	7 679	1 366	7 098
1983	3	1	..	2
1984	6	4	..	2	1	1
1985	41	29	5	7	6	1	1	4
1986	78	41	17	20	17	3	8	6
1987	157	82	18	57	23	10	2	11
1988	260	142	52	66	43	11	14	18
1989	371	202	62	107	74	36	11	27
1990	523	265	82	176	130	50	21	59
1991	661	307	108	246	212	78	43	91
1992	943	440	128	375	398	162	70	166
1993	1 044	572	121	351	505	254	69	182
1994	1 312	698	118	496	640	362	56	222
1995	1 649	828	134	687	888	452	63	373
1996	2 128	1 000	191	937	1 226	573	113	540
1997	2 443	1 022	193	1 228	1 442	610	95	737
1998	2 641	1 070	213	1 358	1 506	648	105	753
1999	2 772	1 170	243	1 359	1 549	679	120	750
2000	2 779	1 059	219	1 501	1 437	597	96	744
2001	2 452	1 053	225	1 174	1 128	571	94	463
2002	2 371	1 063	212	1 096	944	519	63	362
2003	2 199	971	198	1 030	767	424	48	295
2004	2 117	855	211	1 051	661	343	58	260
2005	1 972	833	167	972	636	367	39	230
2006	2 015	719	224	1 072	530	273	54	203
2007	1 941	616	257	1 068	423	193	44	186
2008	1 942	595	237	1 110	393	175	30	188
2009	1 714	467	209	1 038	254	118	21	115
2010	1 515	473	185	857	215	117	17	81
2011 ^{a)}	986	303	131	552	95	53	11	31

a) A atualização posterior das notificações, de casos diagnosticados em anos anteriores, impõe a leitura destes dados como provisórios, assim como os relativos aos anos anteriores.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2011 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 12 - Notificações de Casos de VIH: Associados à Toxicodependência e Não Associados à Toxicodependência, segundo o Ano de Diagnóstico

a) A atualização posterior das notificações, de casos diagnosticados em anos anteriores, impõe a leitura destes dados como provisórios, assim como os relativos aos anos anteriores.

Fonte: Quadro 34

Quadro 38 - Notificações dos Casos de SIDA: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Género, por Grupo Etário

01/01/1983 - 31/12/2011

Casos/Género Grupo Etário	Casos de SIDA							
	Total de Casos				Toxicodependentes			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	
Total	16 880	13 655	3 224	1	7 679	6 545	1 134	
≤ 14 anos	132	70	62	..	2	2	..	
15-19 anos	172	110	62	..	97	71	26	
20-24 anos	1 269	937	332	..	896	701	195	
25-29 anos	2 958	2 346	611	1	2 044	1 702	342	
30-34 anos	3 388	2 835	553	..	2 134	1 857	277	
35-39 anos	2 899	2 417	482	..	1 476	1 295	181	
40-44 anos	2 062	1 724	338	..	693	605	88	
45-49 anos	1 354	1 104	250	..	229	214	15	
50-54 anos	956	777	179	..	60	54	6	
55-59 anos	628	493	135	..	14	13	1	
60-64 anos	467	361	106	..	1	..	1	
≥ 65 anos	531	426	105	..	1	1	..	
Desconhecido	64	55	9	..	32	30	2	

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2011 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 39 - Notificações dos Casos Sintomáticos Não-SIDA: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Género, por Grupo Etário

01/01/1983 - 31/12/2011

Casos/Género Grupo Etário	Casos Sintomáticos Não-SIDA							
	Total de Casos				Toxicodependentes			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.
Total	4 160	3 065	1 094	1	1 366	1 102	263	1
≤ 14 anos	80	39	41	..	1	1
15-19 anos	90	51	39	..	36	23	13	..
20-24 anos	389	277	112	..	219	172	47	..
25-29 anos	675	496	178	1	354	283	70	1
30-34 anos	748	572	176	..	354	301	53	..
35-39 anos	624	460	164	..	245	196	49	..
40-44 anos	431	334	97	..	103	84	19	..
45-49 anos	330	250	80	..	32	27	5	..
50-54 anos	232	168	64	..	5	2	3	..
55-59 anos	213	159	54	..	2	2
60-64 anos	139	98	41	..	1	1
≥ 65 anos	174	133	41	..	2	..	2	..
Desconhecido	35	28	7	..	12	10	2	..

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2011 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 40 - Notificações dos Casos de Portadores Assintomáticos: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Género, por Grupo Etário
01/01/1983 - 31/12/2011

Casos/Género Grupo Etário	Casos de PA							
	Total de Casos				Toxicodependentes			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.
Total	19 995	13 474	6 509	12	7 098	5 822	1 273	3
≤14 anos	179	91	86	2	5	4	1	..
15-19 anos	682	323	359	..	269	200	69	..
20-24 anos	2 737	1 795	941	1	1 338	1 060	277	1
25-29 anos	4 192	2 823	1 368	1	2 060	1 661	399	..
30-34 anos	3 816	2 631	1 184	1	1 747	1 448	298	1
35-39 anos	2 832	2 027	803	2	1 049	909	139	1
40-44 anos	1 819	1 315	502	2	391	343	48	..
45-49 anos	1 285	872	412	1	148	125	23	..
50-54 anos	875	584	291	..	29	24	5	..
55-59 anos	606	374	232	..	8	7	1	..
60-64 anos	389	238	151	..	5	5
≥ 65 anos	403	271	132	..	2	2
Desconhecido	180	130	48	2	47	34	13	..

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas 31/12/2011 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE.

Quadro 41 - Notificações dos Casos de SIDA: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Estado Vital, por Patologia Observada à Data do Diagnóstico
01/01/1983 - 31/12/2011

Casos/ Estado Vital Tipo de Patologia Observada à Data de Diagnóstico	Notificações de SIDA					
	Total de Casos			Total Casos Assoc. à Toxicodependência		
	Total	Vivos	Mortos	Total	Vivos	Mortos
Total	16 880	9 024	7 856	7 679	3 665	4 014
Tuberculose	7 066	3 860	3 206	4 378	2 183	2 195
Pneumonia <i>P. jirovecci</i>	2 756	1 509	1 247	821	380	441
Tuberculose + Pneumonia <i>P. jirovecci</i>	783	279	504	425	131	294
Outras Infecções Oportunistas	4 655	2 585	2 070	1 662	813	849
Sarcoma de Kaposi	610	322	288	130	53	77
Outras Infecções Oport.+ Sarcoma de Kaposi	149	48	101	22	11	11
Linfoma	378	162	216	88	28	60
Encefalopatia	182	94	88	51	20	31
Síndrome de Emaciação	203	85	118	87	37	50
Pneumonia Intersticial Linfóide	21	18	3
Carcinoma Invasivo do Colo do Útero	77	62	15	15	9	6

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2011 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 42 - Notificações dos Casos de Sintomáticos Não-SIDA: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodependência, por Categoria da Doença Oportunista Observada à Data do Diagnóstico

01/01/1983 - 31/12/2011

Cat. Doença Oportunista Observada à Data de Diagnóstico	Casos	Notificações de Sintomáticos-Não SIDA	
		Total de Casos	Total de Casos Assoc. à Toxicodependência
Total		4 160	1 366
Infeção Oportunista ^{a)}		44	11
Sintomas Constitucionais		4 116	1 355

a) Outras infeções oportunistas não incluídas na classificação epidemiológica para os casos de SIDA.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2011 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 43 - Casos de Infeção pelo VIH Diagnosticados em 2011: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo a Classificação Epidemiológica (SIDA, Sintomático Não-SIDA e Portadores Assintomáticos), por Ano Provável de Infeção

2011

Ano Provável de Infeção	Casos	Diagnosticados em 2011					
		Casos de SIDA		Casos Sintomáticos Não-SIDA		Casos de PA	
		Total	Toxicodependentes	Total	Toxicodependentes	Total	Toxicodependentes
Total		303	53	131	11	552	31
Antes de 2002		25	14	6	2	8	2
2002 - 2006		19	8	3	..	8	2
2007 - 2011		24	3	44	1	213	10
Desconhecido		235	28	78	8	323	17

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2011 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 44 - Notificações dos Casos de Infeção pelo VIH: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodependência, segundo a Classificação Epidemiológica (SIDA, Sintomático Não-SIDA e Portadores Assintomáticos), por Zona Geográfica de Residência

01/01/1983 - 31/12/2011

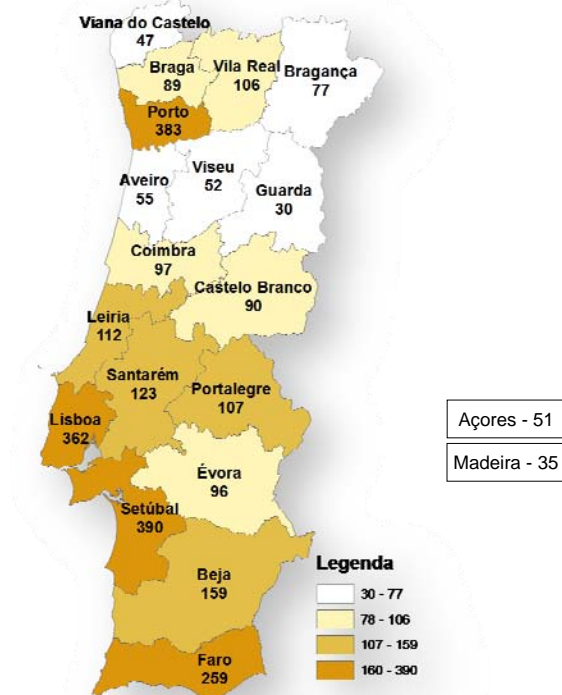
Zona Geog. de Residência	Casos							
	Notificações de VIH							
	Total de Casos				Casos Associados à Toxicodependência			
	Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA	Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA
Total	41 035	16 880	4 160	19 995	16 143	7 679	1 366	7 098
Portugal	39 810	16 450	4 057	19 303	15 870	7 568	1 337	6 965
Aveiro	1 152	393	112	647	263	103	18	142
Beja	267	88	38	141	149	47	21	81
Braga	1 251	422	111	718	523	161	39	323
Bragança	162	67	17	78	63	19	5	39
Castelo Branco	234	89	31	114	107	35	12	60
Coimbra	828	271	118	439	269	110	28	131
Évora	250	111	16	123	99	36	6	57
Faro	2 086	652	210	1 224	767	232	47	488
Guarda	132	60	15	57	29	15	1	13
Leiria	1 009	350	174	485	341	119	58	164
Lisboa	16 003	6 857	1 734	7 412	5 381	2 933	482	1 966
Portalegre	139	43	14	82	76	18	9	49
Porto	8 416	3 763	669	3 984	4 784	2 383	361	2 040
Santarém	927	371	76	480	349	159	30	160
Setúbal	5 083	2 204	422	2 457	2 185	1 020	146	1 019
Viana do Castelo	262	117	32	113	73	33	12	28
Vila Real	298	107	60	131	139	52	21	66
Viseu	479	206	45	228	123	54	10	59
Açores	329	111	49	169	86	25	12	49
Madeira	503	168	114	221	64	14	19	31
Estrangeiro	226	121	27	78	21	11	4	6
Desconhecido	999	309	76	614	252	100	25	127

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2011 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE.

Figura 13 - Notificações de Casos de Infeção pelo VIH Associados à Toxicodependência, por Zona Geográfica de Residência

01/01/1983 - 31/12/2011

Taxas por 100 000 habitantes na faixa etária 15-64 anos



Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2011 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 45 - Notificações dos Casos de SIDA: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodpendência, segundo o Estado Vital e Género, por Zona Geográfica de Residência

01/01/1983 - 31/12/2011

Casos/Género Zona Geog. de Residência	Notificações SIDA: Total de Casos							Notificações SIDA: Total Casos Assoc. à Toxicodpendência					
	Total ^{a)}				N.º de Casos Mortos			Total ^{a)}			N.º de Casos Mortos		
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F
Total	16 880	13 655	3 224	1	7 856	6 595	1 261	7 679	6 545	1 134	4 014	3 463	551
Portugal	16 450	13 318	3 131	1	7 700	6 464	1 236	7 568	6 456	1 112	3 972	3 431	541
Aveiro	393	314	79	..	195	158	37	103	84	19	55	43	12
Beja	88	71	17	..	35	30	5	47	38	9	19	14	5
Braga	422	341	81	..	185	150	35	161	141	20	80	72	8
Bragança	67	48	19	..	25	15	10	19	17	2	4	4	..
Castelo Branco	89	71	18	..	49	40	9	35	30	5	17	14	3
Coimbra	271	223	48	..	138	109	29	110	93	17	55	43	12
Évora	111	90	21	..	48	41	7	36	29	7	13	12	1
Faro	652	519	133	..	295	242	53	232	187	45	115	89	26
Guarda	60	48	12	..	33	28	5	15	13	2	8	8	..
Leiria	350	295	55	..	173	141	32	119	105	14	60	50	10
Lisboa	6 857	5 473	1 383	1	3 160	2 651	509	2 933	2 445	488	1 540	1 315	225
Portalegre	43	35	8	..	14	11	3	18	14	4	6	5	1
Porto	3 763	3 110	653	..	1 972	1 675	297	2 383	2 100	283	1 408	1 242	166
Santarém	371	300	71	..	133	118	15	159	128	31	62	55	7
Setúbal	2 204	1 786	418	..	946	798	148	1 020	884	136	456	405	51
Viana do Castelo	117	104	13	..	59	53	6	33	30	3	12	11	1
Vila Real	107	86	21	..	44	35	9	52	41	11	19	15	4
Viseu	206	169	37	..	82	69	13	54	44	10	28	21	7
Açores	111	89	22	..	47	43	4	25	21	4	9	8	1
Madeira	168	146	22	..	67	57	10	14	12	2	6	5	1
Estrangeiro	121	95	26	..	64	53	11	11	10	1	7	6	1
Desconhecido	309	242	67	..	92	78	14	100	79	21	35	26	9

a) Vivos e mortos.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI-URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2011 / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI-NE

Quadro 46 - Utentes Rastreados para o VIH, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura
2003 - 2011

Estrutura/Rede \ VIH/ Ano	Utentes Testados ^{a)}										Utentes com VIH+										Utentes em Trat. c/ Antirretrovirais									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011			
Ambulatório/Rede Pública																														
Utentes em Tratamento no Ano	7 466	6 516	7 548	13 048	16 662	17 596	17 189	18 971	19 872	1 216	1 070	1 144	1 922	2 023	2 034	1 865	1 978	2 041	409	382	456	834	798	733	748	1 037	1 045			
Utentes em Primeiras Consultas	1 443	1 154	917	1 520	1 845	2 381	2 512	5 665	4 589	219	141	114	165	167	220	168	196	112	62	27	33	45	58	35	39	59	38			
Unidades de Desabilitação	2 767	2 824	3 274	2 619	2 664	2 648	2 371	1 901	1 586	440	372	419	353	340	323	256	202	159	178	134	120	118	127	161	129	74	47			
Rede Pública	1 812	1 641	1 696	1 430	1 466	1 703	1 566	1 382	1 450	289	225	236	203	205	206	175	140	137	98	71	69	60	65	88	82	52	37			
Rede Licenciada	955	1 183	1 578	1 189	1 198	945	805	519	136	151	147	183	150	135	117	81	62	22	80	63	51	58	62	73	47	22	10			
Comunidades Terapêuticas	3 966	3 993	3 962	4 128	4 232	4 436	3 778	3 709	3 180	637	665	637	664	659	617	448	419	324	441	450	379	420	398	408	304	248	203			
Rede Pública	57	75	68	110	132	128	104	108	119	8	5	7	18	18	12	10	14	9	7	4	2	14	18	9	5	8	7			
Rede Licenciada	3 909	3 918	3 894	4 018	4 100	4 308	3 674	3 601	3 061	629	660	630	646	641	605	438	405	315	434	446	377	406	380	399	299	240	196			
Centros de Dia	582	579	530	585	479	475	352	322	250	144	162	116	129	137	118	68	70	85	111	100	76	98	94	87	47	46	65			
Rede Pública	73	83	73	76	82	80	70	78	62	30	33	30	28	28	26	16	14	14	21	21	21	15	16	23	16	11	12			
Rede Licenciada	509	496	457	509	397	395	282	244	188	114	129	86	101	109	92	52	56	71	90	79	55	83	78	64	31	35	53			

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.

Quadro 47 - Utentes Rastreados para a Hepatite B, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura
2003 - 2011

Hepatite B / Ano Estrutura/Rede	Utentes Testados ^{a)}									Utentes com AgHBs+								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Am bulatório/Rede Pública																		
Utentes em Tratamento no Ano	6 889	5 941	6 924	11 727	13 194	13 513	13 296	12 601	13 241	266	207	238	403	469	452	394	365	369
Utentes em Primeiras Consultas	1 373	1 024	891	1 355	1 395	1 441	1 520	1 163	1 287	42	27	16	39	41	39	30	22	19
Unidades de Desabituação	2 726	2 739	3 202	2 527	2 628	2 680	2 402	1 944	1 618	179	252	150	218	263	55	63	32	31
Rede Pública	1 755	1 561	1 607	1 338	1 423	1 732	1 510	1 398	1 476	52	62	47	31	38	43	35	23	24
Rede Licenciada	971	1 178	1 595	1 189	1 205	948	892	546	142	127	190	103	187	225	12	28	9	7
Comunidades Terapêuticas	4 011	4 094	3 987	4 041	4 267	4 478	3 742	3 643	3 137	316	305	298	227	296	271	127	136	89
Rede Pública	57	75	68	110	129	131	96	107	108	4	7	1	5	12	17	3	4	2
Rede Licenciada	3 954	4 019	3 919	3 931	4 138	4 347	3 646	3 536	3 029	312	298	297	222	284	254	124	132	87
Centros de Dia	579	567	529	593	440	427	317	287	217	60	45	36	30	30	14	10	12	9
Rede Pública	73	79	73	77	82	80	43	61	57	1	1	3	5	5	12	6	7	3
Rede Licenciada	506	488	456	516	358	347	274	226	160	59	44	33	25	25	2	4	5	6

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Quadro 48 - Utentes Rastreados para a Hepatite C, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura
2003 - 2011

Hepatite C / Ano Estrutura/Rede	Utentes Testados ^{a)}									Utentes com VHC+								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ambulatório/Rede Pública																		
Utentes em Tratamento no Ano	6 963	6 206	7 111	12 723	14 106	14 283	13 836	15 232	14 229	4 040	3 577	3 780	6 910	7 318	7 177	6 300	5 774	5 242
Utentes em Primeiras Consultas	1 367	1 043	897	1 524	1 440	1 476	1 562	1 139	1 297	617	464	348	636	557	494	448	320	260
Unidades de Desabituação	2 731	2 766	3 219	2 555	2 691	2 728	2 469	2 006	1 650	1 693	1 720	1 736	1 235	1 280	1 663	1 233	923	770
Rede Pública	1 763	1 590	1 623	1 366	1 483	1 776	1 561	1 424	1 486	1 103	1 017	964	844	856	1 008	836	715	684
Rede Licenciada	968	1 176	1 596	1 189	1 208	952	908	582	164	590	703	772	391	424	655	397	208	86
Comunidades Terapêuticas	4 011	4 094	3 984	4 106	4 185	4 464	3 748	3 657	3 166	1 940	2 030	1 824	1 774	1 829	1 829	1 497	1 302	1 051
Rede Pública	57	75	68	110	120	131	104	111	123	30	41	23	66	50	51	47	46	46
Rede Licenciada	3 954	4 019	3 916	3 996	4 065	4 333	3 644	3 546	3 043	1 910	1 989	1 801	1 708	1 779	1 778	1 450	1 256	1 005
Centros de Dia	579	567	529	592	463	455	343	307	231	254	296	233	246	243	203	153	143	149
Rede Pública	73	79	73	76	82	80	66	73	59	40	34	46	36	45	43	38	39	30
Rede Licenciada	506	488	456	516	381	375	277	234	172	214	262	187	210	198	160	115	104	119

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.

Quadro 49 - Utentes Rastreados para a Tuberculose, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura
2003 - 2011

Tuberculose / Ano Estrutura/Rede	Utentes Testados ^{a)}										Utentes Positivos										Utentes em Tratamento									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011			
Ambulatório/Rede Pública																														
Utentes em Tratamento no Ano	3 901	2 726	3 282	5 317	6 338	6 488	6 645	1 793	1 595	124	107	88	164	170	159	155	23	17	124	107	88	164	170	159	155	23	17			
Utentes em Primeiras Consultas	878	551	462	661	679	765	893	540	512	26	22	12	13	11	15	21	8	3	23	22	12	13	11	15	21	8	3			
Unidades de Desabituação	2 413 ^{b)}	2 856	3 323	2 639	2 684	2 620	2 214	1 736	1 651	34	19	25	11	12	26	12	1	5	33	18	22	10	12	26	12	1	5			
Rede Pública	1 399 ^{b)}	1 669	1 729	1 451	1 476	1 678	1 619	1 460	1 532	3	15	11	7	12	7	11	1	4	2	15	11	7	12	7	11	1	4			
Rede Licenciada	1 014	1 187	1 594	1 188	1 208	942	595	276	119	31	4	14	4	..	19	1	..	1	31	3	11	3	..	19	1	..	1			
Comunidades Terapêuticas	4 042	4 002	3 854	4 024	4 184	4 466	3 721	3 598	3 110	87	73	34	76	132	36	53	64	36	83	73	34	76	59	34	53	64	36			
Rede Pública	57	75	68	110	130	131	112	115	128	3	1	..	1	1	3	1	..	1	1			
Rede Licenciada	3 985	3 927	3 786	3 914	4 054	4 335	3 609	3 483	2 982	84	72	34	75	132	36	52	64	36	80	72	34	75	59	34	52	64	36			
Centros de Dia	514	543	527	571	449	410	284	231	124	16	12	11	6	15	11	5	3	5	15	10	7	6	15	11	5	3	5			
Rede Pública	73	83	73	77	81	80	68	78	68	1	2	3	4	10	9	2	..	3	1	2	2	4	10	9	2	..	3			
Rede Licenciada	441	460	454	494	368	330	216	153	56	15	10	8	2	5	2	3	3	2	14	8	5	2	5	2	3	3	2			

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

b) Devido a problemas surgidos com alguns resultados dos testes da Tuberculose, a opção técnica foi não considerar os casos testados relacionados com esses resultados, o que subestima a cobertura real realizada nestas estruturas, mas, em contrapartida, contextualiza melhor os resultados de positividade disponíveis.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.



Quadro 50 - Óbitos Gerais Relacionados com o Consumo de Drogas
2003 - 2011

Critério ^{a)}	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Lista Sucinta Europeia	14	9	6	8	11	16	19	21	6	
Protocolo OEDT	23	20	9	12	14	20	27	26	10	

a) A causa de morte *Dependência de drogas, toxicomania*, CID 10 - Lista Sucinta Europeia, inclui todos os códigos F11 a F16 e F18 a F19 a quatro dígitos. O Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência utiliza para a sua definição de *mortes relacionadas com drogas (mortes causadas diretamente pelo consumo de drogas de abuso)*, os seguintes códigos da CID 10: F11 a F12, F14 a F16, F19, e, X42, X62, Y12 (combinando estes últimos três códigos com os códigos T 40.0-9) e X41, X61 e Y11 Y12 (combinando estes últimos três códigos com o código T 43.6).

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

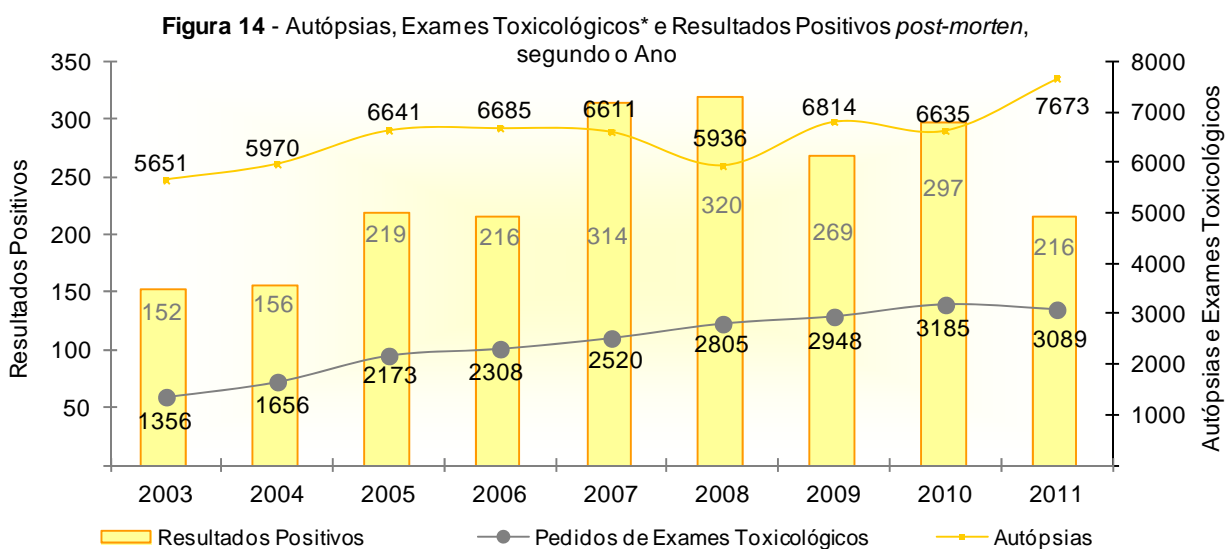
Quadro 51 - Óbitos Gerais Relacionados com o Consumo de Drogas,
segundo o Grupo Etário, por Causa de Morte e Género*
2011

Causa de morte ^{a)} /sexo	Grupo Etário	Total	Grupo Etário						
			≤ 19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
Critério - Lista Sucinta Europeia									
Total		6	3
Masculino	
Feminino	
Critério - Protocolo OEDT									
Total		10	4
Masculino	
Feminino	
Distúrbios: dependência múltipla ou outra (F19.2)	
Masculino	
Feminino	
Intoxicação acidental por cocaína (X42 e T 40.5)	
Masculino	
Feminino	
Intoxicação acidental por outros narcóticos e narcóticos não especificados (X42 e T 40.6)	
Masculino	
Feminino	
Intoxicação da qual se ignora se foi acidental ou intencional infligida - Metadona (Y12 e T40.3)	
Masculino	
Feminino	
Intoxicação da qual se ignora se foi acidental ou intencionalmente infligida - outros narcóticos não especificados (Y12 e T40.6)	
Masculino	
Feminino	

* “...” - Por razões de “segredo estatístico” (Lei do SEM, Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio), não é possível disponibilizar informação mais desagregada.

a) A causa de morte *Dependência de drogas, toxicomania*, CID 10 - Lista Sucinta Europeia, inclui todos os códigos F11 a F16 e F18 a F19 a quatro dígitos. O Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência utiliza para a sua definição de *mortes relacionadas com drogas (mortes causadas diretamente pelo consumo de drogas de abuso)*, os seguintes códigos da CID 10: F11 a F12, F14 a F16, F19, e, X42, X62, Y12 (combinando estes últimos três códigos com os códigos T 40.0-9) e X41, X61 e Y11 Y12 (combinando estes últimos três códigos com o código T 43.6).

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE



* Pedidos de exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efetuados no INML, I. P..

Data da recolha de informação: julho de 2012.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 52 – Pedidos de Exames Toxicológicos* e Resultados Positivos *post-mortem*, segundo o Ano, por Delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal

2003 - 2011

Delegação	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total Pedidos de Exames Toxicológicos	1 356	1 656	2 173	2 308	2 520	2 805	2 948	3 185	3 089	
Norte	424	560	774	798	858	876	840	916	915	
Centro	261	472	621	744	778	743	836	998	1 028	
Sul	671	624	778	766	884	1 186	1 272	1 271	1 146	
Total Resultados Positivos	152	156	219	216	314	320	269	297	216	
Norte	59	32	72	68	72	69	96	76	53	
Centro	18	45	47	48	100	65	63	84	52	
Sul	75	79	100	100	142	186	110	137	111	

* Pedidos de exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efetuados no INML, I. P..

Data da recolha de informação: julho de 2012.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 53 – Causa de Morte dos Casos com Resultados Toxicológicos Positivos, segundo o Ano, por Delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal

2008 - 2011

Delegação / Causa de morte	Ano			
	2008	2009	2010	2011 ^{a)}
Total Casos com Informação sobre a Causa de Morte	262	199	193	157
Overdose	94	56	52	19
Outra Causa de Morte	168	143	141	138
Norte	66	90	76	49
Overdose	17	26	27	8
Outra Causa de Morte	49	64	49	41
Centro	52	35	45	34
Overdose	27	14	15	6
Outra Causa de Morte	25	21	30	28
Sul	144	74	72	74
Overdose	50	16	10	5
Outra Causa de Morte	94	58	62	69

Data da recolha de informação: julho de 2012.

a) Os dados de 2011 sofrerão atualizações no próximo ano, o que exige cautelas na leitura comparativa dos dados.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 54 - Mortes por *Overdose*, segundo o Ano, por Grupo Etário e Género
2008 - 2011

Grupo Etário/Género	Ano			
	2008	2009	2010	2011 ^{a)}
Total	94	56	52	19
Masculino	85	50	46	16
Feminino	7	2	6	3
Desconhecido	2	4
≤ 19 anos
Masculino
Feminino
20-24 anos	4	1	1	1
Masculino	3	1	1	1
Feminino	1
25-29 anos	13	8	7	3
Masculino	12	8	7	3
Feminino	1
30-34 anos	21	9	11	2
Masculino	19	9	10	2
Feminino	2	..	1	..
35-39 anos	20	15	7	4
Masculino	19	14	6	4
Feminino	1	1	1	..
40-44 anos	13	6	13	5
Masculino	11	6	11	3
Feminino	2	..	2	2
≥ 45 anos	12	13	13	4
Masculino	12	12	11	3
Feminino	..	1	2	1
Desconhecido	11	4
Masculino	9
Feminino
Desconhecido	2	4

Data da recolha de informação: julho de 2012.

a) Os dados de 2011 sofrerão atualizações no próximo ano, o que exige cautelas na leitura comparativa dos dados.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 55 - Mortes por Overdose, segundo o Grupo Etário e Género, por Tipo de Substância
2010 - 2011

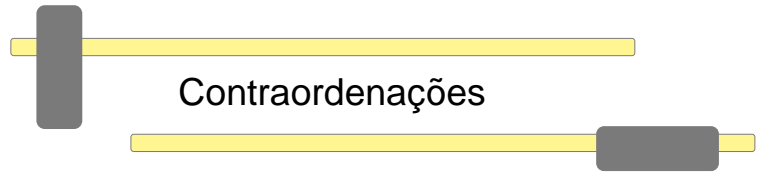
Substância	Grupo Etário/Género			2011 ^{a)}																					
	Total			< 19			20-24			25-29			30-34			35-39			40-44			> 45			
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	
Opiáceos ^{b)}	8	8	
Só	1	1	
Associados apenas com álcool	2	2	
Com outras substâncias	5	5	
Cocaína	5	5	
Só	2	2	
Associada apenas com álcool	
Associada apenas com opiáceos ^{b)}	1	1	
Com outras substâncias não opiáceas	
Com opiáceos ^{b)} e outras substâncias	2	2	
Metadona	10	7	3	1	1	..	2	2	..	1	1	..	2	2	..	3	1	2	1	..	1	
Só	1	1	
Associada apenas com álcool	1	..	1	
Associada apenas com opiáceos ^{b)}	
Com outras substâncias não opiáceas	7	5	2	1	1	..	1	1	..	1	1	..	1	1	..	2	1	1	1	..	1	
Com opiáceos ^{b)} e outras substâncias	1	1	
Anfetaminas	1	1	
Com outras substâncias não opiáceas	1	1	
Cannabis	3	3	
Com outras substâncias não opiáceas	3	3	
Drogas Sintéticas	1	1	
Com outras substâncias não opiáceas	1	1	
2010																									
Opiáceos ^{b)}	38	35	3	1	1	..	6	6	..	7	7	..	6	5	1	8	7	1	10	9	1	
Só	4	4	
Associados apenas com álcool	7	6	1	2	2	..	1	1	..	1	..	1	1	2	2	..	
Com outras substâncias	27	25	2	1	1	..	4	4	..	4	4	..	3	3	..	7	6	1	8	7	1	
Cocaína	26	25	1	4	4	..	4	4	..	2	2	..	7	7	..	9	8	1	
Só	3	2	1	1	1	..	1	1	1	..	1	
Associada apenas com álcool	2	2	
Associada apenas com opiáceos ^{b)}	5	5	1	1	..	1	1	1	1	..	2	2	..	
Com outras substâncias não opiáceas	3	3	1	1	1	1	..	1	1	..	
Com opiáceos ^{b)} e outras substâncias	13	13	2	2	2	2	..	4	4	..	5	5	..	
Metadona	8	6	2	
Só	
Associada apenas com álcool	
Associada apenas com opiáceos ^{b)}	
Com outras substâncias não opiáceas	8	6	2	2	1	1	1	1	..	4	3	1	1	1	..	
Com opiáceos ^{b)} e outras substâncias	

Data da recolha de informação: julho 2012.

a) Os dados de 2011 sofrerão atualizações no próximo ano, o que exige cautelas na leitura comparativa dos dados.

b) Inclui heroína, morfina e codeína.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Quadro 56 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Distrito

2003 - 2011

Distrito	Ano								
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011
Total	6 100	5 370	6 260	6 216	6 744	6 543	7 549	7 315	6 898
Aveiro	502	477	426	421	466	599	523	511	497
Beja	203	146	273	112	217	196	135	173	158
Braga	628	454	447	613	545	599	672	691	606
Bragança	83	49	43	87	39	45	46	55	86
Castelo Branco	101	93	92	40	49	57	88	70	63
Coimbra	141	171	201	167	227	183	262	286	230
Évora	79	99	92	72	100	120	121	90	81
Faro	399	460	431	486	713	513	484	561	497
Guarda	108	54	65	78	47	33	44	97	66
Leiria	158	183	143	102	136	121	283	186	239
Lisboa	1 062	972	1 605	1 596	1 598	1 294	1 665	1 368	1 120
Portalegre	137	79	62	83	113	101	150	79	91
Porto	1 217	1 054	1 346	1 436	1 368	1 467	1 796	1 801	1 945
Santarém	241	158	160	149	176	104	97	139	249
Setúbal	482	358	305	424	581	617	610	636	558
Viana do Castelo	188	157	154	96	136	175	172	225	149
Vila Real	166	105	134	106	97	123	143	126	87
Viseu	205	301	281	148	136	196	258	221	176

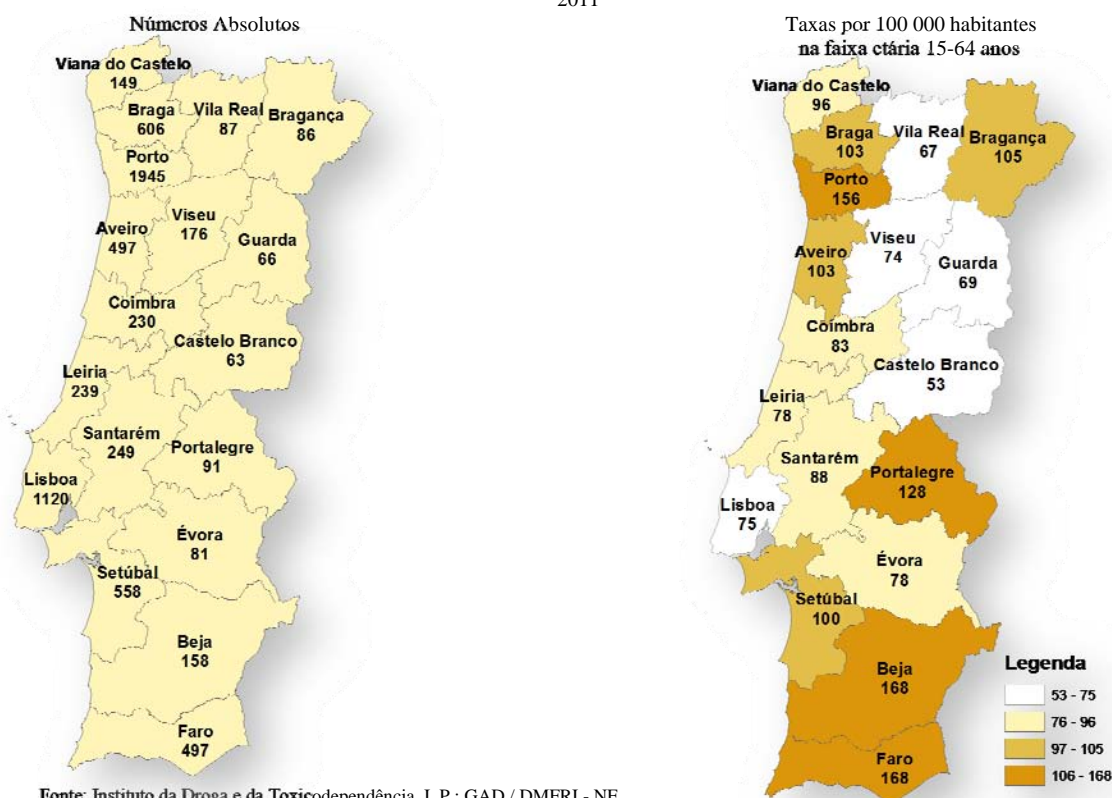
* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

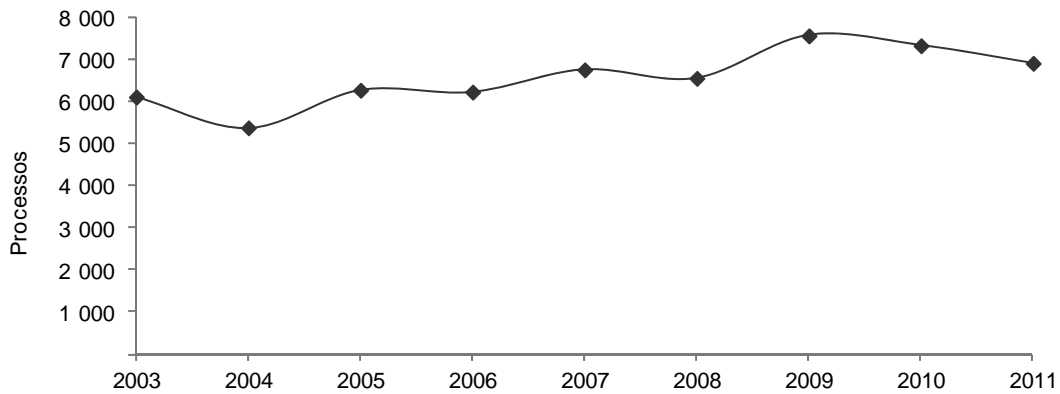
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 15 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, por Distrito

2011



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 16 - Processos de Contraordenação, segundo o Ano*

* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 53

Quadro 57 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Mês de Ocorrência
2003 - 2011

Mês de Ocorrência	Ano								
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011
Total	6 100	5 370	6 260	6 216	6 744	6 543	7 549	7 315	6 898
Janeiro	603	592	639	601	827	585	501	656	606
Fevereiro	526	445	623	508	603	504	689	658	585
Março	543	536	549	588	674	567	812	804	590
Abril	549	454	679	569	541	469	660	700	643
Mai	592	504	592	619	597	622	691	640	659
Junho	527	386	472	408	548	466	488	492	540
Julho	496	421	436	445	534	513	597	493	548
Agosto	378	357	364	511	674	638	903	586	650
Setembro	443	399	499	534	507	678	542	583	543
Outubro	595	483	512	531	471	695	633	667	540
Novembro	522	455	492	466	449	480	600	594	523
Dezembro	326	338	403	436	319	326	433	442	471

* Mês e ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 58 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo a sua Origem, por Distrito
2011

Distrito \ Origem	2011				
	Total	GNR	PSP	Tribunal	Outra
Total	7 315	2 645	3 456	1 118	96
2010 a)	7 315	2 645	3 456	1 118	96
2011...	6 898	2 534	3 150	1 186	28
Aveiro	497	207	224	57	9
Beja	158	72	28	58	..
Braga	606	333	189	83	1
Bragança	86	12	70	3	1
Castelo Branco	63	42	11	10	..
Coimbra	230	101	94	35	..
Évora	81	42	36	3	..
Faro	497	314	107	68	8
Guarda	66	38	15	11	2
Leiria	239	122	82	34	1
Lisboa	1 120	312	571	235	2
Portalegre	91	44	19	28	..
Porto	1 945	361	1 206	377	1
Santarém	249	80	106	61	2
Setúbal	558	254	247	57	..
Viana do Castelo	149	60	72	16	1
Vila Real	87	37	47	3	..
Viseu	176	103	26	47	..

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2011 e 31/03/2012 deram entrada nas CDT mais 274 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 59 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Origem
2003 - 2011

Origem \ Ano	2003 - 2011								
	2003 a)	2004 a)	2005 a)	2006 a)	2007 a)	2008 a)	2009 a)	2010 a)	2011
Total	6 100	5 370	6 260	6 216	6 744	6 543	7 549	7 315	6 898
GNR	1 682	1 465	1 387	1 718	2 250	2 196	2 829	2 645	2 534
PSP	2 883	2 629	2 926	2 612	2 606	3 008	3 665	3 456	3 150
Tribunal	1 514	1 240	1 878	1 847	1 856	1 291	1 028	1 118	1 186
Outra	21	36	69	39	32	48	27	96	28

* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 60 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Estado do Processo*, por Distrito

2011

Estado do Processo / Distrito	Total	Pendente	Arquivado	Suspensão
2010^{a)}	7 315	2 880	2 536	1 899
Total	6 898	1 865	2 251	2 782
2011	6 898	1 865	2 251	2 782
Aveiro	497	6	291	200
Beja	158	23	58	77
Braga	606	321	104	181
Bragança	86	6	76	4
Castelo Branco	63	1	41	21
Coimbra	230	16	105	109
Évora	81	..	68	13
Faro	497	436	..	61
Guarda	66	12	15	39
Leiria	239	46	128	65
Lisboa	1 120	514	208	398
Portalegre	91	11	51	29
Porto	1 945	319	664	962
Santarém	249	1	195	53
Setúbal	558	63	88	407
Viana do Castelo	149	..	109	40
Vila Real	87	41	15	31
Viseu	176	49	35	92

* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT do Porto e Faro ficaram sem *quórum* a partir de setembro, tendo sido reposto em agosto e novembro de 2011, respetivamente. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2011 e 31/03/2012 deram entrada nas CDT mais 274 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 61 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Estado do Processo**

2003 - 2011

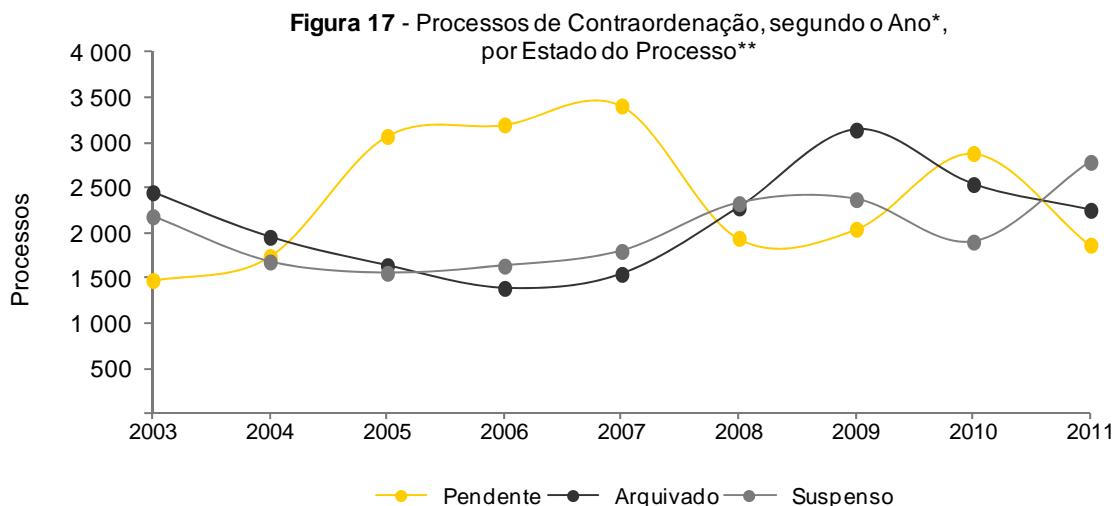
Estado do Processo	Ano								
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011
Total	6 100	5 370	6 260	6 216	6 744	6 543	7 549	7 315	6 898
Pendente	1 474	1 739	3 068	3 196	3 406	1 941	2 041	2 880	1 865
Arquivado	2 446	1 952	1 638	1 387	1 542	2 277	3 139	2 536	2 251
Suspensão	2 180	1 679	1 554	1 633	1 796	2 325	2 369	1 899	2 782

* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

** Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT do Porto e Faro ficaram sem *quórum* a partir de setembro, tendo sido reposto em agosto e novembro de 2011, respetivamente. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE



* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

** Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT do Porto e Faro ficaram sem *quórum* a partir de setembro, tendo sido repostos em agosto e novembro de 2011, respetivamente. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais.

Fonte: Quadro 58

Quadro 62 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Tipo de Decisão*, por Distrito
2011

Tipo de Decisão	Total	Tipo de Decisão (Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro)				Absolutória com efeitos extintivos ^{a)}
		Suspensiva		Punitiva	Art.º 16.º n.º 2 e 3, art.º 17.º art.º 18.º	
		n.º 1, art.º 11.º Suspensão Provisória não Toxicodependente	n.º 2 e 3, art.º 11.º Suspensão Provisória c/ Tratamento Toxicodependente	art.º 14.º e art.º 19.º Suspensão da Determinação/ /Execução da Sanção		
Distrito						
2010^{b)}	4 435	2 765	875	62	634	99
Total						
2011	5 033	3 259	745	72	740	217
Aveiro	491	260	103	..	124	4
Beja	135	67	31	11	9	17
Braga	285	226	51	8
Bragança	80	55	18	..	6	1
Castelo Branco	62	44	5	..	11	2
Coimbra	214	150	32	1	26	5
Évora	81	56	12	..	13	..
Faro	61	34	20	6	1	..
Guarda	54	28	18	..	6	2
Leiria	193	135	40	6	9	3
Lisboa	606	497	51	2	50	6
Portalegre	80	59	11	1	9	..
Porto	1 626	920	189	29	336	152
Santarém	248	181	18	4	36	9
Setúbal	495	357	57	12	68	1
Viana do Castelo	149	102	20	..	22	5
Vila Real	46	28	12	..	6	..
Viseu	127	60	57	..	8	2

* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT do Porto e Faro ficaram sem *quórum* a partir de setembro, tendo sido repostos em agosto e novembro de 2011, respetivamente. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais.

a) Nas decisões absolutórias estão incluídos os casos de óbito e de prescrição.

b) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2011 e 31/03/2012 deram entrada nas CDT mais 274 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 63 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Tipo de Decisão**

2003 - 2011

Tipo de Decisão (Lei n.º 30/2000 de 29/11)	Ano									
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011	
Total	4 626	3 631	3 192	3 020	3 338	4 602	5 508	4 435	5 033	
Suspensiva	Suspensão Provisória não Toxicodependente n.º 1, art.º 11.º	3 157	2 461	1 892	1 778	2 010	2 880	3 719	2 765	3 259
	Suspensão Provisória c/ Tratamento Toxicodependente n.º 2 e 3, art.º 11.º	899	638	683	597	623	829	825	875	745
	Suspensão da Determinação / Execução da Sanção art.º 14.º e art.º 19.º	78	47	69	68	88	102	70	62	72
Punitiva	art.º 16.º; n.º 2 e 3, art.º 17.º; art.º 18.º	403	389	476	516	571	670	768	634	740
Absolutória com efeitos Extintivos ^{b)}	89	96	72	61	46	121	78	99	217	
Desconhecida	48	

* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

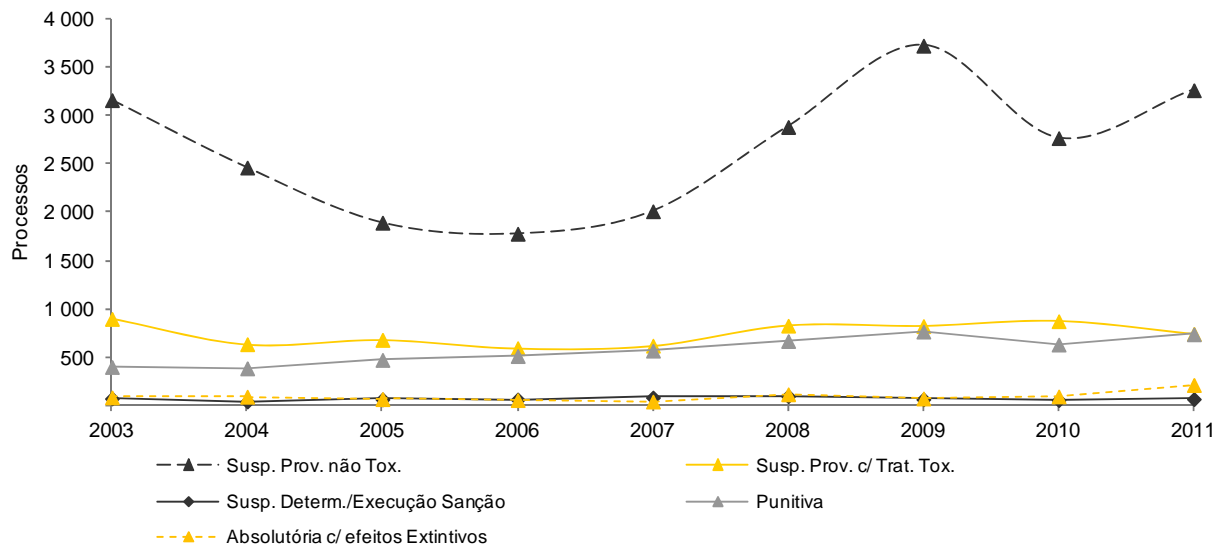
** Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT do Porto e Faro ficaram sem *quórum* a partir de setembro, tendo sido repostos em agosto e novembro de 2011, respetivamente. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais..

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

b) Nas decisões absolutórias estão incluídos os casos de óbito e de prescrição.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 18 - Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Tipo de Decisão**



* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

** Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT do Porto e Faro ficaram sem *quórum* a partir de setembro, tendo sido repostos em agosto e novembro de 2011, respetivamente. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais.

Fonte: Quadro 60

Quadro 64 - Distribuição dos Processos de Contraordenação com Decisão Punitiva, segundo o Tipo de Sanção, por Distrito

2011

Distrito	Tipo de Sanção	Total	Tipo de Sanção (Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro)												
			Pecuniária			Não Pecuniária									
			art.º 16.º	b), n.º 2, art.º 17.º Interdição de frequência de certos lugares	d), n.º 2, art.º 17.º Interdição de ausência para o estrangeiro sem autorização	e), n.º 2, art.º 17.º Apresentação periódica em local a designar pela CDT					h), n.º 2, art.º 17.º Privação da gestão de subsídio	n.º 3, art.º 17.º Prestação de serviço gratuito a favor da comunidade	art.º 18.º Admoestação	Outros	
			CS	ET	CDT	PSP	GNR	Outro							
Total	2010^{a)}	634	213	30	82	147	69	50	21	..	1	4	17
	2011	740	136	25	68	231	54	51	28	..	5	10	132
Aveiro		124	23	42	8	26	15	10
Beja		9	4	4	1
Braga	
Bragança		6	5	1
Castelo Branco		11	3	4	2	2
Coimbra		26	10	3	8	2	3	..
Évora		13	8	1	1	3
Faro		1	1
Guarda		6	6
Leiria		9	6	2	1
Lisboa		50	37	1	..	3	3	4	..	2
Portalegre		9	4	1	..	4
Porto		336	15	190	1	130 ^{b)}
Santarém		36	11	5	..	6	5	3	6	..
Setúbal		68	5	16	4	11	15	8	9
Viana do Castelo		22	12	4	1	5
Vila Real		6	3	3
Viseu		8	3	3	2

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2011 e 31/03/2012 deram entrada nas CDT mais 274 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2010.

b) Dos 130 processos na categoria "outras sanções": em 53 processos foi aplicada como sanção a entrega de Donativos a Instituições e em 77 o Pagamento Voluntário, substituindo a aplicação de sanção Pecuniária, devido à falta de *quórum* que na CDT do Porto, em grande parte do ano.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 65 - Distribuição dos Processos de Contraordenação com Decisão Punitiva, segundo o Ano*, por Tipo de Sanção
2003 - 2011

Tipo de Sanção (Lei n.º 30/2000 de 29/11)		Ano									
		2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011	
Total		403	389	476	516	571	671	768	634	740	
Pecuniária art.º 16.º		154	191	195	176	240	228	245	213	136	
Não Pecuniária	b), n.º 2, art.º 17.º - Interdição de frequência de certos lugares	20	7	3	6	11	4	
	d), n.º 2, art.º 17.º - Interdição de ausência para o estrangeiro sem autorização	2	3	1	3	3	
	e), n.º 2, art.º 17.º - Apresentação periódica em local a designar pela CDT	Centro Saúde	31	16	24	18	29	23	20	30	25
		CAT / ET	11	23	32	30	29	66	52	82	68
		CDT	90	75	105	177	153	212	269	147	231
		PSP / GNR	51	46	68	71	76	94	119	119	105
	Outro	..	12	6	16	9	16	17	21	28	
	h), n.º 2, art.º 17.º - Privação de gestão de subsídio	
n.º 3, art.º 17.º - Prestação de serviço gratuito a favor da comunidade	4	4	8	1	2	3	15	1	5		
art.º 18.º - Admoestação	15	14	17	14	10	11	16	4	10		
Outros		25	1	18	4	11	11	12	17	132 ^{b)}	

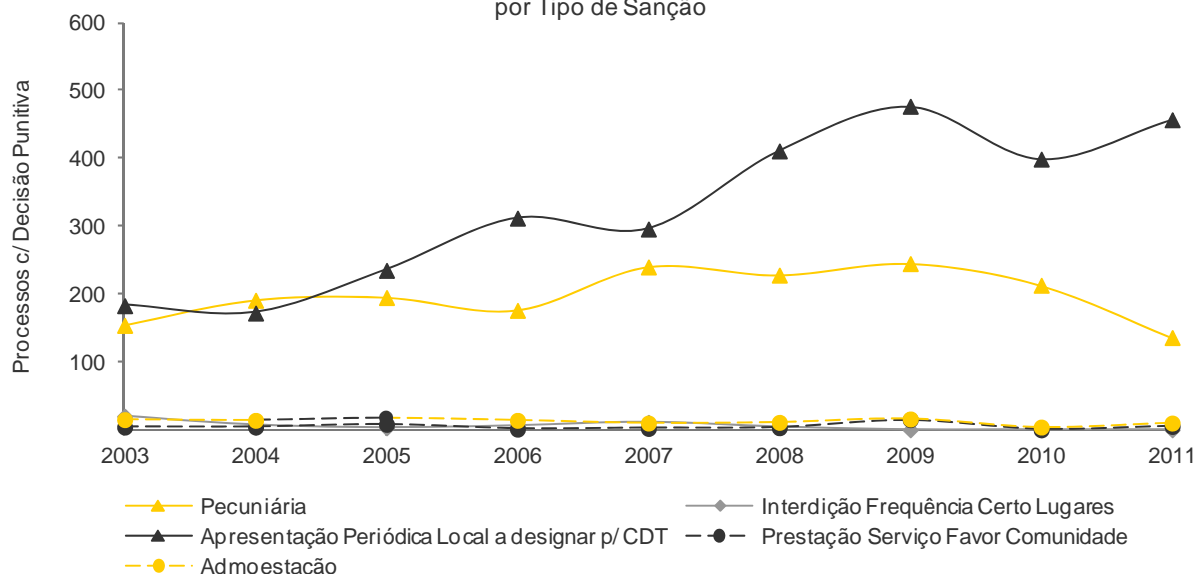
* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

b) Dos 132 processos na categoria “outras sanções”, 130 são relativos à CDT do Porto que devido à falta de *quórum* e em substituição de sanção Pecuniária, em 53 processos aplicou a entrega de Donativos a Instituições e em 77 o Pagamento Voluntário.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 19 - Processos de Contraordenação com Decisão Punitiva, segundo o Ano*, por Tipo de Sanção



* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.
Fonte: Quadro 62

Quadro 66 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Tipo de Droga, por Distrito
2011

Tipo de Droga		Total	Heroína	Cocaína	Cannabis	Ecstasy	Outro	Polidrogas	Desc.
Distrito									
Total	2010 ^{a)}	7 315	959	468	4 920	9	29	506	424
	2011	6 898	610	461	4 934	24	23	429	417
Aveiro		497	46	44	346	3	..	53	5
Beja		158	50	2	97	7	2
Braga		606	99	25	391	1	..	44	46
Bragança		86	19	5	57	..	1	4	..
Castelo Branco		63	6	2	52	3
Coimbra		230	17	20	175	1	..	17	..
Évora		81	3	5	68	..	2	3	..
Faro		497	74	47	353	1	..	13	9
Guarda		66	5	1	42	15	3
Leiria		239	29	12	177	1	..	8	12
Lisboa		1 120	59	111	856	6	5	73	10
Portalegre		91	1	2	68	4	..	4	12
Porto		1 945	115	127	1 330	4	8	126	235
Santarém		249	19	9	199	2	1	15	4
Setúbal		558	28	31	460	..	5	25	9
Viana do Castelo		149	2	8	113	..	1	11	14
Vila Real		87	15	2	58	1	..	2	9
Viseu		176	23	8	92	9	44

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2011 e 31/03/2012 deram entrada nas CDT mais 274 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 67 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Tipo de Droga
2003 - 2011

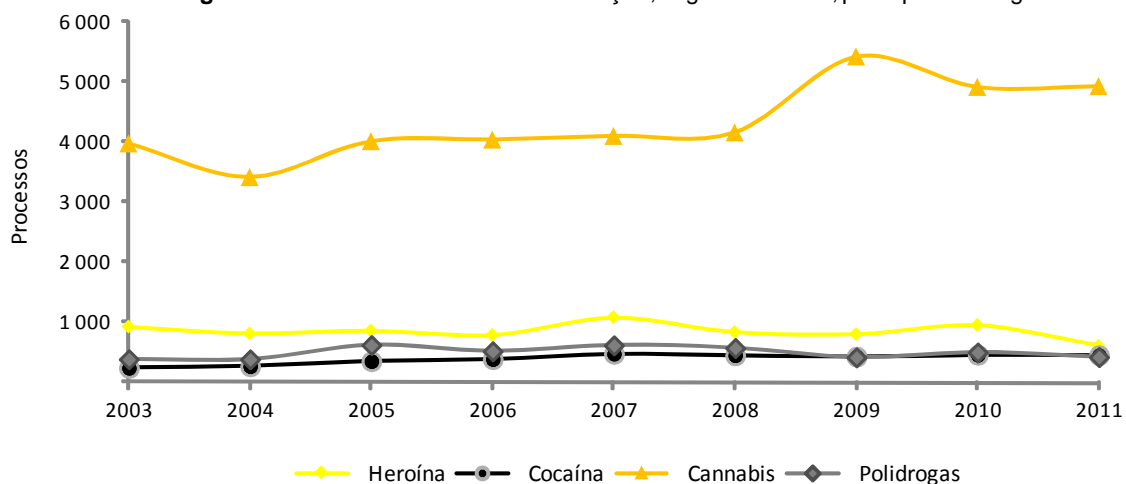
Ano		2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011
Tipo de Droga										
Total		6 100	5 370	6 260	6 216	6 744	6 543	7 549	7 315	6 898
Heroína		931	816	864	789	1 089	841	803	959	610
Cocaína		249	277	362	395	484	460	438	468	461
Cannabis		3 980	3 417	4 015	4 043	4 104	4 163	5 429	4 920	4 934
Ecstasy		24	19	33	28	36	10	8	9	24
Outro		15	6	20	14	26	24	20	29	23
Polidrogas		393	392	628	526	625	580	424	506	429
Desconhecido		508	443	338	421	380	465	427	424	417

* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, , entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

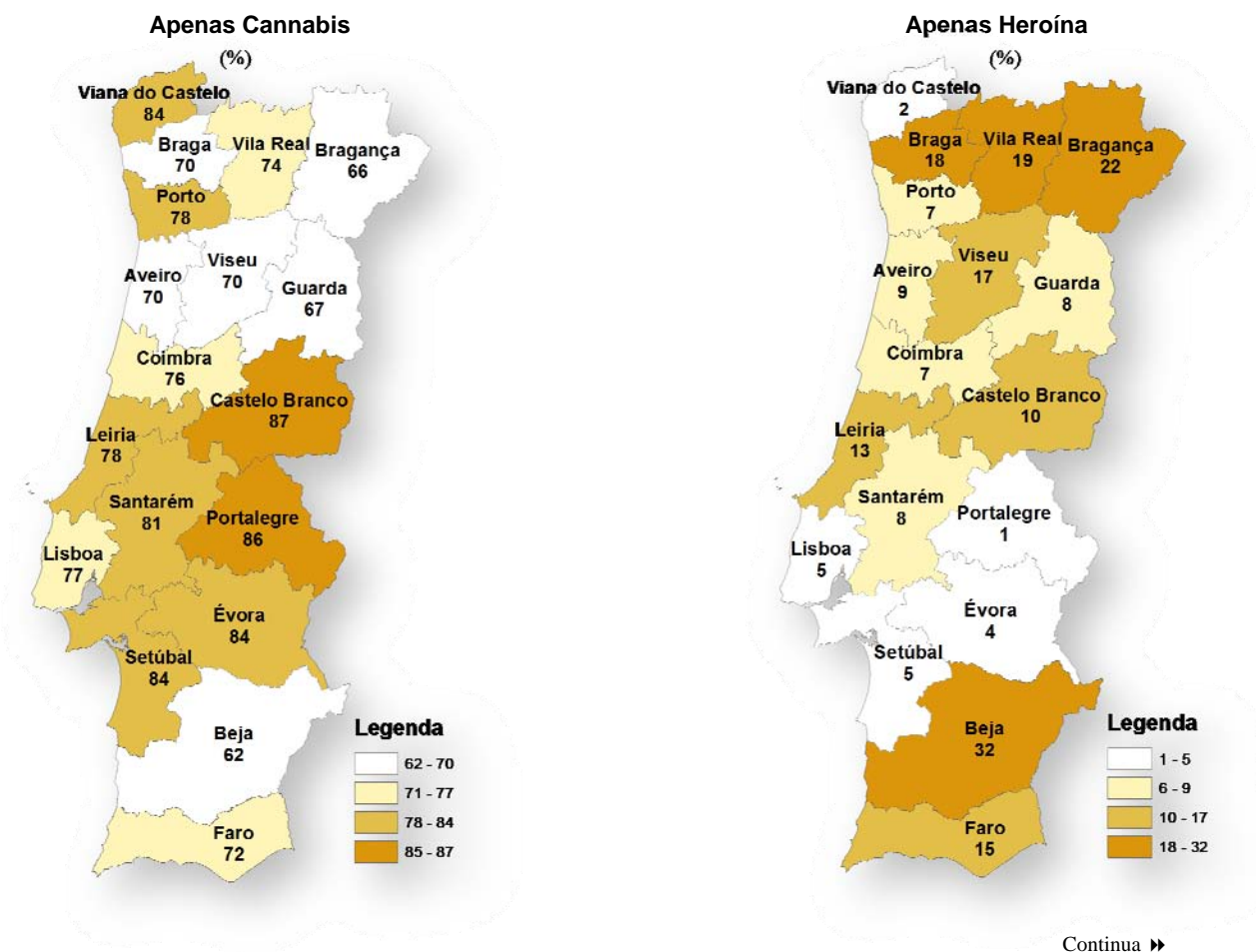
Figura 20 - Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Tipo de Droga

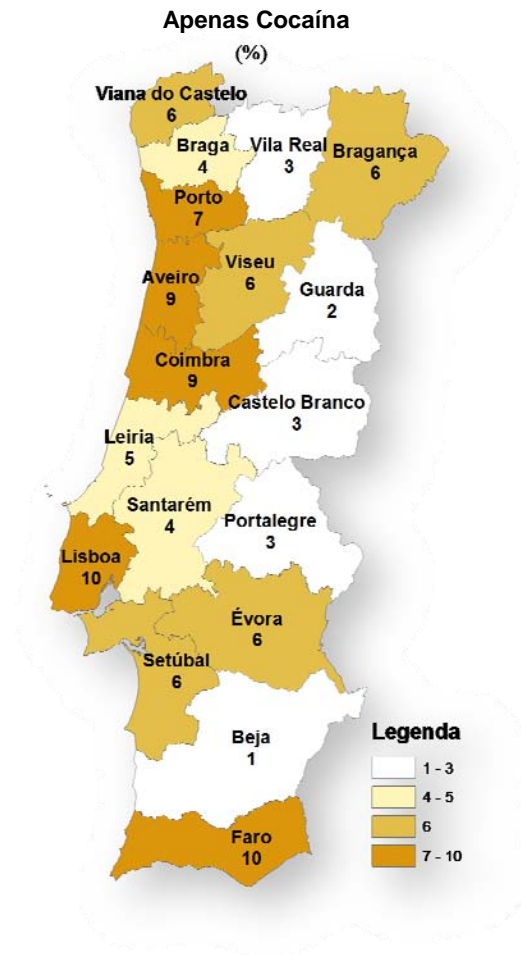
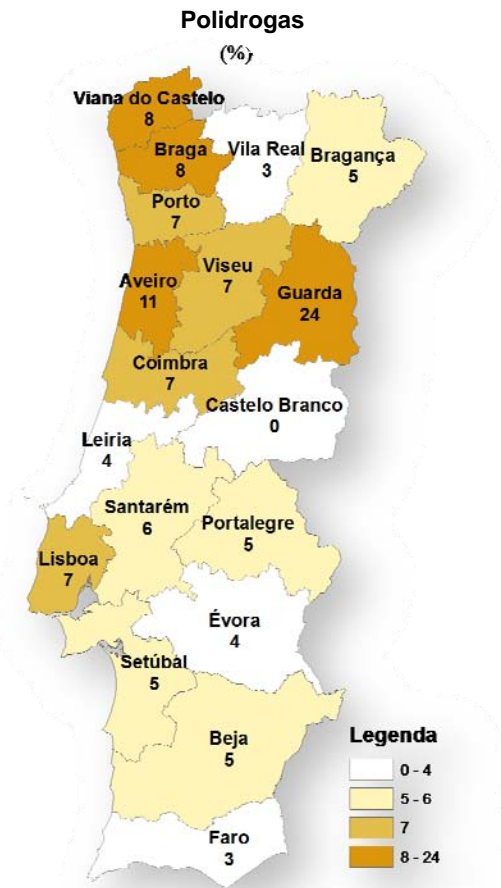


* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 64

Figura 21 - Percentagens Intradistritais de Processos de Contraordenação, por Tipo de Droga 2011





Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 68 - Distribuição dos Processos de Contraordenação com Polidrogas, segundo as Drogas Envolvidas*, por Distrito

2011

Distrito	Drogas Envolvidas	Total	Heroína	Heroína	Cocaína	Ecstasy	Heroína +	Outras
			+ Cocaína	+ Cannabis	+ Cannabis	+ Cannabis	Cocaína + Cannabis	
Total	2010^{a)}	506	334	45	57	7	22	41
	2011	429	250	42	64	28	17	28
Aveiro		53	38	3	2	3	4	3
Beja		7	1	4	1	1
Braga		44	28	8	4	1	..	3
Bragança		4	2	1	1
Castelo Branco	
Coimbra		17	6	3	3	4	1	..
Évora		3	1	..	1	1
Faro		13	7	2	3	1
Guarda		15	4	2	3	..	4	2
Leiria		8	4	2	1	1
Lisboa		73	41	3	17	6	..	6
Portalegre		4	1	..	2	1
Porto		126	95	7	12	4	5	3
Santarém		15	2	3	5	4	..	1
Setúbal		25	11	2	7	1	1	3
Viana do Castelo		11	4	..	3	2	..	2
Vila Real		2	2
Viseu		9	5	2	1	1

* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2011 e 31/03/2012 deram entrada nas CDT mais 274 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 69 - Distribuição dos Processos de Contraordenação com Polidrogas, segundo o Ano*, por Drogas Envolvidas**

2003 - 2011

Drogas Envolvidas	Ano									
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011	
Total	393	392	628	526	625	580	424	506	429	
Heroína + Cocaína	241	245	383	304	398	373	256	334	250	
Heroína + Cannabis	39	37	57	67	49	48	40	45	42	
Cocaína + Cannabis	30	42	68	79	70	61	64	57	64	
Ecstasy + Cannabis	36	33	38	27	39	33	17	7	28	
Heroína + Cocaína + Cannabis	19	19	50	27	15	26	19	22	17	
Outras	28	16	32	22	54	39	28	41	28	

* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

** As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 70 - Indivíduos* Primários e Reincidentes em Processos de Contraordenação, segundo o Ano**

2003 - 2011

Situação	Ano									
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011	
Total	5615	4998	5824	5815	6268	6044	7122	6826	6262	6 507
Primários	5264	4734	5478	5507	5908	5710	6802	6452	6 193	
Reincidentes ^{b)}	351	264	346	308	360	334	320	374	314	

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

b) Apenas são considerados reincidentes, os indivíduos com mais do que um processo de contraordenação num mesmo ano.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 71 - Indivíduos Reincidentes* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano, por N.º de Reincidências**

2003 - 2011

N.º de Reincidências	Ano									
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011	
Total	351	264	346	308	360	334	320	374	314	
Uma reincidência	318	239	305	266	303	293	289	339	284	
Duas reincidências	23	25	35	36	44	34	21	31	25	
Três reincidências	8	..	5	5	10	5	8	2	3	
Quatro reincidências	2	3	2	2	1	1	
Cinco reincidências	1	1	1	..	
Seis reincidências	1	

* Apenas são considerados reincidentes os indivíduos com mais do que um processo de contraordenação num mesmo ano.

** Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 22 - Indivíduos Reincidentes* em Processos de Contraordenação, por Distrito

* No distrito do Porto estão contabilizados dois indivíduos, 1 com processo de contraordenação nas CDT de Porto e Guarda, e outro com processo de contraordenação nas CDT do Porto e Braga, no distrito de Coimbra, 1 indivíduo com processos nas CDT de Coimbra e Guarda, no distrito de Setúbal, 1 indivíduo com processos nas CDT de Setúbal e Lisboa.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 72 - Indivíduos* em Processos de Contraordenação, segundo o Grupo Etário e Género, por Distrito

2011

Grupo Etário/Género Distrito ^{a)}	Total			16-19			20-24			25-29			30-34			35-39			40-44			≥45			Desc.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
2010 ^{b)}	6 826	6 412	414	1 202	1 118	84	1 977	1 855	122	1 290	1 221	69	839	790	49	650	611	39	439	413	26	411	387	24	18	17	1
Total	6 507	6 039	468	1 259	1 140	119	1 925	1 792	133	1 175	1 099	76	718	672	46	563	516	47	421	399	22	429	405	24	17	16	1
Aveiro	456	416	40	110	100	10	145	129	16	75	71	4	42	40	2	43	36	7	20	20	..	21	20	1
Beja	141	131	10	20	17	3	17	16	1	30	28	2	17	17	..	19	16	3	17	17	..	21	20	1
Braga	576	563	13	115	107	8	175	173	2	101	99	2	49	49	..	49	49	..	40	40	..	47	46	1
Bragança	76	72	4	15	14	1	27	26	1	8	8	..	8	8	..	4	4	..	7	6	1	7	6	1
Castelo Branco	61	60	1	10	10	..	15	14	1	19	19	..	8	8	4	4	..	4	4	..	1	1	..
Coimbra	225	202	23	59	51	8	66	59	7	33	31	2	22	20	2	16	15	1	11	11	..	18	15	3
Évora	77	66	11	21	18	3	19	13	6	10	9	1	11	11	..	6	5	1	3	3	..	7	7
Faro	476	434	42	75	71	4	132	120	12	88	83	5	62	51	11	43	39	4	34	31	3	42	39	3
Guarda	63	58	5	13	13	..	17	16	1	12	10	2	6	5	1	6	5	1	7	7	..	2	2
Leiria	225	211	14	39	38	1	71	66	5	37	32	5	30	29	1	23	21	2	11	11	..	14	14
Lisboa	1 091	1 001	90	230	201	29	323	299	24	185	173	12	135	126	9	95	88	7	65	61	4	57	52	5	1	1	..
Portalegre	89	80	9	15	12	3	24	21	3	20	18	2	13	13	..	10	10	..	5	5	..	2	1	1
Porto	1 799	1 692	107	301	280	21	537	515	22	335	314	21	200	187	13	146	133	13	139	129	10	132	125	7	9	9	..
Santarém	231	214	17	60	56	4	67	62	5	39	37	2	25	23	2	20	18	2	11	10	1	9	8	1
Setúbal	531	476	55	114	97	17	154	137	17	103	93	10	47	43	4	45	41	4	32	30	2	30	30	..	6	5	1
Viana do Castelo	140	133	7	26	24	2	53	50	3	28	26	2	17	17	..	6	6	..	4	4	..	6	6
Vila Real	81	72	9	10	8	2	33	28	5	13	13	..	6	6	..	12	10	2	2	2	..	5	5
Viseu	169	158	11	26	23	3	50	48	2	39	35	4	20	19	1	20	20	..	9	8	1	5	5

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

a) No distrito do Porto estão contabilizados dois indivíduos, 1 com processo de contraordenação nas CDT de Porto e Guarda, e outro com processo de contraordenação nas CDT do Porto e Braga, no distrito de Coimbra 1 indivíduo com processos nas CDT de Coimbra e Guarda, no distrito de Setúbal 1 indivíduo com processos nas CDT de Setúbal e Lisboa.

b) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2011 e 31/03/2012 deram entrada nas CDT mais 274 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 73 - Indivíduos* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano, por Grupo Etário e Género**

2003 - 2011

Grupo Etário/Género	Ano								
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011
Total	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044	7 122	6 826	6 507
Masculino	5 284	4 671	5 440	5 486	5 806	5 686	6 652	6 412	6 039
Feminino	331	327	384	329	462	358	470	414	468
16-19 anos	1 189	920	967	878	864	977	1 294	1 202	1 259
Masculino	1 109	848	905	843	816	914	1 202	1 118	1 140
Feminino	80	72	62	35	48	63	92	84	119
20-24 anos	1 825	1 685	1 928	1 884	1 925	1 853	2 290	1 977	1 925
Masculino	1 730	1 586	1 814	1 787	1 775	1 762	2 145	1 855	1 792
Feminino	95	99	114	97	150	91	145	122	133
25-29 anos	1 048	888	1 104	1 132	1 179	1 138	1 365	1 290	1 175
Masculino	988	844	1 026	1 064	1 094	1 072	1 267	1 221	1 099
Feminino	60	44	78	68	85	66	98	69	76
30-34 anos	726	643	771	773	911	739	824	839	718
Masculino	673	594	711	717	831	696	770	790	672
Feminino	53	49	60	56	80	43	54	49	46
35-39 anos	451	437	520	568	621	595	557	650	563
Masculino	418	403	479	522	576	550	523	611	516
Feminino	33	34	41	46	45	45	34	39	47
40-44 anos	252	246	307	345	444	408	422	439	421
Masculino	244	230	293	328	405	381	395	413	399
Feminino	8	16	14	17	39	27	27	26	22
≥45 anos	98	137	193	197	284	300	327	411	429
Masculino	97	127	180	189	270	277	310	387	405
Feminino	1	10	13	8	14	23	17	24	24
Desconhecido	26	42	34	38	40	34	43	18	17
Masculino	25	39	32	36	39	34	40	17	16
Feminino	1	3	2	2	1	..	3	1	1

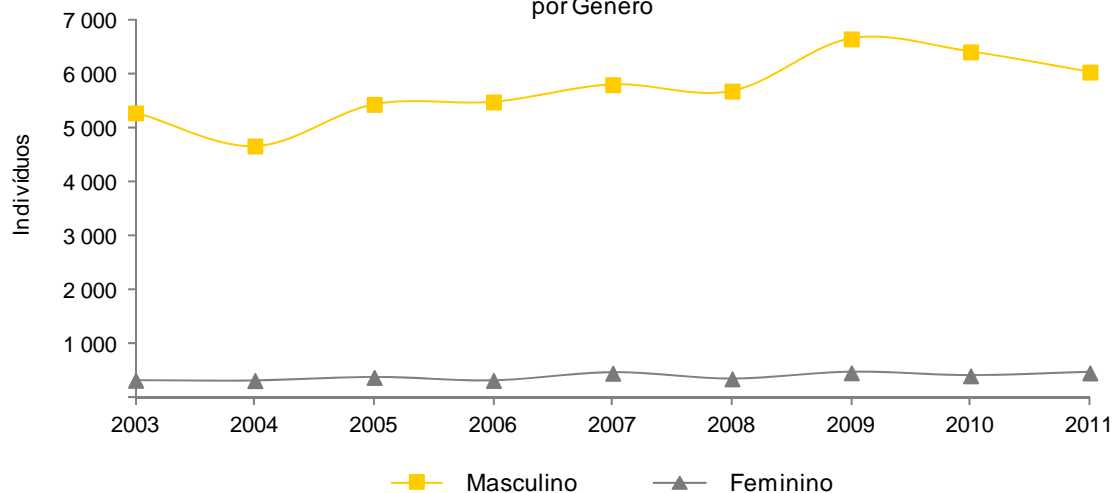
* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

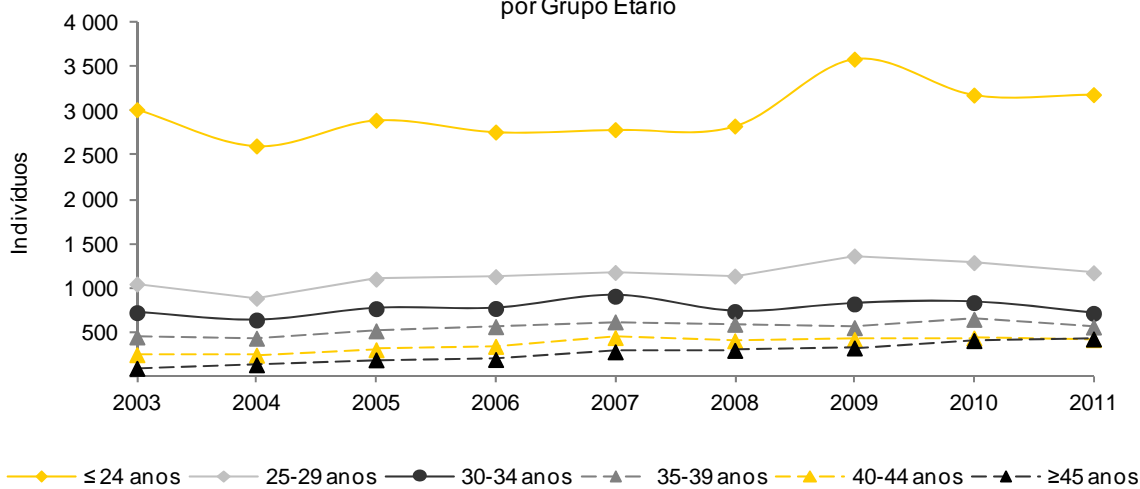
Figura 23 - Indivíduos em Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Género



* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 70

Figura 24 - Indivíduos em Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Grupo Etário



* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 70

Quadro 74- Indivíduos* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano**, por País da Nacionalidade
2003 – 2011

País da Nacionalidade	Ano									
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011	
Total	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044	7 122	6 826	6 507	
Europa	5 445	4 844	5 556	5 548	6 021	5 818	6 849	6 582	6 298	
União Europeia	5 426	4 825	5 533	5 522	5 987	5 791	6 812	6 538	6 263	
Alemanha	10	16	13	9	11	5	5	11	13	
Espanha	16	18	12	12	31	12	41	43	35	
França	17	22	25	14	13	16	28	14	26	
Holanda	..	1	3	..	8	1	6	2	..	
Portugal	5 372	4 751	5 461	5 468	5 893	5 734	6 705	6 441	6 155	
Reino Unido	5	10	8	6	8	7	8	5	15	
Outros da UE	6	7	11	13	23	16	19	22	19	
Outros da Europa	19	19	23	26	34	27	37	44	35	
Ucrânia	9	14	13	18	23	14	24	32	19	
Outros	10	5	10	8	11	13	13	12	16	
África	135	114	203	188	161	151	163	146	141	
Angola	66	59	72	75	43	37	36	39	35	
Cabo Verde	37	23	63	71	62	77	76	68	76	
Guiné-Bissau	11	12	24	20	26	18	26	28	21	
Moçambique	14	9	29	14	13	6	9	3	2	
São Tomé e Príncipe	..	2	1	2	5	5	6	3	3	
Outros	7	9	14	6	12	8	10	5	4	
América	29	29	46	62	73	70	93	88	61	
Bolívia	1	
Brasil	17	21	40	46	65	62	85	82	56	
Colômbia	1	..	1	..	1	1	..	1	3	
Venezuela	4	4	2	4	1	1	2	2	..	
Outros	6	4	3	12	6	6	6	3	2	
Ásia	2	4	8	4	6	5	10	4	5	
Oceânia	1	1	1	
Desconhecido	4	7	11	12	7	..	7	5	1	

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 75 Indivíduos* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano**, por Estado Civil
2003- 2011

Estado Civil \ Ano	Ano								
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011
Total	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044	7 122	6 826	6 507
Solteiro	4 782	4 177	4 839	4 827	5 226	5 051	6 038	5 805	5 610
Casado / União de Facto	575	554	673	678	694	655	717	671	593
Divorciado / Separado	200	185	236	231	278	258	276	264	243
Viúvo	15	14	15	6	15	13	12	12	13
Desconhecido	43	68	61	73	55	67	79	74	48

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 76 - Indivíduos* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano**, por Situação de Coabitação
2003 - 2011

Situação de Coabitação \ Ano	Ano								
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011
Total	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044	7 122	6 826	6 507
Só com Ascendentes ^{b)}	3 290	2 674	3 033	3 065	3 331	3 307	3 931	3 535	3 400
Com Ascendentes ^{b)} + Companheiro ou Filho(s)	106	99	116	96	133	127	127	129	124
Só com Companheiro + Filho(s)	295	251	270	298	317	309	378	329	334
Só com Companheiro	243	252	296	332	406	348	388	336	267
Só com Filho(s)	13	11	23	16	28	18	14	23	32
Só com Amigos	77	78	89	86	98	101	125	119	92
Sozinho	317	301	340	378	436	402	497	450	400
Outra Situação	543	493	602	566	553	584	632	621	621
Desconhecida	731	839	1 055	978	966	848	1 030	1 284	1 237

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

b) Com ou sem irmãos.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 77 - Indivíduos* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano, por Nível de Ensino**
2003 - 2011

Nível de Ensino	Ano								
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011
Total	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044	7 122	6 826	6 507
Sem Nível de Ensino	30	25	37	23	33	34	29	33	21
Ensino Básico / 1.º Ciclo	528	492	524	519	561	511	534	458	373
Ensino Básico / 2.º Ciclo	1 061	895	979	1 028	1 074	1 101	1 195	1 089	974
Ensino Básico / 3.º Ciclo	1 914	1 588	1 838	1 745	1 944	1 994	2 350	2 163	2 081
Ensino Secundário	1 146	983	1 036	1 071	1 246	1 277	1 664	1 538	1 595
Ensino Superior	79	61	83	125	124	121	199	141	131
Outro	9	19	9	18	15	14	9	12	8
Desconhecido	848	935	1 318	1 286	1 271	992	1 142	1 392	1 324

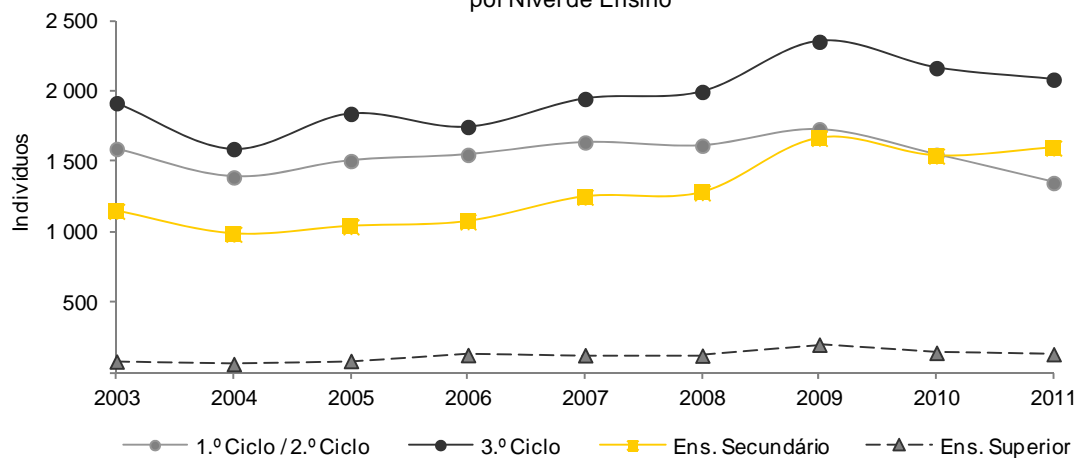
* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 25 - Indivíduos em Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Nível de Ensino



* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 74

Quadro 78 - Indivíduos* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano, por Situação Profissional**
2003 - 2011

Situação Profissional	Ano									
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011	
Total	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044	7 122	6 826	6 507	
Empregado	2 320	2 051	2 412	2 516	2 896	2 640	2 729	2 549	2 327	
Empregado Temporariamente	86	82	74	68	80	59	83	110	100	
Desempregado	1 507	1 295	1 672	1 621	1 670	1 615	2 008	1 858	1 819	
Estudante	908	733	806	806	829	957	1 388	1 423	1 449	
Situação de Reclusão	201	187	149	260	240	270	278	264	204	
Outra Situação ^{b)}	252	196	278	139	170	145	210	165	203	
Desconhecida	341	454	433	405	383	358	426	457	405	

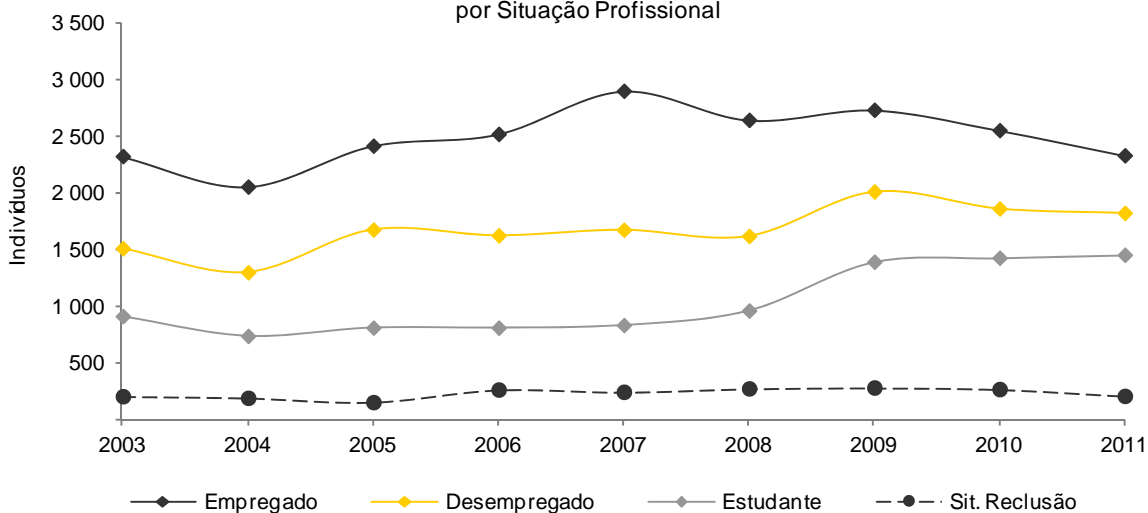
* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 26 - Indivíduos em Processos de Contraordenação, segundo o Ano*, por Situação Profissional



* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 75

Quadro 79 - Indivíduos* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano, por Grupo Profissional**
2003 - 2011

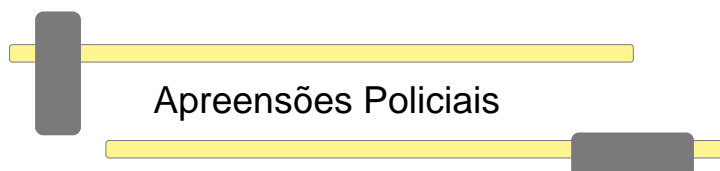
Grupo Profissional	Ano									
	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008 ^{a)}	2009 ^{a)}	2010 ^{a)}	2011	
Total	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044	7 122	7 122	6 507	
Quadros superiores da administração pública	1	..	5	3	1	..	2	2	2	
Diretores de empresas	2	2	3	3	2	2	2	2	3	
Diretores e gerentes de pequenas empresas	11	26	14	21	43	31	31	31	36	
Especialistas das ciências físicas, matemáticas e engenharia	6	6	3	9	12	10	21	21	10	
Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde	4	2	3	8	4	5	14	14	3	
Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares	9	5	6	18	14	11	18	18	18	
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	14	5	10	14	18	21	43	43	20	
Técnicos e profissionais de nível intermédio das ciências físicas e químicas, da engenharia e trabalhadores similares	18	7	16	19	16	24	24	24	25	
Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde	8	7	5	8	9	7	9	9	8	
Profissionais de nível intermédio do ensino	4	4	12	5	9	7	10	10	12	
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	67	54	72	69	106	87	102	102	65	
Empregados de escritório	61	64	88	69	112	68	104	104	75	
Empregados de receção, caixas, bilheteiros e similares	75	106	88	93	105	82	123	123	135	
Pessoal dos serviços diretos e particulares, de proteção e segurança	43	68	57	37	69	53	68	68	86	
Manequins, vendedores e demonstradores	146	138	203	224	217	168	190	190	170	
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pescas	31	42	24	28	58	35	45	45	36	
Agricultores e pescadores - agricultura e pesca de subsistência	23	21	24	18	22	18	23	23	15	
Operários, artífices e trabalhadores similares das indústrias extrativas e da construção civil	522	444	456	500	507	552	496	496	398	
Trabalhadores da metalurgia e da metalomecânica e trabalhadores similares	261	233	290	265	294	291	300	300	260	
Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesãos, trabalhadores das artes gráficas e trabalhadores similares	117	91	112	230	150	122	136	136	97	
Outros operários, artífices e trabalhadores similares	313	253	252	353	385	373	429	429	460	
Operadores de instalações fixas e similares	68	51	94	106	84	86	104	104	71	
Operadores de máquinas e trabalhadores da montagem	73	42	47	64	77	103	85	85	73	
Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamentos pesados móveis	93	74	92	151	117	117	112	112	118	
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	757	674	782	685	767	794	810	810	764	
Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas	62	63	66	65	83	76	88	88	108	
Trabalhadores não qualificados das minas, da construção civil e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes	705	533	739	508	592	500	493	493	425	
Desconhecido	2 121	1 983	2 261	2 242	2 395	2 401	3 240	3 240	3 014	

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2004 e 31/03/2005 deram entrada nas CDT mais 725 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009, e entre 31/03/2011 e 31/03/2012, mais 274 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2010.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.: GAD / DMFRI - NE



Quadro 80 - Droga Apreendida, segundo o Ano, por Tipo de Droga

2003 - 2011

Tipo Droga ^{a)}	Ano								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gramas									
Heroína	72 365	99 047	182 266	144 295	61 669	68 090	128 073	46 947	72 908
Cocaína	3 016 881	7 422 752	18 083 231	34 477 476	7 362 975	4 877 905	2 697 083	3 244 350	3 678 217
Haxixe ^{b)}	31 559 269	28 995 141	28 395 514	8 503 664	44 623 450	61 262 140	22 965 577	34 773 666	14 632 884
Liamba	264 821	118 929	121 394	151 915	133 300	36 634	5 044 569	40 079	107 873
Comprimidos									
Ecstasy ^{c)}	165 539	111 833	213 788	133 290	70 591	70 309	8 987	48 370	7 791

a) Em 2003, foram apreendidas mais 4,24 kg de Base de Cocaína, 135,7 g de Crack, 550 g de plantas de Liamba, 2663 plantas de Liamba, 146,5 g de sementes de Liamba, 514 sementes de Liamba, 70,57 kg de folhas de Liamba, 11 404 compr. de Alprazolam, 33,2 g e 125 compr. de Anfetaminas, 0,6 g cristais de Anfetaminas, 5 compr. de Bromazepam, 202,5 g de Cogumelos Alucinogénios, 9 Cogumelos Alucinogénios, 14 compr. de Clonazepam, 22 187 compr. de Diazepam, 92 compr. de Efedrina, 17 g de Fentanil, 20 compr. de Flunitrazepam, 20 compr. de Flurazepam, 515 selos de LSD, 24 compr. de Metadona, 0,1 g de Metanfetamina, 44 compr. de Midazolam, 12 cápsulas de Opiáceos, 250 g de Ópio, 1112 plantas de Ópio, 1151 compr. e 1,4 g de Oxazepam, 5,1 g de Speedball.

Em 2004, foram apreendidas mais 187,3 g de folhas de Coca, 2246 plantas de Liamba, 1,96 kg de sementes de Liamba, 5464 sementes de Liamba, 539,1 g de folhas de Liamba, 19 compr. de Alprazolam, 3 frascos de Alucinogénios, 2816 cápsulas de Anfepiramon, 13 cápsulas, 19 compr. e 489,8 g de Anfetaminas, 4 compr. de Bromazepam, 42 compr. de Buprenorfina, 1,25 kg de Cogumelos Alucinogénios, 1 Cogumelo Alucinogénio, 259 compr. de Clonazepam, 2834 cápsulas/compr. de Diazepam, 2 compr. de Flurazepam, 2 compr. de Halazepam, 29 compr. de Lorazepam, 1474 selos de LSD, 4 frascos de LSD, ½ compr. de LSD, 13 sementes de Mescalina, 24 compr. e 159 frascos de Metadona, 93,1 g de Metaqualona, 160,5 compr. de Midazolam, 44,8 g de Ópio, 1547 plantas de Ópio, 1360 compr. de Oxazepam, 93 g de Rebolau.

Em 2005, foram apreendidas mais 1,10 kg de folhas de Coca, 5,53 kg de folhas de Liamba, 3 folhas de Liamba, 3732 plantas de Liamba, 1,45 kg de sementes de Liamba, 1401 sementes de Liamba, 13 compr. de Alprazolam, 2400 cápsulas de Anfepiramon, 131 g de Anfetaminas, 52 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 2517 cápsulas de Bromazepam, 165 compr. de Buprenorfina, 35 g de Crystal Metal, 23 g de Cogumelos Alucinogénios, 15 Cogumelos Alucinogénios, 2 g e 465 compr. de Clonazepam, 592 cápsulas de Clordiazepóxido, 120 compr. de Diazepam, 713 cápsulas de Fenproporex, 331 selos de LSD, 1 frasco de LSD, 3 g de LSD, 80 compr. e 12 frascos de Metadona, 358 compr. de Midazolam, 1,78 kg de Ópio, 30 g e 9811 compr. de Oxazepam, 26 g de Rebolau, 175 539 compr. de Triazolam.

Em 2006, foram apreendidas mais 3,8 g de Crack, 12,56 kg de folhas de Liamba, 2 folhas de Liamba, 12 g de plantas de Liamba, 2434 plantas de Liamba, 1,4 kg de sementes de Cannabis, 587 sementes de Cannabis, 1 cápsula de 2C-B, 4 compr. de Alprazolam, 1439 cápsulas de Anfepiramon, 33,72 kg de Anfetaminas, 96 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 0,4 g e 1482 cápsulas de Bromazepam, 117 compr. de Buprenorfina, 407 compr. de Clonazepam, 604,4 g de Cogumelos Alucinogénios, 35 cápsulas/compr. de Diazepam, 1438 cápsulas de Fenproporex, 0,8 g e 16 compr. de Halazepam, 60 compr. de Loprazolam, 18 compr. de Lorazepam, 14,6 g, 33 frascos de LSD, 968 selos de LSD, 14 cactos de Mescalina, 24 unidades de mCPP, 194 compr. e 29 frascos de Metadona, 415 compr. de Midazolam, 1 g e 8 plantas de Ópio, 1 g e 1280 compr. de Oxazepam, e, 30,5 kg, 220 g de cápsulas/compr., 939 cápsulas/compr., 1 planta e 49 g de sementes de substância Indeterminada.

Em 2007, foram apreendidas mais 17,90 kg de folhas de Coca, 92,02 kg folhas de Liamba, 2,53 kg plantas de Liamba, 3222 plantas de Liamba, 3,46 kg de sementes de Liamba, 2058 sementes de Liamba, 24 compr. de Alprazolam, 31 g de Alucinogénios, 52 g de Cogumelos Alucinogénios, 19 874 cápsulas de Anfepiramon, 703 g de Anfetaminas, 8 g de cristais de Anfetaminas, 2904 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 48 501 compr. de Bromazepam, 481 g de sementes de Bufotenina, 182 compr. de Buprenorfina, 411 compr. de Clonazepam, 8 g de Codeína, 19 993 cápsulas/compr. de Diazepam, 697 g de folhas de DMT, 48 500 compr. de Fenproporex, 1 compr. de LSD, 2740 selos de LSD, 14 cactos de Mescalina, 444 compr. de Metadona, 8 frascos de Metadona, 119 g de Metanfetaminas, 409 compr. de Midazolam, 1 frasco de Morfina, 900 g de Ópio, 102 plantas de Ópio 854 compr. de Oxazepam e 114 g de Rebolau.

Em 2008, foram apreendidas mais 275 g de folhas de Coca, 165 g de óleo de Haxixe, 2,92 kg folhas de Liamba, 3252 plantas de Liamba, 588 g de sementes de Liamba, 567 sementes de Liamba, 17 g de Ecstasy Líquido, 5 compr. de Alprazolam, 18 g de Cogumelos Alucinogénios, 7 Cogumelos Alucinogénios, 330 g de Anfetaminas, 412 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 23 326 compr. de Bromazepam, 60 compr. de Buprenorfina, 98 compr. de Clonazepam, 0,24 g de Codeína, 12 compr. de Codeína, 4833 cápsulas/compr. de Diazepam, 12 compr. de Estazolam, 131 666 cápsulas. de Fenproporex, 0,4 g de Flurazepam, 4 cápsulas/compr. de Flurazepam, 55,56 kg de plantas de Khat, 59 g de Lorazepam, 7 compr. de Lorazepam, 0,003 g de LSD, 2 frascos de LSD, 1046 selos de LSD, 809 g de Mescalina, 10 compr. de Metadona, 54 frascos de Metadona, 152 compr. de Midazolam, 17 179 plantas de Ópio, 230 compr. de Oxazepam, 1 g de Rebolau, 1 g de Speedball e 144 compr. de Tilidina.

Em 2009, foram apreendidas mais 0,4 g de Crack, 6,40 kg folhas de Liamba, 8607 plantas de Liamba, 1,10 kg de sementes de Liamba, 2095 sementes de Liamba, 35 compr. de Alprazolam, 397 g de Cogumelos Alucinogénios, 243 g de Anfetaminas, 384,5 compr. de Anfetaminas, 41 compr. de Buprenorfina, 334 compr. de Clonazepam, 2470 compr. de Clordiazepóxido, 124 compr. de Diazepam, 12 compr. de Efedrina, 3592 cápsulas de Fenproporex, 7 cápsulas/compr. de Flurazepam, 10 compr. de Lorazepam, 1 frasco de LSD, 2551,5 selos de LSD, 32 compr. de Metadona, 57 frascos de Metadona, 11 g de Metanfetamina, 187 compr. de Midazolam, 2 g de Ópio, 170 plantas de Ópio e 298 compr. de Oxazepam.

Em 2010, foram apreendidas mais 31 g de Crack, 708 g de folhas de Coca, 10,02 kg folhas de Liamba, 5629 plantas de Liamba, 6,99 kg de sementes de Liamba, 6378 sementes de Liamba, 6 Óleo de Cannabis, 50 compr. de Alprazolam, 3 Cactos Alucinogénios, 325 g de Cogumelos Alucinogénios, 4 Cogumelos Alucinogénios, 710 g de Anfetaminas, 114 compr. de Anfetaminas, 10 compr. de Bromazepam, 69 compr. de Buprenorfina, 892 compr. de Clonazepam, 1 frasco de Clonazepam, 330 compr. de Diazepam, 15 cápsulas de Fenproporex, 1 compr. de Flurazepam, 20 compr. de Lorazepam, 30 038 selos de LSD, 2 frascos de Metadona, 0,3 g de Metanfetamina, 422 compr. de Midazolam, 5 g de Ópio e 372 compr. de Oxazepam.

Em 2011, foram apreendidas mais 122 g de Crack, 1 g de folhas de Coca, 35,12 kg folhas de Liamba, 5523 plantas de Liamba, 2,61 kg de sementes de Liamba, 1952 sementes de Liamba, 38 g de Cogumelos Alucinogénios, 11 Cogumelos Alucinogénios, 173 g de Anfetaminas, 36 compr. de Anfetaminas, 90 compr. de Buprenorfina, 290 compr. de Clonazepam, 30 g de DMT, 65,85 kg de Khat, 2 frascos de LSD, 30 503 selos de LSD, 2 g de Mescalina, 2 g de Metadona, 234 frascos de Metadona, 55 compr. de Metadona, 4 g de Metanfetamina, 271 compr. de Midazolam, 21 g de Ópio e 164 planta de Ópio, e 82 compr. de Oxazepam.

b) As quantidades relativas ao Haxixe incluem a resina e o pólen de Cannabis.

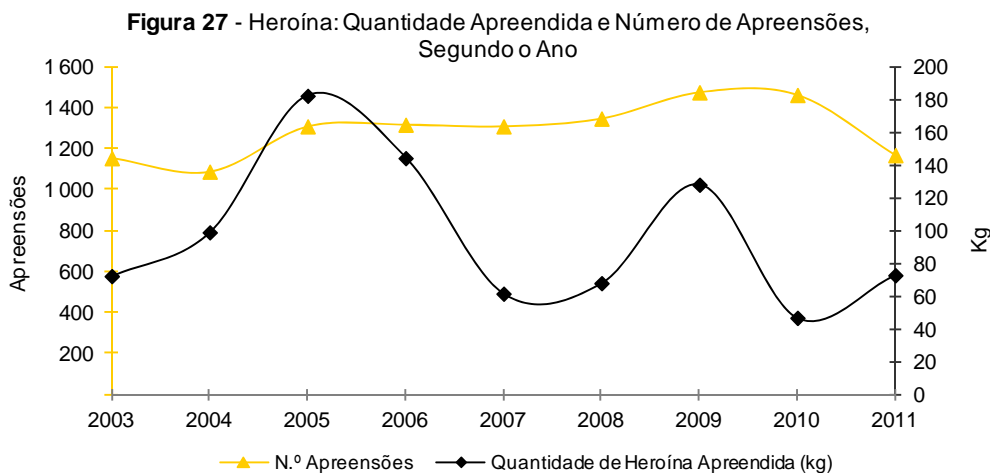
c) As quantidades apreendidas de Ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE.

Quadro 81 - Quantidade de Heroína Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano
2003 - 2011

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Heroína Apreendida (kg)	72,37	99,05	182,27	144,30	61,67	68,09	128,07	46,95	72,91
N.º de Apreensões	1 154	1 088	1 309	1 317	1 309	1 347	1 475	1 462	1 169

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Fonte: Quadro 78

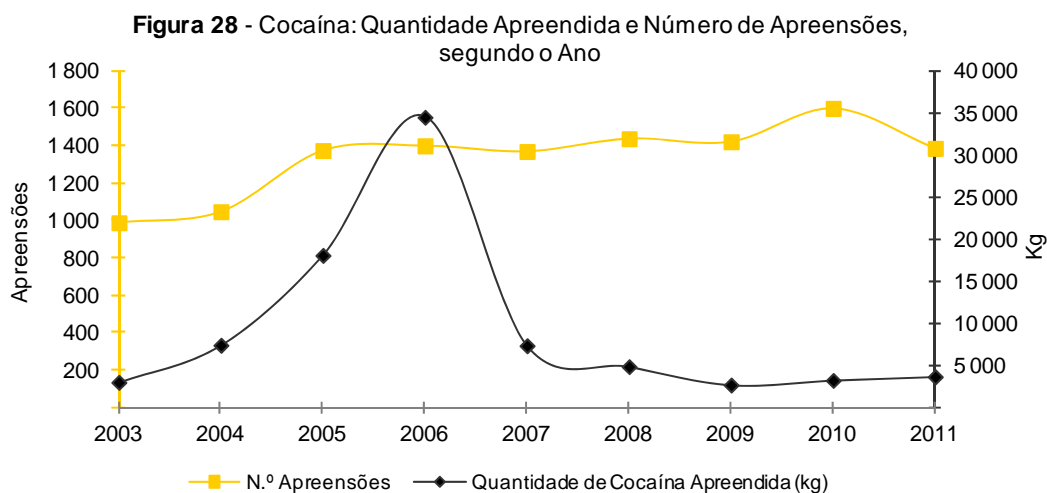
Quadro 82 - Quantidade de Cocaína Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano
2003 - 2011

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Cocaína Apreendida ^{a)} (kg)	3 016,88	7 422,75	18 083,23	34 477,48	7 362,98	4 877,91	2 697,08	3 244,35	3 678,22
N.º de Apreensões ^{b)}	988	1 047	1 374	1 399	1 369	1 437	1 421	1 599	1 386

a) Mais as quantidades das outras unidades/formas de apresentação de Cocaína apreendida que constam nas notas relativas aos respetivos anos, no Quadro 80.

b) Incluí as apreensões das outras unidades/modalidades de Cocaína apreendida referidas na nota anterior: em **2011**, 1 apreensão de Crack e 1 apreensão de folhas de Coca. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Cocaína apreendida foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Fonte: Quadro 79

Quadro 83 - Quantidade de Haxixe Apreendido e Número de Apreensões, segundo o Ano

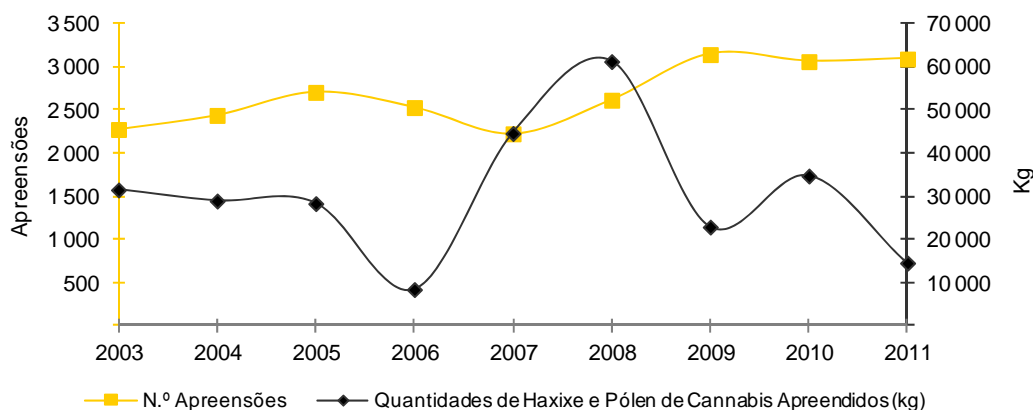
2003 - 2011

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Haxixe Apreendido ^{a)} (kg)	31 559,27	28 995,14	28 395,51	8 503,66	44 623,45	61 262,14	22 965,58	34 773,67	14 632,88
N.º de Apreensões ^{b)}	2 278	2 441	2 707	2 531	2 227	2 616	3 144	3 063	3 093

a) As quantidades relativas ao Haxixe incluem a resina e o pólen de cannabis; mais as quantidades de outras unidades/formas de apresentação de Haxixe apreendido que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 80.

b) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Haxixe apreendido referidas na nota anterior. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Haxixe apreendido foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 29 - Haxixe: Quantidade Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano

Fonte: Quadro 80

Quadro 84 - Quantidade de Liamba Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano

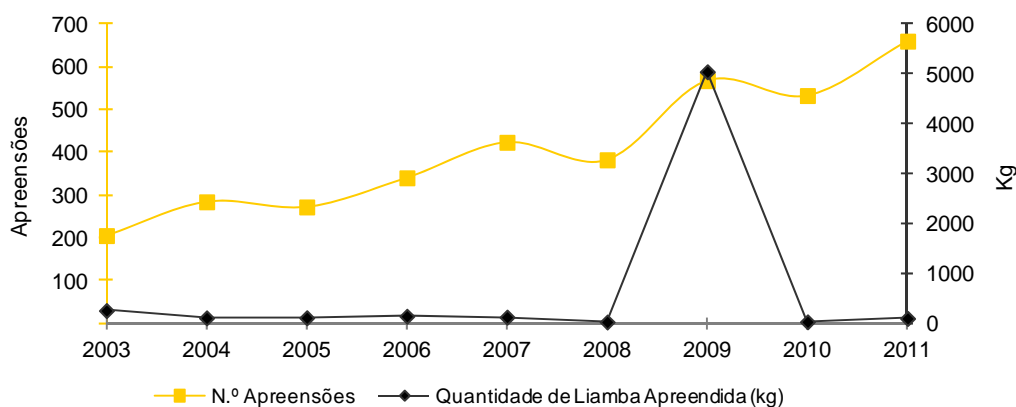
2003 - 2011

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Liamba Apreendida ^{a)} (kg)	264,82	118,93	121,39	151,92	133,30	36,63	5 044,57	40,08	107,87
N.º de Apreensões ^{b)}	206	285	273	341	424	383	568	533	660

a) Mais as quantidades das outras unidades/formas de apresentação de Liamba apreendida que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 80.

b) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Liamba apreendida referidas na nota anterior: em 2011, 200 apreensões de plantas de Liamba, 26 apreensões de sementes de Liamba, 4 apreensões de folhas de Liamba, 9 apreensões de plantas e sementes de Liamba, 13 apreensões de folhas e plantas de Liamba, 2 apreensões de folhas e sementes de Liamba e 4 apreensões de folhas, plantas e sementes de Liamba. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Liamba apreendida foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 30 - Liamba: Quantidade Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano

Fonte: Quadro 81

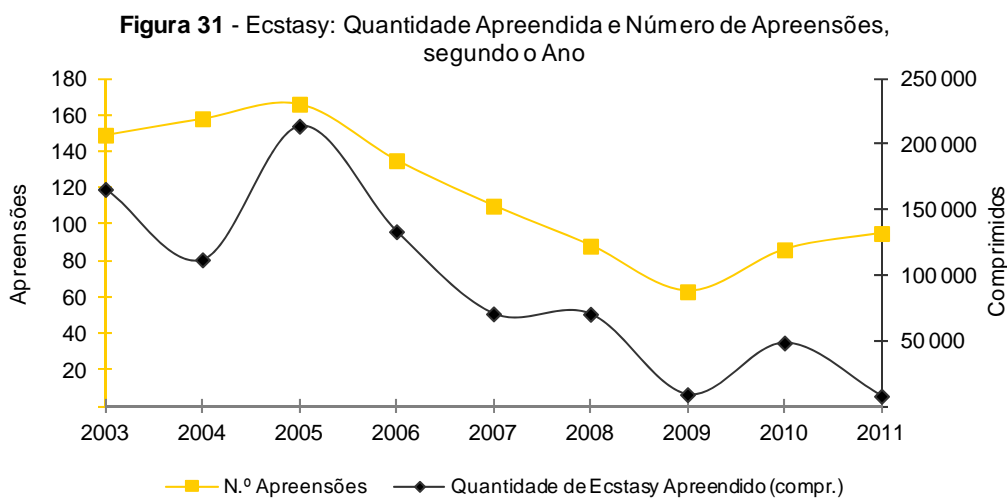
Quadro 85 - Quantidade de Ecstasy Apreendido e Número de Apreensões, segundo o Ano
2003 - 2011

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ecstasy Apreendido ^{a)} (compr.)	165 539	111 833	213 788	133 290	70 591	70 309	8 987	48 370	7 791
N.º de Apreensões ^{b)}	149	158	166	135	110	88	63	86	95

a) As quantidades apreendidas de Ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março; mais as quantidades de outras unidades/formas de apresentação de Ecstasy apreendido que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 80.

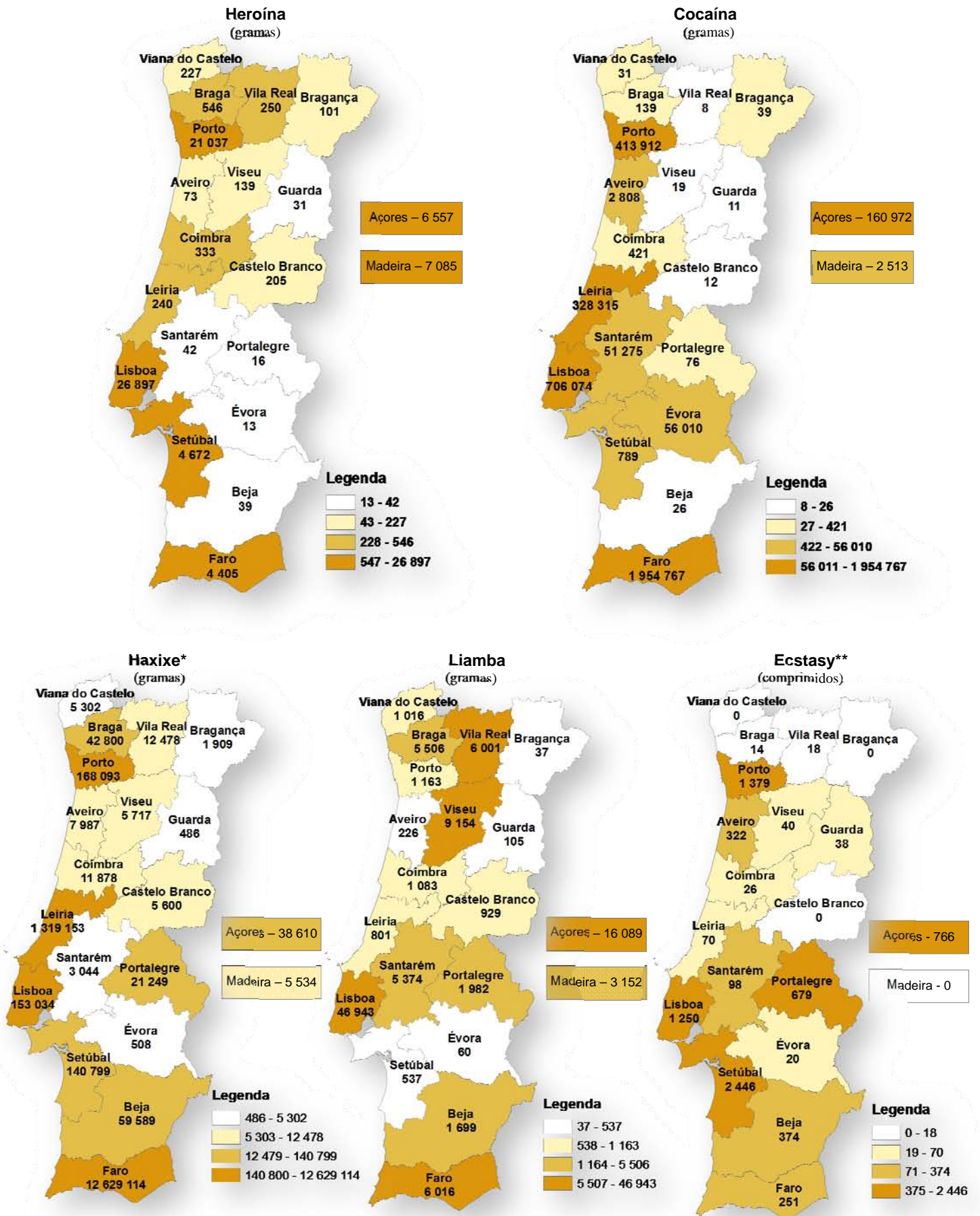
b) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Ecstasy apreendido referidas na nota anterior. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Ecstasy apreendido foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Fonte: Quadro 82

Figura 32 - Quantidades de Droga Apreendida, segundo o Tipo de Droga, por Distrito e Região Autónoma
2011



* As quantidades relativas ao haxixe incluem a resina e o pólen de cannabis.

**As quantidades apreendidas de ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 86 - Quantidade Apreendida, segundo o Ano, por Tipo de Droga
2003 – 2011

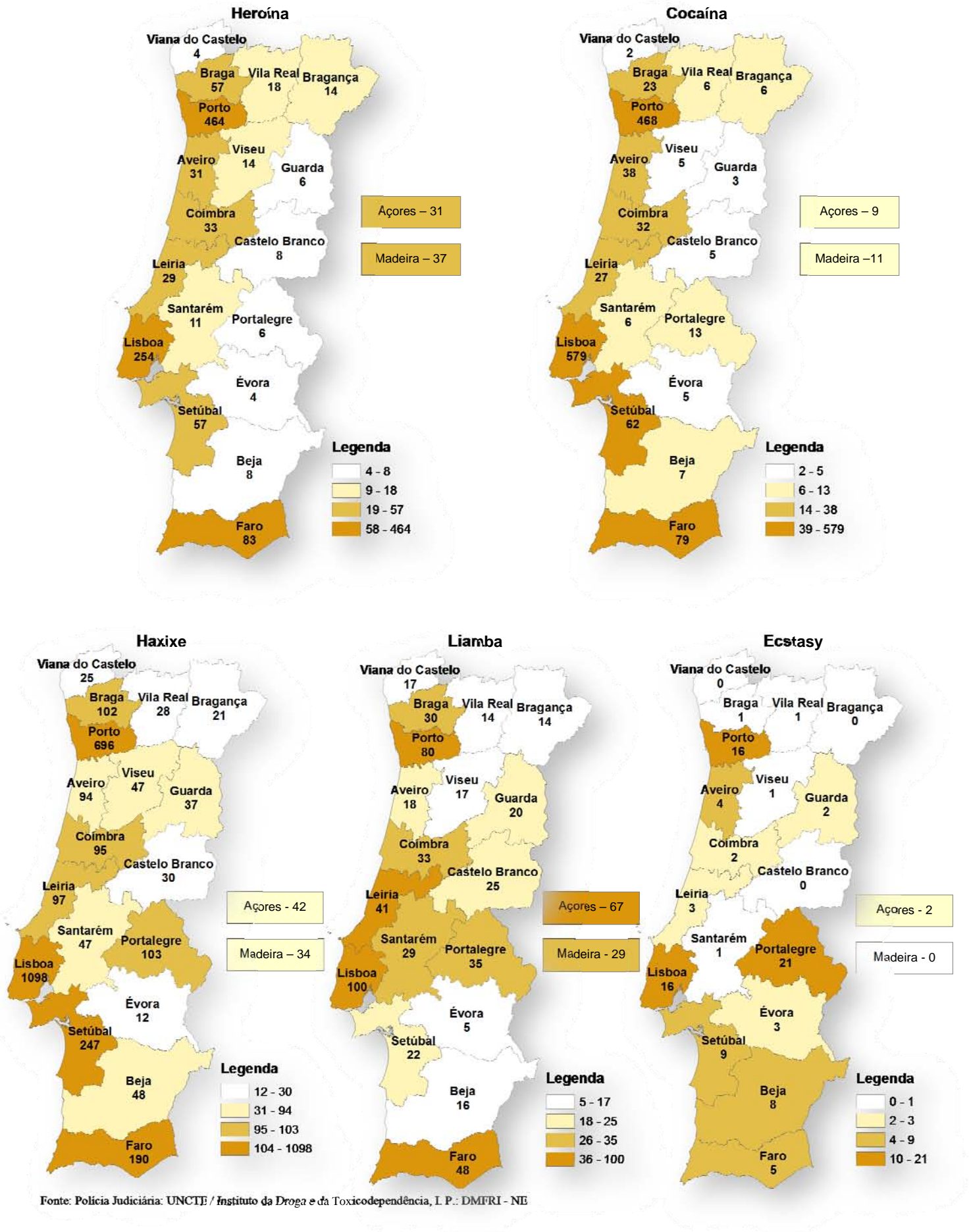
Tipo de Droga/ /Quantidade Apreendida	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Heroína (grama)	72 365	99 047	182 266	144 295	61 669	68 090	128 073	46 947	72 908	
< 10 g	2 142	2 088	2 384	2 654	2 725	2 844	3 057	3 030	2 335	
≥ 10 g e < 100 g	6 643	6 513	7 609	5 856	8 392	7 445	8 217	6 746	6 194	
≥ 100 g	63 580	90 446	172 273	135 785	50 552	57 801	116 799	37 171	64 379	
Cocaína (grama)	3 016 881	7 422 752	18 083 231	34 477 476	7 362 975	4 877 905	2 697 083	3 244 350	3 678 217	
< 10 g	1 699	1 694	2 280	2 095	2 401	2 420	2 415	2 526	2 151	
≥ 10 g e < 100 g	4 751	6 638	6 799	6 889	6 743	7 304	7 325	7 566	5 448	
≥ 100 g	3 010 431	7 414 420	18 074 152	34 468 492	7 353 831	4 868 181	2 687 343	3 234 258	3 670 618	
Haxixe ^{a)} (grama)	31 559 269	28 995 141	28 395 514	8 503 664	44 623 450	61 262 140	22 965 577	34 773 666	14 632 884	
< 100 g	35 495	36 609	41 939	38 327	29 647	37 587	47 037	43 951	44 064	
≥ 100 g e < 1000 g	60 776	65 655	62 009	62 044	58 634	60 711	69 056	72 720	68 620	
≥ 1000 g	31 462 998	28 892 877	28 291 566	8 403 293	44 535 169	61 163 842	22 849 484	34 656 995	14 520 200	
Liamba (grama)	264 821	118 929	121 394	151 915	133 300	36 634	5 044 569	40 079	107 873	
< 100 g	1 418	1 864	1 850	2 834	3 154	2 107	4 198	4 036	5 205	
≥ 100 g e < 1000 g	1 909	6 220	6 053	4 418	7 536	6 615	15 555	17 705	15 903	
≥ 1000 g	261 494	110 845	113 491	144 663	122 610	27 912	5 024 816	18 338	86 765	
Ecstasy ^{b)} (comprimido)	165 539	111 833	213 788	133 290	70 591	70 309	8 987	48 370	7 791	
< 100 comprimidos	2 212	2 074	2 709	2 463	2 426	1 611	1 021	1 337	1 916	
≥ 100 e < 250 comprimidos	1 770	633	1 724	1 631	311	987	927	868	1 564	
≥ 250 comprimidos	161 557	109 126	209 355	129 196	67 854	67 711	7 039	46 165	4 311	

a) As quantidades relativas ao Haxixe incluem a resina e o pólen da Cannabis.

b) As quantidades apreendidas de Ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 33 – Número de Apreensões, segundo o Tipo de Droga, por Distrito e Região Autónoma
2011



Quadro 87 - Número de Apreensões, segundo o Ano, por Tipo de Droga e Quantidade Apreendida
2003 - 2011

Tipo de Droga/ /Quantidade Apreendida	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Heroína	1 154	1 088	1 309	1 317	1 309	1 347	1 475	1 462	1 169	
< 10 g	855	799	970	1 011	950	1 022	1 130	1 171	905	
≥ 10 g e < 100 g	217	202	264	230	284	265	266	226	206	
≥ 100 g	82	87	75	76	75	60	79	65	58	
Cocaína	●988	●1 047	●1 374	●1 399	●1 369	●1 437	1 421	●1 599	●1 386	
< 10 g	604	593	841	806	847	924	923	1 064	907	
≥ 10 g e < 100 g	166	188	237	221	220	262	236	237	183	
≥ 100 g	216	265	295	371	299	249	262	296	294	
Haxixe ^{a)}	2 278	2 441	2 707	2 531	2 227	2 616	3 144	3 063	3 093	
< 100 g	1 960	2 100	2 365	2 231	1 942	2 302	2 840	2 718	2 737	
≥ 100 g e < 1000 g	214	232	233	194	188	203	223	231	228	
≥ 1000 g	104	109	109	106	97	111	81	114	128	
Liamba	●206	●285	●273	●341	●424	●383	●568	●533	●660	
< 100 g	101	147	121	165	205	182	274	265	350	
≥ 100 g e < 1000 g	8	20	17	20	23	23	50	54	39	
≥ 1000 g	14	7	7	15	6	9	15	8	13	
Ecstasy ^{b)}	149	158	166	135	110	●88	63	86	95	
< 100 comprimidos	108	132	140	109	105	73	55	69	80	
≥ 100 e < 250 comprimidos	12	4	12	10	2	6	6	7	9	
≥ 250 comprimidos	29	22	14	16	3	8	2	10	6	

a) As quantidades relativas ao Haxixe incluem a resina e o pólen da Cannabis.

b) As quantidades apreendidas de Ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

• O total não corresponde à soma das parcelas, porque existem apreensões destas drogas que não podem ser expressas nestas unidades de medida.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 88 - Preço* Médio das Drogas, segundo o Ano, por Tipo de Droga
2003 - 2011

Tipo de Droga	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Por grama										
Heroína	46,80 €	46,54 €	41,01 €	42,17 €	37,57 €	33,25 €	36,62 €	35,32 €	35,74 €	
Cocaína	41,40 €	42,23 €	45,11 €	45,73 €	44,65 €	45,56 €	47,44 €	46,00 €	50,07 €	
Haxixe	2,49 €	2,31 €	2,13 €	2,18 €	3,45 €	3,28 €	2,99 €	3,59 €	3,12 €	
Liamba	4,00 €	2,66 €	3,67 €	2,15 €	4,70 €	5,09 €	6,22 €	— ^{a)}	— ^{a)}	
Por comprimido										
Ecstasy	5,27 €	4,50 €	3,56 €	3,18 €	3,20 €	2,80 €	— ^{a)}	3,68 €	— ^{a)}	

* Os preços referem-se apenas ao mercado de tráfico e de tráfico-consumo.

a) Não existem dados suficientes para se proceder ao cálculo do preço médio.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 89 - Droga Apreendida, por País de Proveniência e Destino

2011

Tipo de Droga/ /Destino	Heroína ^{a)} (gramas)			Cocaína ^{a)} (gramas)			Haxixe ^{a) b)} (gramas)			Liamba ^{a)} (gramas)			Ecstasy ^{c)} (comprimidos)		
	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.
Total	46 947			3 244 350			34 773 666			40 079			48 370		
2010	46 947			3 244 350			34 773 666			40 079			48 370		
2011	72 908			3 678 217			14 632 884			107 873			7 791		
Subtotal	29 987	..	42 921	1 036 280	656 489	1 985 448	3 680 797	2 845	10 949 242	43 093	4 942	59 838	120	..	7 671
África do Sul	41 000
Argentina	23 861	18 203	15
Bélgica	2 460	4 560
Bolívia	328 100	20 754
Brasil	481 715	346 380	..	5	7
Cabo Verde	20 833
Colômbia	114 716	5 788
Costa Rica	694
Equador	145
Espanha	3 359	6 055	18 775	2 001	120
Guiné Bissau	5 700
Holanda	16 321	85
Marrocos	7	3 661 917
Martinica	159 593
México	1 525
Panamá	2 668
Paquistão	10 300
Paraguai	2 155	5 300	..	8
Peru	2 564	13 475
Portugal	695	385
Reino Unido	92
República Dominicana	25 715	58 910
Senegal	367
Venezuela	20 673	26 552
Desconhecido	42 921	1 985 448	10 949 242	59 838	7 671

a) Considerados os valores iguais ou superiores a 0,5 g.

b) Os dados relativos ao Haxixe incluem a resina e o pólen de Cannabis.

c) As quantidades apreendidas de Ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

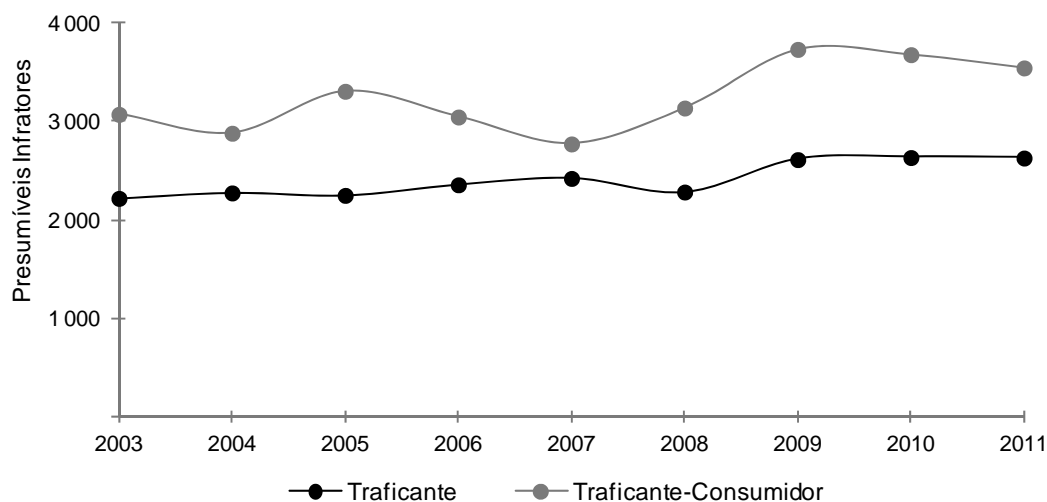
Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 90 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Género
2003 - 2011

Situação Face à Droga/Género	Ano								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424	6 348	6 320	6 178
Masculino	4 647	4 462	4 904	4 776	4 564	4 891	5 712	5 696	5 506
Feminino	671	697	661	649	638	533	636	624	672
Traficante	2 222	2 277	2 252	2 359	2 424	2 286	2 615	2 636	2 631
Masculino	1 780	1 783	1 851	1 902	1 988	1 922	2 225	2 233	2 220
Feminino	442	494	401	457	436	364	390	403	411
Traf.-Cons.	3 074	2 882	3 308	3 047	2 774	3 138	3 733	3 679	3 545
Masculino	2 850	2 679	3 050	2 857	2 576	2 969	3 487	3 461	3 284
Feminino	224	203	258	190	198	169	246	218	261
Desconhecido	22	..	5	19	4	5	2
Masculino	17	..	3	17	2	2
Feminino	5	..	2	2	4	3	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

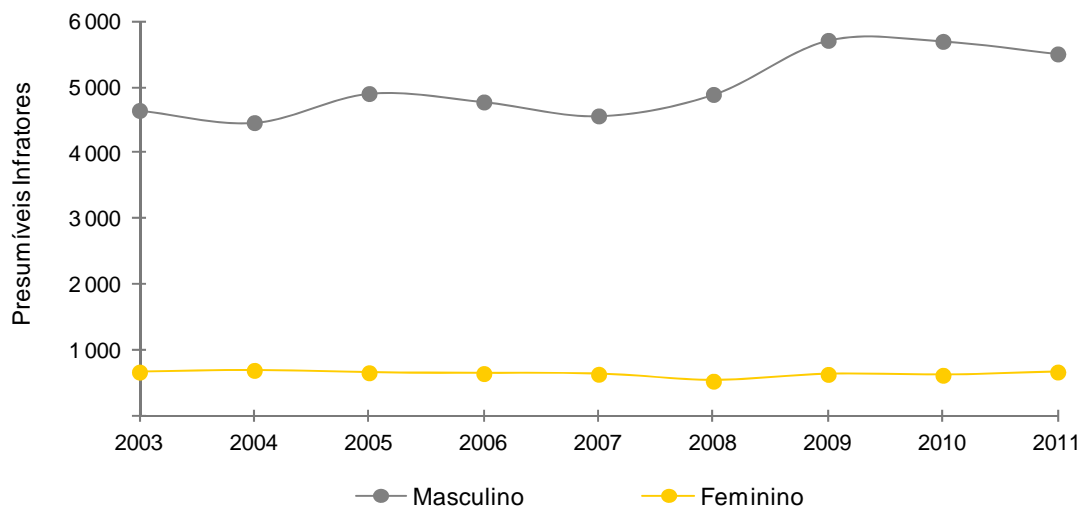
Figura 34 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Situação Face à Droga



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no SIIC e passou a constar num registo central de processos de contraordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 87

Figura 35 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Género



Fonte: Quadro 87

Figura 36 - Total de Presumíveis Infratores, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infração
2011

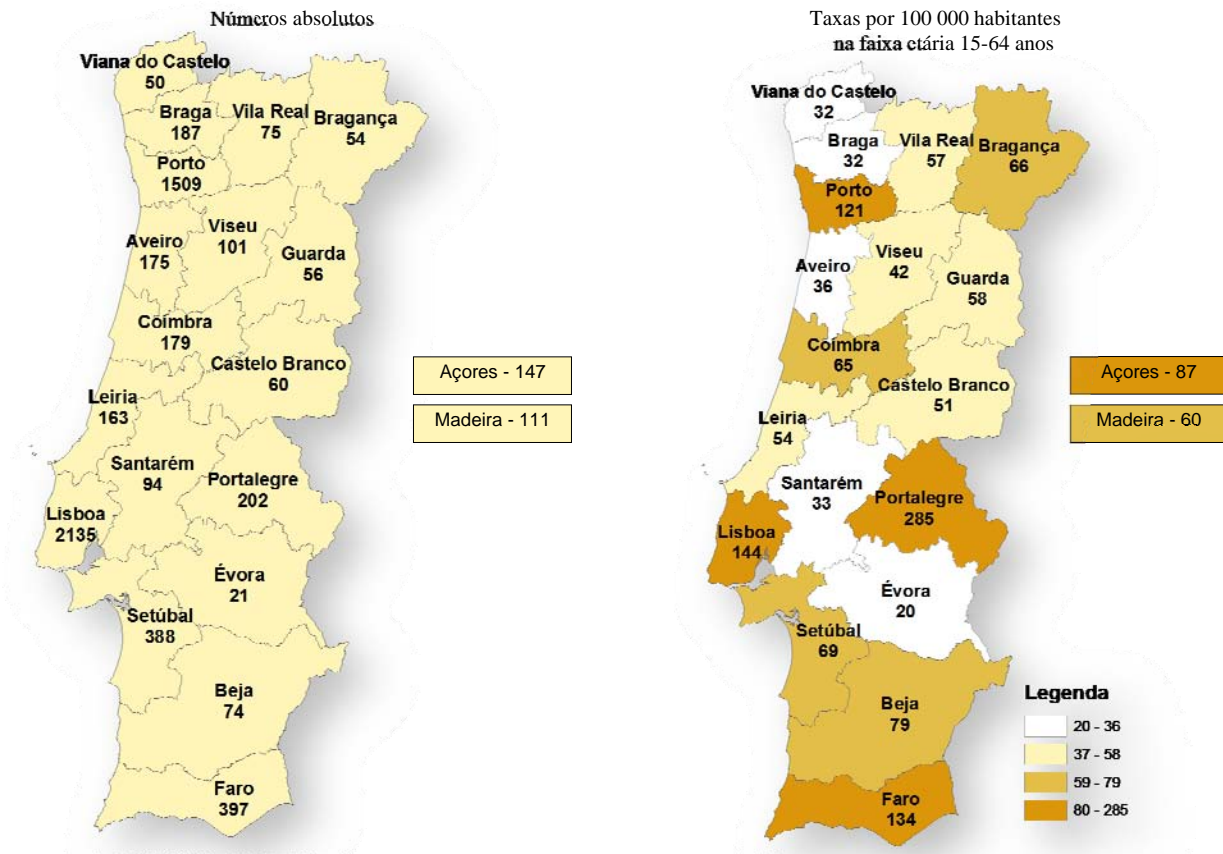


Figura 37 - Presumíveis Traficantes, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infração
2011

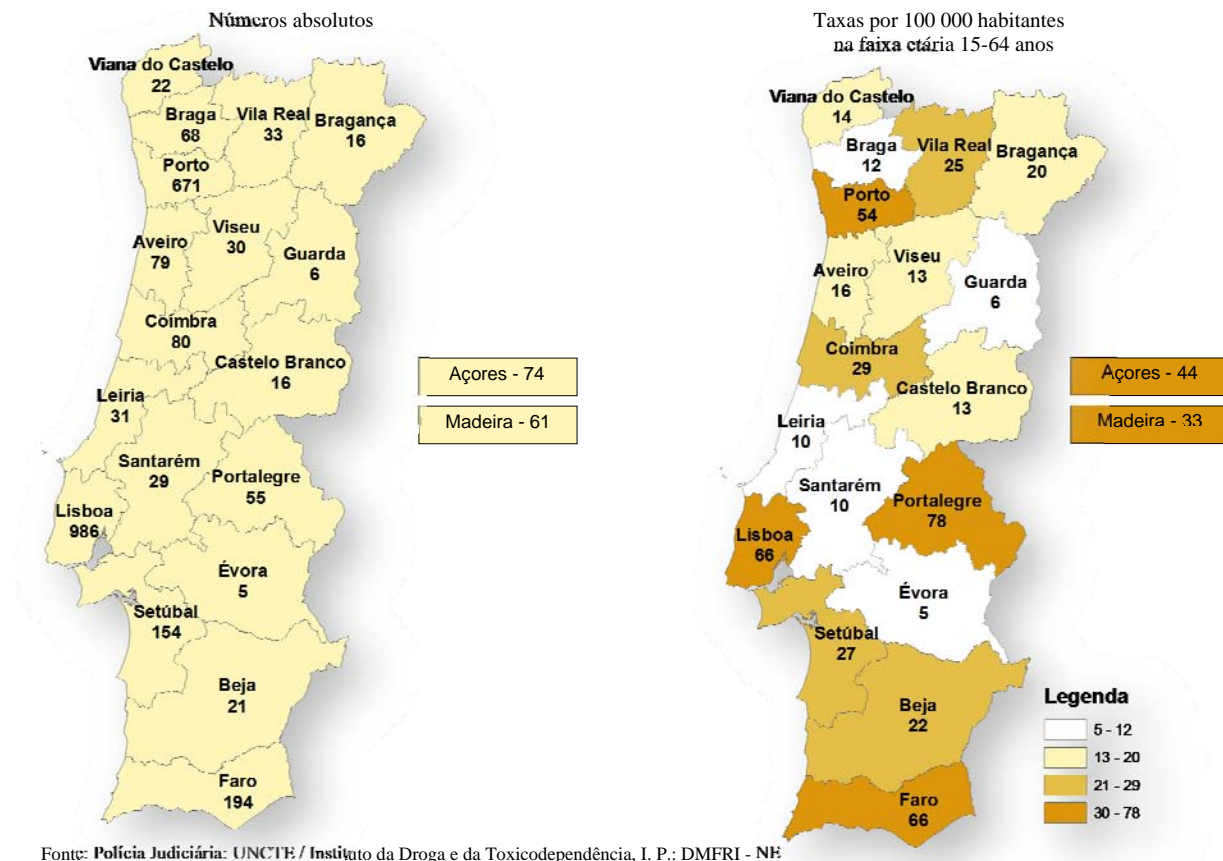
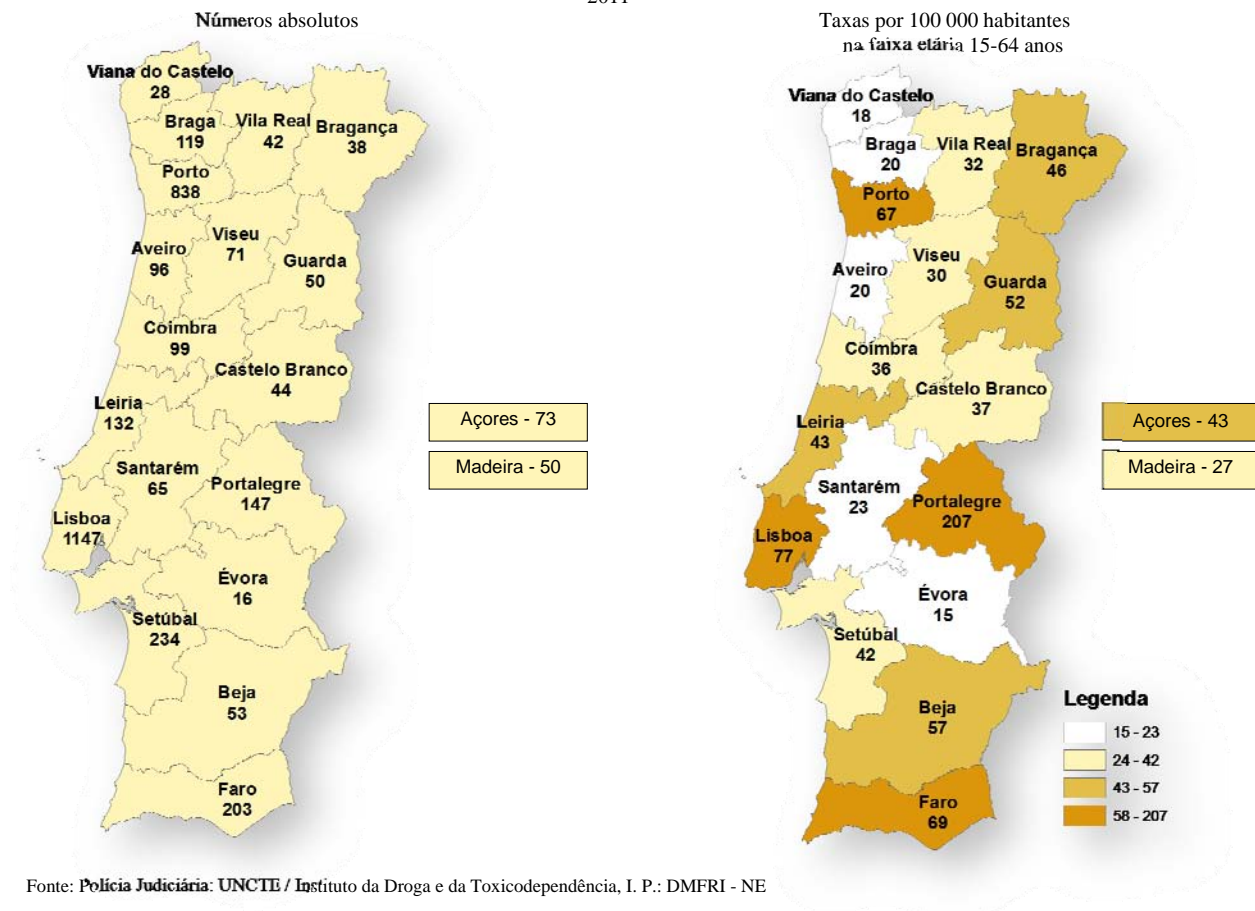


Figura 38 - Presumíveis Traficantes-Consumidores, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infração
2011



Quadro 91 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infração 2011

Situação Face à Droga Distrito - Ilha / Concelho	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
Total	6 178	2 631	3 545	2
Aveiro (Distrito)	175	79	96	..
Águeda	48	35	13	..
Albergaria-a-Velha	9	7	2	..
Anadia	6	3	3	..
Aveiro	29	9	20	..
Castelo de Paiva	8	..	8	..
Estarreja	5	..	5	..
Ílhavo	10	6	4	..
Mealhada	3	..	3	..
Oliveira de Azeméis	11	1	10	..
Oliveira do Bairro	6	2	4	..
Ovar	8	1	7	..
Santa Maria da Feira	24	10	14	..
Vagos	5	3	2	..
Vale de Cambra	3	2	1	..
Beja (Distrito)	74	21	53	..
Aljustrel	3	..	3	..
Almodôvar	1	..	1	..
Alvito	2	2
Barrancos	1	1
Beja	23	8	15	..
Castro Verde	2	2
Cuba	1	1
Ferreira do Alentejo	1	..	1	..
Mértola	1	1
Moura	1	..	1	..
Odemira	29	5	24	..
Ourique	7	1	6	..
Serpa	2	..	2	..
Braga (Distrito)	187	68	119	..
Amares	5	1	4	..
Barcelos	15	3	12	..
Braga	38	20	18	..
Cabeceiras de Basto	1	..	1	..
Celorico de Basto	3	2	1	..
Esposende	2	..	2	..
Fafe	11	1	10	..
Guimarães	46	18	28	..
Póvoa de Lanhoso	5	..	5	..
Terras de Bouro	1	..	1	..
Vila Nova de Famalicão	39	14	25	..
Vila Verde	15	9	6	..
Vizela	6	..	6	..
Bragança (Distrito)	54	16	38	..
Alfândega da Fé	1	..	1	..
Bragança	19	8	11	..
Carrazeda de Ansiães	3	..	3	..
Macedo de Cavaleiros	2	2
Miranda do Douro	1	..	1	..
Mirandela	19	4	15	..
Mogadouro	2	1	1	..
Torre de Moncorvo	1	..	1	..
Vila Flor	2	1	1	..
Vinhais	4	..	4	..
Castelo Branco (Distrito)	60	16	44	..
Belmonte	1	..	1	..
Castelo Branco	27	7	20	..
Covilhã	8	..	8	..
Fundão	19	9	10	..
Idanha-a-Nova	2	..	2	..
Penamacor	1	..	1	..
Sertã	2	..	2	..

Continua ►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
Distrito - Ilha / Concelho				
Coimbra (Distrito)	179	80	99	..
Arganil	2	..	2	..
Cantanhede	11	3	8	..
Coimbra	87	51	36	..
Figueira da Foz	45	17	28	..
Góis	2	..	2	..
Lousã	1	..	1	..
Mira	1	..	1	..
Miranda do Corvo	1	..	1	..
Montemor-o-Velho	7	1	6	..
Oliveira do Hospital	11	2	9	..
Pampilhosa da Serra	1	..	1	..
Penacova	2	..	2	..
Penela	1	1
Soure	4	3	1	..
Tábua	1	1
Vila Nova de Poiares	2	1	1	..
Évora (Distrito)	21	5	16	..
Alandroal	4	2	2	..
Estremoz	1	1
Évora	4	1	3	..
Montemor-o-Novo	1	..	1	..
Reguendos de Monsaraz	2	..	2	..
Vendas Novas	7	1	6	..
Viana do Alentejo	1	..	1	..
Vila Viçosa	1	..	1	..
Faro (Distrito)	397	194	203	..
Albufeira	80	41	39	..
Aljezur	9	1	8	..
Castero Marim	5	4	1	..
Faro	28	14	14	..
Lagoa	15	9	6	..
Lagos	25	11	14	..
Loulé	70	31	39	..
Monchique	11	2	9	..
Olhão da Restauração	15	7	8	..
Portimão	71	56	15	..
São Brás de Alportel	1	..	1	..
Silves	29	4	25	..
Tavira	23	7	16	..
Vila do Bispo	2	1	1	..
Vila Real de Santo António	13	6	7	..
Guarda (Distrito)	56	6	50	..
Almeida	3	..	3	..
Celorico da Beira	1	..	1	..
Figueira de Castelo Rodrigo	2	1	1	..
Gouveia	10	..	10	..
Guarda	22	3	19	..
Manteigas	6	..	6	..
Pinhel	1	..	1	..
Sabugal	2	1	1	..
Seia	4	1	3	..
Trancoso	1	..	1	..
Vila Nova de Foz Côa	4	..	4	..
Leiria (Distrito)	163	31	132	..
Alcobaça	19	7	12	..
Batalha	5	..	5	..
Bombarral	3	1	2	..
Caldas da Rainha	9	..	9	..
Castaneira de Pêra	1	..	1	..
Figueiró dos Vinhos	3	..	3	..
Leiria	53	14	39	..
Marinha Grande	32	4	28	..
Nazaré	2	..	2	..
Óbidos	2	..	2	..
Pedrógão Grande	3	..	3	..
Peniche	12	3	9	..
Pombal	10	..	10	..
Porto de Mós	9	2	7	..

Continua ►►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
Distrito - Ilha / Concelho				
Lisboa (Distrito)	2 135	986	1 147	2
Alenquer	6	6
Amadora	261	106	155	..
Azambuja	30	12	18	..
Cadaval	1	1
Cascais	125	32	93	..
Lisboa	1 186	690	496	..
Loures	80	20	60	..
Lourinhã	5	1	2	2
Mafra	17	1	16	..
Odivelas	60	11	49	..
Oeiras	134	24	110	..
Sintra	186	66	120	..
Sobral de Monte Agraço	1	..	1	..
Torres Vedras	11	5	6	..
Vila Franca de Xira	32	11	21	..
Portalegre (Distrito)	202	55	147	..
Campo Maior	1	..	1	..
Eivas	159	41	118	..
Fronteira	20	9	11	..
Gavião	4	2	2	..
Nisa	3	..	3	..
Ponte de Sor	11	2	9	..
Portalegre	4	1	3	..
Porto (Distrito)	1 509	671	838	..
Amarante	21	13	8	..
Felgueiras	16	11	5	..
Gondomar	36	10	26	..
Lousada	6	4	2	..
Maia	52	27	25	..
Marco de Canaveses	13	6	7	..
Matosinhos	244	60	184	..
Paços de Ferreira	39	11	28	..
Paredes	15	2	13	..
Penafiel	15	4	11	..
Porto	791	422	369	..
Póvoa de Varzim	42	17	25	..
Santo Tirso	28	12	16	..
Trofa	6	2	4	..
Valongo	25	6	19	..
Vila do Conde	42	11	31	..
Vila Nova de Gaia	118	53	65	..
Santarém (Distrito)	94	29	65	..
Abrantes	5	..	5	..
Almeirim	5	2	3	..
Benavente	15	6	9	..
Cartaxo	2	..	2	..
Chamusca	2	2
Coruche	7	1	6	..
Entroncamento	5	..	5	..
Ferreira do Zêzere	2	1	1	..
Golegã	1	1
Ourém	9	1	8	..
Rio Maior	3	1	2	..
Salvaterra de Magos	11	..	11	..
Santarém	16	9	7	..
Tomar	5	2	3	..
Torres Novas	6	3	3	..
Setúbal (Distrito)	388	154	234	..
Alcácer do Sal	9	7	2	..
Alcochete	4	..	4	..
Almada	58	44	14	..
Barreiro	54	25	29	..
Grândola	16	8	8	..
Moita	30	12	18	..
Montijo	21	1	20	..
Palmela	18	6	12	..
Santiago do Cacém	4	..	4	..
Seixal	32	10	22	..
Sesimbra	15	2	13	..
Setúbal	82	33	49	..
Sines	45	6	39	..

Continua ►►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
Distrito - Ilha / Concelho				
Viana do Castelo (Distrito)	50	22	28	..
Arcos de Valdevez	3	1	2	..
Caminha	10	6	4	..
Monção	3	2	1	..
Paredes de Coura	3	..	3	..
Ponte de Lima	6	5	1	..
Valença	16	8	8	..
Viana do Castelo	9	..	9	..
Vila Real (Distrito)	75	33	42	..
Alijó	2	..	2	..
Boticas	2	..	2	..
Chaves	14	11	3	..
Mesão Frio	2	..	2	..
Montalegre	2	..	2	..
Peso da Régua	6	3	3	..
Ribeira da Pena	6	6
Santa Marta de Penaguião	1	..	1	..
Valpaços	6	4	2	..
Vila Real	34	9	25	..
Viseu (Distrito)	101	30	71	..
Armamar	4	..	4	..
Carregal do Sal	6	4	2	..
Cinfães	3	..	3	..
Lamego	7	..	7	..
Mangualde	6	..	6	..
Moimenta da Beira	2	..	2	..
Mortágua	3	1	2	..
Nelas	1	..	1	..
Oliveira de Frades	9	3	6	..
Resende	6	..	6	..
Santa Comba Dão	2	..	2	..
São João da Pesqueira	1	..	1	..
São Pedro do Sul	9	1	8	..
Sernancelhe	2	2
Tarouca	6	6
Tondela	4	..	4	..
Vila Nova de Paiva	1	..	1	..
Viseu	21	7	14	..
Vouzela	8	6	2	..
Ilha da Madeira	111	61	50	..
Calheta	3	2	1	..
Câmara de Lobos	14	10	4	..
Funchal	64	34	30	..
Machico	1	..	1	..
Ponta do Sol	5	..	5	..
Porto Moniz	1	1
Ribeira Brava	4	1	3	..
Santa Cruz	17	13	4	..
Santana	1	..	1	..
São Vicente	1	..	1	..
Ilha de Santa Maria	1	..	1	..
Vila do Porto	1	..	1	..
Ilha de São Miguel	86	58	28	..
Lagoa	1	1
Ponta Delgada	65	45	20	..
Ribeira Grande	20	12	8	..
Ilha Terceira	11	6	5	..
Angra do Heroísmo	4	1	3	..
Vila da Praia da Vitória	7	5	2	..
Ilha do Pico	11	2	9	..
Lages do Pico	3	2	1	..
Madalena	3	..	3	..
São Roque do Pico	5	..	5	..
Ilha do Faial	30	8	22	..
Horta	30	8	22	..
Ilha das Flores	8	..	8	..
Lages das Flores	5	..	5	..
Santa Cruz das Flores	3	..	3	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 92 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga
2011

Situação Face à Droga		Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecida
Tipo de Droga					
Total	2010	6 320	2 636	3 679	5
	2011	6 178	2 631	3 545	2
Heroína		486	248	238	..
Cocaína		678	551	127	..
Cannabis		3 247	803	2 444	..
Ecstasy		17	6	11	..
Outro		19	6	13	..
Polidrogas		1 547	918	629	..
Desconhecido		184	99	83	2

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 93 - Presumíveis Infratores Identificados na Posse de Polidrogas, segundo a Situação Face à Droga, por Drogas Envolvidas*
2011

Situação Face à Droga		Total	Traficante	Traficante-Consumidor
Drogas Envolvidas				
Total	2010	1 759	976	783
	2011	1 547	918	629
Heroína + Cocaína		733	470	263
Heroína + Cannabis		140	78	62
Cocaína + Cannabis		213	110	103
Ecstasy + Cannabis		55	16	39
Heroína + Cocaína + Cannabis		237	175	62
Outras		169	69	100

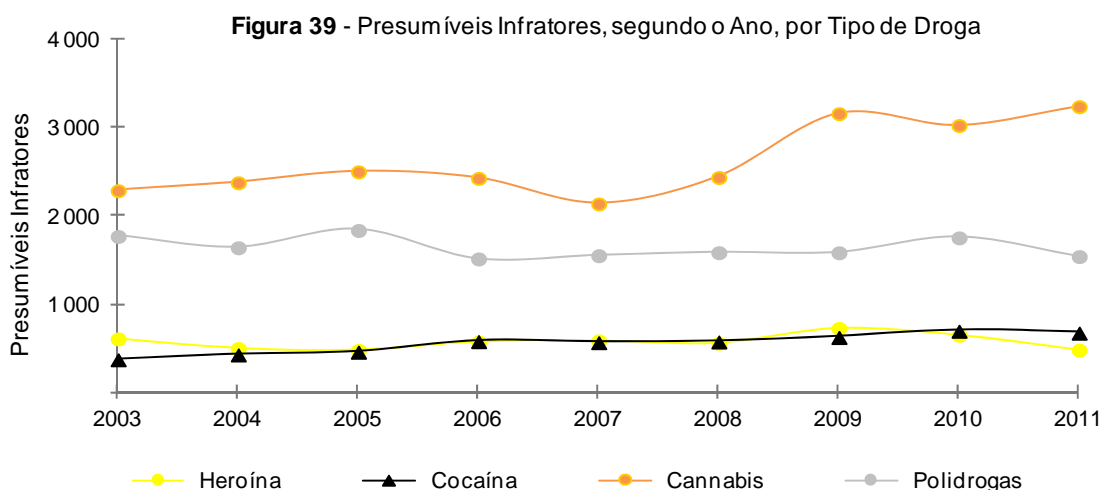
* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 94 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Tipo de Droga
2003 - 2011

Tipo de Droga	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424	6 348	6 320	6 178	
Heroína	613	505	485	577	591	564	732	655	486	
Cocaína	376	431	462	582	570	578	629	700	678	
Cannabis	2 294	2 384	2 508	2 434	2 144	2 444	3 168	3 033	3 247	
Ecstasy	48	51	45	35	21	14	9	9	17	
Outro	22	17	27	25	28	31	24	16	19	
Polidrogas	1 775	1 647	1 843	1 520	1 557	1 591	1 590	1 759	1 547	
Desconhecido	190	124	195	252	291	202	196	148	184	

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Fonte: Quadro 91

Quadro 95 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Grupo Etário
2011

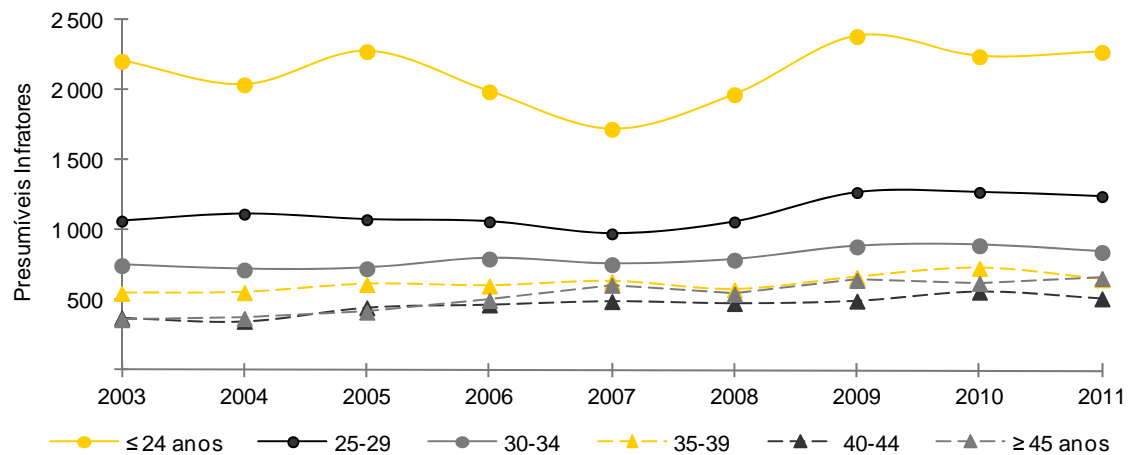
Grupo Etário	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
Total	2010	6 320	2 636	3 679	5
	2011	6 178	2 631	3 545	2
≤ 19 anos		676	178	498	..
20-24 anos		1 597	579	1018	..
25-29 anos		1 243	527	716	..
30-34 anos		844	400	444	..
35-39 anos		648	305	343	..
40-44 anos		512	248	262	2
≥ 45 anos		658	394	264	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 96 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Grupo Etário
2003 - 2011

Grupo Etário	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424	6 348	6 320	6 178	
≤ 19 anos	683	602	685	607	488	563	698	651	676	
20-24 anos	1 526	1 439	1 593	1 384	1 236	1 408	1 688	1 591	1 597	
25-29 anos	1 068	1 118	1 078	1 063	977	1 062	1 272	1 273	1 243	
30-34 anos	750	719	728	797	757	789	884	892	844	
35-39 anos	551	557	615	604	635	577	666	730	648	
40-44 anos	376	352	448	469	493	479	496	560	512	
≥ 45 anos	364	372	418	501	610	546	644	623	658	
Desconhecido	6	

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 40 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Grupo Etário

Fonte: Quadro 93

Quadro 97 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por País da Nacionalidade 2011

País da Nacionalidade	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
	2010				
Total	2010	6 320	2 636	3 679	5
	2011	6 178	2 631	3 545	2
Europa		5 413	2 114	3 297	2
União Europeia		5 391	2 101	3 288	2
Alemanha		15	5	10	..
Espanha		88	54	34	..
França		23	13	10	..
Holanda		26	22	4	..
Portugal		5 174	1 957	3 215	2
Reino Unido		10	4	6	..
Outros da UE		55	46	9	..
Outros da Europa		22	13	9	..
Ucrânia		9	4	5	..
Outros		13	9	4	..
África		585	399	186	..
Angola		48	17	31	..
Cabo Verde		348	268	80	..
Guiné-Bissau		121	71	50	..
Moçambique		13	2	11	..
São Tomé e Príncipe		10	1	9	..
Outros		45	40	5	..
América		166	108	58	..
Bolívia		2	2
Brasil		127	71	56	..
Colômbia		6	6
Venezuela		13	13
Outros		18	16	2	..
Ásia		12	10	2	..
Oceânia		2	..	2	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 98 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por País da Nacionalidade
2003 - 2011

País da Nacionalidade	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424	6 348	6 320	6 178	
Europa	4 572	4 462	4 771	4 608	4 434	4 608	5 516	5 525	5 413	
União Europeia	4 559	4 427	4 696	4 588	4 415	4 575	5 496	5 509	5 391	
Alemanha	8	23	17	20	19	18	20	18	15	
Espanha	80	57	44	77	74	68	83	80	88	
França	10	19	16	10	13	11	28	11	23	
Holanda	9	15	43	30	20	9	13	13	26	
Portugal	4 431	4 281	4 525	4 412	4 225	4 423	5 276	5 319	5 174	
Reino Unido	2	9	16	17	28	11	19	19	10	
Outros da UE	19	23	35	22	36	35	57	49	55	
Outros da Europa	13	35	75	20	19	33	20	16	22	
Ucrânia	7	11	33	15	8	20	9	7	9	
Outros	6	24	42	5	11	13	11	9	13	
África	619	551	633	628	605	679	684	632	585	
Angola	66	70	76	116	66	66	71	79	48	
Cabo Verde	443	372	414	357	370	415	367	337	348	
Guiné-Bissau	58	42	77	78	106	135	180	143	121	
Moçambique	14	12	13	12	4	3	5	4	13	
São Tomé e Príncipe	14	16	16	22	13	11	15	9	10	
Outros	24	39	37	43	46	49	46	60	45	
América	116	139	152	171	152	127	138	156	166	
Bolívia	5	4	12	7	2	3	4	1	2	
Brasil	49	41	59	81	71	90	107	128	127	
Colômbia	5	13	11	10	8	11	7	1	6	
Venezuela	28	68	56	52	49	14	9	12	13	
Outros	29	13	14	21	22	9	11	14	18	
Ásia	11	7	9	17	11	10	9	7	12	
Oceânia	1	1	..	2	

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 99 - Presumíveis Infratores Nacionais e Estrangeiros, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga
2011

Tipo de Droga	S.Face à Droga/ /Nac.	Total			Traficante		Traficante-Consumidor		Desc.
		Total	Nac.	Estr.	Nac.	Estr.	Nac.	Estr.	Nac.
Total	2010	6 320	5 319	1 001	1 987	649	3 327	352	5
	2011	6 178	5 174	1 004	1 957	674	3 215	330	2
Heroína		486	425	61	200	48	225	13	..
Cocaína		678	336	342	230	321	106	21	..
Cannabis		3 247	2 919	328	708	95	2 211	233	..
Ecstasy		17	15	2	5	1	10	1	..
Outro		19	18	1	5	1	13
Polidrogas		1 547	1 317	230	739	179	578	51	..
Desconhecido		184	144	40	70	29	72	11	2

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 100 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Nacionalidade

2003 - 2011

Situação Face à Droga/Nacionalidade	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424	6 348	6 320	6 178	
Nacional	4 431	4 281	4 525	4 412	4 225	4 423	5 276	5 319	5 174	
Estrangeiro	887	878	1 040	1 013	977	1 001	1 072	1 001	1 004	
Traficante	2 222	2 277	2 252	2 359	2 424	2 286	2 615	2 636	2 631	
Nacional	1 578	1 634	1 508	1 641	1 715	1 570	1 924	1 987	1 957	
Estrangeiro	644	643	744	718	709	716	691	649	674	
Traficante-Consumidor	3 074	2 882	3 308	3 047	2 774	3 138	3 733	3 679	3 545	
Nacional	2 845	2 647	3 014	2 766	2 507	2 853	3 352	3 327	3 215	
Estrangeiro	229	235	294	281	267	285	381	352	330	
Desconhecida	22	..	5	19	4	5	2	
Nacional	8	..	3	5	3	5	2	
Estrangeiro	14	..	2	14	1	

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 101 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Estado Civil

2011

Estado Civil	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
Total	2010	6 320	2 636	3 679	5
	2011	6 178	2 631	3 545	2
Solteiro		5 169	2 056	3 111	2
Casado/União de Facto		612	347	265	..
Divorciado/Separado		289	157	132	..
Viúvo		28	18	10	..
Desconhecido		80	53	27	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 102 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Estado Civil

2003 - 2011

Estado Civil	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424	6 348	6 320	6 178	
Solteiro	4 373	4 268	4 597	4 416	4 160	4 462	5 303	5 252	5 169	
Casado/União de Facto	652	634	633	705	710	578	647	637	612	
Divorciado/Separado	225	216	286	259	269	301	326	355	289	
Viúvo	45	25	28	27	28	32	23	23	28	
Desconhecido	23	16	21	18	35	51	49	53	80	

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 103 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Nível de Ensino
2011

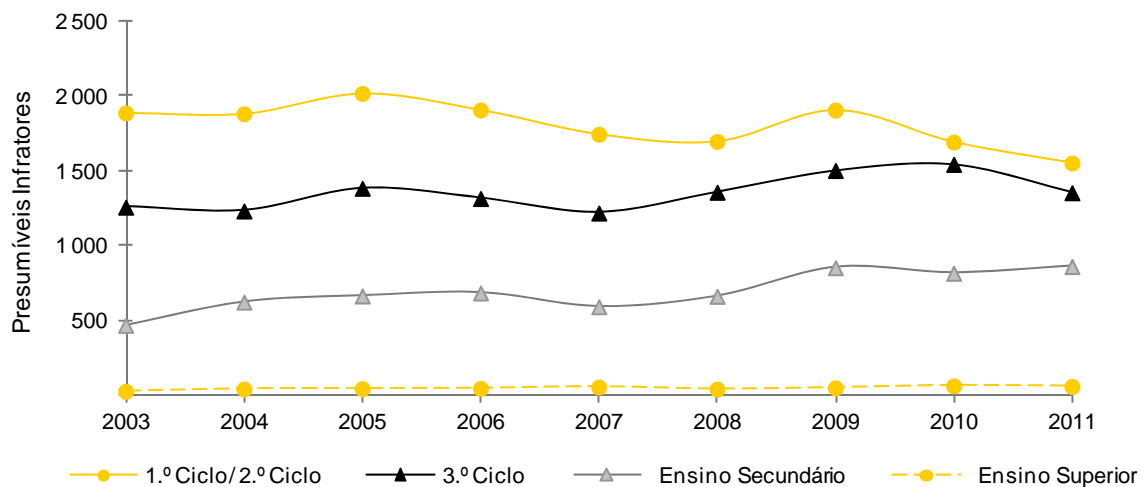
Situação Face à Droga \ Nível de Ensino	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
2010	6 320	2 636	3 679	5
2011	6 178	2 631	3 545	2
Sem Nível de Ensino	30	17	13	..
Ensino Básico/1.º Ciclo	616	367	249	..
Ensino Básico/2.º Ciclo	938	412	526	..
Ensino Básico/3.º Ciclo	1 355	520	835	..
Ensino Secundário	863	253	610	..
Ensino Superior	62	26	36	..
Desconhecido	2 314	1 036	1 276	2

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 104 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Nível de Ensino
2003 - 2011

Nível de Ensino \ Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424	6 348	6 320	6 178
Sem Nível de Ensino	54	77	75	55	56	44	36	40	30
Ensino Básico/1.º Ciclo	927	898	949	931	818	718	772	652	616
Ensino Básico/2.º Ciclo	962	985	1 070	977	928	981	1 136	1 042	938
Ensino Básico/3.º Ciclo	1 259	1 234	1 385	1 317	1 220	1 359	1 504	1 545	1 355
Ensino Secundário	470	625	666	686	594	664	855	818	863
Ensino Superior	30	45	47	49	58	44	53	66	62
Desconhecido	1 616	1 295	1 373	1 410	1 528	1 614	1 992	2 157	2 314

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 41 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Nível de Ensino

Fonte: Quadro 101

Quadro 105 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Profissional
2011

Situação Profissional	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
Total	2010	6 320	2 636	3 679	5
	2011	6 178	2 631	3 545	2
Empregado		1 541	531	1 010	..
Desempregado		3 159	1 543	1 616	..
Estudante		547	108	439	..
Outra Situação ^{a)}		110	57	53	..
Desconhecida		821	392	427	2

a) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

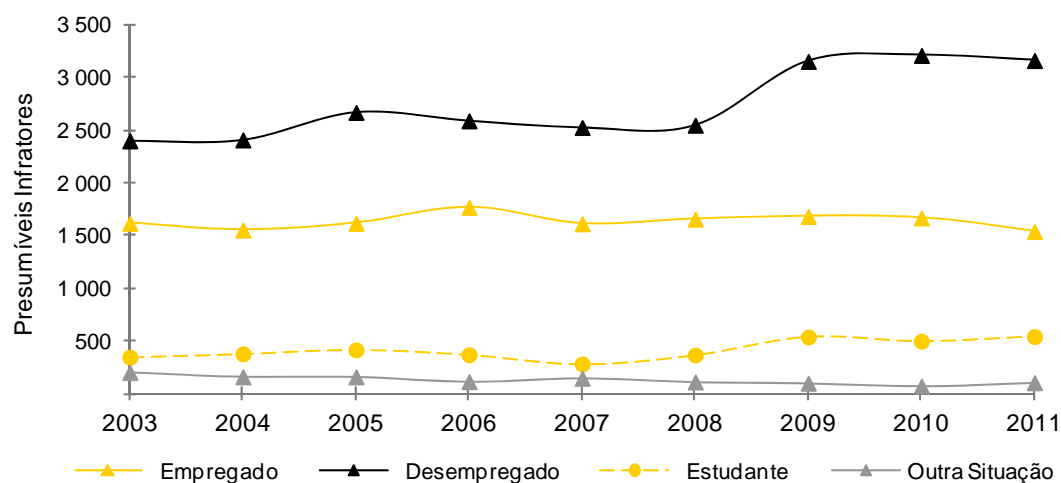
Quadro 106 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Situação Profissional
2003 - 2011

Situação Profissional	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424	6 348	6 320	6 178	
Empregado	1 618	1 554	1 618	1 769	1 613	1 657	1 683	1 669	1 541	
Desempregado	2 399	2 408	2 668	2 588	2 525	2 547	3 151	3 207	3 159	
Estudante	352	383	421	375	288	372	543	503	547	
Outra Situação ^{a)}	206	166	165	120	151	117	105	79	110	
Desconhecido	743	648	693	573	625	731	866	862	821	

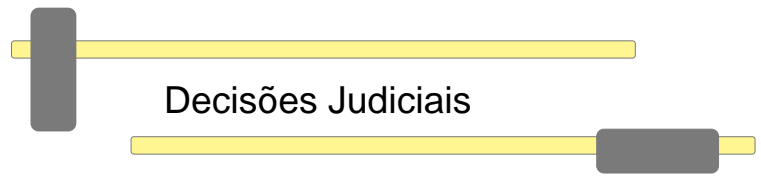
a) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 42 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Situação Profissional



Fonte: Quadro 103



Quadro 107 - Processos "Findos" ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano

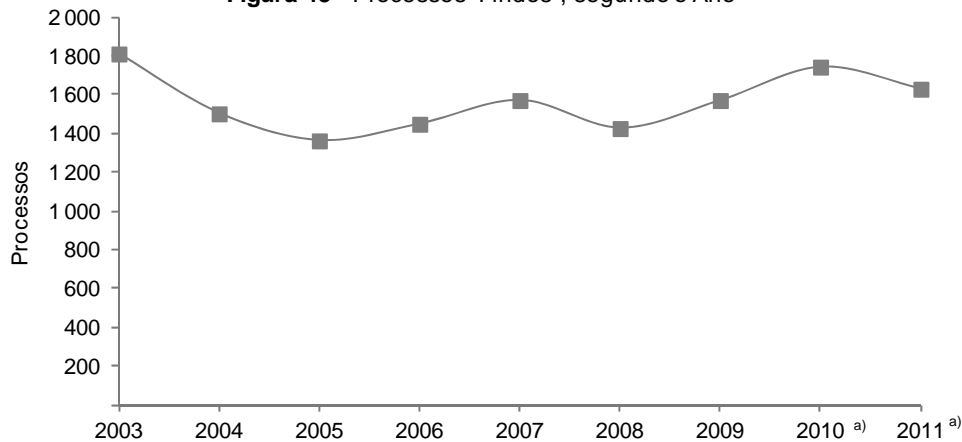
2003 - 2011

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}
Total	1 810	1 502	1 362	1 448	1 570	1 426	1 570	1 743	1 629

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 43 - Processos "Findos", segundo o Ano

a) Ver nota a) do Quadro 104.

Fonte: Quadro 104

Quadro 108 - Processos "Findos" ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano, por Tribunal

2003 - 2011

Tribunal	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Abrantes	3	6	4	1	
Águeda	1	3	1	3	2	2	
Albergaria-a-Velha	3	2	2	3	3	1	
Albufeira	25	15	20	16	14	9	6	6	8	
Alcácer do Sal	5	2	
Alcanena	1	1	1	
Alcobaça	5	1	2	7	15	9	6	6	1	
Alenquer	4	1	1	1	..	2	1	1	1	
Alfândega da Fé	..	1	
Aljô	1	1	1	1	2	..	1	
Almada	19	8	7	18	23	23	30	29	20	
Almeida	1	..	2	2	..	2	2	..	1	
Almeirim	6	..	3	1	..	1	2	
Almodôvar	2	3	..	1	5	1	
Amarante	6	5	1	2	3	2	4	6	11	
Amares	1	1	7	1	
Anadia	3	1	6	3	3	4	
Angra do Heroísmo	2	11	8	8	1	4	4	4	4	
Arcos de Valdevez	2	1	
Arganil	1	..	2	1	1	1	3	1	2	
Armamar	1	..	
Arouca	1	
Arraiolos	1	1	1	1	
Aveiro	19	6	14	13	15	13	
Avis	1	..	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Baião	2	..	
Barcelos	21	18	13	11	13	8	11	18	7	
Barreiro	16	13	11	10	13	10	10	8	3	
Beja	4	2	1	7	7	8	6	7	4	
Benavente	4	2	..	2	2	4	3	4	2	
Bombarral	2	
Braga	20	14	18	16	20	8	12	19	10	
Bragança	8	4	6	6	13	5	7	10	4	
Cabeceiras de Basto	1	..	1	..	1	
Cadaval	1	1	..	1	2	..	1	
Caldas da Rainha	8	12	6	4	5	3	1	5	1	
Caminha	2	2	2	1	1	..	1	
Cantanhede	..	1	1	1	1	2	1	3	..	
Carrazeda de Ansiães	1	1	1	4	
Cartaxo	18	22	12	6	7	3	10	11	10	
Cascais	50	50	36	41	29	37	45	49	35	
Castelo Branco	8	8	4	4	5	4	10	11	11	
Castelo de Paiva	1	1	..	1	2	
Castelo de Vide	1	
Castro Daire	..	1	2	1	
Celorico da Beira	1	2	1	1	
Celorico de Basto	1	
Chaves	7	6	2	1	2	4	2	2	7	
Cinfães	2	2	1	2	..	3	..	
Coimbra	33	32	22	15	23	15	15	28	22	
Condeixa-a-Nova	1	1	..	1	..	1	
Coruche	2	..	1	4	6	3	1	
Covilhã	2	3	8	5	5	4	2	1	2	
Cuba	..	2	2	..	1	
Elvas	3	4	11	14	6	7	18	31	22	
Entroncamento	3	4	1	..	3	..	3	..	1	
Espinho	6	4	4	3	7	1	3	3	2	
Esposende	2	6	7	1	7	6	2	1	3	
Estarreja	4	2	1	2	2	1	
Estremoz	..	4	4	3	2	
Évora	3	4	1	1	3	6	5	4	5	
Fafe	3	1	2	1	..	1	6	1	1	
Faro	27	12	15	12	15	11	16	17	13	
Felgueiras	5	3	3	2	3	1	..	3	4	
Ferreira do Alentejo	1	1	3	..	5	..	1	
Ferreira do Zêzere	1	..	1	
Figueira da Foz	3	2	..	3	3	7	8	10	11	
Figueira de Castelo Rodrigo	2	..	
Figueiró dos Vinhos	2	1	1	1	
Fronteira	1	..	2	..	1	3	4	
Funchal	24	29	15	33	43	21	17	15	22	
Fundão	1	3	1	1	..	1	2	1	1	
Golegã	..	1	1	..	
Gondomar	12	4	7	8	8	8	14	3	1	
Gouveia	1	..	2	..	1	..	
Grândola	7	4	1	1	5	15	
Guarda	3	5	2	8	3	2	2	4	4	
Guimarães	28	20	20	14	17	9	18	18	11	
Horta	..	4	2	..	1	4	1	2	2	
Idanha-a-Nova	1	2	1	1	3	5	
Ilhavo	..	3	2	7	1	3	
Lagos	8	3	5	7	7	8	8	8	13	
Lamego	3	3	1	2	3	
Leiria	19	23	21	13	14	3	16	14	19	
Lisboa	457	376	383	411	488	460	491	477	442	
Loulé	13	9	17	11	15	13	25	37	16	
Loures	27	27	57	55	27	32	52	36	35	
Lourinhã	4	2	3	2	2	2	3	1	1	
Lousã	..	3	5	3	2	..	4	6	1	
Lousada	12	6	4	1	3	2	2	4	3	

Continua ➔

Tribunal	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Macedo de Cavaleiros	3	1	1	2	1	
Mafra	..	1	1	1	1	
Maia	21	23	18	17	34	23	21	33	24	
Mangualde	..	3	..	1	4	2	2	2	..	
Marco de Canavezes	2	2	..	2	2	1	1	1	2	
Marinha Grande	13	19	12	12	12	11	8	3	9	
Matosinhos	65	33	37	46	46	19	18	23	13	
Mealhada	2	1	..	4	
Melgaço	1	2	
Mértola	2	1	1	..	1	..	
Mesão Frio	1	
Mira	1	1	1	1	
Miranda do Douro	1	3	
Mirandela	5	1	4	3	3	..	3	3	1	
Mogadouro	3	2	1	3	
Moimenta da Beira	8	1	1	..	3	3	..	
Moita	14	11	7	10	6	10	18	12	3	
Monção	3	1	..	1	2	
Monchique	3	1	1	..	
Mondim de Basto	1	1	1	
Montalegre	1	1	
Montemor-o-Novo	2	..	1	1	3	2	..	
Montemor-o-Velho	1	1	
Montijo	9	8	3	8	7	5	3	3	2	
Moura	3	1	1	5	1	2	
Nazaré	1	2	3	..	1	..	1	2	4	
Nelas	1	4	3	3	3	..	1	
Nisa	..	2	2	1	..	1	..	5	2	
Nordeste	2	..	2	2	
Odemira	2	4	3	..	5	8	1	
Oeiras	20	13	9	13	19	35	32	27	28	
Olhão da Restauração	14	20	9	13	11	16	17	17	18	
Oliveira de Azeméis	2	2	..	2	2	1	4	3	7	
Oliveira de Frades	1	
Oliveira do Bairro	1	2	
Oliveira do Hospital	1	1	1	1	
Ourém	2	1	1	..	3	
Ourique	3	1	..	2	4	2	2	5	..	
Ovar	8	2	9	8	7	2	
Paços de Ferreira	14	12	14	13	16	11	9	16	22	
Paredes	6	9	1	2	4	3	2	6	5	
Paredes de Coura	..	1	
Penacova	2	1	
Penafiel	4	1	2	2	3	4	..	2	3	
Penamacor	1	2	1	2	1	
Penela	1	1	1	
Peniche	5	1	2	4	6	1	1	4	1	
Peso da Régua	10	2	3	1	2	6	1	3	2	
Pombal	1	..	1	1	1	3	4	1	..	
Ponta Delgada	24	19	18	26	18	32	23	13	32	
Ponta do Sol	1	..	1	2	
Ponte da Barca	1	1	2	1	2	
Ponte de Lima	5	2	..	1	1	1	2	1	1	
Ponte de Sor	1	1	
Portalegre	5	10	4	3	9	1	4	1	3	
Portimão	26	14	15	20	19	16	12	14	17	
Porto	144	99	107	110	100	122	114	179	195	
Porto de Mós	..	3	3	4	3	4	4	4	..	
Porto Santo	1	..	1	1	..	2	6	1	..	
Póvoa de Lanhoso	..	2	1	2	1	..	
Póvoa de Varzim	3	12	5	9	8	7	17	12	13	
Povoação	1	1	1	..	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Redondo	1	1	
Reguengos de Monsaraz	..	1	1	3	..	
Ribeira Grande	6	1	..	9	16	11	10	21	9	
Rio Maior	1	2	..	1	2	1	1	
Sabugal	..	1	..	1	1	
Santa Comba Dão	..	1	..	3	3	1	3	6	1	
Santa Cruz	10	5	5	14	12	8	4	4	1	
Santa Cruz da Graciosa	1	
Santa Cruz das Flores	3	..	1	..	1	1	..	1	..	
Santa Maria da Feira	4	2	..	3	3	5	12	
Santarém	1	2	1	1	7	2	1	
Santiago do Cacém	9	4	7	9	8	2	1	
Santo Tirso	10	6	6	3	7	5	7	7	2	
São João da Madeira	6	5	2	1	2	2	1	5	3	
São João da Pesqueira	1	3	..	
São Pedro do Sul	1	1	3	3	4	2	6	..	3	
São Roque do Pico	1	1	..	1	1	7	11	
São Vicente	1	1	
Sátão	..	2	1	
Seia	1	4	2	3	..	2	1	..	1	
Seixal	30	16	8	10	18	16	15	12	10	
Serpa	1	6	2	1	3	1	..	
Sertão	..	1	2	2	1	1	3	
Sesimbra	3	5	2	2	6	2	6	4	4	
Setúbal	33	24	33	18	19	33	34	33	37	
Sever do Vouga	1	
Silves	7	12	7	10	3	7	14	3	4	
Sintra	44	40	34	44	35	32	3	
Soure	1	1	
Tábua	2	1	
Tabuaço	1	2	
Tavira	4	11	3	5	6	6	..	2	2	
Tomar	5	3	5	3	1	2	
Tondela	..	1	2	1	1	2	
Torre de Moncorvo	1	3	1	2	
Torres Novas	6	3	..	1	3	
Torres Vedras	7	11	8	7	8	5	1	10	14	
Trancoso	1	1	1	
Vagos	2	1	
Vale de Cambra	1	1	1	..	4	1	2	
Valença	2	1	1	1	1	..	1	2	3	
Valongo	4	2	2	3	6	2	..	4	4	
Valpaços	1	..	2	3	
Velas	2	3	
Viana do Castelo	16	14	6	6	8	6	2	5	13	
Vieira do Minho	1	..	
Vila da Praia da Vitória	8	1	..	3	1	1	
Vila do Conde	10	10	6	8	11	3	10	23	10	
Vila do Porto	2	3	1	2	1	
Vila Flor	..	1	1	1	1	1	
Vila Franca de Xira	8	10	6	8	8	1	5	4	6	
Vila Franca do Campo	..	1	1	2	1	1	1	
Vila Nova de Cerveira	1	1	..	1	
Vila Nova de Famalicão	26	23	17	7	5	6	8	7	3	
Vila Nova de Foz Côa	1	
Vila Nova de Gaia	44	49	35	31	21	24	31	46	41	
Vila Pouca de Aguiar	2	
Vila Praia da Vitória	3	..	1	
Vila Real	8	9	3	2	5	8	5	5	9	
Vila Real de Santo António	8	6	6	5	2	4	3	3	2	
Vila Verde	3	..	1	1	1	2	..	
Vila Viçosa	2	1	1	1	..	
Vinhais	1	1	2	1	
Viseu	15	21	20	17	26	14	12	13	13	
Vouzela	1	3	2	1	..	
Alentejo Litoral	3	25	17	26	
Baixo Vouga	1	22	31	39	
Grande Lisboa-Noroeste	2	30	66	68	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 109 - Indivíduos Acusados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Judicial 2011

Situação Judicial	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
	2010 ^{b)}	2 542	2 235	289	18
	2011 ^{b)}	2 318	1 986	324	8
Condenado ^{c)}		2 041	1 749 ^{d)}	286 ^{e)}	6 ^{f)}
Absolvido		274	235	37	2
Falecimento		3	2	1	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

c) Dos 2041 indivíduos condenados, 242 foram também condenados por outros crimes. Ver Quadro 118.

d) Nos 1749 condenados inicialmente acusados por Tráfico, estão incluídos, após convalidação de acusação, 146 condenados por Consumo e 9 condenados por Tráfico-Consumo. Por outro lado, existem 2 indivíduos inicialmente acusados por Consumo e 4 acusados por Tráfico-Consumo, que foram posteriormente condenados por Tráfico (1749-146-9+2+4=1600 indivíduos condenados por Tráfico).

e) Nos 286 condenados inicialmente acusados por Consumo, estão incluídos, após convalidação de acusação, 2 condenados por Tráfico. Por outro lado, existem 146 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico e 1 indivíduo inicialmente acusados por Tráfico-Consumo que foram posteriormente condenados por Consumo (286-2+146+1=431 indivíduos condenados por Consumo).

f) Nos 6 condenados inicialmente acusados por Tráfico-Consumo, estão incluídos, após convalidação de acusação, 4 condenados por Tráfico e 1 condenado por consumo. Por outro lado, 9 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico, que foram posteriormente condenados por Tráfico-Consumo (6-4-1+9=10 indivíduos condenados por Tráfico-Consumo).

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 110 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Judicial 2003 - 2011

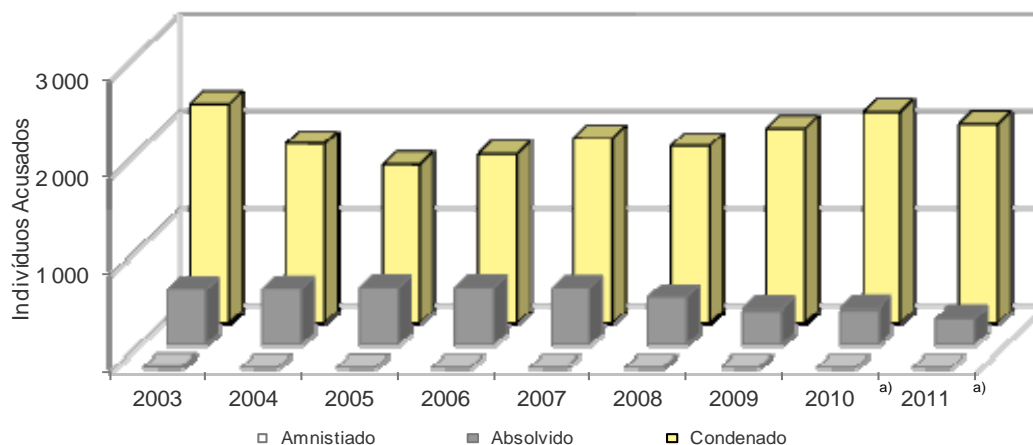
Situação Judicial	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Total	2 980	2 447	2 243	2 338	2 499	2 305	2 374	2 542	2 318	
Condenado	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	2 162	2 041	
Amnistiado	12	3	1	
Absolvido	570	578	593	593	588	488	367	374	274	
Falecimento	5	2	2	1	..	3	7	5	3	
Inimputabilidade	1	2	1	3	
Extinto o Processo Criminal	157	29	22	12	13	..	3	1	..	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 44 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Judicial



a) Ver nota a) do Quadro 107.

Fonte: Quadro 107

Quadro 111 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga
2003 - 2011

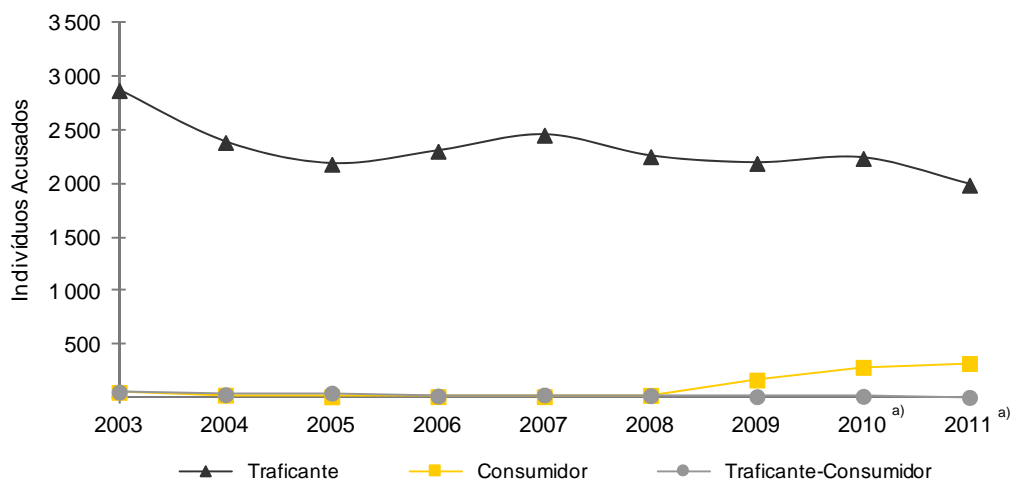
Situação Face à Droga	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Total	2 980	2 447	2 243	2 338	2 499	2 305	2 374	2 542	2 318	
Traficante	2 868	2 384	2 181	2 302	2 452	2 252	2 189	2 235	1 986	
Consumidor	55	29	14	15	16	28	170	289	324	
Traficante-Consumidor	57	34	48	21	31	25	15	18	8	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 45 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga



a) Ver nota a) do Quadro 108.

Fonte: Quadro 108

Quadro 112 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano

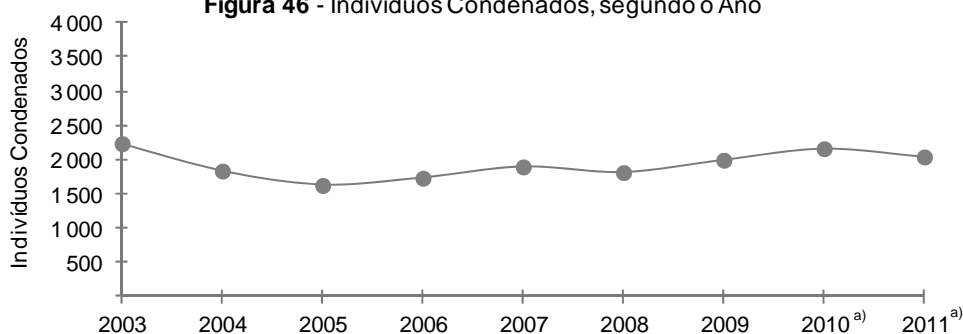
2003 - 2011

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}
Total	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	2 162	2 041

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 46 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano

a) Ver nota a) do Quadro 109.

Fonte: Quadro 109

Quadro 113 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tribunal

2003 - 2011

Tribunal	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Abrantes	6	5	4	2	
Águeda	1	3	1	2	5	1	
Albergaria-a-Velha	4	2	5	3	5	1	
Albufeira	26	10	20	5	11	11	5	9	9	
Alcácer do Sal	6	3	
Alcanena	1	3	1	
Alcobaça	6	1	10	13	14	7	7	8	1	
Alenquer	13	5	..	1	..	8	1	2	1	
Alijó	..	4	2	2	..	5	
Almada	15	10	11	22	36	34	37	32	39	
Almeida	1	..	4	1	..	2	2	..	1	
Almeirim	7	..	4	4	..	1	2	
Almodôvar	..	4	6	2	
Amarante	6	1	3	4	2	1	3	5	10	
Amares	1	9	1	
Anadia	3	1	6	3	4	5	
Angra do Heroísmo	4	16	7	10	3	4	9	14	2	
Arcos de Valdevez	1	1	
Arganil	1	..	3	1	1	1	4	1	2	
Armamar	1	..	
Arouca	1	
Arraiolos	1	1	1	
Aveiro	22	4	12	14	10	20	
Avis	1	..	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Baião	1	..	
Barcelos	38	15	13	8	19	13	12	23	7	
Barreiro	26	22	30	19	21	19	19	16	6	
Beja	8	3	3	3	9	11	9	9	4	
Benavente	9	7	..	4	2	5	3	5	2	
Bombarral	2	
Braga	21	12	20	14	21	5	10	20	15	
Bragança	14	5	8	9	22	10	13	13	4	
Cabeceiras de Basto	1	..	1	..	1	
Cadaval	1	2	7	..	2	
Caldas da Rainha	18	12	8	7	5	2	1	5	1	
Caminha	2	2	1	..	1	..	5	
Cantanhede	..	1	1	2	3	2	2	4	3	
Carrizada de Ansiães	1	1	1	
Cartaxo	8	16	6	9	4	2	9	9	12	
Cascais	45	45	37	33	18	29	46	48	36	
Castelo Branco	14	10	9	4	11	6	13	12	11	
Castelo de Paiva	1	3	
Castelo de Vide	1	
Castro Daire	..	2	5	2	
Celorico da Beira	2	9	1	1	
Celorico de Basto	1	
Chaves	5	7	4	2	2	2	1	4	12	
Cinfães	3	1	2	..	3	..	
Coimbra	41	40	23	21	37	23	21	34	36	
Condeixa-a-Nova	1	..	2	
Coruche	1	3	8	2	..	
Covilhã	15	2	15	10	13	4	2	1	2	
Cuba	..	2	2	..	1	
Elvas	3	5	8	11	5	14	22	37	25	
Entroncamento	6	4	1	..	5	..	2	..	2	
Espinho	12	7	4	7	14	1	3	7	3	
Esposende	2	8	5	2	7	7	2	2	3	
Estarreja	11	1	1	2	3	1	
Estremoz	..	4	10	1	3	
Évora	3	12	2	5	5	15	8	5	5	
Fafe	3	6	3	1	..	2	5	1	1	
Faro	29	21	21	17	15	12	20	21	16	
Felgueiras	13	4	6	3	4	1	..	7	5	
Ferreira do Alentejo	1	18	..	13	..	9	
Ferreira do Zêzere	1	
Figueira da Foz	3	3	3	8	12	10	16	
Figueira de Castelo Rodrigo	2	..	
Figueiró dos Vinhos	6	1	1	3	
Fronteira	1	..	1	3	4	
Funchal	43	33	32	34	43	28	29	21	22	
Fundão	1	4	..	1	..	5	5	1	1	
Golegã	..	1	3	..	
Gondomar	22	4	11	7	4	9	22	5	2	
Gouveia	1	..	3	..	1	..	
Grândola	4	5	1	1	3	10	
Guarda	3	2	1	10	6	..	2	4	4	
Guimarães	32	18	19	18	17	9	27	20	11	
Horta	..	5	2	..	1	4	1	2	2	
Idanha-a-Nova	1	3	2	..	2	6	
Ílhavo	..	6	1	10	1	3	
Lagos	7	..	6	13	8	17	12	11	23	
Lamego	1	4	1	4	7	
Leiria	27	31	23	11	14	2	33	15	15	
Lisboa	589	446	451	486	554	567	580	568	581	
Loulé	12	17	16	11	21	14	33	50	14	
Loures	36	40	100	72	28	32	54	37	35	
Lourinhã	8	10	3	2	4	4	9	1	2	
Lousã	..	3	6	1	2	..	7	6	1	
Lousada	15	9	7	1	5	2	2	4	3	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 a)	2011 a)	
Macedo de Cavaleiros	3	5	3	2	
Mafra	..	2	1	1	1	
Maia	24	25	17	17	37	23	30	43	18	
Mangualde	..	3	3	8	3	2	..	
Marco de Canavezes	1	1	..	4	1	1	2	2	4	
Marinha Grande	16	38	27	20	25	14	10	3	12	
Matosinhos	75	25	20	29	33	14	19	17	15	
Mealhada	3	1	..	4	
Melgaço	1	2	
Mértola	6	2	..	
Mesão Frio	2	
Mira	1	1	1	1	
Miranda do Douro	3	1	
Mirandela	11	2	8	5	9	..	3	3	1	
Mogadouro	2	1	1	5	
Moimenta da Beira	5	1	1	..	3	3	..	
Moita	36	17	11	21	26	13	21	16	4	
Monção	1	4	1	
Monchique	3	1	1	..	
Mondim de Basto	1	1	1	
Montalegre	2	
Montemor-o-Novo	3	..	1	1	3	2	..	
Montemor-o-Velho	5	2	
Montijo	11	8	2	6	15	7	5	3	2	
Moura	5	1	3	1	4	2	
Nazaré	3	2	8	..	6	..	1	9	5	
Nelas	4	4	1	7	3	..	1	
Nisa	..	4	2	4	..	2	..	5	2	
Nordeste	1	..	2	2	
Odemira	2	6	2	..	5	7	1	
Oeiras	24	11	8	10	20	36	39	34	27	
Olhão da Restauração	12	23	6	19	12	21	16	20	22	
Oliveira de Azeméis	1	2	..	3	2	1	11	3	13	
Oliveira de Frades	8	
Oliveira do Bairro	2	1	
Oliveira do Hospital	2	2	1	1	
Ourém	2	1	1	..	5	
Ourique	4	1	..	2	1	..	6	6	..	
Ovar	12	1	7	12	7	2	
Paços de Ferreira	9	13	18	11	13	15	10	18	24	
Paredes	9	10	..	4	6	6	12	5	4	
Penacova	1	1	
Penafiel	4	1	..	2	4	8	..	3	7	
Penamacor	2	6	1	1	1	
Penela	2	1	1	
Peniche	4	1	3	5	3	1	1	6	2	
Peso da Régua	7	5	11	2	..	8	4	11	2	
Pinhel	
Pombal	2	..	1	1	1	5	..	1	..	
Ponta Delgada	49	28	26	38	37	47	26	22	51	
Ponta do Sol	1	1	
Ponte da Barca	1	3	2	1	7	
Ponte de Lima	2	3	..	1	2	1	2	1	1	
Ponte de Sor	1	1	
Portalegre	4	28	3	8	10	1	3	1	3	
Portimão	28	17	24	36	14	20	12	11	20	
Porto	125	113	94	105	119	148	135	230	245	
Porto de Mós	..	4	5	5	3	4	6	10	..	
Porto Santo	1	..	1	3	6	2	..	
Póvoa de Lanhoso	..	2	2	2	1	..	
Póvoa de Varzim	3	9	4	9	11	6	19	16	16	
Povoação	3	1	..	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Redondo	4	1	
Reguengos de Monsaraz	..	2	1	6	..	
Ribeira Grande	14	1	..	14	20	20	34	26	13	
Rio Maior	1	2	3	1	
Sabugal	1	1	
Santa Comba Dão	..	1	..	3	3	4	3	6	2	
Santa Cruz	12	6	7	26	27	12	4	4	..	
Santa Cruz da Graciosa	1	
Santa Cruz das Flores	5	..	2	..	2	1	..	1	..	
Santa Maria da Feira	7	3	..	2	4	11	12	
Santarém	3	5	2	10	7	5	1	
Santiago do Cacém	23	7	15	14	19	11	1	
Santo Tirso	9	18	9	13	13	10	11	6	2	
São João da Madeira	15	5	..	4	14	5	1	7	3	
São João da Pesqueira	1	3	..	
São Pedro do Sul	4	1	3	3	5	3	7	..	7	
São Roque do Pico	2	2	..	1	2	11	15	
São Vicente	2	1	
Sátão	..	2	1	
Seia	2	10	3	6	..	2	1	..	1	
Seixal	38	27	9	17	18	21	20	14	12	
Serpa	..	6	1	1	2	1	..	
Sertão	2	4	2	2	3	
Sesimbra	7	7	3	1	12	3	7	4	4	
Setúbal	28	25	22	11	16	54	32	41	44	
Sever do Vouga	2	
Silves	6	16	7	25	5	7	18	2	4	
Sintra	49	47	49	57	44	43	4	
Soure	1	2	
Tábua	3	5	
Tabuaço	1	2	
Tavira	26	31	2	4	8	10	..	3	2	
Tomar	4	6	3	4	..	2	
Tondela	..	1	2	1	1	1	
Torre de Moncorvo	1	2	1	3	
Torres Novas	1	2	5	
Torres Vedras	9	12	16	14	9	5	1	13	15	
Trancoso	1	
Vagos	3	1	
Vale de Cambra	2	1	1	..	4	1	2	
Valença	2	3	2	2	1	..	3	1	5	
Valongo	2	3	1	7	10	2	..	7	5	
Valpaços	4	..	1	4	
Velas	2	2	
Viana do Castelo	10	14	6	14	11	5	2	6	17	
Vieira do Minho	2	..	
Vila da Praia da Vitória	9	1	..	4	1	5	
Vila do Conde	9	11	7	10	13	3	16	28	11	
Vila do Porto	1	4	1	3	1	
Vila Flor	..	1	1	1	1	
Vila Franca de Xira	11	12	6	5	10	1	5	6	8	
Vila Franca do Campo	..	1	1	2	1	7	1	
Vila Nova de Cerveira	1	3	..	1	
Vila Nova de Famalicão	20	23	20	5	5	6	18	7	2	
Vila Nova de Foz Côa	1	
Vila Nova de Gaia	53	51	
Vila Praia da Vitória	6	..	1	
Vila Real	10	12	2	2	5	11	7	6	9	
Vila Real de Santo António	11	6	12	5	1	5	4	4	2	
Vila Verde	3	..	3	1	1	3	..	
Vila Viçosa	1	1	1	1	..	
Vinhais	1	5	11	1	
Viseu	18	32	25	18	28	21	17	13	19	
Vouzela	1	2	2	1	..	
Alentejo Litoral	3	40	34	37	
Baixo Vouga	11	39	50	41	
Grande Lisboa-Noroeste	2	34	84	89	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

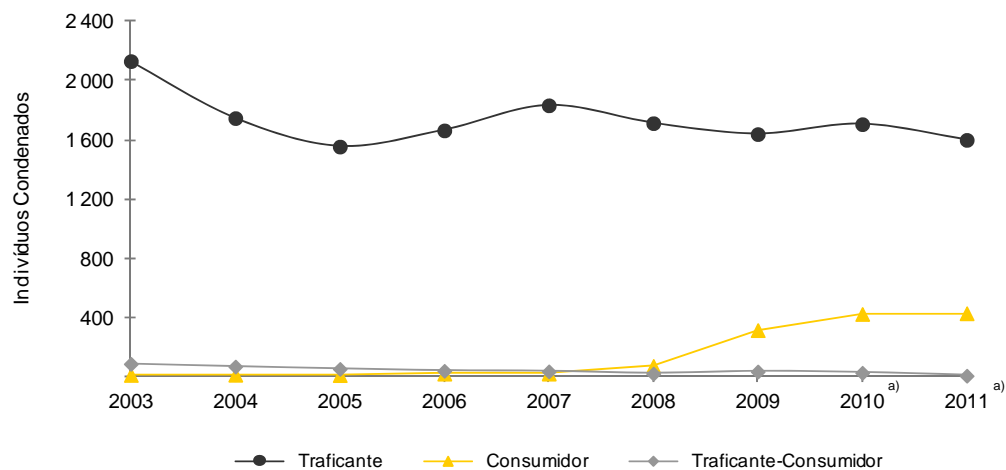
Quadro 114 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Género
2003 - 2011

Situação Face à Droga/Género	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Total	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	2 162	2 041	
Masculino	1 940	1 603	1 400	1 477	1 630	1 564	1 741	1 951	1 840	
Feminino	296	232	225	254	266	249	253	211	201	
Traficante	2 131	1 747	1 555	1 664	1 833	1 713	1 639	1 706	1 600	
Masculino	1 846	1 529	1 335	1 417	1 575	1 470	1 404	1 509	1 414	
Feminino	285	218	220	247	258	243	235	197	186	
Consumidor	15	16	14	24	24	76	317	426	431	
Masculino	14	15	13	22	23	72	303	412	418	
Feminino	1	1	1	2	1	4	14	14	13	
Traficante-Consumidor	90	72	56	43	39	24	38	30	10	
Masculino	80	59	52	38	32	22	34	30	8	
Feminino	10	13	4	5	7	2	4	..	2	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

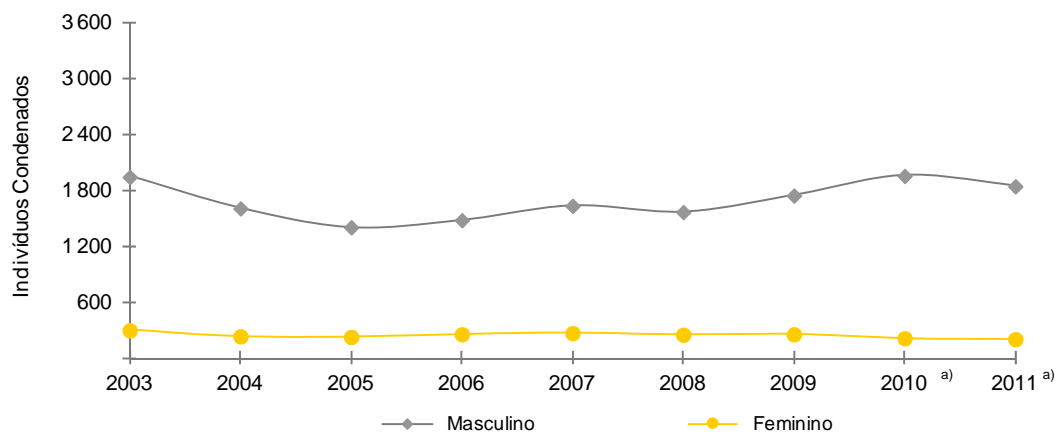
Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 47 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga

a) Ver nota a) do Quadro 111.

Fonte: Quadro 111

Figura 48 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Género

a) Ver notas a) do Quadro 111.

Fonte: Quadro 111

Figura 49 - Total de Indivíduos Condenados, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação

2011

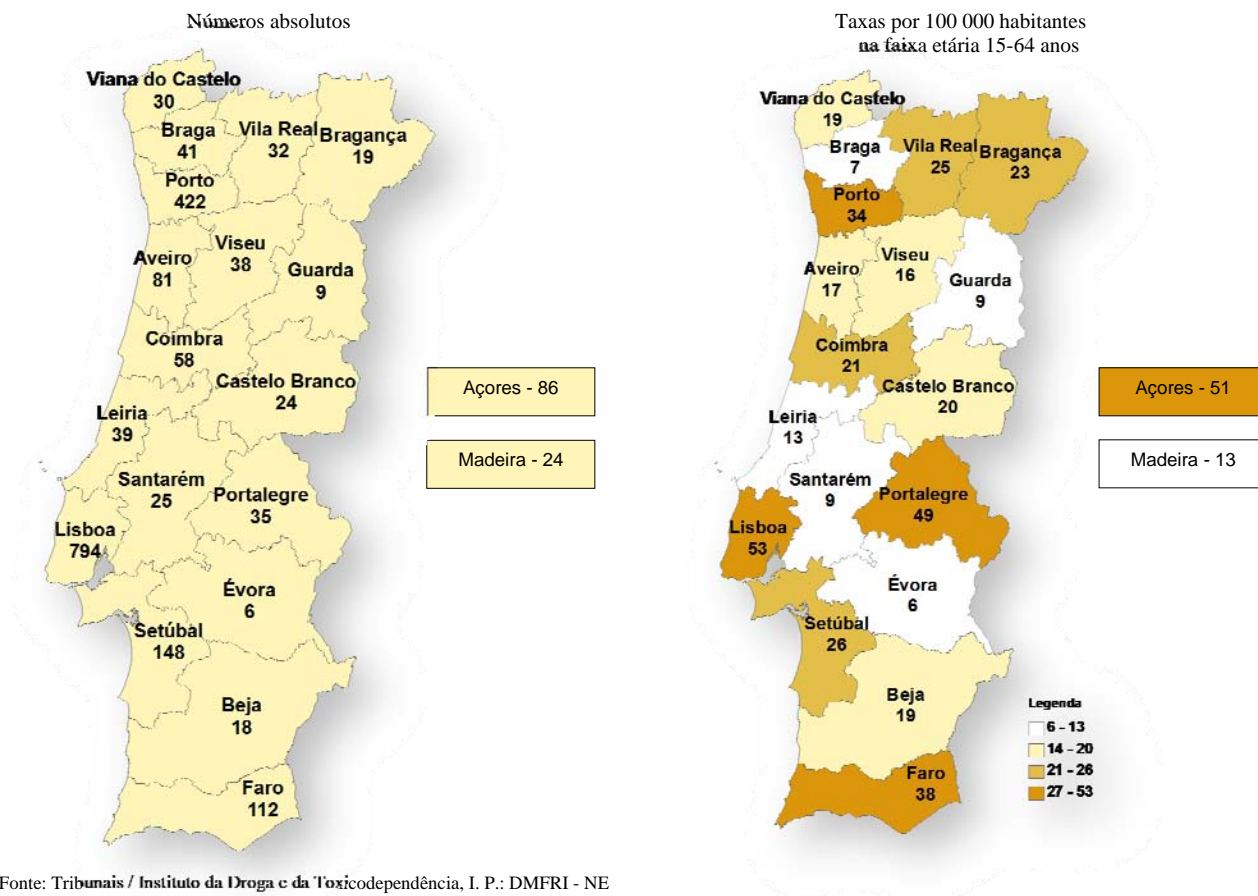


Figura 50 - Indivíduos Condenados por Tráfico, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação

2011

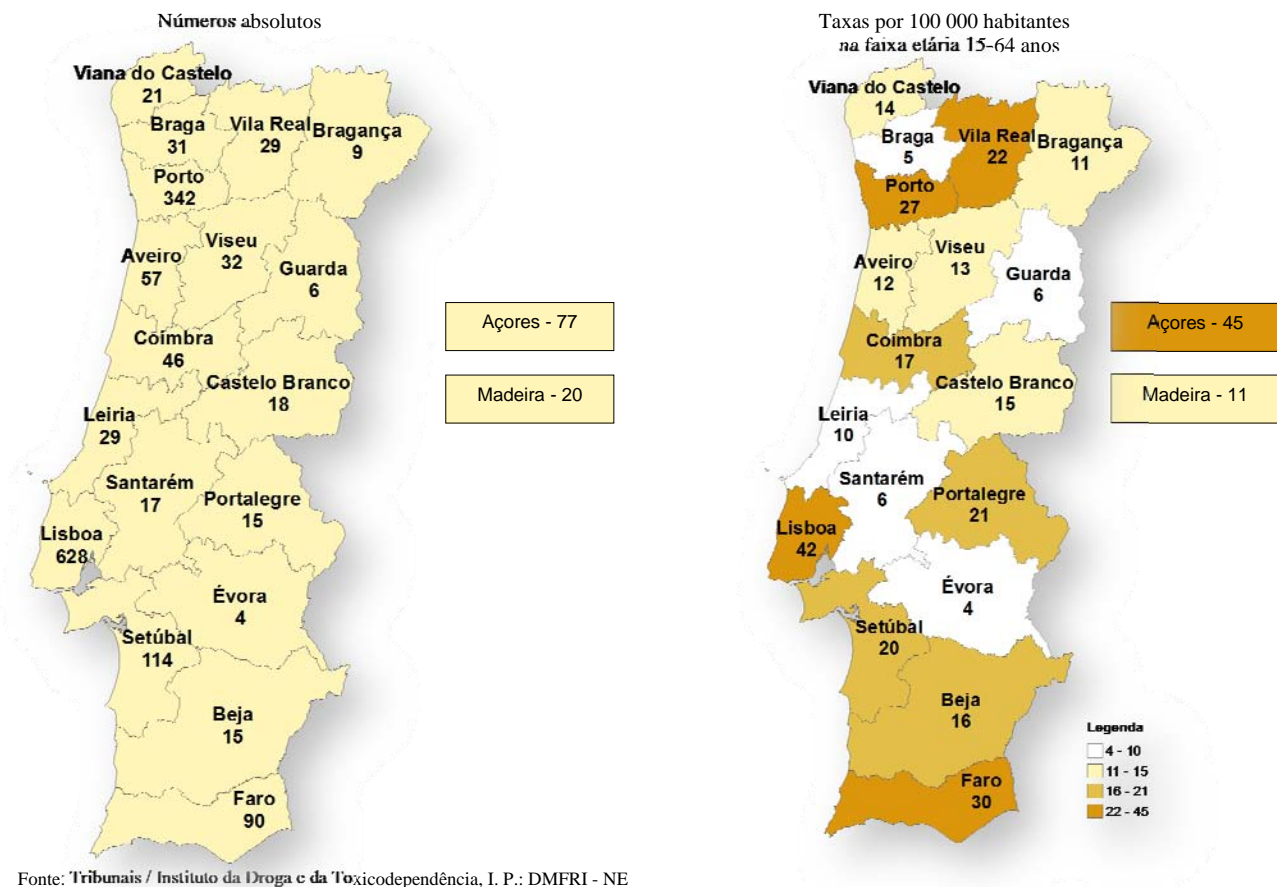
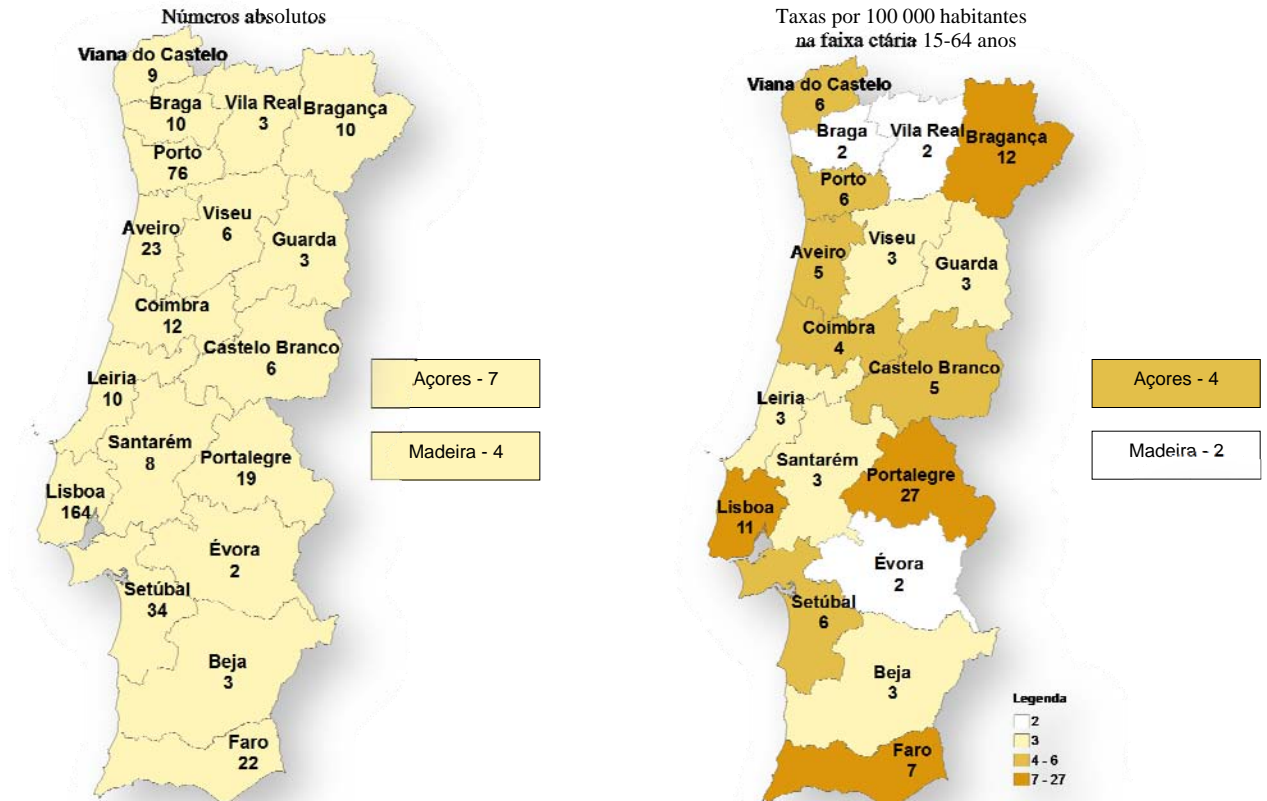


Figura 51 - Indivíduos Condenados por Consumo*, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação

2011

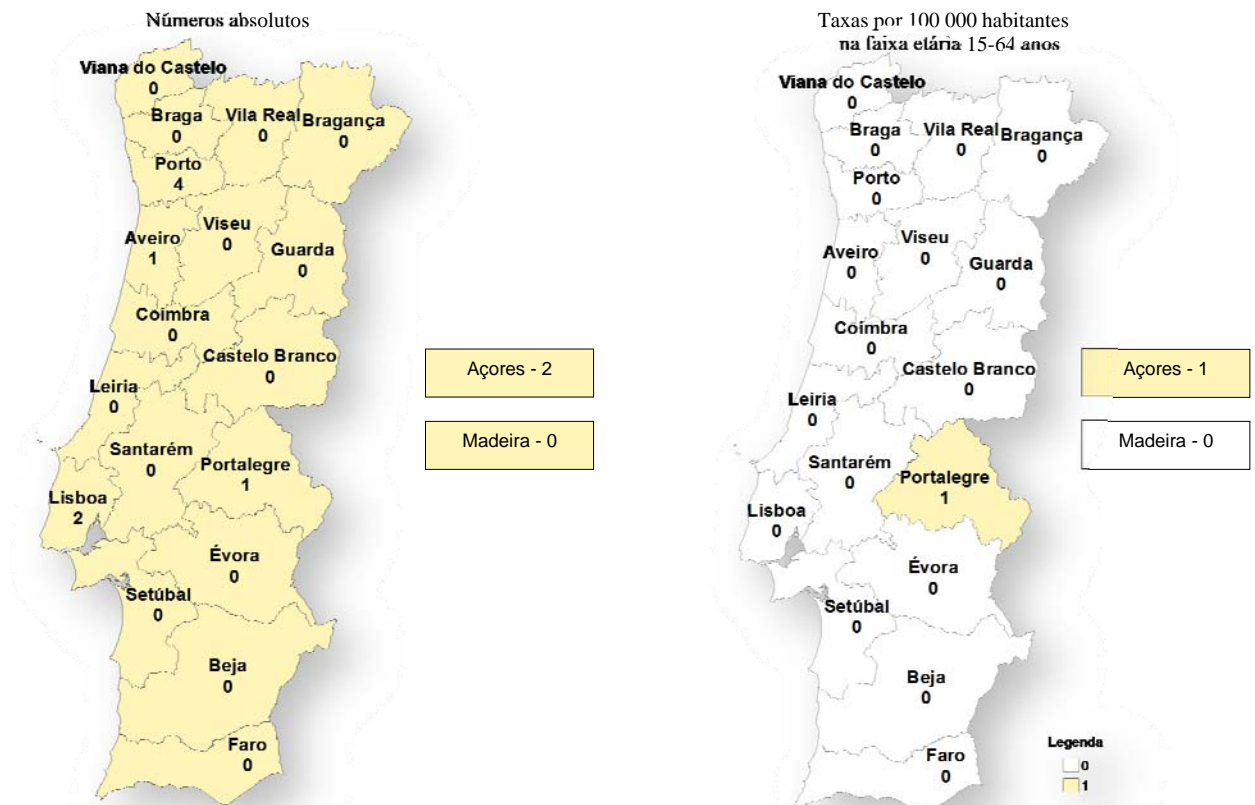


* Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 52 - Indivíduos Condenados por Tráfico-Consumo, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação

2011



Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 115 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga e Género, por Círculo Judicial e Comarca
2011

Círculo Judicial/Comarca	Total			Traficante			Consumidor ^{a)}			Traf.-Cons.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Abrantes	2	1	1	2	1	1
Entroncamento	2	1	1	2	1	1
Alcobaça	6	6	..	3	3	..	3	3
Alcobaça	1	1	..	1	1
Nazaré	5	5	..	2	2	..	3	3
Almada	55	53	2	46	44	2	9	9
Almada	39	37	2	35	33	2	4	4
Seixal	10	10	..	10	10	..	2	2
Sesimbra	4	4	..	1	1	..	3	3
Anadia	4	4	..	1	1	..	3	3
Mealhada	4	4	..	1	1	..	3	3
Angra do Heroísmo	20	17	3	18	15	3	2	2
Angra do Heroísmo	2	2	..	2	2
Horta	2	2	2	2
São Roque do Pico	15	12	3	15	12	3
Vila Praia da Vitória	1	1	..	1	1
Barcelos	10	10	..	5	5	..	5	5
Barcelos	7	7	..	4	4	..	3	3
Esposende	3	3	..	1	1	..	2	2
Barreiro	12	10	2	12	10	2
Barreiro	6	5	1	6	5	1
Moita	4	4	..	4	4
Montijo	2	1	1	2	1	1
Beja	18	16	2	15	13	2	3	3
Almodôvar	2	1	1	2	1	1
Beja	4	4	..	2	2	..	2	2
Cuba	1	1	1	1
Ferreira do Alentejo	9	8	1	9	8	1
Moura	2	2	..	2	2
Braga	16	13	3	12	9	3	4	4
Amares	1	1	..	1	1
Braga	15	12	3	11	8	3	4	4
Bragança	6	6	..	6	6
Bragança	4	4	..	4	4
Macedo de Cavaleiros	2	2	..	2	2
Caldas da Rainha	4	4	..	2	2	..	2	2
Caldas da Rainha	1	1	..	1	1
Peniche	2	2	2	2
Rio Maior	1	1	..	1	1
Cascais	36	30	6	20	14	6	16	16
Castelo Branco	21	19	2	17	15	2	4	4
Castelo Branco	11	11	..	10	10	..	1	1
Idanha-a-Nova	6	4	2	4	2	2	2	2
Penamacor	1	1	1	1
Sertã	3	3	..	3	3
Chaves	16	15	1	14	13	1	2	2
Chaves	12	12	..	11	11	..	1	1
Valpaços	4	3	1	3	2	1	1	1
Coimbra	42	27	15	36	21	15	6	6
Arganil	2	2	2	2
Coimbra	36	21	15	34	19	15	2	2
Lousã	3	3	..	2	2	..	1	1
Lousã	1	1	1	1
Covilhã	3	3	..	1	1	..	2	2
Covilhã	2	2	..	1	1	..	1	1
Fundão	1	1	1	1

Continua ►►

Círculo Judicial/Comarca	Situação Face à Droga/ /Género	Total			Traficante			Consumidor ^{a)}			Traf.-Cons.		
		MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Évora		6	6	..	4	4	..	2	2
Évora		5	5	..	4	4	..	1	1
Redondo		1	1	1	1
Faro		42	39	3	34	31	3	8	8
Faro		16	13	3	16	13	3
Olhão da Restauração		22	22	..	17	17	..	5	5
Tavira		2	2	2	2
Vila Real de Santo António		2	2	..	1	1	..	1	1
Figueira do Foz		16	13	3	10	7	3	6	6
Funchal		24	22	2	20	18	2	4	4
Funchal		22	20	2	19	17	2	3	3
Ponta do Sol		1	1	1	1
São Vicente		1	1	..	1	1
Gondomar		7	7	..	6	6	..	1	1
Gondomar		2	2	..	2	2
Valongo		5	5	..	4	4	..	1	1
Guarda		7	7	..	5	5	..	2	2
Almeida		1	1	1	1
Guarda		4	4	..	3	3	..	1	1
Trancoso		1	1	..	1	1
Vila Nova de Foz Côa		1	1	..	1	1
Guimarães		18	17	1	18	17	1
Cabeceiras de Basto		1	1	..	1	1
Fafe		1	1	..	1	1
Felgueiras		5	5	..	5	5
Guimarães		11	10	1	11	10	1
Lamego		11	11	..	11	11
Castro Daire		2	2	..	2	2
Lamego		7	7	..	7	7
Peso da Régua		2	2	..	2	2
Leiria		27	25	2	23	21	2	4	4
Leiria		15	14	1	14	13	1	1	1
Marinha Grande		12	11	1	9	8	1	3	3
Lisboa		581	512	69	505	440	65	75	71	4	1	1	..
Loulé		23	22	1	18	17	1	5	5
Albufeira		9	8	1	8	7	1	1	1
Loulé		14	14	..	10	10	..	4	4
Loures		35	35	..	14	14	..	21	21
Maia		18	15	3	15	12	3	3	3
Matosinhos		15	14	1	14	13	1	1	1
Mirandela		13	12	1	3	3	..	10	9	1
Carrazeda de Ansiães		3	3	..	1	1	..	2	2
Mirandela		1	1	1	1
Mogadouro		5	5	..	2	2	..	3	3
Torre de Moncorvo		3	2	1	3	2	1
Vila Flor		1	1	1	1
Oeiras		27	25	2	10	8	2	17	17
Oliveira de Azeméis		18	16	2	15	13	2	3	3
Oliveira de Azeméis		13	12	1	11	10	1	2	2
São João da Madeira		3	2	1	3	2	1
Vale de Cambra		2	2	..	1	1	..	1	1
Paredes		31	26	5	18	13	5	13	13
Lousada		3	3	..	2	2	..	1	1
Paços de Ferreira		24	20	4	14	10	4	10	10
Paredes		4	3	1	2	1	1	2	2
Penafiel		24	22	2	21	19	2	3	3
Amarante		10	10	..	8	8	..	2	2
Castelo de Paiva		3	3	..	3	3
Marco de Canavezes		4	4	..	3	3	..	1	1
Penafiel		7	5	2	7	5	2
Pombal		3	3	..	2	2	..	1	1
Figueiró dos Vinhos		3	3	..	2	2	..	1	1
Ponta Delgada		66	61	5	59	56	3	5	4	1	2	1	1
Ponta Delgada		51	46	5	46	43	3	4	3	1	1	..	1
Ribeira Grande		13	13	..	12	12	1	1	..
Vila do Porto		1	1	1	1
Vila Franca do Campo		1	1	..	1	1

Continua ►

Círculo Judicial/Comarca	Situação Face à Droga/ /Género			Total			Traficante			Consumidor ^{a)}			Traf.-Cons.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Portalegre	35	32	3	15	15	..	19	16	3	1	1	..			
Castelo de Vide	1	1	..	1	1
Elvas	25	22	3	9	9	..	16	13	3
Fronteira	4	4	..	1	1	..	3	3
Nisa	2	2	..	1	1	1	1
Portalegre	3	3	..	3	3
Portimão	47	40	7	38	31	7	9	9
Lagos	23	20	3	21	18	3	2	2
Portimão	20	17	3	15	12	3	5	5
Silves	4	3	1	2	1	1	2	2
Porto	245	229	16	211	195	16	32	32	..	2	2
Santa Maria da Feira	15	15	..	11	11	..	4	4
Espinho	3	3	..	3	3
Santa Maria da Feira	12	12	..	8	8	..	4	4
Santarém	15	13	2	10	8	2	5	5
Almeirim	2	2	..	2	2
Cartaxo	12	10	2	7	5	2	5	5
Santarém	1	1	..	1	1
Santo Tirso	2	2	..	1	1	..	1	1
Seia	3	3	..	1	1	..	2	2
Celorico da Beira	1	1	..	1	1
Nelas	1	1	1	1
Seia	1	1	1	1
Setúbal	44	42	2	30	28	2	14	14
Tomar	5	5	..	4	4	..	1	1
Torres Novas	5	5	..	4	4	..	1	1
Torres Vedras	17	17	..	10	10	..	6	6	..	1	1
Lourinhã	2	2	..	1	1	1	1
Torres Vedras	15	15	..	9	9	..	6	6
Viana do Castelo	30	27	3	21	18	3	9	9
Ponte da Barca	7	7	..	7	7
Ponte de Lima	1	1	1	1
Valença	5	4	..	5	4	1
Viana do Castelo	17	15	..	9	7	2	8	8
Vila do Conde	27	24	3	16	14	2	9	9	..	2	1	1
Póvoa de Varzim	16	14	2	9	8	1	5	5	..	2	1	1
Vila do Conde	11	10	1	7	6	1	4	4
Vila Franca de Xira	11	10	1	8	7	1	3	3
Alenquer	1	1	..	1	1
Benavente	2	2	2	2
Vila Franca de Xira	8	7	1	7	6	1	1	1
Vila Nova de Famalicão	2	2	..	1	1	..	1	1
Vila Nova de Gaia	51	47	4	38	34	4	13	13
Vila Real	14	14	..	13	13	..	1	1
Alijó	5	5	..	5	5
Vila Real	9	9	..	8	8	..	1	1
Viseu	28	24	4	24	21	3	4	3	1
Santa Comba Dão	2	1	1	2	1	1
São Pedro do Sul	8	7	1	7	6	1	1	1
Viseu	18	16	..	17	15	2	1	1
Alentejo	37	34	3	26	24	2	11	10	1
Alentejo Litoral	37	34	3	26	24	2	11	10	1
Centro	41	34	7	27	20	7	13	13	..	1	1
Baixo Vouga	41	34	7	27	20	7	13	13	..	1	1
Lisboa e Vale do Tejo	89	82	7	61	55	6	28	27	1
Grande Lisboa-Noroeste	89	82	7	61	55	6	28	27	1

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 116 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Pena*
2011

Tipo de Pena	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2010 ^{b)}	2 162	1 706	426	30
	2011 ^{b)}	2 041	1 600	431	10
Multa Efetiva		401	32	369	..
Multa Suspensa		1		1	
Prisão Efetiva		635	618	15	2
Prisão Suspensa		907	875	25	7
Prisão Efetiva + Multa Efetiva		9	9
Prisão Suspensa + Multa Efetiva		27	24	3	..
Admoestação		6	..	6	..
Trabalho a Favor da Comunidade		55	42	12	1
Entrega de Donativo a Instituição	

* As penas dizem respeito à pena final da condenação que pode incluir mais de um crime.

- a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".
- b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 117 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Pena*
2003 - 2011

Tipo de Pena	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Total	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	2 162	2 041	
Multa Efetiva	77	100	83	70	94	126	332	429	401	
Multa Suspensa	2	1	
Prisão Efetiva	1 096	815	706	782	738	632	618	650	635	
Prisão Suspensa	1 014	868	795	816	1 000	986	963	990	907	
Prisão Efetiva + Multa Efetiva	17	17	13	15	10	16	3	14	9	
Prisão Suspensa + Multa Efetiva	20	21	22	34	32	32	28	33	27	
Admoestação	2	3	..	3	..	6	17	15	6	
Dispensa de Pena	..	1	1	
Trabalho a Favor da Comunidade	10	9	6	11	19	15	33	30	55	
Entrega de Donativo a Instituição	..	1	1	..	

* As penas dizem respeito à pena final da condenação que pode incluir mais de um crime.

- a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 118 - Frequência de Aplicação das Disposições da Lei da Droga, segundo o Ano, por Normativo
(Decreto-Lei n.º 430/83 e Decreto-Lei n.º 15/93)
2003 - 2011

Identificação do Normativo	Artigo	Dec.-Lei	Ano ^{a)}								
			2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{b)}	2011 ^{b)}
Total			3 363	2 702	2 663	2 712	2 896	2 659	2 811	2 995	2 910
Abandono de Seringas	32.º	15/93	1
Agravação	24.º	15/93	227	104	76	46	47	48	31	51	35
Associação Criminosa	28.º	15/93	1	3	..	4
Atenuação ou Dispensa de Pena	31.º	15/93	2	2	3
Conversão, Transferência ou Dissimulação de Bens ou Produtos	23.º	15/93	6	1	1	3
Consumo	n.º 1; 40.º	15/93	4	..	1	5	6	12	6	17	10
Consumo	n.º 2; 40.º	15/93	12	16	13	20	18	66	315	413	422
Consumo Ocasional	n.º 3; 40.º	15/93
Expulsão de Estrangeiros	34.º	15/93	7	24	79	100	96	60	15	67	40
Incitamento ao Uso de Drogas	29.º	15/93	..	2	..	2	2	1
Perda de Objetos ou Direitos Relacionados com o Facto	35.º	430/83	..	1	13
Perda de Objetos ou Direitos Relacionados com o Facto	35.º e 36.º	15/93	882	732	873	819	832	720	755	707	781
Precusores	22.º	15/93	2
Revista e Perícia	53.º	15/93	1	..	1
Suspensão da Pena com Obrigação de Tratamento e/ou com Regime de Prova	44.º e 45.º	15/93	2	..	1	2	3	..	3
Tráfico	21.º	15/93	926	702	587	638	662	692	648	624	585
Tráfico de Menor Gravidade	25.º	15/93	1 200	1 047	971	1 026	1 189	1 030	997	1 085	1 012
Tráfico ou Consumo Consentido em Lugares Públicos ou de Reunião	30.º	15/93	1	1	3	3	1	1	..	1	2
Tráfico-Consumo	n.º 1; 26.º	15/93	90	72	56	43	40	25	38	30	10

a) Considerou-se nestas colunas o número de vezes que o normativo do dispositivo legal foi aplicado, nas decisões judiciais consideradas.

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 119 - Circunstâncias Agravantes tidas em Conta na Determinação da Medida da Pena, segundo a Situação dos Infratores Face à Droga

2011

Circunstância Agravante	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
	2010 ^{c)}	N = 1 875 ^{b)}	n ₁ = 1 539 ^{b)}	n ₂ = 349 ^{b)}	n ₃ = 7 ^{b)}
Total	2010 ^{c)}	7 360	6 254	1 040	66
	2011 ^{c)}	6 236	5 436	787	13
Abuso de confiança		4	4
Actos exibicionistas		1	1
Ameaças		9	9
Antecedentes com droga		527	503	22	2
Antecedentes criminais		355	308	47	..
Apropriação ilegítima em coisa achada		1	..	1	..
Branqueamento		1	1
Burla		30	29	1	..
Carácter criminógeno do crime		137	117	20	..
Censurabilidade do ato		49	44	5	..
Coação		2	1	1	..
Condução de veículo em estado de embriaguez		13	10	3	..
Condução perigosa de veículo rodoviário		26	25	1	..
Dano		18	14	4	..
Denúncia caluniosa		2	1	1	..
Desobediência		25	21	4	..
Difamação		8	8
Diversidade de droga apreendida		1	1
Dolo elevado		1 629	1 314	311	4
Estupro		1	1
Evasão		6	6
Expetativa de lucro		138	138
Falsidade de depoimento ou declaração		14	11	3	..
Falsidade testemunho, perícia, interpretação ou tradução		3	3
Falsificação de documentos		34	31	3	..
Furto de uso de veículo		11	10	1	..
Furto e/ou roubo		278	254	24	..
Furto qualificado		172	149	23	..
Homicídio e/ou tentativa		12	11	1	..
Illicitude elevada		673	568	104	1
Injúria		26	23	2	1
Introdução em lugar vedado ao público		6	4	2	..
Liderança de grupo		19	19
Não arrependimento		109	108	1	..
Não inserido profissionalmente		103	100	3	..
Negação dos factos		34	33	1	..
Ofensas à Integridade física		46	34	12	..
Passagem de moeda falsa		1	1
Peculato por erro de outrem		3	3
Perigosidade da substância		368	351	15	2
Prolongamento da conduta		134	132	2	..
Quantidade significativa de droga		489	436	50	3
Recetação do produto de furto/roubo		13	11	2	..
Resistência e coação sobre funcionário		18	16	2	..
Sabotagem		1	1
Sequestro		1	..	1	..
Simulação de crime		1	1
Substâncias explosivas ou análogas e armas		1	1
Toxicodependência		58	50	8	..
Uso de documento de identificação alheio		1	1
Usurpação de coisa imóvel		1	1
Violação		3	1	2	..
Violação da Lei de Bases Gerais da Caça		1	1
Violação de arresto ou apreensões ilegais		1	1
Violação de imposições, proibições ou interdições		1	1
Violação de domicílio		7	6	1	..
Violência depois da subtração		1	1
Violação da Lei do Jogo		2	2
Violação do Código da Estrada		504	434	70	..
Violação do Regime de Uso e Porte de Arma		61	46	15	..
Violação do Regulamento da Disciplina Militar		4	3	1	..
Violação de outros Códigos		38	21	17	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) Número de indivíduos aos quais foram encontradas circunstâncias agravantes.

c) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Nota: Na determinação da medida da pena, podem ter sido consideradas várias circunstâncias agravantes para um mesmo indivíduo e podem existir casos em que não foram mencionadas na decisão judicial as circunstâncias agravantes.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 120 - Circunstâncias Atenuantes tidas em Conta na Determinação da Medida da Pena, segundo a Situação dos Infratores Face à Droga
2011

Circunstância Atenuante	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
		N= 1 736 ^{b)}	n ₁ = 1 366 ^{b)}	n ₂ = 360 ^{b)}	n ₃ = 10 ^{b)}
Total	2010 ^{c)}	5 658	4 458	1 087	113
	2011 ^{c)}	4 714	3 743	944	27
Ausência de antecedentes criminais durante determinado período de tempo		48	38	10	..
Baixa condição cultural		16	15	1	..
Bom comportamento		40	29	11	..
Colaboração com a justiça		63	49	14	..
Confissão espontânea, total ou parcial		583	415	162	6
Consumo ocasional		20	13	7	..
Declaração de arrependimento		223	178	42	3
Deficiente físico		3	2	1	..
Desemprego		23	19	4	..
Doença		4	4
Dolo não elevado		20	12	8	..
Droga "leve"		183	120	63	..
Em tratamento, toxicodependência ou ex-toxicodependência		310	268	38	4
Encargos familiares		3	3
Estabilidade económica		1	1
Filhos menores		21	20	1	..
Graves problemas familiares		3	3
Grávida		1	1
Idade avançada		6	6
Ilícitude não elevada		518	396	121	1
Inserção profissional		375	275	99	1
Inserção social e/ou familiar		732	548	182	2
Jovem		220	172	46	2
Modesta condição social		126	117	9	..
Não ser responsável pelo "negócio"		22	22
Pobreza		10	10
Primário		131	103	27	1
Quantidade diminutiva de droga		186	146	40	..
Sem antecedentes criminais		717	659	52	6
Ser transportador e não vendedor		6	6
Seropositivo		1	..	1	..
Situação esporádica ou ocasional		49	46	2	1
Tratamento sem resultado		4	4
Vontade de tratamento/Algum período de abstinência		46	43	3	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) Número de indivíduos aos quais foram encontradas circunstâncias atenuantes.

c) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Nota: Na determinação da medida da pena podem ter sido consideradas várias circunstâncias atenuantes para um mesmo indivíduo e podem existir casos em que não foram mencionadas na decisão judicial as circunstâncias atenuantes.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 121 - Crimes Constantes das Sentenças que Fixam Penas em Cúmulo Jurídico, segundo a Situação dos Infratores Face à Droga

2011

Crime	Situação Face à Droga	Artigo	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
			N = 242 ^{b)}	n ₁ = 203 ^{b)}	n ₂ = 38 ^{b)}	n ₃ = 1 ^{b)}
Total	2010 ^{c)}		307	270	37	..
	2011 ^{c)}		304	253	50	1
Lei da Droga - Dec.-Lei 15/93						
Tráfico		21.º e 25.º	14	14
Tráfico e Consumo		30.º	1	1
Consumo		40.º	3	1	2	..
Código Penal						
Ameaça		153.º	2	1	1	..
Branqueamento		368.º	1	1
Burla		221.º	1	1
Burla qualificada		218.º	2	2
Burla informática e nas comunicações		221.º	1	1
Coação		154.º	4	3	1	..
Condução perigosa de veículo rodoviário		291.º	8	5	3	..
Condução de veículo em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas		292.º	3	1	2	..
Dano		212.º	1	..	1	..
Desobediência		348.º	3	2	1	..
Evasão		352.º	3	3
Falsidade de depoimento ou declaração		359.º	2	2
Falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução		360.º	1	1
Falsificação ou contrafação de documento		256.º	4	4
Furto		203.º	5	5
Furto qualificado		204.º	15	9	6	..
Homicídio		131.º	1	..	1	..
Injúria		181.º	2	2
Ofensa à integridade física simples		143.º	2	2
Ofensa à integridade física qualificada		145.º	3	3
Recetação		231.º	7	7
Resistência e coação sobre funcionário		347.º	13	11	2	..
Roubo		210.º	8	8
Simulação de crime		572.º	1	1
Uso de documento de identificação ou de viagem alheio		261.º	4	4
Violação de imposições, proibições ou interdições		353.º	3	3
Violência doméstica		152.º	1	1
Código da Estrada			45	39	6	..
Regime Jurídico das Armas e Munições			139	115	24	..
Outros Códigos			1	1

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) Número de indivíduos com penas em cúmulo jurídico.

c) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 122 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga
2011

Tipo de Droga	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2010 ^{b)}	2 162	1 706	426	30
	2011 ^{b)}	2 041	1 600	431	10
Heroína		227	204	20	3
Cocaína		321	308	10	3
Cannabis		856	527	328	1
Ecstasy		3	1	2	..
Outro		9	8	1	..
Polidrogas		575	541	31	3
Desconhecido		50	11	39	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 123 - Indivíduos Condenados por Posse de Polidrogas, segundo a Situação Face à Droga, por Drogas Envolvidas*
2011

Drogas Envolvidas	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2010 ^{b)}	635	597	29	9
	2011 ^{b)}	575	541	31	3
Heroína + Cocaína		366	350	13	3
Heroína + Cannabis		57	57
Cocaína + Cannabis		48	41	7	..
Ecstasy + Cannabis		5	5
Heroína + Cocaína + Cannabis		58	56	2	..
Outras		41	32	9	..

* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 124 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Droga
2003 - 2011

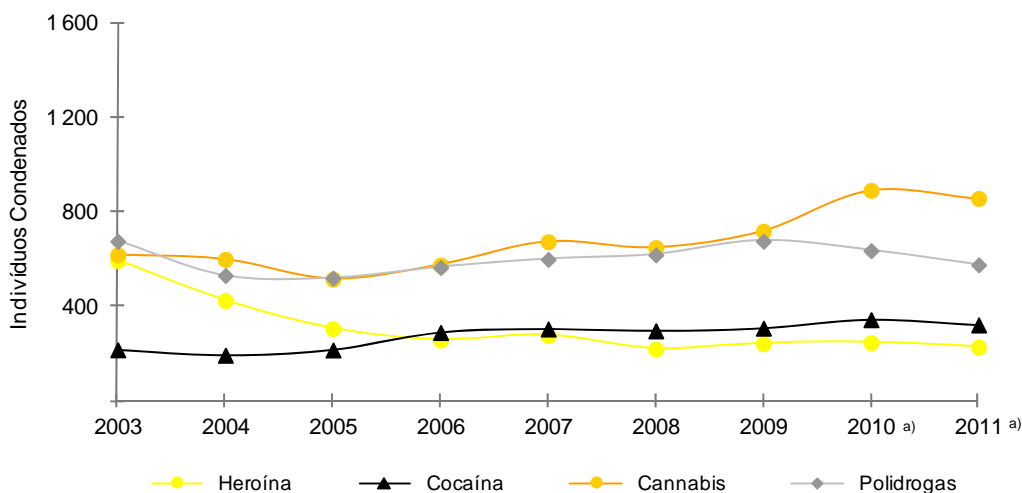
Tipo de Droga	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Total	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	2 162	2 041	
Heroína	593	424	305	257	276	219	241	246	227	
Cocaína	216	193	215	289	304	296	307	343	321	
Cannabis	617	598	515	574	673	648	717	890	856	
Ecstasy	27	11	17	11	13	12	8	5	3	
Outro	9	8	5	6	7	16	8	5	9	
Polidrogas	675	530	519	564	598	617	675	635	575	
Desconhecido	99	71	49	30	25	5	38	38	50	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 53 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Droga



a) Ver nota a) do Quadro 121.

Fonte: Quadro 121

Quadro 125 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, Por Grupo Etário
2011

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2 162	1 706	426	30
2010 ^{b)}	2 162	1 706	426	30
2011 ^{b)}	2 041	1 600	431	10
16-19 anos	210	145	65	..
20-24 anos	454	353	98	3
25-29 anos	365	267	97	1
30-34 anos	297	238	58	1
35-39 anos	219	188	29	2
40-44 anos	184	160	22	2
≥ 45 anos	213	194	18	1
Desconhecido	99	55	44	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

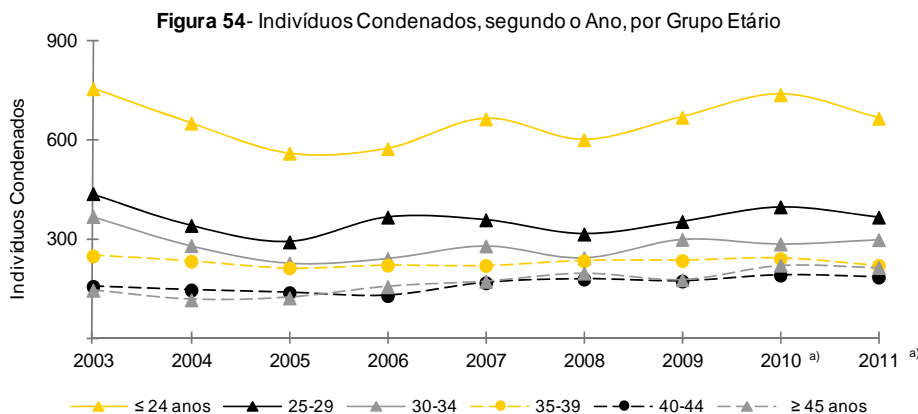
Quadro 126 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Grupo Etário
2003 - 2011

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}
Total	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	2 162	2 041
16-19 anos	268	234	188	180	206	178	201	245	210
20-24 anos	485	415	370	392	456	421	466	490	454
25-29 anos	436	340	290	365	357	314	352	396	365
30-34 anos	367	279	226	240	278	242	298	284	297
35-39 anos	248	232	212	220	219	233	234	240	219
40-44 anos	156	145	137	128	167	178	172	190	184
≥ 45 anos	144	115	121	155	171	196	176	220	213
Desconhecido	132	75	81	51	42	51	95	97	99

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Ver nota a) do Quadro 123.

Fonte: Quadro 123

Quadro 127 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por País da Nacionalidade 2011

País da Nacionalidade	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2010 ^{b)}	2 162	1 706	426	30
	2011 ^{b)}	2 041	1 600	431	10
Europa		1 602	1 222	371	9
União Europeia		1 595	1 216	370	9
Alemanha		6	5	1	..
Espanha		23	21	2	..
França		3	3
Holanda		6	6
Portugal		1 543	1 167	367	9
Reino Unido		5	5
Outros da UE		9	9
Outros da Europa		7	6	1	..
Ucrânia		2	2
Outros		5	4	1	..
África		98	87	11	..
Angola		8	5	3	..
Cabo Verde		52	46	6	..
Guiné-Bissau		24	23	1	..
Moçambique		1	1
São Tomé e Príncipe		3	2	1	..
Outros		10	10
América		33	30	3	..
Bolívia		1	1
Brasil		24	21	3	..
Colômbia		1	1
Venezuela		4	4
Outros		3	3
Ásia	
Oceânia	
Desconhecido		308	261	46	1

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 128 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por País da Nacionalidade

2003 - 2011

País da Nacionalidade	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Total	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	2 162	2 041	
Europa	1 777	1 388	1 199	1 272	1 428	1 374	1 480	1 592	1 602	
União Europeia	1 772	1 386	1 194	1 264	1 423	1 371	1 476	1 591	1 595	
Alemanha	5	8	..	1	3	9	4	2	6	
Espanha	29	25	19	19	25	28	46	24	23	
França	2	1	1	..	4	1	1	3	3	
Holanda	5	8	13	18	18	9	5	4	6	
Portugal	1 715	1 331	1 152	1 210	1 363	1 298	1 397	1 540	1 543	
Reino Unido	2	2	2	2	2	9	1	3	5	
Outros da UE	14	11	7	14	8	17	22	15	9	
Outros da Europa	5	2	5	8	5	3	4	1	7	
Ucrânia	1	4	2	2	2	1	2	
Outros	4	2	5	4	3	1	2	..	5	
África	144	135	120	137	146	135	130	177	98	
Angola	7	12	8	5	7	4	8	10	8	
Cabo Verde	99	96	93	99	100	98	69	100	52	
Guiné-Bissau	14	14	16	11	16	22	28	39	24	
Moçambique	1	2	1	1	
São Tomé e Príncipe	4	3	..	3	1	1	3	3	3	
Outros	19	10	3	19	20	9	22	25	10	
América	57	60	67	71	71	69	34	66	33	
Bolívia	2	6	4	7	1	2	2	3	1	
Brasil	36	20	16	20	27	20	19	42	24	
Colômbia	3	3	5	3	3	12	2	4	1	
Venezuela	9	22	34	34	33	18	8	9	4	
Outros	7	9	8	7	7	17	3	8	3	
Ásia	3	4	..	1	1	5	2	3	..	
Oceânia	
Desconhecido	255	248	239	250	250	230	348	324	308	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 129 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Estado Civil
2011

Estado Civil	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2010 ^{b)}	2 162	1 706	426	30
	2011 ^{b)}	2 041	1 600	431	10
Solteiro		1 144	834	306	4
Casado/União de Facto		661	569	88	4
Divorciado/Separado		150	133	15	2
Viúvo		8	8
Desconhecido		78	56	22	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 130 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Estado Civil

2003 - 2011

Estado Civil	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Total	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	2 162	2 041	
Solteiro	1 278	1 041	897	953	1 041	941	1 048	1 166	1 144	
Casado/União de Facto	721	591	576	617	655	677	703	748	661	
Divorciado/Separado	136	128	95	110	142	133	148	137	150	
Viúvo	23	9	14	9	9	12	2	10	8	
Desconhecido	78	66	43	42	49	50	93	101	78	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 131- Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação de Coabitação
2011

Situação de Coabitação	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2010 ^{b)}	2 162	1 706	426	30
	2011 ^{b)}	2 041	1 600	431	10
Só com Ascendentes ^{c)}		461	325	136	..
Com Ascendentes ^{c)} + Companheiro ou Filho(s)		97	72	24	1
Só com Companheiro + Filho(s)		311	262	49	..
Só com Companheiro		163	140	21	2
Só com Filho(s)		25	23	2	..
Só com Amigos		34	27	7	..
Sozinho		148	120	25	3
Outra Situação		272	238	34	..
Desconhecida		530	393	133	4

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

c) Com ou sem irmãos.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 132 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação de Coabitação
2003 - 2011

Situação de Coabitação	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Total	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	2 162	2 041	
Só com Ascendentes ^{b)}	443	422	333	376	464	403	472	494	461	
Com Ascendentes ^{b)} + Companheiro ou Filho(s)	39	37	47	49	66	66	72	86	97	
Só com Companheiro + Filho(s)	291	247	254	273	277	338	275	345	311	
Só com Companheiro	146	121	94	107	140	156	188	168	163	
Só com Filho(s)	26	20	35	25	35	40	25	28	25	
Só com Amigos	14	17	18	17	15	26	28	22	34	
Sozinho	90	56	79	72	108	163	135	135	148	
Outra Situação	188	170	145	204	242	247	278	305	272	
Desconhecida	999	745	620	608	549	374	521	579	530	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) Com ou sem irmãos.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 133 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Nível de Ensino
2011

Nível de Ensino	Situação Face à Droga			
	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2 162	1 706	426	30
2010 ^{b)}	2 162	1 706	426	30
2011 ^{b)}	2 041	1 600	431	10
Sem Nível de Ensino	25	24	1	..
Ensino Básico / 1.º Ciclo	225	202	20	3
Ensino Básico / 2.º Ciclo	373	307	65	1
Ensino Básico / 3.º Ciclo	456	354	99	3
Ensino Secundário	274	211	63	..
Ensino Superior	15	12	3	..
Desconhecido	673	490	180	3

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

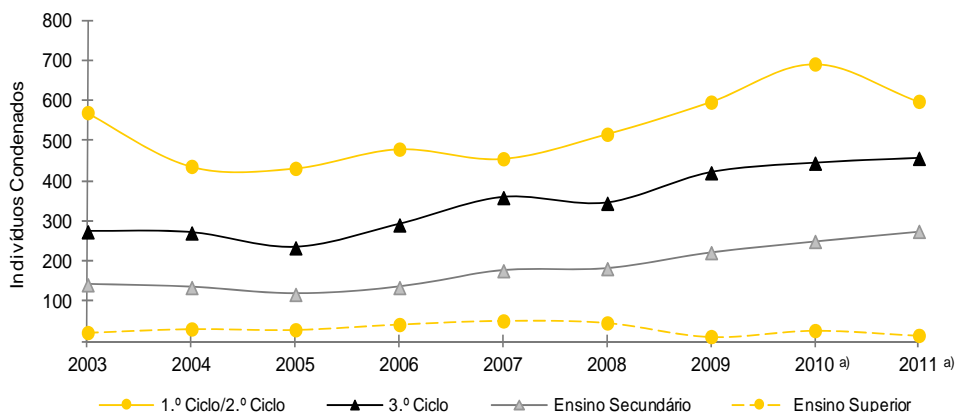
Quadro 134 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Nível de Ensino
2003 - 2011

Nível de Ensino	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Total	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	2 162	2 041	
Sem Nível de Ensino	24	27	22	25	26	36	46	43	25	
Ensino Básico / 1.º Ciclo	300	233	224	220	195	229	265	310	225	
Ensino Básico / 2.º Ciclo	270	203	207	259	260	287	331	381	373	
Ensino Básico / 3.º Ciclo	273	270	233	290	358	344	420	444	456	
Ensino Secundário	141	134	117	134	176	181	221	249	274	
Ensino Superior	22	31	29	42	51	46	12	27	15	
Outro	2	4	9	2	3	8	9	
Desconhecido	1 204	933	784	759	827	682	690	708	673	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 55 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Nível de Ensino

a) Ver nota a) do Quadro 131.

Fonte: Quadro 131

Quadro 135 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Profissional
2011

Situação Profissional	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2010 ^{b)}	2 162	1 706	426	30
	2011 ^{b)}	2 041	1 600	431	10
Empregado		705	516	188	1
Empregado Temporariamente		72	68	4	..
Desempregado		797	680	111	6
Estudante		84	60	24	..
Situação de Reclusão		64	43	21	..
Outra Situação ^{c)}		33	26	6	1
Desconhecida		286	207	77	2

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

c) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc..

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 136 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Profissional

2003 - 2011

Situação Profissional	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^{a)}	2011 ^{a)}	
Total	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	2 162	2 041	
Empregado	694	574	520	651	768	785	695	708	705	
Empregado Temporariamente	92	84	69	40	74	66	52	158	72	
Desempregado	628	525	451	517	597	612	818	800	797	
Estudante	79	55	55	62	67	74	71	80	84	
Situação de Reclusão	62	62	51	55	54	44	54	48	64	
Outra Situação ^{b)}	42	35	34	27	32	38	31	39	33	
Desconhecida	639	500	445	379	304	194	273	329	286	

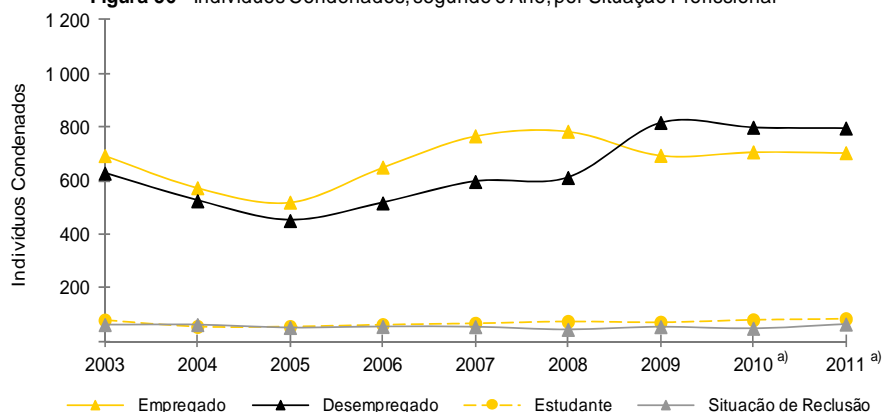
a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc..

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Figura 56 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Profissional



a) Ver nota a) do Quadro 133.

Fonte: Quadro 133

Quadro 137 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Grupo Profissional

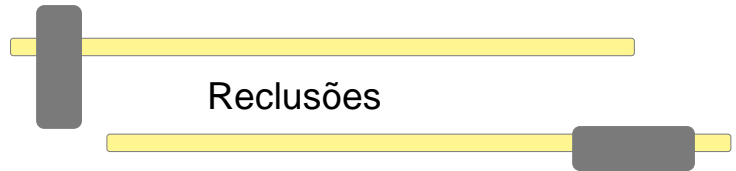
2011

Grupo Profissional	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2010 ^{b)}	2 162	1 706	426	30
	2011 ^{b)}	2 041	1 600	431	10
Oficiais das Forças Armadas		1	..	1	..
Sargentos das Forças Armadas		1	..	1	..
Outro Pessoal das Forças Armadas		1	1
Directores de produção e de serviços especializados		1	1
Directores de hotelaria, restauração, comércio e outros serviços		8	7	1	..
Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins		5	5
Profissionais de saúde		1	1
Professores		2	2
Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais		2	..	2	..
Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC)		6	2	4	..
Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais		18	14	4	..
Técnicos e profissões das ciências e engenharia, de nível intermédio e químicas, da engenharia e trabalhadores similares		6	5	1	..
Técnicos e profissionais, de nível intermédio da saúde		7	3	4	..
Técnicos de nível intermédio das áreas financeira, administrativa e dos negócios		12	8	4	..
Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos sociais, desportivos, culturais e similares		10	7	3	..
Técnicos das tecnologias de informação e comunicação		13	9	4	..
Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados		7	6	1	..
Pessoal de apoio direto a clientes		10	6	4	..
Operadores de dados, de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e relacionados com o registo		28	18	10	..
Outro pessoal de apoio de tipo administrativo		4	3	1	..
Trabalhadores dos serviços pessoais		123	98	24	1
Vendedores		88	72	15	1
Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares		6	6
Pessoal dos serviços de proteção e segurança		20	16	4	..
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado		23	16	7	..
Trabalhadores qualificados da floresta, pesca e caça orientados para o mercado		27	23	3	1
Agricultores, criadores de animais, pescadores, caçadores e coletores de subsistência		8	5	3	..
Trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto eletricista		317	260	55	2
Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares		75	53	22	..
Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesões e similares		10	7	3	..
Trabalhadores qualificados em eletricidade e em eletrónica		56	36	20	..
Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato		49	38	10	1
Operadores de instalações fixas e máquinas		28	19	8	1
Trabalhadores da montagem		2	2
Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis pesados móveis		66	57	9	..
Trabalhadores de limpeza		30	29	1	..
Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta		14	11	3	..
Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes		92	72	20	..
Assistentes na preparação de refeições públicas, da indústria transformadora e dos transportes		14	11	3	..
Vendedores ambulantes (excepto de alimentos) e prestadores de serviços na rua		42	35	7	..
Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares		48	41	7	..
Desconhecido		760	595	162	3

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2011 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE



Quadro 138 - Total de Reclusos Condenados* e Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano
Situação a 31/12 de cada ano

Reclusos	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total de Reclusos Condenados	10 143	9 973	9 610	9 715	9 260	8 699	8 958	9 306	10 211	
Reclusos Condenados ao Abrigo da Lei da Droga	3 558	2 927	2 669	2 650	2 524	1 849	2 026	1 950	2 075	

* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

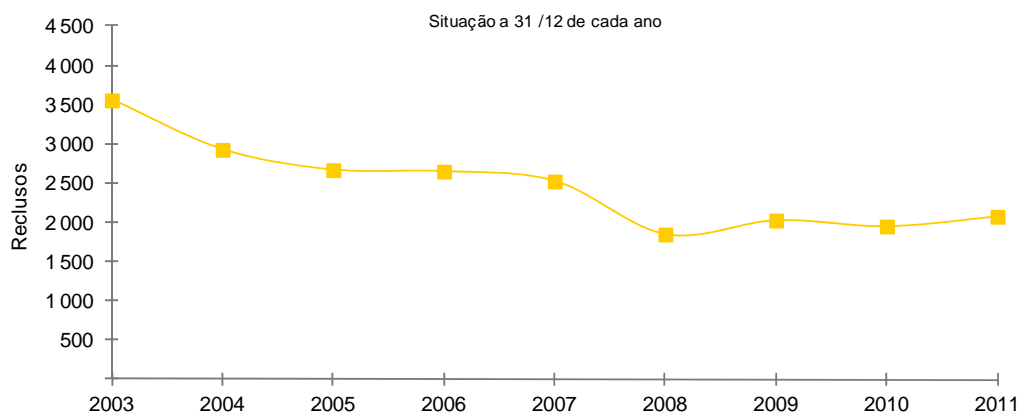
Quadro 139 - Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano, por Tipo de Crime
Situação a 31/12 de cada ano

Tipo de Crime	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	3 558	2 927	2 669	2 650	2 524	1 849	2 026	1 950	2 075	
Tráfico	3 197	2 601	2 400	2 390	2 284	1 650	1 814	1 753	1 862	
Associação Criminosa	72	4	4	4	4	1	1	1	8	
Tráfico de Menor Gravidade	183	221	192	188	175	163	178	165	177	
Precusores	1	
Tráfico-Consumo	92	82	57	53	48	34	32	30	13	
Consumo	
Outro	13	19	16	15	13	1	1	1	15	

* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Figura 57 - Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano



* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Quadro 136

Quadro 140 - Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Género e Grupo Etário, por Tipo de Crime e Nacionalidade**
Situação em 31/12/2011

Tipo de Crime/ /Nacionalidade	Total			Associação																				
				Tráfico			Criminosa			Tráfico de Menor			Precusores			Tráfico-Consumo			Consumo ^{a)}			Outro		
	Grupo Etário/Género	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.		
Situação em 31/12/2010	1 950	1 276	674	1 753	1 110	643	1	1	..	165	137	28	30	27	3	1	1	..
Total	2 075	1 399	676	1 862	1 217	645	8	7	1	177	150	27	13	12	1	15	13	2
Situação em 31/12/2011	2 075	1 399	676	1 862	1 217	645	8	7	1	177	150	27	13	12	1	15	13	2
Masculino	1 831	1 222	609	1 637	1 056	581	1	1	..	168	143	25	11	10	1	14	12	2
Feminino	244	177	67	225	161	64	7	6	1	9	7	2	2	2	1	1	..
16-20 anos	13	11	2	9	8	1	4	3	1
Masculino	12	10	2	8	7	1	4	3	1
Feminino	1	1	1
21-24 anos	119	75	44	103	64	39	2	1	1	13	9	4	1	1	..
Masculino	106	69	37	92	59	33	13	9	4	1	1	..
Feminino	13	6	7	11	5	6	2	1	1
25-29 anos	293	192	101	263	166	97	1	1	..	27	23	4	1	1	1	1	..
Masculino	260	170	90	231	145	86	27	23	4	1	1	1	1	..
Feminino	33	22	11	32	21	11	1	1
30-39 anos	704	456	248	630	390	240	5	5	..	62	55	7	4	4	3	2	1
Masculino	632	401	231	563	340	223	1	1	..	62	55	7	3	3	3	2	1
Feminino	72	55	17	67	50	17	4	4	1	1
40-49 anos	600	407	193	537	354	183	50	41	9	6	6	7	6	1
Masculino	523	351	172	470	306	164	42	35	7	5	5	6	5	1
Feminino	77	56	21	67	48	19	8	6	2	1	1	1	1	..
50-59 anos	292	214	78	269	194	75	19	17	2	2	1	1	2	2	..
Masculino	254	186	68	232	167	65	18	16	2	2	1	1	2	2	..
Feminino	38	28	10	37	27	10	1	1
≥ 60 anos	54	44	10	51	41	10	2	2	1	1	..
Masculino	44	35	9	41	32	9	2	2	1	1	..
Feminino	10	9	1	10	9	1

* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

** Os dados referem-se apenas aos crimes principais cometidos pelos reclusos condenados.

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

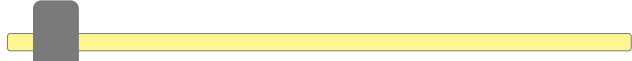
Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Quadro 141 - Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano, por Género e Grupo Etário
Situação a 31/12 de cada ano

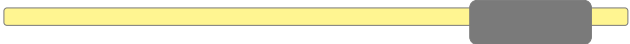
Grupo Etário/Género	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Total	3 558	2 927	2 669	2 650	2 524	1 849	2 026	1 950	2 075	
Masculino	3 144	2 525	2 308	2 276	2 178	1 599	1 789	1 710	1 831	
Feminino	414	402	361	374	346	250	237	240	244	
16-20 anos	85	25	13	14	13	13	11	10	13	
Masculino	77	22	10	10	10	11	11	9	12	
Feminino	8	3	3	4	3	2	..	1	1	
21-24 anos	260	208	168	166	161	82	95	93	119	
Masculino	240	185	142	139	135	69	80	79	106	
Feminino	20	23	26	27	26	13	15	14	13	
25-29 anos	647	521	472	474	449	294	326	313	293	
Masculino	573	449	413	412	392	258	291	278	260	
Feminino	74	72	59	62	57	36	35	35	33	
30-39 anos	1 354	1 103	1 015	1 015	960	684	755	729	704	
Masculino	1 212	966	890	889	844	589	668	638	632	
Feminino	142	137	125	126	116	95	87	91	72	
40-49 anos	946	775	717	704	673	522	567	545	600	
Masculino	831	667	618	600	578	455	504	482	523	
Feminino	115	108	99	104	95	67	63	63	77	
50-59 anos	207	230	223	215	210	206	222	211	292	
Masculino	168	186	185	176	172	177	193	183	254	
Feminino	39	44	38	39	38	29	29	28	38	
≥ 60 anos	59	65	61	62	58	48	50	49	54	
Masculino	43	50	50	50	47	40	42	41	44	
Feminino	16	15	11	12	11	8	8	8	10	

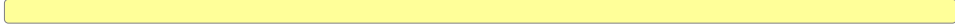
* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais



Parte B – Respostas e Intervenções



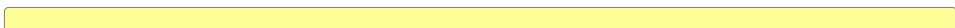


ÁREAS TRANSVERSAIS

Coordenação

Cooperação Internacional

Informação, Investigação, Formação e Avaliação



Coordenação

Resultado a atingir

Assegurar a efetiva implementação das estruturas de coordenação do combate à droga e à toxicod dependência.

Objetivo

1. Coordenar as ações de todos os organismos com competências de intervenção na área das drogas e das toxicod dependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
1.1. Promoção da representatividade e apoio efetivo às atividades das Subcomissões CTCICDT.	2009-2012	Coordenador Nacional, representantes na CTCICDT e Coordenadores das Subcomissões	Apresentação de relatório de atividade.	Apresentação do relatório de atividades.
1.2. Criação da Subcomissão sobre Despesas Públicas em matéria de Drogas e Toxicod dependências com vista a apurar as despesas públicas diretas e indiretas na área desta política pública.		Coordenador Nacional e representantes na CTCICDT e organismos responsáveis	Apresentação de relatório de atividade.	Apresentação do relatório de atividades.
1.3. Reformulação das Subcomissões.		Coordenador Nacional e CTCICDT	Apresentação de relatório de atividade.	Apresentação do relatório de atividades.

Objetivo

2. Mobilizar a participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Combate à Droga e à Toxicod dependência (CNCDT).

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
2.2. Adoção de medidas que assegurem e reforcem a intervenção dos Municípios no âmbito das ações previstas no Plano de Acção 2009-2012.	2009-2012	Coordenador Nacional	Apresentação de relatório das medidas adotadas.	Apresentação de relatório das medidas adotadas.
2.3. Adoção de medidas que facilitem o acesso à intervenção feita a nível nacional, permitindo às Regiões Autónomas a decisão de incorporarem e complementarem as suas políticas regionais de forma harmonizada.		Coordenador Nacional e entidades competentes das Regiões Autónomas	Apresentação de relatório das medidas adotadas.	Apresentação de relatório das medidas adotadas.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Após as alterações introduzidas na Estrutura de Coordenação no ano de 2010 (consagradas no Decreto Lei nº40/2010, de 28 de abril), o eixo da Coordenação do *Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012* caracterizou-se pela reformulação das Subcomissões, aprovada em sede da 18ª reunião da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, a 14 de fevereiro. O novo modelo das Subcomissões tendo ficado concluído no final do 1º trimestre de 2011.

O relatório das reuniões de cada Subcomissão e a súmula das duas reuniões realizadas pela Subcomissão sobre Despesas Públicas foi apresentada em sede da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool no 4º trimestre de 2011.

Cooperação Internacional

Resultado a atingir

Aumentar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas várias instâncias internacionais e regionais de cooperação, melhorando assim a eficácia da intervenção nacional.

Objetivo

4. Criar condições que favoreçam a convergência de posições entre os diferentes Ministérios/ Serviços com responsabilidades de intervenção na área das drogas e das toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
4.1. Coordenação entre os diferentes Ministérios/Serviços de modo a permitir uma ação articulada na defesa das posições nacionais.	2009-2012	IDT, I.P.	Ministérios / Serviços contactados.	IDT, I.P. – 5 contactos.

Objetivo

5. Identificar novos Acordos Bilaterais, que incluam a luta contra a droga e a toxicodependência.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
5.1. Atualização da lista dos Acordos Bilaterais existentes.	2009-2012	IDT, I.P., MNE e MJ	Atualizações anuais.	IDT, I.P. – 1 atualização.

Objetivo

6. Centralizar a informação sobre os projectos na área da droga e da toxicodependência.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
6.1. Atualização da informação da base de dados.	2009-2012	IDT, I.P.	Atualizações anuais.	IDT, I.P. – 1 atualização.

Resultado a atingir

Fortalecer a participação de Portugal nos fora internacionais que abordam o fenómeno das drogas.

Objetivo

7. Fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo ativamente para a execução dos Planos de Acção da UE na área da Droga e das Toxicodependências.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
7.1. Participação nas reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho que abordam a problemática das drogas. ¹	2009-2012	IDT, I.P. e Ministérios e Serviços com competência em matéria de drogas	N.º de reuniões/N.º de instituições representadas.	IDT, I.P. – 11 participações nas reuniões do Grupo Horizontal Drogas.
7.2. Participação nas Conferências promovidas pela Presidência da UE em exercício.		IDT, I.P.	N.º de presenças.	IDT, I.P. – 1 presença.
7.3. Participação nas reuniões de Coordenadores Nacionais de Droga.				IDT, I.P. – 2 presenças.
7.4. Participação nos diversos <i>fora</i> de troca de informação.		PJ, SIED e SIS		PJ – Participação em cerca de 40 reuniões / conferências internacionais, no âmbito de vários grupos de trabalho.

Objetivo8. Promover a presença de Portugal nos *fora* internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011	
8.1. Participação nas reuniões da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas.	2009-2012	IDT, I.P., MNE e outros Ministérios / Serviços sempre que se justifique	N.º de presenças.	IDT, I.P. – 2 presenças.	
8.2. Dar resposta aos pedidos de esclarecimento do OICE.		IDT, I.P.	<u>N.º de respostas enviadas.</u> N.º de esclarecimentos solicitados	IDT, I.P. – resposta a todos os esclarecimentos solicitados.	
8.3. Participação nas reuniões da HONLEA.		PJ	PJ	N.º de presenças.	PJ – participação numa reunião da HONLEA.
8.4. Dar resposta aos questionários da HONLEA.				Resposta enviada no prazo estabelecido.	PJ – resposta a todas as solicitações.
8.5. Participação no Conselho Executivo da OMS.		ACS	ACS	N.º de presenças	ACS – assegurada a 128ª sessão do Conselho Executivo, em Genebra, em janeiro.
8.6. Participação na Assembleia Mundial de Saúde.					ACS – assegurada a 64ª sessão da assembleia mundial da saúde, em Genebra, em maio.

¹ Designadamente: Grupo Horizontal Drogas, Grupo de Saúde Pública, Grupo da Cooperação Policial, Grupo Multidisciplinar do Crime Organizado, Grupo da Cooperação Aduaneira, entre outros.

Objetivo

8. Promover a presença de Portugal nos *fora* internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
8.7. Participação no Comité Regional para a Europa da OMS.				ACS - delegação portuguesa na 61ª sessão do Comité Regional para a Europa, em Baku, em setembro.

Objetivo

9. Manter o nível de participação no Grupo Pompidou do Conselho da Europa.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
9.1. Participação nas reuniões de Correspondentes Permanentes	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de presenças.	IDT, I.P. – 2 presenças.
9.2. Manutenção do nível e qualidade da participação nas Plataformas e Grupos de Trabalho.		IDT, I.P., PJ e DGAIEC	N.º de presenças.	IDT, I.P. – 6 presenças. PJ – 1 presença.
9.3. Participação em iniciativas organizadas sob a égide do Grupo Pompidou.			N.º de participações.	IDT, I.P. – 2 participações. PJ – 1 participação.

Objetivo

10. Desenvolver a cooperação com outros Estados Membros da UE e assegurar a participação ativa de Portugal, sempre que justificado, em iniciativas comunitárias destinadas a prevenir e combater mais eficazmente a produção e o tráfico organizados de estupefacientes, precursores e o branqueamento de capitais originado por tais atividades, assegurando, igualmente, a plena cooperação com os organismos comunitários competentes, designadamente a EUROPOL e a EUROJUST, contribuindo ativamente para o reforço do papel dos mesmos no combate ao crime organizado.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
10.1. Participação em projetos operacionais de prevenção e combate à produção e tráfico de estupefacientes, tráfico de precursores e branqueamento de capitais derivado de tais atividades.	2009-2012	PJ	N.º de participações.	PJ – participação em 3 projetos de intercâmbio de informação operacional.
10.3. Participação em iniciativas visando o intercâmbio de informação sobre técnicas e boas práticas em matéria de prevenção e repressão da produção e tráfico de estupefacientes, tráfico de precursores e de branqueamento de capitais.			N.º de participações.	PJ – 3 presenças em iniciativas da EUROPOL; 1 Presença no projeto CARIN.

Objetivo

10. Desenvolver a cooperação com outros Estados Membros da UE e assegurar a participação ativa de Portugal, sempre que justificado, em iniciativas comunitárias destinadas a prevenir e combater mais eficazmente a produção e o tráfico organizados de estupefacientes, precursores e o branqueamento de capitais originado por tais atividades, assegurando, igualmente, a plena cooperação com os organismos comunitários competentes, designadamente a EUROPOL e a EUROJUST, contribuindo ativamente para o reforço do papel dos mesmos no combate ao crime organizado.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
10.4. Assegurar os níveis de troca de informação com Europol mantendo a participação nos diversos ficheiros de análise e alimentando o sistema de informações.			N.º de <u>informações trocadas</u> N.º de informações inseridas.	PJ – Participação ativa em vários ficheiros de análise da EUROPOL assim como em diversos projetos de intercâmbio de informação; Enviados 8 contributos, no âmbito dos ficheiros de análise “Cola” e “Cannabis”; Dado seguimento a todas (107) as solicitações da EUROPOL.
10.5. Participação em reuniões promovidas pela EUROPOL e EUROJUST.		PJ, DGAIEC e PGR	N.º de presenças.	PJ – participação frequente em reuniões da EUROPOL; 1 Presença em iniciativa comunitária, destinada a combater produção e tráfico de estupefacientes; 2 Presenças, no âmbito da coordenação da EUROJUST.
10.6. Participação em operações internacionais conjuntas, designadamente da iniciativa do Grupo de Cooperação Aduaneira.		PJ e DGAIEC	N.º de participações.	DGAIEC – 2 participações: operações, FLAGSHIP e EDELWEISS destinadas, designadamente, a prevenir o tráfico de mercadorias sujeitas a proibições e/ou restrições, nas quais se incluem os estupefacientes.
10.7. Participação em projetos de cooperação da União Europeia com países terceiros e organizações internacionais.		PJ	N.º de participações	PJ – participação em projetos da EU com países terceiros e organizações internacionais; Missão de acessória direta às direções de Polícia Judiciária de Guiné –Bissau e Cabo Verde.

Objetivo

11. Assegurar a plena cooperação com organismos internacionais, designadamente com a INTERPOL e a OMA, de molde a responder aos compromissos assumidos, nomeadamente através da participação em ações operacionais, da regular troca de informação e assistência mútua.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
11.1. Participação em ações operacionais de investigação e prevenção/fiscalização do tráfico de estupefacientes e precursores no respeito pelas competências de cada uma das entidades nacionais responsáveis.	2009-2012	PJ e DGAIEC	N.º de participações.	DGAIEC – Participação no projeto PRISM, promovido pelo INCB da ONU, com acompanhamento e difusão de informações, no âmbito da Assistência Mútua sobre Precursores de Droga.
11.2. Assegurar a regular troca de informação com a INTERPOL e a OMA no respeito pelas competências de cada uma das entidades nacionais responsáveis.			N.º de informações trocadas.	DGAIEC – regular troca de informações, utilizando os sistemas informáticos geridos pela OMA. PJ – resposta a cerca de 154 pedidos, através do Gabinete Nacional INTERPOL.

Objetivo

11. Assegurar a plena cooperação com organismos internacionais, designadamente com a INTERPOL e a OMA, de molde a responder aos compromissos assumidos, nomeadamente através da participação em ações operacionais, da regular troca de informação e assistência mútua.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
11.4. Participação em projetos de cooperação e apoio a países terceiros promovidos por organizações internacionais.		PJ	N.º de participações.	PJ – 2 participações, no âmbito do projeto COSMAR.

Objetivo

12. Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado português junto do OEDT, atuando como interlocutor privilegiado enquanto país anfitrião desta Agência Europeia e participando nas suas atividades e programas.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
12.1. Promoção da articulação entre o OEDT e o Estado português.	2009-2012	IDT, I.P. e MNE	<u>N.º de contactos</u> N.º de solicitações de apoio.	IDT, I.P. – resposta a todas as solicitações do OEDT.
12.2. Implementação dos Acordos anuais de Subvenção Reitox em curso.		IDT, I.P.	Relatórios anuais de implementação e <i>feedback</i> . <u>N.º de tarefas cumpridas</u> N.º de tarefas solicitadas.	IDT, I.P. – efetuados 3 relatórios anuais de implementação e feedback; Todas as tarefas definidas no acordo anual Subvenção Reitox foram cumpridas.

Resultado a atingir

Desenvolver as relações de cooperação em matéria de luta contra a droga, no âmbito dos mecanismos multilaterais e bilaterais existentes.

Objetivo

13. Promover o desenvolvimento da cooperação com as estruturas da redução da procura de outros países, nomeadamente da UE.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
13.1. Promoção do intercâmbio de experiências e de técnicos.	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de intercâmbios/Ano.	IDT, I.P. – promovidos 6 intercâmbios.
13.2. Facilitação da mobilidade de toxicod dependentes em tratamento.			<u>N.º de encaminhamentos feitos</u> N.º de encaminhamentos solicitados.	IDT, I.P. – efetuados todos os encaminhamentos solicitados.

Objetivo

14. Reforçar as relações de colaboração/ cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
14.2. Desenvolvimento de iniciativas e projetos destinados a reforçar a cooperação e intercâmbio de informações em matéria de redução da procura e de redução da oferta.	2009-2012	IDT, I.P., PJ, DGAIEC, SIED e SIS	N.º de iniciativas/projetos desenvolvidos.	PJ – assessoria às direções da Polícia Judiciária de Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor Leste, com vista a aprofundar as relações de cooperação DGAIEC – concluída a discussão e assinado o memorando de entendimento entre as administrações aduaneiras da CPLP, no sentido de permitir a troca espontânea de informações relacionadas com o tráfico de mercadorias sujeitas a proibições e/ou restrições, onde se incluem os estupefacientes, bem como de produtos suscetíveis de colocar em causa a segurança e a proteção dos respetivos países.

Objetivo

15. Desenvolver e participar em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, exportação e trânsito de precursores.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
15.2. Participação, juntamente com outros países da UE, em projetos específicos de troca de informação sobre o controlo de precursores.	2009-2012	PJ e DGAIEC	N.º de participações.	DGAIEC – 1 participação em ações de troca de informações no âmbito do projeto PRISM) e 1 participação na operação aduaneira conjunta BARREL.
15.3. Avaliação da ameaça decorrente do tráfico de precursores: identificação dos principais agentes dessa ameaça e medidas de combate à sua proliferação.		PJ, SIED e SIS	Relatórios de avaliação.	PJ - Apesar de não existir um documento formal de avaliação da ameaça relativa ao tráfico e desvio de precursores, existe um acompanhamento que é feito com base na informação que vai sendo recolhida e depois tratada na Secção Central de Informação Criminal na UNCTE. A PJ/UNCTE tem produzido relatórios de análise sobre o fenómeno do tráfico de drogas, designadamente nas vertentes do tráfico marítimo e por via aérea, que acabam por ser também relatórios de avaliação da ameaça. SIED/SIS - Elaboração pontual de documentos de análise sobre esta temática.

Objetivo

16. Consolidar e incrementar o intercâmbio de informações entre os diversos países da UE, utilizando recursos existentes ou a criar, no âmbito do controlo da fronteira externa da UE ao nível da segurança e da saúde pública.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
16.1. Regular troca de informações utilizando os sistemas informáticos existentes ou a criar.	2009-2012	PJ e DGAIEC	Existência e utilização de mecanismos de troca de informações.	<p>PJ – Dinamização dos canais de troca de informação, comunicação e cooperação institucional, mediante a promoção de reuniões nacionais e internacionais, dos Oficiais de Ligação na EUROPOL, MAOC-N e na Venezuela, dos funcionários destacados nos PALOP e, sempre que necessário, dos canais EUROPOL, EUROJUST, INTERPOL, SIRENE, entre outros.</p> <p>DGAIEC – regular troca de informações, utilizando sistemas informáticos nacionais, comunitários e internacionais.</p>

Objetivo

17. Consolidar as relações de cooperação bilateral com Espanha, no âmbito dos Acordos Bilaterais existentes, quer no que respeita à redução da procura, em matéria de prevenção e tratamento, quer na redução da oferta, designadamente reforçando a cooperação policial.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
17.2. Intensificação da troca de informação de carácter operacional e estratégico sobre as atividades de tráfico ilícito de estupefacientes e branqueamento de capitais com impacto na Península Ibérica e na UE.	2009-2012	PJ	Relatório de avaliação.	PJ – cooperação com a congénere espanhola, no âmbito do branqueamento de capitais, registando-se a receção de 9 pedidos e o envio de 13 pedidos.
17.3. Implementação de projetos operacionais e investigações conjuntas em matéria de combate ao tráfico de estupefacientes e branqueamento de capitais originados por aquelas atividades ilícitas.			N.º de projectos e investigações implementados por ano.	PJ - Sempre que se justificou, foram iniciadas investigações conjuntas sobre grupos ou indivíduos que desenvolvem as suas atividades ilícitas em Portugal e Espanha; Participação em pelo menos três reuniões associadas a investigações conjuntas e quatro reuniões operacionais.

Objetivo

18. Intensificar a cooperação policial com os Países Baixos, uma vez que é deste país que procede muita da heroína e do ecstasy que é consumido em Portugal.

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
18.1. Desenvolvimento de projetos de intercâmbio de informação.	2009-2012	PJ	N.º de projetos desenvolvidos.	PJ – Manutenção da troca de informações e o nível de cooperação com as autoridades holandesas, em particular através do seu Oficial de Ligação destacado no MAOC-N.

Objetivo

19. Reforçar as relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
19.2. Intensificação da cooperação policial com os países da América Latina, em especial o Brasil, Venezuela e Colômbia, através do aumento da troca de informação e do desenvolvimento de projetos operacionais.	2009-2012	PJ	N.º de projetos desenvolvidos.	PJ – realização de uma carta rogatória à Martinica; 1 presença em reunião de alto nível no Rio de Janeiro (Brasil).
19.3. Intensificação das trocas de informações com serviços congêneres da América Latina, a montante da investigação criminal.		SIED e SIS	Não quantificável.	SIED/SIS - Reforço do intercâmbio estabelecido com países destas áreas geográficas relativamente a esta temática; Cooperação com entidades nacionais e estrangeiras visando o controlo de fenómeno; Efetivação do processo de monitorização e avaliação do tráfico de estupefacientes com origem na América Latina e Caraíbas com destino à Europa, sobretudo com utilização das plataformas africanas.

Objetivo

20. Implementar estratégias e medidas que contribuam para uma maior utilização do mecanismo das entregas controladas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
20.1. Agilizar os mecanismos de circulação da informação e de tomada de decisão.	2009-2012	PGR, PJ e DGAIEC	N.º de entregas controladas efetuadas por ano.	PJ – efetuadas 19 entregas controladas.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Em 2011 o IDT. I.P., procurou, à semelhança dos anos anteriores, promover a participação ativa nos diversos *fora* internacionais com intervenção em matéria de luta contra a droga, o álcool e as toxicodependências, à luz dos princípios da responsabilidade partilhada e da parceria.

No sentido de *fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo ativamente para a execução dos Planos de Ação da União Europeia na área das Drogas e das Toxicodependências em matéria de luta contra a droga* [objetivo operacional 7], são de referir os trabalhos desenvolvidos em sede do **Grupo Horizontal Drogas (GHD)**², cuja representação nacional foi assegurada pelo IDT, I.P. e pela REPER.

Entre os diversos temas abordados importa mencionar a intervenção da UE face à atual crise económica e o policonsumo de droga, incluindo a associação de drogas ilícitas e álcool e, por vezes medicamentos e substâncias não controladas. Esta realidade, juntamente com a evolução do mercado das drogas sintéticas, coloca um novo desafio às políticas e respostas europeias em matéria de luta contra a droga. Outra matéria recorrente nas reuniões do GHD, ao longo de 2011, foi o processo de avaliação externa da Estratégia da UE de Luta contra a Droga (2005-2012) e dos seus Planos de Ação. Esta avaliação irá contribuir para a elaboração da Estratégia da UE de Luta contra a Droga para o período 2013-2020.

No plano normativo, a Comissão Europeia procedeu a uma avaliação da execução da **Decisão 2005/387/JAI do Conselho relativa às novas substâncias psicoativas**, que assinalou os pontos fortes deste mecanismo de alerta rápido. Esta avaliação demonstrou, também, a necessidade de tornar a UE mais capaz de acompanhar a rapidez com que se processa o aparecimento, no mercado, de novas substâncias não controladas, pelo que em 2012 serão apresentadas propostas legislativas para a alteração desta Decisão do Conselho.

O IDT. I.P., assegurou igualmente a representação nacional nas **reuniões semestrais dos Coordenadores Nacionais da Droga**, organizadas pelas Presidências em exercício do Conselho da União Europeia, respetivamente pela Presidência Húngara e pela Presidência Polaca. Estes encontros constituem um importante fórum de diálogo e debate entre os responsáveis nacionais pelas políticas de luta contra a droga, permitindo a troca de informações relativas à evolução registada a nível nacional e a análise das possibilidades de reforço da cooperação.

Com vista a *promover a presença de Portugal nos fora internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS (objetivo operacional...)*, o IDT,IP participou ativamente em toda a preparação da **54ª Sessão da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas**, estrutura que no âmbito das Nações Unidas é responsável por todas as questões relativas à luta contra a droga e a toxicodependência.

² Grupo Transpillar do Conselho da UE responsável pela Coordenação das políticas e estratégias em matéria de drogas.

Contribuindo para *assegurar o cumprimento das obrigações do Estado português junto do OEDT, atuando como interlocutor privilegiado enquanto país anfitrião desta Agência Europeia e participando nas suas atividades e programas* [objetivo operacional 12], salienta-se a elaboração e envio para o OEDT, do **Relatório Nacional de 2011** (dados de 2010), *Portugal New development, trends and in-depth information on selected issues* e dos **Selected issues History, methods and implementation of national treatment guidelines** e *Cost of drug related treatment in Europe: a comparative analysis*, bem como o preenchimento e submissão das **tabelas estandardizadas e questionários** estruturados na aplicação FONTE do OEDT. É de realçar, igualmente, a elaboração do **Country Overview**, que consiste num resumo da situação portuguesa em matéria de droga e do **Final Activity Report do OEDT**, com o ponto de situação dos 5 Indicadores-Chave³. O IDT, I.P. acompanhou a participação dos peritos nacionais nas reuniões destes Indicadores.

Em matéria de cooperação internacional e tendo em vista o *reforço das relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes* [objetivo operacional 19], refere-se, a participação do IDT, I.P. no **programa COPOLAD**⁴ - programa de cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de luta contra droga, que prevê um enquadramento adequado para prosseguirmos os nossos esforços com os países daquela região em relação a todos os aspetos da política de luta contra a droga. Este programa, que tem a duração de 42 meses e um orçamento de 6 milhões de euros, é liderado pela Espanha e conta ainda com a participação da França, Alemanha, Brasil, Argentina, Colômbia e Uruguai, sendo que Portugal, em 2011, através do IDT, I.P., assumiu um papel predominante neste contexto, participando em três dos quatro componentes do Programa e coordenando a componente relativa à consolidação de Observatórios Nacionais.

Por último, cumpre realçar que em 2011, fruto da **visibilidade internacional que a política portuguesa em matéria de drogas suscitou ao longo dos últimos anos**, foram organizadas e acompanhadas inúmeras visitas de delegações institucionais e da imprensa internacional, que visitaram Portugal para conhecer *in-loco* os resultados da política nacional e a implementação da Lei da Descriminalização.

³*Prevalence and patterns of drug use among the general population; Drug-related treatment demand; Drug related infectious diseases; Problem Drug Use; Drug related deaths.*

⁴ Este programa visa reforçar as capacidades e incentivar o processo de elaboração de políticas de luta contra droga nas suas diferentes etapas nos países da América Latina, bem como estabelecer uma ponte entre os dois continentes em matéria de luta contra as drogas ilícitas.

Direcção Geral de Política Externa

A Direcção Geral de Política Externa acompanha as vertentes externas e multilaterais das questões ligadas à cooperação internacional, no quadro da luta contra a produção, tráfico e consumo de drogas ilícitas. As instâncias europeias deram continuidade à execução da *Estratégia da UE de Luta Contra a Droga 2005-2012*, tal como definida no respetivo *Plano de Ação 2009-2012*, prosseguindo as Presidências Húngara e Polaca a sua implementação, confirmando os princípios da abordagem integrada para a redução da oferta e da procura. Foi dada particular importância ao Narcotráfico Transatlântico, sublinhando-se a necessidade de uma colaboração da UE com a América Latina e a África Ocidental no contexto do combate ao tráfico de droga e à redução da oferta, tal como tem sido defendido por Portugal.

Ao longo de 2011, foi debatida, em sede do GHD, de forma sistemática, a proposta da Bolívia de emenda do artigo 49.º da Convenção Única das Nações Unidas de 1961 sobre estupefacientes, com vista à eliminação da alínea e), do n.º 2, que estipula a abolição de mascar folha de coca. As autoridades bolivianas sustentam este seu pedido na necessidade de serem respeitadas a herança cultural da Bolívia e as tradições e os costumes indígenas. Portugal participou nas reuniões semestrais do Grupo de Dublin, que integra os Estados Membros da UE, EUA, Canadá, Austrália, Noruega, Japão e UNODC, designadamente na Missão daquele Grupo à África Ocidental, a Cabo Verde e ao Senegal.

A **presidência húngara** realizou a Reunião de Alto Nível do Mecanismo de Cooperação e Coordenação entre a UE e a América Latina e Caraíbas (junho), tendo ali sido adotada a Declaração de Bogotá. Esta Presidência promoveu diálogos políticos com a Ásia Central, Balcãs Ocidentais (maio) e Turquia (junho). No que respeita à **presidência polaca**, uma das suas prioridades foi a cooperação regional com a Europa Oriental, tendo conduzido diálogos com a Moldova, Arménia, Azerbaijão, Geórgia (setembro), Ucrânia (outubro) e Rússia (novembro). Também foi realizado um Diálogo Político nesta matéria com os EUA.

De realçar, ainda:

- A realização do *Simpósio sobre o Desmantelamento das Redes Ilícitas Organizadas*⁵ que constituiu uma oportunidade para relançar o compromisso de colaboração inter-regional de combate às ameaças transnacionais de carácter criminal e as redes ilícitas cada vez mais proeminentes na região transatlântica, especialmente na África Ocidental, com especial destaque para o narcotráfico, contribuindo, também para o reforço da cooperação com os EUA e para a criação de uma rede de agentes de aplicação da lei.
- No âmbito da concertação de posições da UE junto das Nações Unidas, a preparação da 54ª sessão anual da Comissão de Estupefacientes (CND), que se realizou em Viena (março), em que, de um total de 16 resoluções, a UE apresentou 3 projetos de resoluções e copatrocinou outros 7.

⁵ Este seminário envolveu todos os Estados Membros da UE, países do continente Americano e da África Ocidental.

Polícia Judiciária

A cooperação com as autoridades de aplicação da lei de outros países e com organizações internacionais é um dos eixos estruturantes do combate ao tráfico de estupefacientes, atenta a dimensão verdadeiramente global desta atividade ilícita.

A importância da cooperação internacional ganha particular relevo na atividade desenvolvida pela Polícia Judiciária uma vez que o território nacional é umas das portas de entrada de grandes quantidades de cocaína e de haxixe para a União Europeia, resultando daí especiais responsabilidades para as autoridades nacionais em matéria de proteção da fronteira externa da União.

Com vista ao fortalecimento da *participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo ativamente para a execução dos Planos de Ação da UE na área da Droga e das Toxicodependências* [objetivo operacional 7], a PJ participou em cerca de **40 reuniões/conferências**, no âmbito dos grupos preparatórios das Decisões do Conselho da Europa (DAPIX – Proteção de dados e troca de informação; CATS; Grupo de Trabalhos sobre Assuntos Gerais - Avaliações; Rede AIRPOL; Grupos de trabalho no domínio da Segurança Interna -COSI), Europol (presença em Reuniões no âmbito dos ficheiros de análise “AWF Cola” e em reuniões de Chefes de Unidades Nacionais), tendo também assegurado a participação externa em outras organizações intergovernamentais e redes internacionais (CECLAD-M; CEPOL; GITADA/AICEF; DEA; ASI e MAOC-N, entre outros).

No sentido de *desenvolver a cooperação com outros Estados Membros da UE e assegurar a participação ativa de Portugal, sempre que justificado, em iniciativas comunitárias destinadas a prevenir e combater mais eficazmente a produção e o tráfico organizados de estupefacientes, precursores e o branqueamento de capitais originado por tais atividades, assegurando, igualmente, a plena cooperação com os organismos comunitários competentes, designadamente a EUROPOL e a EUROJUST, contribuindo ativamente para o reforço do papel dos mesmos no combate ao crime organizado* [objetivo operacional 10 (ação 10.1)], a PJ, através da sua Unidade de Informação Financeira (UIF), participa nos projetos *Egmont Secure Web*, *FIU.net* e *SUSTRANS*, projetos esses de intercâmbio de informação operacional, ao nível da prevenção de branqueamento de capitais. Neste âmbito (branqueamento de capitais) a UIF recebeu 104 pedidos de informação e enviou 59 pedidos, tendo recebido, igualmente 17 pedidos de informação das entidades UNE, GNI, CCPA, SIRENE e Oficiais de Ligação. A PJ participa frequentemente em reuniões da EUROPOL [ação 10.5], por exemplo, reuniões no âmbito dos Ficheiros de Análise (AWF), assegurando essa participação, frequentemente, pelos Oficiais de Ligação, colocados em permanência junto daquele organismo europeu. No âmbito da EUROJUST, foram asseguradas duas presenças em reuniões, uma das quais em colaboração com a EUROPOL.

Quanto à *participação em projetos de cooperação da União Europeia com países terceiros e organizações internacionais* [ação 10.7], a participação e cooperação da PJ, efetuou-se mediante o fluxo de informação operacionalizado por secções de informação, através dos oficiais de ligação, em permanência na Venezuela, e nos organismos EUROPOL e MAOC-N, bem como, através de funcionários de investigação criminal, destacados com a missão de procederem a assessoria às direções de Polícia Judiciária, dos países como seja Cabo Verde e Guiné-Bissau.

No sentido de *assegurar a plena cooperação com organismos internacionais, designadamente com a INTERPOL e a OMA, de molde a responder aos compromissos assumidos, nomeadamente através da participação em ações operacionais, da regular troca de informação e assistência mútua* [objetivo operacional 11], a PJ colaborou ativamente com a INTERPOL, através do Gabinete Nacional INTERPOL, integrado na orgânica da PJ [ação 11.2] e respondeu a 154 pedidos. Registaram-se, em 2011, duas participações, no âmbito do projeto COSMAR, uma primeira relacionada com a criação de procedimentos relativos à forma de obtenção, tratamento e coordenação de informação sobre embarcações suspeitas de tráfico de estupefacientes, e a segunda de carácter operacional.

Visando o *reforço das relações de colaboração/ cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP* [objetivo operacional 14], através de funcionários de investigação criminal destacados com a missão de procederem Assessoria às direções de Polícia Judiciária, dos países africanos de expressão portuguesa, Cabo Verde, Guiné-Bissau, e, também, Timor-Leste, a PJ desenvolveu esforços no sentido de **aprofundarem as relações de cooperação** entre esses países e Portugal [ação 14.2].

Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Tendo em vista *desenvolver a cooperação com outros Estados Membros da UE e assegurar a participação ativa de Portugal, sempre que justificado, em iniciativas comunitárias destinadas a prevenir e combater mais eficazmente a produção e o tráfico organizados de estupefacientes, precursores e o branqueamento de capitais originado por tais atividades, assegurando, igualmente, a plena cooperação com os organismos comunitários competentes, designadamente a EUROPOL e a EUROJUST, contribuindo ativamente para o reforço do papel dos mesmos no combate ao crime organizado* [objetivo operacional 10], a DGAIEC participou nas operações **FLAGSHIP** e **EDELWEISS**, destinadas, designadamente, a prevenir o tráfico de mercadorias, sujeitas a proibições e/ou restrições, nas quais se incluem os estupefacientes [ação 10.6].

No sentido de *assegurar a plena cooperação com organismos internacionais, designadamente com a INTERPOL e a OMA, de molde a responder aos compromissos assumidos, nomeadamente através da participação em ações operacionais, da regular troca de informação e assistência mútua* [objetivo operacional 11], refira-se a participação no projeto **PRISM**, promovido pelo INCB da ONU, com acompanhamento e difusão de informações, no âmbito da assistência mútua sobre precursores de droga.

Contribuindo para *reforçar as relações de colaboração/ cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP* [objetivo operacional 14], foi concluída a discussão e assinado um memorando de entendimento entre as administrações aduaneiras da CPLP, no sentido de permitir a troca espontânea de informações relacionadas com o tráfico de mercadorias sujeitas a proibições e/ou restrições, onde se incluem os estupefacientes, bem como produtos suscetíveis de colocar em causa a segurança e a proteção dos respetivos países.

Contribuindo para *desenvolver e participar em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, exportação e trânsito de precursores* [objetivo operacional 15], refira-se a participação em ações de troca de informações, no âmbito do **projeto PRISM**, bem como a participação na **operação aduaneira conjunta BARREL**.

A DGAIEC efetua regular troca de informações, utilizando os sistemas informáticos nacionais, comunitários (DG TAXUD, OLAF) ou internacionais (WCO), *consolidando e incrementando o intercâmbio de informações entre os diversos países da UE, utilizando recursos existentes ou a criar, no âmbito do controlo da fronteira externa da UE ao nível da segurança e da saúde pública* [objetivo operacional 16].

No que diz respeito à *implementação de estratégias e medidas que contribuam para uma maior utilização do mecanismo das entregas controladas* [objetivo operacional 20], a DGAIEC apenas facilita a organização de entregas controladas a serem efetuadas pela PJ.

Informação, Investigação, Formação e Avaliação

Resultado a atingir

Contribuir para um maior e melhor conhecimento do fenómeno das drogas e das toxicodependências e para a melhoria contínua da qualidade das intervenções, por forma a apoiar a intervenção e a decisão e a contribuir para a melhoria dos resultados obtidos.

Objetivo

21. Alargar, consolidar e otimizar o Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências (SNIDT).

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
21.1. Reforço da articulação entre os sistemas de informação de rotina dos registos gerais e específicos de mortalidade, e exploração das suas potencialidades.	2009-2012	IDT, I.P., DGS, INE, INML, I.P.	Relatório sobre os resultados alcançados	IDT, I.P./INML, I.P./DGS/INE – relatório sobre os resultados alcançados da articulação entre os sistemas de informação de rotina dos registos gerais e específicos de mortalidade.
21.3. Alargamento da rede de serviços-fonte de dados sobre os problemas de saúde relacionados com o consumo de drogas.		IDT, I.P. e outros Serviços do MS	Δ (N.º de serviços-fonte 2008-2012)	IDT, I.P. – relatório com a informação harmonizada recolhida em diferentes serviços – fonte, sobre doenças infecciosas e psicopatologias dos utentes em diferentes estruturas de tratamento; Introdução nas bases de dados, tratamento e análise dos dados, de todas as estruturas /utentes com informação enviada; Elaborados 4 documentos com apuramento anual dos dados.
21.4. Alargamento da rede de serviços-fonte de dados sobre os problemas sociais relacionados com o consumo de drogas.		IDT, I.P. e outros	Δ (N.º de serviços-fonte 2008-2012)	IDT, I.P. – relatório dos resultados alcançados sobre o levantamento de informação relacionada com o consumo de drogas e álcool nos sistemas de informação de rotina sobre violência doméstica.

Objetivo

22. Promover a divulgação e acesso a informação objetiva e fiável na área das drogas e toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
22.1. Dinamização e aperfeiçoamento das páginas eletrónicas institucionais, na ótica do serviço ao cidadão.	2009-2012	IDT, I.P., DGIDC/ME, INFARMED	Relatório anual das atividades, de revisão/atualização e de visitas por tipo de conteúdo, de cada site	IDT, I.P.- relatório anual das atividades, de revisão/atualização e de visitas por tipo de conteúdo dos sites. DGIDC – efetuado relatório síntese com as atividades de revisão/atualização/publicação de conteúdos do microsite da educação para a saúde.

Objetivo

22. Promover a divulgação e acesso a informação objetiva e fiável na área das drogas e toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
22.2. Gestão e divulgação de informação científica e técnica, com investimento em publicações eletrónicas, e promoção do acesso a material informativo/formativo nesta área.		IDT, I.P., DGIDC/ME, INFARMED, MDN, PJ	Δ (N.º de registos em bases de dados 2008 – 2012) Δ (N.º de publicações em suporte eletrónico 2008 – 2012) N.º de publicações/brochuras/folhetos editados	IDT, I.P. – n.º de registos catalogados, indexados e introduzidos nas bases de dados – 2607; Dada resposta a todos os pedidos (218) de materiais (publicações, brochuras e folhetos) solicitados; Asseguradas 28 edições/reedições de publicações eletrónicas; Apoiadas 152 consultas bibliográficas.
22.4. Promoção de ações de sensibilização e divulgação de informação nas várias áreas de intervenção e nos diferentes contextos.		IDT, I.P., GNR, IEPF, I.P., INFARMED, MDN	Δ (N.º de ações promovidas 2009 – 2012) / área de intervenção Δ (População abrangida 2009 – 2012) / área de intervenção Δ (Estruturas envolvidas 2009 – 2012) / área de intervenção Δ (N.º de ações promovidas 2009 – 2012) / contexto Δ (População abrangida 2009 – 2012) / contexto Δ (Estruturas envolvidas 2009 – 2012) / contexto N.º de brochuras/folhetos editados	GNR – desenvolvidas em contexto escolar 3.988 ações, abrangendo 48.495 indivíduos, 538 estruturas e 5.911 folhetos; Desenvolvidas em contexto laboral 1.241 ações, abrangendo 4.941 indivíduos, 3.031 estruturas e 3.639 folhetos; Desenvolvidas em contexto rodoviários 561 ações, 6.910 indivíduos, 968 estruturas e 3.048 folhetos.

Objetivo

23. Apoiar o desenvolvimento de uma comunidade científica que, com regularidade, realize investigação na área das drogas e toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
23.3. Apoio ao desenvolvimento da Rede de Investigadores sobre Álcool e Drogas (RIAD).	2009-2012	IDT, I.P.	Relatórios das atividades desenvolvidas	IDT, I.P. – elaborado 1 relatório das atividades desenvolvidas

Objetivo

24. Monitorizar a evolução, ao longo do tempo, do fenómeno do consumo, em diversas populações.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
24.1. Realização periódica de estudos epidemiológicos de âmbito nacional e/ou regional, para acompanhamento da evolução das diferentes dimensões do fenómeno, em diversas populações.	2009-2012	IDT, I.P., DGIDC/ME, INFARMED, MDN e Universidades e/ou outras Entidades	Relatórios dos estudos realizados	IDT, I.P. – realizados 4 relatórios, neste âmbito. DGPRM – elaborado um relatório sobre a situação do exército.

Objetivo

25. Aprofundar o conhecimento sobre dimensões qualitativas e/ou processos ou dinâmicas associados aos diferentes tipos de consumidores e vertentes do consumo.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
25.1. Realização de estudos sobre os diversos processos envolvidos na iniciação, desenvolvimento, manutenção e remissão dos diversos tipos de consumo a nível individual e social.	2009-2012	IDT, I.P., IEFP, I.P., MDN e Universidades e/ou outras Entidades	Relatórios dos estudos realizados	IDT, I.P. – realizados 6 relatórios dos estudos realizados.
25.2. Realização de estudos sobre dimensões do fenómeno relacionadas com a área da oferta.		IDT, I.P., GNR, PJ, PSP e/ou outras Entidades	Relatórios dos estudos realizados	PJ – Elaborados 4 Relatórios Situacionais, de âmbito estatístico: Relatório Anual TCD de 2010; Relatório Semestral TCD 2011; Retrospectiva sobre os indicadores de atividade operacional da GNR; Retrospectiva sobre os indicadores de atividade operacional da PSP; Efetuada atualização do estudo sobre “A Problemática da deteção e desmantelamento de Laboratórios Clandestinos em Portugal (2000 - 2011).

Objetivo

28. Potenciar e reforçar as competências dos intervenientes e profissionais que direta ou indiretamente atuem no domínio das drogas e toxic dependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
28.1. Reforço da formação nas várias áreas de intervenção e nos diferentes contextos.	2009-2012	IDT, I.P., GNR, MDN, PSP e outras Entidades	Δ (N.º de ações realizadas 2009-2012) / área de intervenção Δ (N.º de formandos efetivos 2009-2012) / área de intervenção Δ (N.º de ações realizadas 2009-2012) / contexto Δ (N.º de formandos efetivos 2009-2012) / contexto	IDT, I.P. – (2011) produzido 1 relatório final com indicadores físicos de execução; N.º total de ações realizadas (para profissionais internos) – 557 N.º total de formandos internos – 1.012; Volume formativo interno dirigido a profissionais internos – 23840:00 horas; Volume formativo externo dirigido a profissionais internos – 22774:00 horas; Volume formativo global interno – 46614:00 horas

Objetivo

28. Potenciar e reforçar as competências dos intervenientes e profissionais que direta ou indiretamente atuem no domínio das drogas e toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
			Δ (N.º eventos científicos apoiados 2009-2012)	<p>Volume formativo global externo, i.e., produzido para intervenientes externos – 57712:00 horas</p> <p>Foram 12 as parcerias novas em 2011; Promoção do acolhimento de 425 estágios; 5 eventos formativos apoiados.</p> <p>GNR – realizadas 6 ações de formação para 708 formandos.</p> <p>DGPRM – realizados 2 cursos de Operadores de prevenção de alcoolismo e toxicodependência e 1 curso de Validação clínica em toxicologia de drogas de abuso, pela Escola do Serviço de Saúde Militar.</p>
28.3. Reforço da formação específica dirigida a profissionais que intervêm junto de potenciais consumidores, em particular, os jovens.	2009-2012	IDT, I.P., DGIDC/ME, IEFP, I.P.	<p>Δ (N.º de ações realizadas 2008-2012)</p> <p>Δ (N.º de formandos efetivos 2008-2012)</p>	<p>DGIDC – realizadas ações de formação aos profissionais de ensino em 21% dos agrupamentos e escolas; Desenvolvidas estratégias e ações de envolvimento das famílias e da comunidade, ambas em 38% dos agrupamentos e escolas.</p>

Objetivo

29. Aumentar a formação e desenvolver novos métodos e práticas de combate aos crimes associados às drogas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
29.1. Reforço da conceção e implementação de ações de formação e especialização profissional relativamente ao tráfico de estupefacientes e precursores, com prioritária incidência na área das drogas sintéticas, da utilização das novas tecnologias, do branqueamento de capitais e do tráfico por via marítima.	2009-2012	DGAIEC, GNR, PJ, PSP	<p>Δ (N.º de ações realizadas 2008-2012)</p> <p>Δ (N.º de formandos efetivos 2008-2012)</p>	<p>PJ – realizadas 5 ações de formação profissional, envolvendo 119 participantes destacando-se o “Tráfico de estupefacientes- Nível I”; “Combate à Droga – 2 cursos de Segurança Militar” e Palestra sobre “Combate à traficância - identificação de drogas e recolha de provas no local”.</p>
29.2. Promoção de formação dirigida aos investigadores da criminalidade associada ao tráfico e consumo de estupefacientes.		GNR, PJ, PSP	<p>N.º de ações realizadas</p> <p>N.º de formandos efetivos</p>	<p>PJ – Realizadas 2 ações de formação, envolvendo 13 formandos, sobre “A via aérea no tráfico de estupefacientes em Portugal”.</p> <p>GNR – realizada 1 ação de formação neste âmbito, para 5 formandos.</p>

Objetivo

29. Aumentar a formação e desenvolver novos métodos e práticas de combate aos crimes associados às drogas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
29.5. Desenvolvimento e participação, em colaboração com os PALOP, em ações de formação relativas à análise de risco e outras matérias no âmbito do tráfico de estupefacientes.		DGAIEC, PJ	Δ (N.º de ações realizadas 2008-2012) Δ (N.º de formandos efetivos 2008-2012) N.º de formadores envolvidos	PJ – realizada uma ação de formação à PJ da Guiné Bissau, envolvendo dois participantes, no âmbito do “Combate ao tráfico de estupefacientes no aeroporto internacional de Lisboa”. DGAIEC – realizadas 8 ações de formação (Cabo Verde, Moçambique e Portugal), no âmbito de estágios de elementos das alfândegas dos PALOP, com 21 formadores e 90 formandos.

Objetivo

30. Reforçar a avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos resultados alcançados.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
30.1. Promoção da recolha e processamento regular dos dados relativos aos resultados das intervenções e elaboração de Relatórios de Avaliação.	2009-2012	IDT, I.P., DGIDC/ME, IEFP, I.P., MDN, PJ	N.º de instrumentos de orientação técnica produzidos e disponibilizados / área de intervenção N.º de Projetos e Programas avaliados / área de intervenção N.º Relatórios de Avaliação produzidos / área de intervenção	IDT – Realizado 1 relatório com vários indicadores de execução para o reforço da conceção, produção e divulgação de materiais técnico-pedagógicos e técnico-científicos produzidos em contexto formativo. DGIDC – elaborado 1 relatório anual com apresentação de resultados a nível nacional, dos temas trabalhados nos agrupamentos e escolas, entre os quais, o tabaco, as substâncias ilícitas e a prevenção dos comportamentos de risco.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Contribuindo para o *alargamento, consolidação e otimização do Sistema de Informação Nacional sobre Drogas e Toxicodependências* – SNIDT [objetivo operacional 21], são de destacar em 2011, o alargamento da rede de serviços-fonte de dados, designadamente em novos contextos como o da violência doméstica e o da sinistralidade rodoviária relacionadas com o consumo de substâncias psicotrópicas; a otimização do instrumento de recolha de dados relativos a doenças infecciosas nos reclusos em programas de tratamento da toxicodependência; a continuação do trabalho de articulação com INML, I.P. a nível da informação dos registos específicos de mortalidade do INML, I.P. no contexto do indicador “mortes relacionadas com drogas e mortalidade entre os utilizadores de drogas”, que tem permitido a disponibilização de informação sobre os casos de *overdose* no contexto do INML, I.P. de acordo com os critérios do OEDT (publicados nos Relatórios Anuais de 2009 e 2010 sobre *A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*), a consolidação da recolha normalizada de dados a nível das estruturas de internamento públicas e privadas com vista à futura integração no Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM) do IDT, I.P., que tem permitido obter dados harmonizados e desagregados por utente, contribuindo assim para uma maior qualidade da informação de suporte à intervenção, gestão e decisão.

Destaca-se, também, no ano em referência a produção de informação a partir da análise dos dados recolhidos nos serviços públicos e organizações privadas com intervenção em matéria de drogas, álcool e toxicodependências, nomeadamente, a elaboração de informação para o *Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências 2010*, enquanto **suporte à avaliação das políticas nesta matéria, à decisão política e ao planeamento da intervenção**, o qual é apresentado anualmente à Assembleia da República; a elaboração de informação periódica para responder a vários compromissos nacionais e internacionais⁶; a elaboração de informação de suporte à intervenção, gestão e decisão do Serviço, seja em documentos de divulgação interna⁷, seja de divulgação externa⁸. Refira-se, ainda, terem sido assegurados os procedimentos relativos às competências do IDT, I.P. no âmbito do mercado lícito de drogas⁹, dando resposta a 142 pedidos de licenciamento e 612 comunicações de importações/exportações.

No sentido de *apoiar o desenvolvimento de uma comunidade científica que, com regularidade, realize investigação nas áreas das drogas e toxicodependências* [objetivo operacional 23], foi efetuado um relatório das atividades desenvolvidas no âmbito do apoio ao desenvolvimento da Rede de Investigadores sobre Alcool e Drogas (RIAD).

⁶ Nomeadamente para DGS, INFARMED, OEDT e Nações Unidas.

⁷ Nomeadamente, análises específicas para o Conselho Diretivo e para diversas Unidades dos serviços centrais, regionais e locais.

⁸ Destaque para o *Relatório das Unidades de Desabituação Públicas 2011*.

⁹ Designadamente as previstas nos artigos 7.º e 62.º do Decreto Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, e no artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro.

Tendo em vista *monitorizar a evolução, ao longo do tempo, do fenómeno do consumo, em diversas populações* [objetivo operacional 24], repetiram-se o ***Inquérito Nacional em Meio Escolar - 3.º Ciclo***, o ***Inquérito Nacional em Meio Escolar – Secundário***, já realizados em 2001 e 2006, tendo a recolha de dados a cerca de 75.000 alunos das escolas públicas, sido feita com o apoio do Ministério das Educação.

Ainda no âmbito deste objetivo, destaca-se o lançamento de mais um ***Inquérito Nacional à População Geral*** (já realizado em 2001 e 2007), numa versão atualizada de modo a incluir questões que permitam uma melhor caracterização dos consumos do álcool e do consumo de substâncias psicoativas em meio laboral, bem como aspetos relacionados com o jogo compulsivo/patológico¹⁰.

No que respeita ao *aprofundamento do conhecimento sobre dimensões qualitativas e/ou processos ou dinâmicas associados aos diferentes tipos de consumidores e vertentes do consumo* [objetivo operacional 25], salienta-se, a conclusão do estudo sobre ***Músicas, Jovens e Substâncias Psicoativa*** e, no âmbito europeu, o início do desenvolvimento de três programas de investigação, onde o IDT, I.P. é parceiro, que são financiados pela Comissão Europeia, respetivamente:

- a. ***ALICE-RAP- Addictions and Lifestyles in Contemporary Europe-Reframing Addictions Project***, programa a cinco anos, coordenado pela Espanha (Fundación Clínic, Barcelona), em que participam investigadores de 43 Centros de Investigação de diversos países Europeus, Estados Unidos e Austrália e onde o IDT, I.P. participa em dois projetos: Counting Addictions e Costing Addictions);
- b. ***Study on the further analysis of the EU illicit drugs market and responses to it – responding to future challenges***, coordenado pela Holanda (Trimbos Institute), Reino Unido (ICPR), e RAND - Europe e participação de Suécia, República Checa, Bulgária, Itália e Portugal;
- c. ***New methodological tools for policy and programme evaluation***, coordenado pela Itália (Universidade Tor Vergata) e participação de República Checa, Bélgica e Portugal.

No âmbito dos projetos europeus, destaca-se, ainda:

- A repetição do ***European School Project on Alcohol and other Drugs (ESPAD/2011)***, em que se procede à inquirição dos alunos que completaram 16 anos (em 2011) em mais de 35 países; em Portugal, este estudo engloba os alunos de cada um dos grupos etários dos 13 aos 18 anos e denomina-se ***ECATD-Estudo sobre os Consumos de Álcool, Tabaco e Drogas*** e foi realizado numa amostra de cerca de 12.500 alunos do 7.º ao 12.º ano de escolaridade, das escolas públicas (também com a colaboração do Ministério da Educação). Os resultados preliminares foram apresentados em Conferência de Imprensa e na Assembleia da República;

¹⁰ Estudo desenvolvido pela equipa de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

- A preparação da candidatura apresentada (com mais seis países) a financiamento pela Comissão Europeia da implementação de uma ERA-NET sobre drogas, projeto recentemente aprovado, que irá permitir a dinamização e desenvolvimento de uma rede internacional de investigação nas áreas da oferta e da procura de drogas, e possibilitará aos investigadores dos países participantes – Holanda (coordenador), Reino Unido, Bélgica, França, Itália e Portugal – o desenvolvimento de projetos multinacionais e multidisciplinares, com financiamento garantido.

Tendo em vista *promover a divulgação e acesso a informação objetiva e fiável na área das drogas e toxicodependências* [objetivo operacional 22], foi consolidado o *site* institucional do IDT, I.P. articulando a atualização dos conteúdos com o envio destes para o Portal da Saúde.

No ano de 2011 o *site* www.idt.pt teve **721.497 visitas** (796.407, em 2010), sendo o número de **visitantes únicos de 226.711** (255.950, em 2010) registando uma ligeira diminuição, relativamente a 2010, quer no número de visitas quer no número de visitantes únicos.

Em 2011 prosseguiu-se com a gestão da página da *Intranet* (*design* e programação), criando novas áreas e gerindo a introdução de novos conteúdos.

Foram adquiridos livros e revistas da especialidade, os quais foram registados, catalogados e indexados nas bases de dados bibliográficas, videográfica, de CD-ROM, de materiais e de fotografias, representando um acréscimo de 2607 registos (2.007, em 2010).

Ainda no âmbito deste objetivo, o IDT, I.P. apoiou 3 publicações em papel;

- Ministério da Saúde. Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. (2011). *Relatório Anual 2010: a situação do país em matéria de drogas e toxicodependências*. Lisboa: IDT, I.P.
- Ministério da Saúde. Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. (2011). *Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Alcool 2010-2012*. Lisboa: IDT, I.P.
- Balsa, C., Vital, C., Pascueiro, L. (2011). *O Consumo de Bebidas Alcoólicas em Portugal: prevalências e padrões de consumo 2001-2007*. Lisboa: IDT, I.P.

Foram asseguradas 28 edições/reedições de publicações eletrónicas, tendo-se produzido e divulgado 2.303 exemplares em CD-ROM ou DVD e prosseguiu-se o serviço de divulgação de informação (notícias de imprensa, documentos da área), com carácter regular, através do correio eletrónico do Centro de Documentação.

Foram facultadas/apoiadas 152 consultas bibliográficas, das quais 70 consultas presenciais nos Serviços Centrais, sendo as restantes à distância (por *e-mail* ou por telefone).

Deu-se resposta a 218 pedidos de materiais (290, em 2010) e distribuíram-se 1.105 publicações (2.200, em 2010), parte destas, no âmbito das obrigações do IDT, I.P. enquanto Ponto Focal do OEDT, no que respeita à divulgação da informação.

Assegurou-se o Stand institucional com publicações do serviço e/ou reportagem videográfica/fotográfica, em 12 eventos, efetuando-se o registo fotográfico a diversas ações de Formação, nos Serviços Centrais.

Em 2011, no que diz respeito à revista Toxicodependências, foram editados três números de 2000 exemplares cada, com artigos originais, sobre a problemática das toxicodependências, tendo colaborado 62 autores e coautores (32 mulheres, 30 homens), de diversas profissões (Psicólogos 34%; Médicos/Psiquiatras 13%; Docentes do Ensino Superior 16%; Assistentes Sociais 10%; Enfermeiros 16%; Outras profissões 11%). Destes, 31% são profissionais do IDT, I.P., 63% são de outras instituições nacionais (universidades e outras) e 6% são de origem estrangeira. Foram abordadas as seguintes temáticas: tratamento (avaliação); psicologia/psicoterapia; sociologia; políticas de intervenção, história/direito/outras.

No ano de 2011 e relativamente à formação dos profissionais do IDT, I.P. com a finalidade de *potenciar e reforçar as competências dos intervenientes e profissionais que direta ou indiretamente atuem no domínio das drogas e toxicodependências* [objetivo operacional 27] foram executadas 557 ações de formação dirigidas a profissionais do Instituto¹¹.

Regista-se, no ano em análise, a produção de um volume formativo interno total na ordem das 46.614 horas, sendo que ao nível da formação interna, isto é, organizada e gerida pelo IDT, I.P., verifica-se um volume de 23.840 horas; já ao nível da formação externa para os profissionais internos, o volume executado corresponde a 22.774 horas.

Durante o ano de 2011, podemos referir que 1.012 profissionais deste Instituto participaram, pelo menos uma vez, em formação, correspondentes a um total de 3.270 participações em atividades formativas. Procedendo à análise das participações, a sua distribuição decompõe-se em 2.347 em ações internas e 923 em ações externas.

A totalidade dos grupos profissionais frequentou, no ano de 2011, formação interna e externa, sendo que se verificou uma diminuição global do número total de participações dos profissionais em atividades formativas (-35%), assim como nas horas de formação frequentadas (28,5%).

Destaca-se que a formação interna, sendo a tipologia formativa com maior peso na formação realizada, em termos absolutos, é também a que apresenta um maior número de participações dos profissionais deste Instituto, registando, em comparação com 2010, um decréscimo na ordem dos 38,9%. Quanto às horas de formação, as mesmas sofreram, também uma diminuição de 46,6%.

Verifica-se também na formação externa uma diminuição nas participações dos profissionais (-22,7%), e um aumento nas horas de formação externas frequentadas (10,6%).

¹¹ Inclui CDT.

Por comparação ao ano anterior, verifica-se uma diminuição do investimento financeiro aplicado quer na formação interna quer na formação externa na ordem dos 17,3% e 24,6%, respetivamente.

Quadro 142 - Investimento Financeiro, por tipologia de formação e por ano

Investimento Financeiro com Ações	2010	2011
Internas	154.093,05 €	127.448,24 €
Externas	49.982,34 €	37.687,11 €
Total	204.075,39 €	165.135,35 €

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

A nível global, podemos apontar para uma diminuição do investimento financeiro aplicado em formação na ordem dos 19,1%. Em matéria respeitante à formação produzida e gerida por este Instituto, mas dirigida a intervenientes externos, verifica-se a execução de um volume formativo global de 57.712 horas.

No que respeita a projetos formativos em parceria, refere-se a disponibilização de formadores especialistas em matéria de álcool, drogas e toxicodependências, para ministrar formação e para a definição e elaboração de temáticas e conteúdos programáticos em variadas atividades formativas.

Relativamente a estágios destaca-se o acolhimento de um total de 425 estágios, distribuídos a nível nacional por diferentes unidades orgânicas e em áreas de formação diversas – psicologia, enfermagem, medicina, fisioterapia, educação social e comunitária, psicossocial, serviço social, entre outras.

Esta atividade envolveu um número significativo de profissionais internos – seja como tutores de estágio ou interlocutores para os estágios na respetiva unidade orgânica de origem – bem como diferentes entidades parceiras do meio escolar e académico, com o justo reconhecimento por parte destas entidades do relevante contributo prestado pelo IDT, I.P. nesta matéria.

Salienta-se, ainda, a organização de diversos eventos, dos quais se destacam: o *Workshop Programas Financeiros (CIPS; ISEC; JPEN; DAPHNE III, DPIP; FRC; JCIV). Candidaturas - O que precisa saber*¹², a 17 e 18 de março; o *Fórum Nacional Álcool e Saúde*, a 31 de março; a *Reunião Nacional de Dirigentes*, a 17 de abril; o *I Encontro da Delegação Regional do Norte do IDT, I.P. Pensar as Dependências/Temas Cruzados*, a 13 e 14 de junho; o *XXIV Encontro das Taipas - A nossa saúde*, de 19 a 21 de outubro; a *conferência - O Fenómeno das Crackolândias em São Paulo*, a 27 de outubro; o *III Encontro do CRI Lisboa Ocidental - Olhar p'la Equipa: Lendas e Narrativas*”, a 11 de novembro e a *Apresentação Pública na Assembleia da República do Relatório Anual 2010 - A Situação do País em Matéria de Drogas e de Toxicodependências*, a 21 de dezembro.

¹² Organização da Direção-Geral da Política de Justiça, em colaboração com a Direção-Geral de Administração Interna; a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e o IDT, I.P. (através do DMFRI/NF), com o apoio da Comissão Europeia.

Guarda Nacional Republicana

No que respeita à *promoção de ações de sensibilização e divulgação de informação nas várias áreas de intervenção e nos diferentes contextos* [objetivo operacional 22 (ação 22.4)], a GNR desenvolveu, em contexto escolar 3.988 ações (2.020, em 2010), abrangendo 48.495 indivíduos (23.878, em 2010), 538 estruturas (118, em 2010) e 5.911 folhetos/brochuras (5.175, em 2010); em contexto laboral 1.241 ações (27, em 2010), abrangendo 4.941 indivíduos (824, em 2010), 3.031 estruturas (2, em 2010) e 3.639 folhetos/brochuras (16, em 2010) e, em contexto rodoviário 561 ações (164, em 2010), 6.910 indivíduos (2.889, em 2010), 968 estruturas (13, em 2010) e 3.048 folhetos/brochuras (3.606, em 2010).

No sentido de *potenciar e reforçar as competências dos intervenientes e profissionais que direta ou indiretamente atuam no domínio das drogas e toxicodependências*, [objetivo operacional 28], nomeadamente, com vista ao *reforço da formação nas várias áreas de intervenção e nos diferentes contextos* [ação 28.1], foram realizadas 6 ações, abrangendo 708 formandos.

Procurando *contribuir para aumentar a formação e desenvolver novos métodos e práticas de combate aos crimes associados às drogas* [objetivo operacional 29], na *promoção de formação dirigida aos investigadores da criminalidade associada ao tráfico e consumo de estupefacientes* [ação 29.2], foi realizada uma ação de formação, dirigida a 25 formandos.

Polícia Judiciária

Tendo em vista *aprofundar o conhecimento sobre dimensões qualitativas e/ou processos associados aos diferentes tipos de consumidores e vertentes do consumo* [objetivo operacional 25], em 2011, a PJ elaborou 4 Relatórios Situacionais, de âmbito estatístico, respetivamente: *Relatório anual TCD de 2010, Relatório Semestral TCD 2011, Retrospectiva sobre os indicadores de atividade operacional da GNR e Retrospectiva sobre os indicadores de atividade operacional da PSP*. Foi, também, efetuada a atualização do estudo sobre *A Problemática da deteção e desmantelamento de laboratórios clandestinos em Portugal (2000-2011)*.

Contribuindo para *aumentar a formação e desenvolver novos métodos e práticas de combate aos crimes associados às drogas* [objetivo operacional 29], foram organizadas 5 ações de formação profissional, envolvendo 119 participantes, destacando-se os cursos *Tráfico de estupefacientes- Nível I ; Combate à Droga* – 2 cursos de **Segurança Militar** e a Palestra sobre *Combate à traficância - identificação de drogas e recolha de provas no local* [ação 29.1].

Com vista à *promoção de formação dirigida aos investigadores da criminalidade associada ao tráfico e consumo de estupefacientes* [ação 29.2], realizaram-se 2 ações de formação, envolvendo 13 participantes, no curso *A via aérea no tráfico de estupefacientes em Portugal*.

No sentido de *desenvolver e participar, em colaboração com os PALOP, em ações de formação relativas à análise de risco e outras matérias no âmbito do tráfico de estupefacientes* [ação 29.5], foi facultada 1 ação de formação à PJ da Guiné Bissau, no âmbito do *Combate ao tráfico de estupefacientes no Aeroporto Internacional de Lisboa*.

Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar¹³

Ao longo do ano de 2011, realizaram-se nas diferentes unidades militares, através dos respetivos Núcleos de Apoio ao Comando, sessões de informação e esclarecimento sobre a problemática da toxicodependência e do alcoolismo, promovendo-se a divulgação do Programa das Forças Armadas.

Na Marinha, as sessões informativas decorreram, também, sob a iniciativa e com a participação do Grupo Coordenador do Ramo, do LAFTM e da UTITA.

No Exército, complementarmente, procedeu-se à divulgação do PPCDAFA¹⁴, de diretivas orientadoras e do Plano de Atividades aprovado, através da *Intranet* e *WISE* do Ramo.

No sentido de *monitorizar a evolução, ao longo do tempo, do fenómeno do consumo, em diversas populações* [objetivo operacional 24] e na perspetiva de continuidade do estudo epidemiológico [ação 24.1], acerca da prevalência do consumo de drogas, na população militar, a Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) elaborou o relatório acerca da situação do Exército. Esta investigação faz parte de um projeto que abrange as Forças Armadas, realizado em 2007, na Marinha, em colaboração com o LAFTM, com vista a estimar a prevalência do consumo de drogas ilícitas no Ramo, a partir de uma amostra aleatória simples de militares.

Para além do objetivo principal do estudo, pretendia-se, também, quantificar e descrever as características sociodemográficas dos consumidores e procurar significância estatística que as relacione com a positividade no rastreio; descrever a metodologia do rastreio (seleção da amostra, realização de colheitas, cadeia de custódia, tecnologia analítica e tratamento estatístico adequado), no sentido de sugerir uma abordagem padrão para a realização de estudos similares nos Ramos e Organizações interessadas e, ainda, enquadrar os resultados estatísticos anuais, dos últimos cinco anos, decorrentes da realização de despistes toxicológicos.

No sentido de *potenciar e reforçar as competências dos intervenientes e profissionais que direta ou indiretamente atuam no domínio das drogas e toxicodependências* [objetivo operacional 28], realizaram-se, em 2011, nas Forças Armadas, no âmbito do PPCDAFA, diversas ações de formação.

Na Escola do Serviço de Saúde Militar, foram realizados dois cursos de ***Operadores de prevenção de alcoolismo e toxicodependência (COPATD)***, com a participação de 56 militares das Forças Armadas, 10 da PSP e 2 elementos da Cruz vermelha, num total de 68 formandos.

Destinado a Oficiais e Sargentos, em posições de chefia, estes cursos tiveram, por objetivo principal, proporcionar conhecimentos sobre a problemática da dependência de substâncias e desenvolver aptidões para a identificação e acompanhamento de patologias associadas ao uso de drogas e álcool.

¹³ O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como a evolução do investimento do mesmo, pode ser consultado no capítulo Dissuasão da Toxicodependência.

¹⁴ O PPCDAFA insere-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de missão e transversais. Por razões de estrutura deste relatório aparece plasmado em diferentes capítulos.

A mesma Escola de Serviço de Saúde proporcionou o curso de **Validação clínica em toxicologia de drogas de abuso** (*Medical Review Officer*) a 7 médicos, do Exército, tendo por objetivo habilitar os médicos para a revisão e interpretação dos resultados positivos do rastreio toxicológico, para a respetiva validação clínica e para transmitir conhecimentos que contribuam para a realização das ações previstas no PPCDAFA.

De salientar que, ao longo do ano, foram ministrados, nas principais Unidades das Forças Armadas, cursos gerais de droga, com a participação dos Núcleos de Apoio ao Comando, outros órgãos dos Ramos envolvidos no PPCDAFA e entidades convidadas.

Também nos diferentes cursos das Academias, Institutos e Centros de Formação, prevêm-se tempos letivos sobre a temática da droga e álcool, com referência à problemática associada ao consumo e dando destaque ao programa das Forças Armadas, tendo por grupos alvo, Oficiais, Sargentos e Praças.

Salienta-se, ainda, em 2011, a realização, no Exército, de dois cursos de Segurança Militar (igual a 2010), com a participação de 11 Oficiais (+1, que em 2010) e 13 Sargentos (+2, que em 2010), do Ramo. O curso visou habilitar os referidos profissionais para o exercício de funções relacionadas com a segurança militar em Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, possuindo uma componente sobre prevenção e combate às toxicodependências (supervisão da realização de rastreios, elaboração de relatórios técnicos, entre outras), habilitando para o apoio à decisão dos comandantes, nesta área específica.

Com vista a *reforçar a avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos resultados alcançados* [objetivo operacional 30], o LAFTM deu continuidade à formação interna, no sentido da **acreditação das suas práticas laboratoriais**, de acordo com a Norma NP EN ISO/IEC 17025:2005.

No que respeita à avaliação externa, na área da deteção de drogas ilícitas e álcool em meios biológicos, o LAFTM participou em três programas internacionais de avaliação de qualidade, coordenados, respetivamente, pelo *Institut Municipal de Investigación Mèdica de Barcelona* e pelo Ministério da Justiça Espanhol e estabeleceu uma parceria na área dos *Proficiency Test* com a *ARVECON* da Alemanha, necessários ao processo de acreditação.



ÁREAS DE MISSÃO

Redução da Procura

PORI

Prevenção

Dissuasão

Redução de Riscos e Minimização de Danos

Tratamento

Reinserção

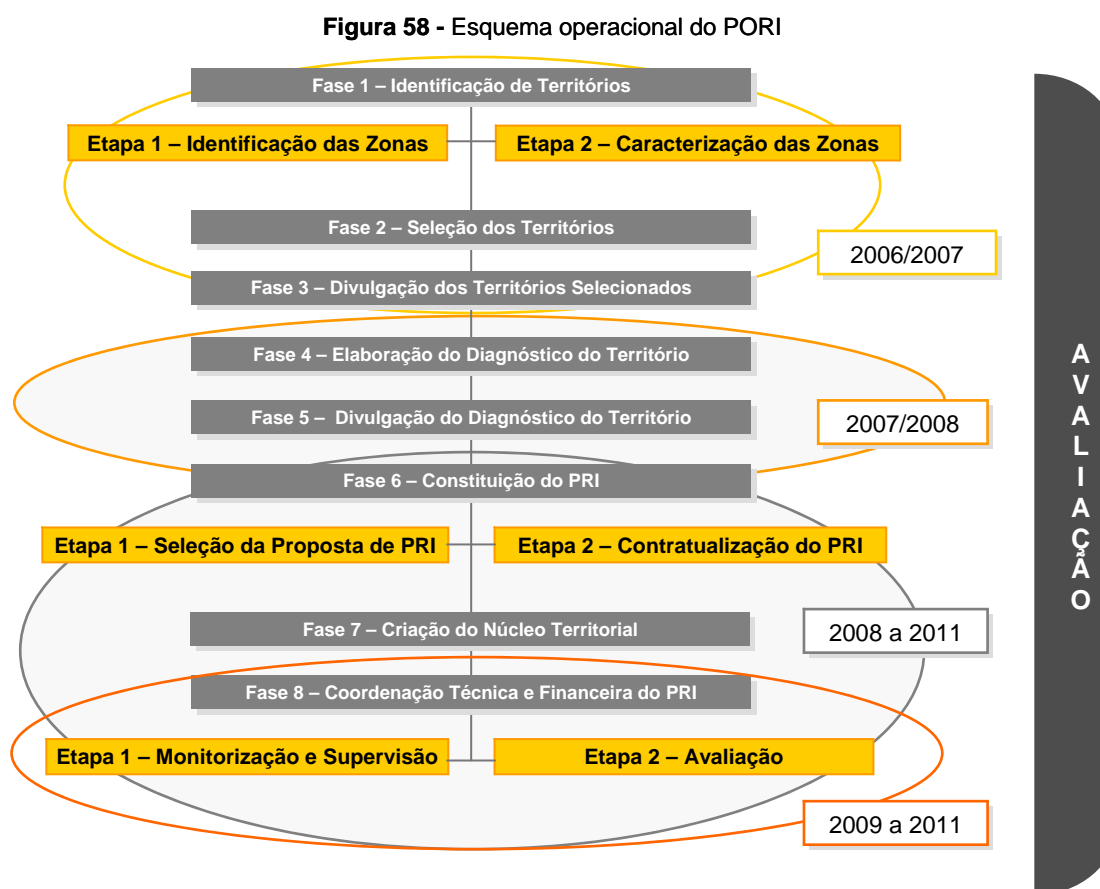
Plano Operacional de Respostas Integradas – PORI

O Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) é uma medida estruturante ao nível da intervenção integrada, no âmbito do consumo de substâncias psicoativas, que procura potenciar as sinergias disponíveis no território, através da implementação de Programas de Respostas Integradas (PRI).

Em 2011, deu-se continuidade à implementação dos PRI em funcionamento, contratualizados em 2008 e 2009, além da efetivação de novos PRI sem necessidade de financiamento suplementar.

O acompanhamento e avaliação das intervenções desenvolvidas, a avaliação intermédia dos projetos renovados em 2010, a avaliação do primeiro período de execução dos projetos e PRI formalizados em 2009, e consequentemente a atualização do diagnóstico inicial de alguns territórios e a decisão sobre a continuidade de projetos cofinanciados, tendo em conta as necessidades identificadas bem como as fortes restrições orçamentais, foram as prioridades no ano em análise.

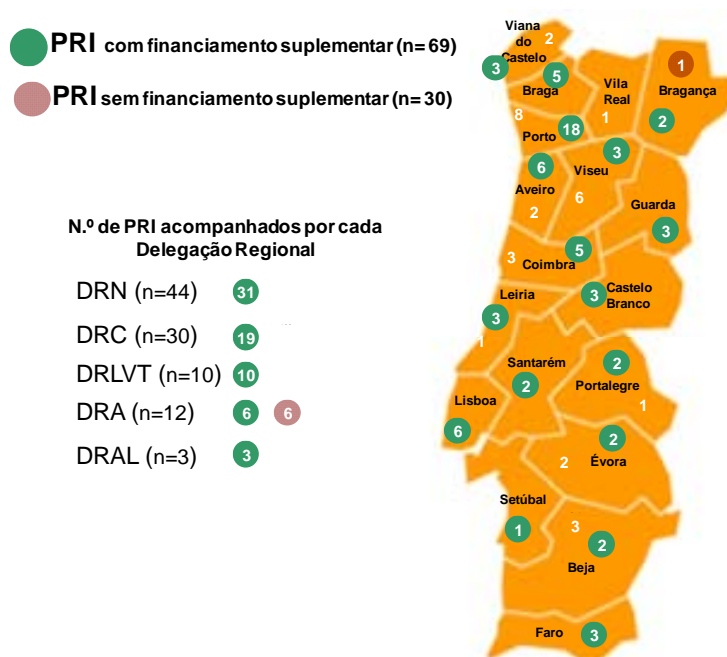
Como se pode observar no esquema operacional, as atividades desenvolvidas em 2011 centraram-se na Fases 7 e 8, na sequência do trabalho já desenvolvido em anos anteriores.



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.

Em 2011 estiveram em funcionamento 99 Programas de Respostas Integradas (PRI), dinamizados pelos respetivos Núcleos Territoriais, nos quais se incluem 130 projetos cofinanciados pelo IDT, I.P.¹⁵.

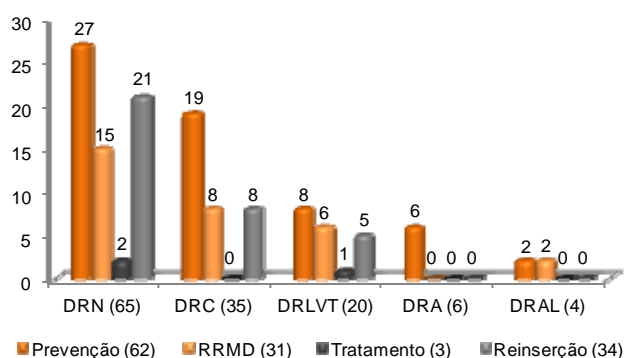
Figura 59 - Programas de Respostas Integradas (PRI), por distrito (N=99)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

A distribuição por região e eixo de intervenção dos 130 projetos, em execução, cofinanciados pelo IDT, I.P. podem ser observados na figura 60.

Figura 60 - Projetos cofinanciados a decorrer em 2011 (N=130)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

No ano 2011 foi dada continuidade à elaboração de pontos de situação (118 pontos de situação dos 128 projetos que reuniam condições para tal) sendo que da sua análise resultou a conclusão de 45 destes projetos e a renovação de 9 projetos¹⁶. O reduzido número de projetos renovados deve-se a restrições orçamentais e não à falta de qualidade das intervenções desenvolvidas.

¹⁵ Na Delegação Regional do Norte, o Projeto Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC) e o Projeto Integrado de Atendimento Materno (PIAM) são apresentados como PRI não financiados.

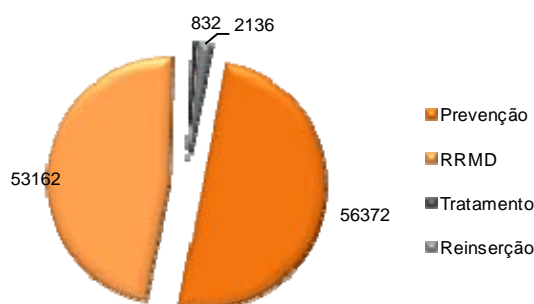
¹⁶ Dados sobre projetos que finalizaram em 2011, por região e eixo de intervenção, bem com projetos renovados em 2011, também por região e eixo de intervenção podem ser consultados no Relatório de Atividades 2011, do IDT, I.P..

No ano em análise, e à semelhança do ano anterior, foi dada continuidade à recolha mensal de indicadores de processo dos projetos financiados no âmbito dos PRI. Tendo em conta a importância deste procedimento foi recolhida informação mensal sobre 128 dos 130 projetos em curso¹⁷.

Relativamente ao número de pessoas abrangidas (por grupos-alvo) e ao tipo de atividades em que participaram em 2011, é importante referir que os indicadores de execução recolhidos mensalmente dizem respeito exclusivamente às ações desenvolvidas nos projetos junto dos beneficiários, isto é, não têm por objetivo refletir todo o trabalho que a implementação de um projeto implica, mas reportar alguns números importantes.

Na figura seguinte apresenta-se o número total de indivíduos abrangidos pelos projetos em execução. De salientar que, no eixo da RRMD, inclui-se também a intervenção realizada em contextos recreativos e/ou festivos.

Figura 61 - Total de indivíduos abrangidos, por eixo de intervenção (N=112.502)



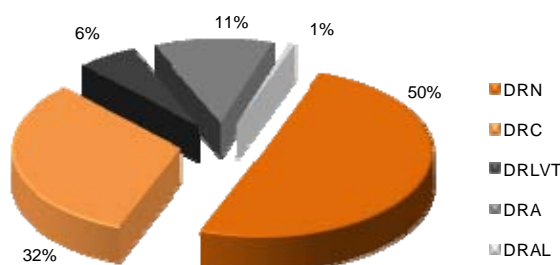
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.

● Especificidades por Eixo de Intervenção – Eixo Prevenção

Neste eixo da Prevenção, no âmbito dos PRI cofinanciados pelo IDT,IP foram implementados 62¹⁸ projetos, abrangendo um total de 56.372 pessoas.

A maioria da população abrangida situa-se nas regiões Norte (50%) e Centro (32%), uma vez que são as regiões que têm o maior número de projetos e de ações em execução.

Figura 62 - Total de indivíduos abrangidos (N=56.372)



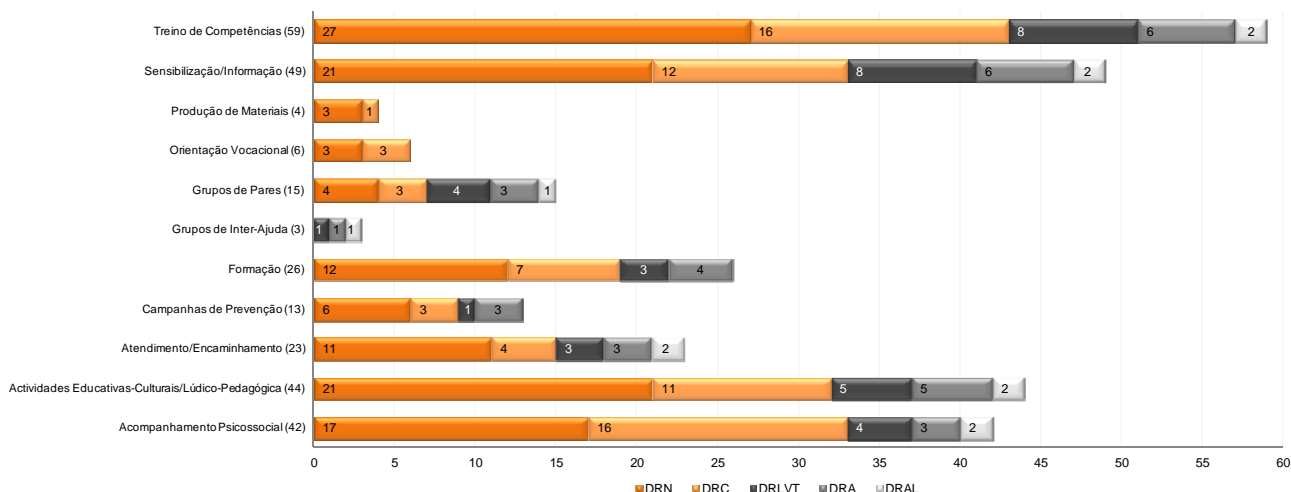
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.

¹⁷ Dados sobre distribuição dos projetos com informação concluída e registada na base de dados por região e eixo de intervenção podem ser consultados no Relatório de Atividades 2011, do IDT, I.P..

¹⁸ Dos 62 projetos implementados, 2 tiveram um período de execução de 5 meses e 10 projetos um período inferior a 3 meses.

A figura seguinte apresenta os tipos de ações desenvolvidas nos 62 projetos em execução, na qual se verifica que a maioria dos projetos (59) desenvolve ações do tipo Treino de Competências, 49 de Sensibilização/Informação, 44 de Atividades Educativas-culturais/lúdico-pedagógicas e 42 projetos desenvolvem ações do tipo Acompanhamento Psicossocial.

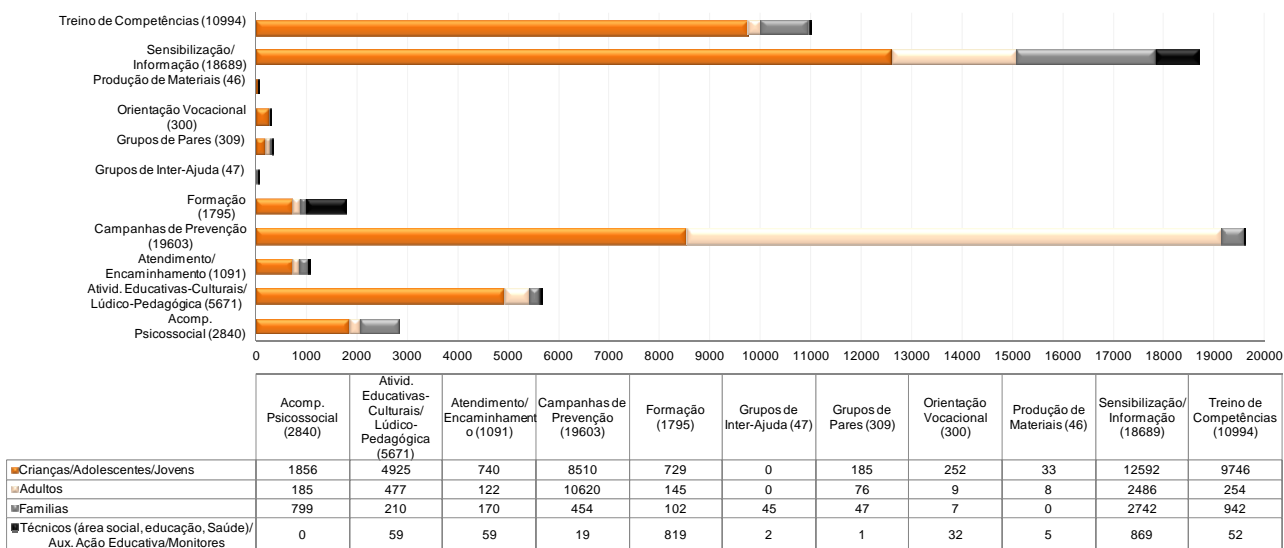
Figura 63 - Tipo de ações desenvolvidas nos projetos, por região (N=62)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

De seguida, apresenta-se o número de pessoas abrangidas por categoria de grupo-alvo nos diferentes tipos de ação dos projetos. Salienta-se que em cada um dos projetos, a mesma pessoa pode ter sido abrangida por mais do que um tipo de ação.

Figura 64 - Distribuição dos indivíduos abrangidos por tipo de ação (N=56.372)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

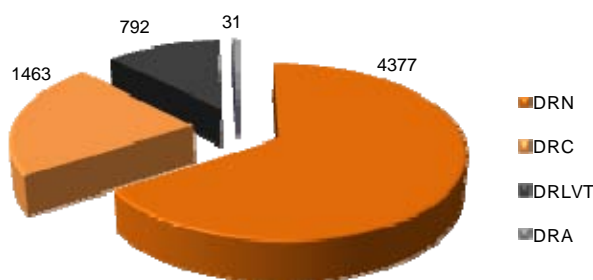
O tipo de ações que abrangeram mais indivíduos foram as de sensibilização/informação e campanhas de prevenção, que habitualmente se dirigem a grupos mais alargados; no que respeita a intervenções mais focalizadas, destacam-se as ações do tipo Treino de Competências e Acompanhamento Psicossocial.

Deste modo, em 2011, a intervenção na área da prevenção continua a promover o reforço de ações dirigidas a grupos específicos, nomeadamente crianças, adolescentes e jovens, manteve-se o enfoque da intervenção ao nível da prevenção seletiva e indicada.

- **Especificidades por Eixo de Intervenção – Eixo Redução de Riscos e Minimização de Danos**

Em 2011 estiveram em curso 31 projetos no âmbito dos PRI. No âmbito das Equipas de Rua, Gabinetes de Apoio e PSO-BLE foram abrangidos 6.663 indivíduos.

Figura 65 – Total de indivíduos abrangidos (N=6.663)



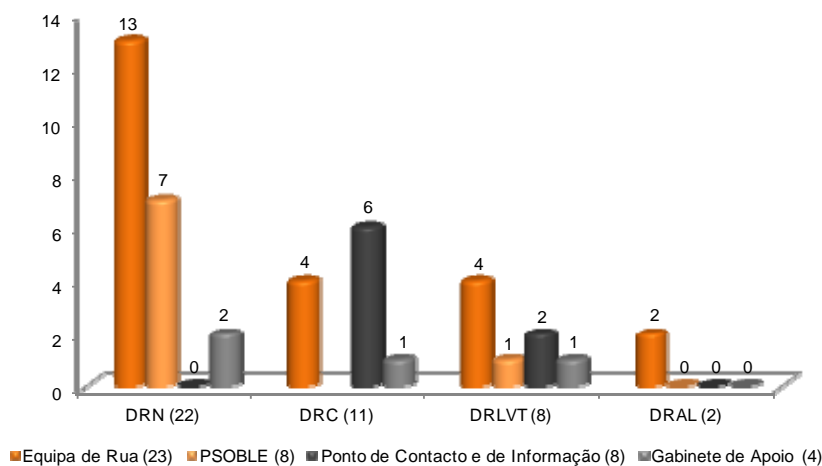
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

Relativamente à intervenção em contextos recreativos e/ou festivos, em 9 projetos enquadrados em PRI foram abrangidos cerca de 46.499 indivíduos, dos quais 14.022 foram contactados em contexto de bar/discoteca, e 32.477 em contexto de festa/festival.

Os projetos cofinanciados pelo IDT, I.P. ao abrigo da portaria n.º 131/2008, de 13 de fevereiro, a decorrer no âmbito de PRI, fazem parte integrante da Rede Nacional de RRMD¹⁹.

As respostas desenvolvidas pelos projetos no âmbito dos PRI, de acordo com a tipificação do DL n.º 183/2001, de 21 de junho, são as que constam da figura n.º 66.

Figura 66 - Tipo de respostas desenvolvidas pelos projetos, por região (N=43)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P./PORI – DR

¹⁹ Os indicadores de execução das intervenções, referentes à área de missão da RRMD, podem ser consultados no capítulo da RRMD, no Relatório de Atividades do IDT, I.P., de 2011.

● **Especificidades por Eixo de Intervenção – Eixo Tratamento**

Em relação aos projetos cofinanciados pelo IDT, I.P., a intervenção neste eixo, à semelhança de anos anteriores, foi desenvolvida na região Norte, com dois projetos e Lisboa e Vale do Tejo com um projeto, concluindo, no ano de 2011, o seu 3º ano consecutivo de execução, tendo sido avaliada a pertinência da sua continuidade.

Figura 67 - Total de indivíduos abrangidos (N=832)



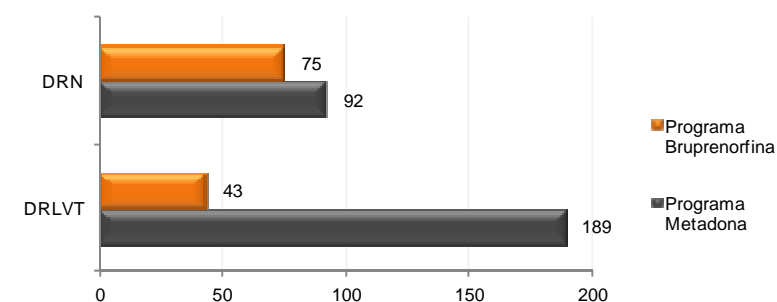
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Tendo em conta as estratégias adotadas, a relevância do trabalho realizado, assim como a população abrangida e as especificidades dos respetivos territórios de implementação, determinou-se a sua continuidade, visando assim dar prossecução e intensificar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Refira-se ainda que a população abrangida por estes projetos aumentou de 650 para 832 indivíduos verificando-se um aumento de 28% relativamente ao ano transato.

Em 2011 foram realizadas 8.178 consultas a 802 utentes (enquadrados em dois projetos²⁰), com uma média de 10 consultas por utente, por ano.

Foram ainda desenvolvidos Programas de Manutenção de Agonistas Opiáceos nos três projetos, como podemos observar na figura n.º 68, com um total de 281 utentes em programa de Metadona e 118 em programa de Buprenorfina.

Figura 68 – Distribuição dos indivíduos abrangidos pelos Programas de Manutenção com Agonistas Opiáceos (N=399)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

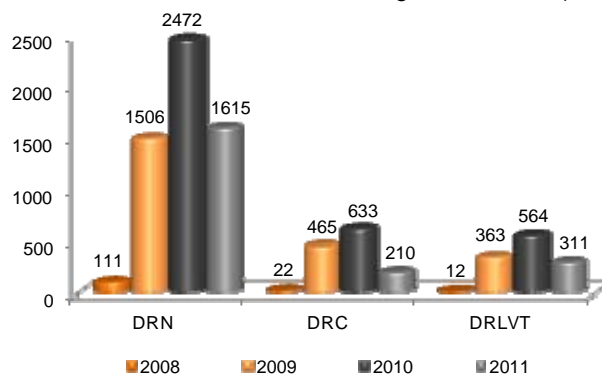
Devido à especificidade dos programas de administração de agonistas opiáceos, estes foram sempre desenvolvidos em estreita articulação com as Equipas de Tratamento do IDT, I.P. dos CRI das áreas geográficas correspondentes. Na região Norte foram ainda rastreados para o VIH 95 indivíduos, 59 para a hepatite B e 59, também, para a hepatite C.

²⁰ A resposta utilizada neste acompanhamento foi a resposta “Centros de Consulta”.

● Especificidades por Eixo de Intervenção – Eixo Reinserção

Foram desenvolvidos 34 projetos²¹ cofinanciados no eixo da Reinserção, distribuídos pelas regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Estes projetos abrangeram um total de 2.136 novos utentes, que foram alvo de intervenções no âmbito da reinserção.

Figura 69 - Total de novos utentes abrangidos em 2011 (N=2.136)



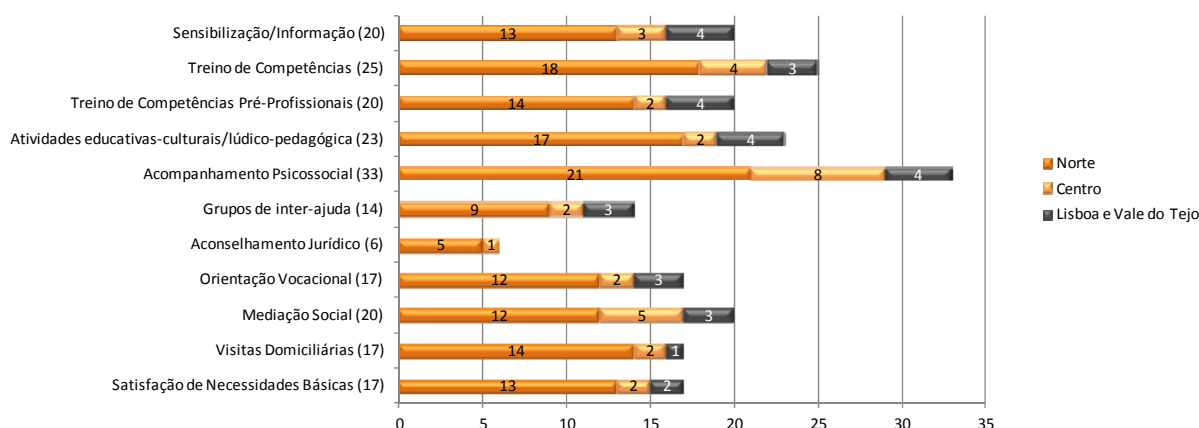
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

Verificou-se uma forte diminuição de novos utentes abrangidos em 2011 face ao ano anterior (42%), o que está relacionado com o elevado número de projetos que finalizaram em 2011 (15 projetos). Além destes novos utentes, os projetos mantiveram em acompanhamento um elevado número de utentes, que transitaram de anos anteriores.

Grande parte da população abrangida situa-se na região Norte (76%), uma vez que é nesta região que se desenvolvem 21 dos 34 projetos de reinserção em execução em 2011.

Na figura seguinte apresenta-se uma tipologia das ações desenvolvidas nos projetos, que pretendem ter resultados relevantes na esfera da vida das pessoas abrangidas pelas intervenções.

Figura 70 - Tipos de ações desenvolvidas nos projetos, por região (N= 33)



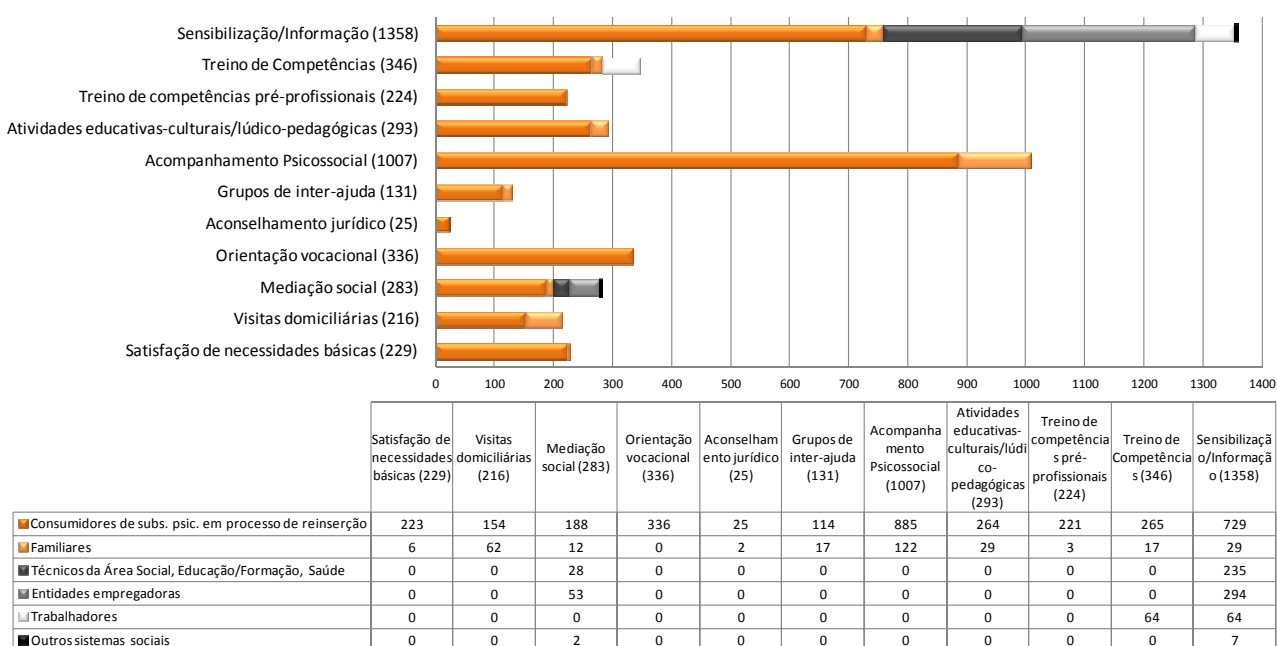
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

²¹ Não foram disponibilizados indicadores mensais de um dos projetos, pelo que os indicadores apresentados referem-se a 33 projetos.

O Acompanhamento Psicossocial constitui a base das estratégias de intervenção em reinserção, o que se verifica pelo elevado número de projetos que desenvolvem este tipo de ação (33). Destacam-se também as ações de Treino de Competências, presentes em 25 projetos, as Atividades educativas-culturais/lúdico-pedagógicas, desenvolvidas em 23 projetos, as ações de Sensibilização/Informação, as ações de Treino de Competências Pré-Profissionais e de Mediação Social²², existentes em 20 projetos.

As ações envolveram diferentes grupos-alvo, como sejam os consumidores de substâncias psicoativas, familiares e outros sistemas sociais, que desempenham um papel importante na concretização dos itinerários de inserção dos utentes, tais como técnicos de entidades parceiras, entidades empregadoras, entre outros, que se apresentam na figura seguinte.

Figura 71 - Distribuição dos indivíduos abrangidos, por tipo de ação (N=2.136)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

A maioria das ações desenvolvidas foi dirigida aos consumidores em processo de reinserção, com destaque para as ações de Acompanhamento Psicossocial (885 utentes e 122 familiares). As ações de Sensibilização/Informação abrangeram o maior número de pessoas, incluindo consumidores em processo de reinserção e vários elementos dos sistemas sociais, num total de 1.358 pessoas. Importa destacar a importância do trabalho desenvolvido junto dos sistemas sociais, em especial o desenvolvimento de ações de Sensibilização e de Mediação Social, que permitem o estabelecimento de vínculos entre o indivíduo e o contexto em que se insere, o que é fundamental para a concretização dos planos individuais de inserção e para o sucesso da intervenção em reinserção.

²² As ações de Mediação Social assumem um carácter muito importante nos processos de reinserção, uma vez que visam a preparação dos sistemas sociais, enquanto elementos facilitadores dos processos de inserção e, concomitantemente, o acompanhamento sistemático dos utentes nesses sistemas. Estas ações operacionalizam-se, no âmbito laboral, na preparação para a interação com colegas e chefias, no acompanhamento dos utentes na adaptação ao contexto de trabalho, no acompanhamento técnico às empresas, centros de formação e outros serviços sociais.

- **Implementação dos PRI – Monitorização e Avaliação dos PRI**

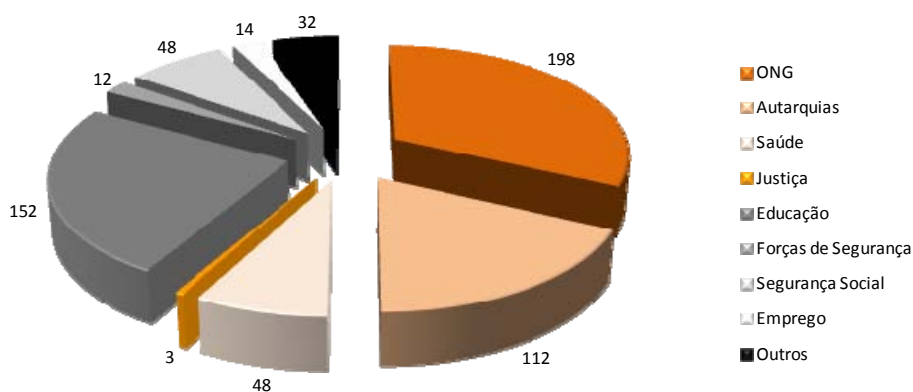
Dando continuidade ao trabalho realizado no ano anterior, aferiu-se a execução de cada PRI através dos dados recolhidos nas Fichas de Monitorização e Avaliação, pretendendo-se uma breve avaliação qualitativa dos seus principais aspetos de desenvolvimento.

Dos 69 PRI cofinanciados que reuniam condições para a elaboração de fichas de monitorização, foram alvo de registo sistematizado 55. Relativamente aos PRI sem necessidade de financiamento suplementar, foram recebidas 13 avaliações de 30 PRI em execução.

- **Constituição dos Núcleos Territoriais**

Através da recolha de dados sobre as entidades que constituem os Núcleos Territoriais da Maioria dos PRI implemente (91 PRI, dos 99 PRI implementados em 2011), verificou-se que, em média, cada Núcleo é constituído por 9 entidades.

Figura 72 - Tipologia de Entidades que constituem os Núcleos Territoriais (N=619)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

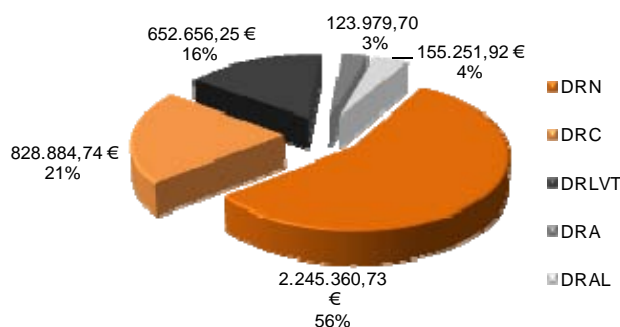
Das **619 entidades** que fazem parte dos Núcleos Territoriais, **198 são ONG**, que incluem Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações, Fundações, entre outras. Importa destacar que das 198 ONG presentes nos Núcleos Territoriais, 86 são cofinanciadas pelo IDT, I.P. no âmbito dos PRI.

Com intervenção na área da **Educação** estão presentes **152 entidades**, desde Escolas do Ensino Básico e Secundário, Agrupamentos e Universidades. Verifica-se também um peso importante das Autarquias nos Núcleos Territoriais, com 112 representações, que incluem Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Destacam-se ainda as entidades na área da **Segurança Social (48)**, que incluem os Centros Distritais do Instituto de Segurança Social, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e a Rede Social. Na área da **Saúde** estão presentes **48 entidades**, entre as quais Centros de Saúde, Administração Regional de Saúde e Unidades Locais de Saúde. No âmbito do **Emprego**, o IEF P. I.P. está representado por **14 entidades**, onde se incluem Centros de Emprego e Centros de Formação Profissional. Estão também presentes as **Forças de Segurança (12)**, onde se incluem a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana. Na área da Justiça, as entidades apresentadas são a Direção Geral dos Serviços Prisionais e a Direção Geral de Reinserção Social.

● **Vertente financeira**

Em 2011 foram efetuados pagamentos a 128 projetos, no total de 4.006.133,34€ com a distribuição por Delegação Regional que se apresenta na figura n.º 73.

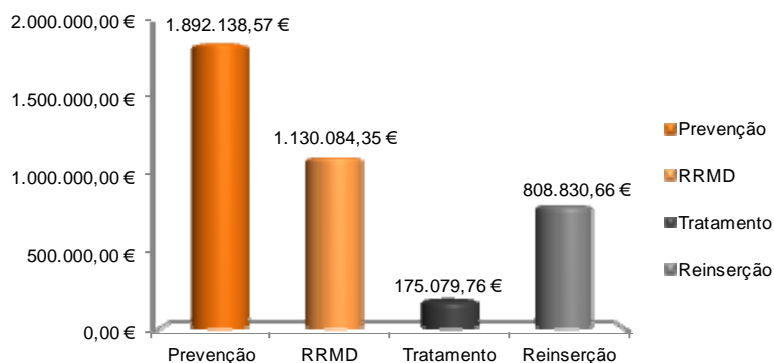
Figura 73 - Distribuição dos pagamentos por Delegação Regional



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./PORI - DR

Relativamente à execução daquele total por áreas de missão, a sua distribuição foi a seguinte:

Figura 74 - Distribuição dos pagamentos por área de missão



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

De acordo com o contratualizado, os pagamentos efetuam-se por tranches, sendo que para os concursos abertos em 2008 e 2009 foram estipuladas três tranches, enquanto que para as renovações, determinadas em 2010, foi decidido que os pagamentos seriam efetivados em cinco tranches.

Considerando as prioridades de 2011, e por forma a dar suporte à avaliação das intervenções, foi construído por área de missão, o formulário do *Relatório de Avaliação Intermédia* para o período de continuidade dos projetos. Foi ainda dada continuidade à monitorização das intervenções, através da recolha dos indicadores mensais, e à monitorização dos PRI, através da recolha das fichas de monitorização e avaliação.

Relativamente a este último ponto, em setembro de 2010 foi superiormente decidido que, face aos constrangimentos orçamentais que se previam, os projetos que terminassem a sua execução de 2 ou 4 anos em 2011 não seriam renovados²³.

Assim, a continuidade dos projetos estaria dependente dos seguintes pressupostos:

- O território abrangido, após atualização do diagnóstico, continuar a carecer de intervenção;
- A entidade, através do trabalho desenvolvido, revelar uma intervenção com qualidade e ter respondido aos objetivos e indicadores propostos;

Nalgumas situações, apesar de estarem cumpridos alguns dos critérios subjacentes a estes pedidos de renovação, não existiam condições financeiras para garantir a sua continuidade.

Dado não se ter qualquer informação sobre qual a entidade responsável pela futura gestão do PORI e pela autorização deste tipo de renovações, não existiam condições para uma tomada de decisão que teria repercussões para o ano em curso e início do próximo.

²³ Poderia ser feita uma exceção caso as Delegações Regionais, baseadas em critérios de qualidade, terminassem alguns projetos suscetíveis de serem prorrogados ainda em 2010, ficando assim verba remanescente para investir noutros projetos que revelassem qualidade técnica e cujo território prioritário continuasse a ter necessidade de intervenção.



Prevenção

Resultado a atingir

Aumentar a qualidade da intervenção preventiva através do reforço da componente técnico-científica e metodológica.

Objetivo				
32. Melhorar a qualidade de programas/projetos que promovam intervenções baseadas em evidência científica.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
32.2. Consolidação e implementação de um sistema de avaliação de programas e intervenções validadas	2009-2012	IDT, I.P., ME/DGIDC	N.º de projetos avaliados. N.º de projetos aprovados.	IDT, I.P. – avaliados e aprovados 23 projetos.
32.3. Elaboração e divulgação de um catálogo de programas preventivos.		IDT, I.P.	Catálogo final. Número de projetos inseridos no catálogo.	IDT, I.P. – inseridos 18 projetos em catálogo.
32.4. Colaboração na criação de um sistema informático de suporte à atividade de prevenção do IDT, I.P.			Base de dados dos diferentes programas. Relatórios de avaliação semestral.	IDT, I.P. – produzidos 2 relatórios de avaliação semestral e criada uma base de dados.
32.6. Produção e divulgação de guidelines para atendimento de adolescentes com problemas de uso / abuso de drogas, no âmbito do Ministério da Saúde, com outros Serviços e entidades com intervenção neste domínio.		IDT, I.P., ME/DGIDC	Produção de documento. Divulgação do documento.	IDT, I.P./DGIDC – divulgado o documento.

Objetivo				
33. Criar e divulgar materiais que sustentem a qualidade da intervenção preventiva, em contextos considerados prioritários.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
33.1. Produção e/ou adaptação de materiais técnico-pedagógicos adequados às intervenções preventivas.	2009-2012	IDT, I.P., ME/DGIDC	N.º de materiais produzidos e/ou adaptados N.º de locais de divulgação.	IDT, I.P. /DGIDC – produzidos e/ou adaptados 6 materiais.
33.2. Produção e/ou adaptação de planos de formação (módulos) ao nível da intervenção preventiva.			N.º de planos de formação (módulos) produzidos e/ou adaptados	IDT, I.P. – produzidos e/ou adaptados 8 módulos de formação, neste âmbito.

Objetivo				
34. Reforçar as intervenções de prevenção universal eficazes e avaliadas.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
34.1. Realização de intervenções de informação/sensibilização, integradas e focalizadas, sobre as substâncias psicoativas e riscos associados ao seu consumo, em articulação com outras entidades.	2009-2012	IDT, I.P. e outras entidades	N.º de ações realizadas. População abrangida. N.º de instrumentos de avaliação de conhecimentos e atitudes aplicadas/ N.º de ações realizadas.	IDT, I.P. – parceria com outras entidades – realizadas 295 ações, tendo sido abrangidos 12.079 indivíduos e aplicados 20 instrumentos de avaliação. IPJ, I.P. – Executadas iniciativas de prevenção e sensibilização, tendo sido envolvidos 5.621 jovens; Foram executadas 11 peças de teatro-debate com a temática (In) dependências, tendo sido envolvidos 392 jovens.
34.2. Reforço das intervenções de prevenção universal eficazes e avaliadas nas escolas.		IDT, I.P., IPJ	N.º de intervenções.	IDT, I.P. – parceria com outras entidades – realizadas 459 intervenções neste âmbito, tendo sido abrangidos 11.417 indivíduos.
34. 4. Reforço das intervenções de prevenção universal eficazes e avaliadas no meio laboral e no meio escolar e profissional.		IDT, I.P.	N.º de intervenções por contexto.	IDT, I.P. – realizadas 23 intervenções no meio escolar profissional.
34.5. Consolidação das respostas de atendimento da Linha Vida, utilizando as TIC.		IDT, I.P.	N.º de chamadas da Linha Vida. Projeto Eu e os Outros – N.º de escolas/entidades abrangidas. Site Tu Alinhas – N.º de visitas. Chat Alinhas – N.º de escolas envolvidas. N.º de alunos envolvidos.	IDT, I.P. – recebidas 11.168 chamadas da Linha Vida; registadas 255.381 visitas ao site Tu Alinhas; no âmbito do projeto Eu e os Outros, abrangidas 244 escolas, 10.246 alunos e 693 professores aplicadores.

Objetivo				
35. Reforçar a intervenção de incidência local com base em programas de respostas integradas.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
35.1. Colaboração na implementação, monitorização e avaliação do PORI com os outros vetores do Eixo de Redução de Procura, em articulação com outras entidades	2009-2012	IDT, I.P., ME/DGIDC	Relatórios de Atividades.	IDT, I.P. – 62 projetos cofinanciados, em desenvolvimento, na área da prevenção ²⁴ .

²⁴ 12 Projetos sem necessidade de financiamento. Para outros dados indicadores, ver *parte B* – capítulo PORI, deste *Anexo*.

Objetivo**36. Reforçar as intervenções de prevenção seletiva e indicada.**

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
36.1. Desenvolvimento em colaboração com outras entidades Programas /Intervenções de prevenção seletiva e indicada em grupos, indivíduos e/ou contextos específicos.	2009-2012	IDT, I.P., IPJ	Número de projetos por contexto. População abrangida. Resultados alcançados/Resultados previstos.	IDT, I.P. – desenvolvidos 42 projetos por contexto, abrangendo 800 indivíduos e elaborados os respetivos relatórios com os resultados alcançados.
36.2. Reforço, nas escolas, das intervenções de prevenção seletiva e indicada, eficazes e avaliadas.	2009-2012	IDT, I.P., ME/DGIDC, IPJ	Relatórios por projeto.	IDT, I.P. / DGIDC / IPJ – realizados 57 projetos, abrangendo 1.638 indivíduos e elaborados os respetivos relatórios com os resultados alcançados.
36.3. Participação no reforço de um sistema de atendimento a adolescentes numa lógica de diagnóstico e intervenção precoces.	2009-2012	IDT, I.P., ME/DGIDC, IPJ	Relatórios de atividades.	IDT, I.P. / DGIDC / IPJ – realizados 14 relatórios de atividades, atendidos 11.191 adolescentes, efetuados 19 encaminhamentos, 2.503 consultas de apoio familiar; 2 participações no programa “Bairros Críticos”.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Em 2011, a intervenção realizada atendeu à diversificação dos contextos de intervenção, à abrangência de diferentes grupos-alvo (atendendo aos diferentes níveis de risco), à complementaridade de respostas de carácter universal, seletivo e indicado e à integração das ações que envolveram distintas esferas de vida dos indivíduos, assistindo-se a um reforço das intervenções consistentes, baseadas nas boas práticas definidas para a prevenção, na execução de respostas integradas pela eficiente articulação com os vários agentes locais (nomeadamente através da formação de técnicos das diferentes áreas de atuação – educação, saúde, ONG) e com as outras áreas de missão em domínios convergentes (contextos festivos/recreativos, meio universitário, aconselhamento/atendimento de jovens, meio laboral). Verificou-se um forte investimento na execução e avaliação das respostas de prevenção de cariz seletivo e indicado, assim como, a criação e divulgação de programas promotores de intervenção assente em evidência científica, em contextos considerados prioritários.

Houve um reforço do investimento em intervenções de prevenção seletiva e indicada, focalizadas em grupos, indivíduos e contextos que apresentaram risco acrescido relativamente ao uso/abuso de substâncias, particularmente no que se refere a implementação de programas de treino de competências pessoais e sociais, no ensino profissional e ensino curricular alternativo, e a organização e criação de espaços de atendimento de prevenção seletiva e indicada, contribuindo assim para o reforço de um **Sistema de Atendimento a Adolescentes**²⁵. Tal tem sido desenvolvido através de consultas de apoio psicossocial para adolescentes e jovens com consumos de substâncias psicoativas, concretamente a *cannabis*.

Foram produzidas, em 2011, as *Linhas de Orientação para o desenho de Intervenção Preventiva no Consumo de Substâncias Psicoativas*, instrumento fundamental para melhorar a qualidade da intervenção em prevenção.

Foi dado apoio à realização do trabalho de investigação com a Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto no âmbito da intervenção do IDT,I.P. realizada em 2010 no Boom Festival, através da informação colhida no Kosmicare, dispositivo de apoio a frequentadores em crise. Este estudo foi concluído e foi elaborado um documento conjunto *Relatório da Avaliação do Processo da intervenção do Kosmicare*.

No sentido de *melhorar a qualidade de programas/projetos que promovam intervenções baseadas em evidência científica* [objetivo operacional 32], em 2011, foi efetuada a conclusão do processo de gestão financeira e administrativa do PIF e concluído o Relatório Final, avaliando as intervenções e a própria implementação do programa. Foi também, finalizado um *Catálogo de Boas Práticas*²⁶ em prevenção, que inclui um conjunto de projetos selecionados de entre os que integraram o PIF e, ainda, realizada a edição do *e-book Intervenção preventiva com Grupos Vulneráveis – A Experiência do Programa de Intervenção Focalizada*. O PIF foi desenhado tendo em vista aumentar o número de intervenções preventivas baseadas em evidência científica e incrementar intervenções preventivas de carácter seletivo para **famílias, crianças e**

²⁵ Em articulação com a Área de Missão do Tratamento.

²⁶ Este catálogo foi, também, complementado com outros projetos desenvolvidos no âmbito do PORI (Plano Operacional de Respostas Integradas).

jovens vulneráveis e, ainda, **indivíduos com padrões de consumo de substâncias psicoativas** em contextos recreativos.

No que respeita ao **programa EURIDICE**²⁷, em 2011 a intervenção decorreu na Câmara Municipal de Loures, Seixal, Águeda e de Vendas Novas, abrangendo 193 atores do meio laboral que incluíram quadros, chefias e trabalhadores. O diagnóstico foi realizado a partir do questionário já anteriormente referido da Rede EURÍDICE, *Cooperativa di Estúdio e Ricerca Sociale Marcella*. Seguiram-se as ações interventivas propriamente ditas, com a elaboração, reprodução e distribuição de guias orientadores para dirigentes, sobre os problemas do álcool e drogas, a reprodução de materiais diversos com informação sobre as consequências nocivas do consumo de substâncias e sessões de esclarecimento, quer dirigidas às chefias, quer aos restantes trabalhadores.

No âmbito do projeto de Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas - **parceria entre a Casa Pia de Lisboa, I.P.** e o **IDT, I.P.**²⁸ foi dada continuidade à participação dos CRI que abrangem as áreas geográficas dos Centros de Educação e Desenvolvimento (CED) da Casa Pia de Lisboa, I.P.. A intervenção preventiva realizada em 2011²⁹ abrangeu **750 educandos** (587, em 2010 e 267, em 2009), **405 famílias** (179, em 2010 e 124, em 2009) e **402 colaboradores** (448, em 2010 e 272, em 2009) da CPL, I.P.. A abrangência das ações dirigidas aos educandos e famílias tem vindo progressivamente a aumentar e as dirigidas aos colaboradores a diminuir, revelando as estratégias delineadas pelos CED, ou seja, a necessidade de, numa primeira fase, dirigir um maior número de ações aos colaboradores no sentido de os sensibilizar e dotar de ferramentas de prevenção e, numa segunda fase, focalizar a intervenção nos educandos.

No que respeita à **intervenção em meio escolar**, foram realizadas inúmeras intervenções a em todo o país, dirigidas a alunos, professores e auxiliares de ação educativa, quer de prevenção universal, (459 intervenções abrangendo cerca de 11.500 alunos) quer de prevenção seletiva e indicada, (42 intervenções abrangendo 800 alunos). O esforço foi realizado no sentido de reforçar as intervenções mais focalizadas nas escolas, turmas e alunos mais vulneráveis que apresentavam fatores de risco associados e necessidades mais prementes de intervenção. Para além da continuidade dada ao **programa Atlante - Enfrentar o Desafio das Drogas** (versão portuguesa do ORDAGO – Afrontar el Desafio de Las Drogas), implementado desde o ano letivo 2005/2006, na Delegação Regional do Algarve, foi prosseguida a implementação, com o apoio da Delegação Regional de Educação do Alentejo (DREA), do programa de promoção de competências pessoais e sociais **E Agora Ruca**, que abrange crianças e jovens em contexto escolar. Em 2011, foi realizada formação aos técnicos das turmas PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação), assim como feita a dinamização e apoio a atividades.

²⁷ O programa EURIDICE (*European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment*), iniciado em 2004 no nosso país, visa a prevenção e a intervenção nas dependências do álcool e outras drogas, a promoção de estilos de vida saudáveis, a modificação de atitudes, comportamento e fatores de risco, a alteração das condições de trabalho que possam fomentar o consumo das drogas, o aumento dos conhecimentos sobre o consumo de substâncias e a promoção das condições necessárias à criação de um clima social e laboral saudáveis, através de ações integradas que incluam uma vertente formativa e informativa.

²⁸ O projeto Casa Pia é um projeto de investigação-ação, desenvolvido desde 2005. Enquadra-se no plano de ação do IDT, I.P. que contempla como área prioritária ao nível da prevenção, a intervenção seletiva em meio escolar e junto de jovens institucionalizados, surgindo como resposta preventiva que pretende contribuir para o desenvolvimento saudável dos educandos da Casa Pia de Lisboa, I.P..

²⁹ Para informação mais detalhada relativa às ações dirigidas a educando, famílias e colaboradores, bem como, novas situações de intervenção indicada, pode ser consultado o Relatório de Atividades do IDT, I.P.- 2011.

Destaca-se a aplicação do projeto de prevenção universal **projeto Eu e os Outros**, no ano de 2011, onde foram abrangidas 244 escolas (221, em 2010), abrangendo 10.246 alunos (11.348, em 2010) e implicando na sua implementação 693 professores aplicadores (571, em 2010) além de um conjunto alargado de técnicos do IDT, I.P., que suportaram a formação, a supervisão e a avaliação do projeto.

No decorrer do ano 2011, foram realizadas **23 ações de formação** aos técnicos dos CRI, bem como a outros técnicos envolvidos no projeto, no âmbito das parcerias desenvolvidas e ainda em Escolas ou outros organismos que desempenhem atividade pertinente junto da comunidade³⁰.

De salientar, ainda, ter sido no ano em referência, concluído o processo de acreditação dos professores interventores no **Eu e Os Outros**, sendo um fator de grande relevância para o desenvolvimento do projeto.

Em relação à **intervenção em contexto universitário**, o IDT, I.P. participou na implementação de algumas atividades do ensino superior, nomeadamente, intervindo nas festividades académicas (semanas académicas de universidades e institutos politécnicos), fornecendo formação de mediadores no âmbito das intervenções. Houve um trabalho formativo, junto de um grupo de estudantes, previamente capacitados para intervir nestes eventos, numa lógica de proximidade, através da intervenção de pares, assim como na intervenção direta no espaço de realização das semanas académicas.

Destaca-se, também, o trabalho desenvolvido no norte do país, nomeadamente, a integração Curricular da formação em programas de treino de competências pessoais e sociais (Eu e os Outros) no Ensino Superior, o protocolo estabelecido com a Escola de Psicologia da Universidade do Minho³¹ e a parceria com a Reitoria da Universidade do Porto³².

O ano de 2011 constituiu o momento de efetivação mais concreta do protocolo de colaboração celebrado com o IPJ, I.P. em 2008. Assim, para além da participação no planeamento e avaliação das diferentes medidas do **programa Cuida-te**, as unidades locais do IDT, I.P. colaboraram na realização de atendimento informativo, integrando as equipas que se deslocaram às escolas que o solicitaram ao IPJ, I.P., na unidade móvel do programa.

Para além de intervenções de informação/sensibilização focalizadas, foi dada continuidade à implementação da campanha de expressão nacional, sob o lema “energia, usa só a tua”, que incluiu os eventos *Bike Tour*, em Lisboa e no Porto, em parceria com a Sportis, e a Feira *Bike Tour*, contribuindo-se, desta forma, para o *reforço das intervenções de prevenção universal eficazes* [objetivo operacional 34]. Foram, também, realizadas e/ou acompanhadas várias ações de informação/sensibilização de âmbito regional e muitas de âmbito local.

³⁰ É importante notar-se a distinção entre a atividade formativa diretamente relacionada com o projeto de prevenção Eu e os Outros, e a atividade de formação indiretamente implicada, ou seja, atividade de formação junto de técnicos que aplicam ou planeiam vir a aplicar o projeto e a atividade formativa em temas importantes da área da prevenção primária, paralelos e/ou transversais ao projeto.

³¹ Para o desenvolvimento de um projeto piloto de implementação e avaliação de um programa de prevenção dirigido a estudantes.

³² Onde foi construído um roteiro informativo acerca de espaços de lazer na cidade destinados a alunos da Universidade do Porto em que constam mensagens preventivas.

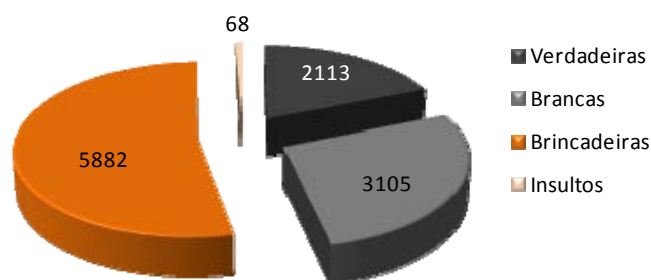
No sentido de *consolidar as respostas de atendimento da Linha vida, utilizando as TIC* [ação 34.5], o www.tu-alinhas.pt³³ registou, em 2011, 63.531 visitantes únicos (36.355, em 2010), 255.381 visitas (45.556, em 2010), 162.242 visitas de página (309.169, em 2010) e 3.032.155 hits (2.353.525, em 2010).

A **Linha VIDA SOS Droga** é um serviço anónimo, confidencial e gratuito, que permite ao utente expor as suas dúvidas e inquietações, num ambiente seguro e contendor da sua ansiedade, assegurando, nesse contexto, a possibilidade do utente repor a comunicação e fazer um trabalho de análise e reflexão das suas motivações. É um espaço que privilegia o aconselhamento, a informação e o encaminhamento para os recursos institucionais disponíveis na área das toxicodependências. No entanto, surgem muitas vezes, outras problemáticas associadas (adolescência, a sexualidade, a SIDA, entre outras), em particular as relacionadas com a saúde mental.

- **Atendimento telefónico**

No período compreendido entre 1 de janeiro e 31 dezembro de 2011 foram atendidas **11.168 chamadas** (12.852, em 2010) das quais **2.113 verdadeiras** (2.300, em 2010) **3.105 brancas** (2.488, em 2010) **5.882 brincadeiras** (7.964, em 2010) e **68 insultos** (100, em 2010), que correspondem em valores percentuais respetivamente a 18,92% de chamadas Verdadeiras, 27,80% de chamadas Brancas, 52,67% de chamadas Brincadeiras e 0,61% de Insulto, tal como apresentado na figura seguinte.

Figura 75 – Atendimento telefónico (N=11.168)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Ao nível Europeu, o enfoque mantém-se na gestão da **FESAT** (*European Foundation of Drug Helplines*) e, especificamente, na promoção da articulação entre serviços congéneres e no desenvolvimento de *Guidelines* para a disseminação de Boas Práticas, que também ficaram concluídas e foram disponibilizadas como produto final do Programa Leonardo da Vinci - Mobilidades.

³³ O www.tu.alinhas.pt em funcionamento desde 22 de Fevereiro de 2007, é um site juvenil na área das drogas e da toxicodependência, direcionado para jovens a partir dos 12 anos. Funcionando no âmbito da prevenção da toxicodependência, assume um carácter lúdico-pedagógico e tem como objetivo geral a informação e a promoção de comportamentos saudáveis.

Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

No ano letivo de 2011/2012 deu-se continuidade à implementação de vários programas de prevenção com carácter estruturado e continuado de que são exemplo, entre outros, o **projeto Atlante** (para o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico), o **programa 4d** – currículo de prevenção integrado (3º ciclo), **programa Crescer a Brincar** (para o 1º ciclo), o programa **PRÉ** – **programa de competências** (para o pré-escolar) e o **programa Eu passo**, contribuindo assim para *criar e divulgar materiais que sustentem a qualidade da intervenção preventiva, em contextos considerados prioritários* [objetivo operacional 33]. Estes programas ilustram a importância das parcerias no desenvolvimento das intervenções preventivas e são exemplos de boas práticas, visto assentarem em programas estruturados, apoiados em materiais técnico-pedagógicos específicos, integrados nas dinâmicas curriculares das escolas e com processos de avaliação consistentes.

A DGIDC / NESASE participou em diversos **eventos / feiras temáticas**, abertas às comunidades locais, nas quais se divulgaram experiências/projetos, na área da promoção da saúde, desenvolvidas por diversas escolas de todo o país. Em todas estas feiras foram apresentadas atividades de prevenção do consumo de SPA lícitas e ilícitas.

Em março/abril de 2012, foi lançado um Edital, através do qual todos os Agrupamentos e Escolas não agrupadas, interessados em ser apoiados na concretização de projetos na área da Promoção da Saúde, foram convidados a apresentar os seus projetos, prevendo-se, após análise destes, a atribuição de verbas para apoiar trabalhos nesta área.

Decorrente da articulação IDT, I.P. e DGIDC/NESASE, destaca-se os diversos pareceres sobre materiais e/ou estratégias de intervenção previstas para o meio escolar, nomeadamente, para o *site* www.tu-alinhas.pt, o projeto **Eu e os Outros** e para o ESPAD/ECATD/2011 – estudo sobre o consumo de álcool, tabaco e drogas, em alunos do ensino público.

Guarda Nacional Republicana

A aposta no trabalho a ser realizado junto das escolas e das comunidades educativas, é um dos pilares fundamentais da estratégia institucional, que se tem consubstanciado ao longo dos anos através do Programa “Escola Segura”, sensibilizando e agindo juntos dos alunos, pais, professores e responsáveis e funcionários das escolas para a problemática da segurança, nas suas múltiplas vertentes, aconselhando boas práticas e recomendando a adoção de medidas preventivas adequadas, com o objetivo de fazer com que as escolas venham a constituir-se como locais seguros e tendencialmente livres de drogas.

O **programa *Escola Segura*** tem âmbito nacional e dispõe de um efetivo dedicado, que em 2011, foi de **263 militares** (237 militares, em 2010), afetos ao Núcleos de Escola Segura, que constituem, o primeiro nível de intervenção policial, revestindo-se a sua missão de cariz essencialmente preventivo, dissuasor e pedagógico.

Foram abrangidas por este programa, nesse ano, **6.902 escolas** (7.666 escolas, em 2010), desenvolvidas **10.843 ações de sensibilização e/ou informação** (9.351 ações, em 2010), abrangendo um universo de **790.655 alunos** (791.583 alunos, em 2010), tendo sido, ainda, realizadas **315 visitas** de escolas e/ou grupos de alunos ao quartel (257 visitas, em 2010).

Polícia de Segurança Pública

No ano letivo de 2011/2012 a Polícia de Segurança Pública continuou a garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino, na sua área de responsabilidade.

O **programa *Escola Segura*** tem como objetivos prioritários: promover uma cultura de segurança nas escolas; fomentar o civismo e a cidadania, contribuindo para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização; diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas; determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes; promover, de forma concertada com os respetivos parceiros, a realização de ações de sensibilização e de formação, sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar, destinadas às forças de segurança, pessoal docente e não docente e demais elementos da comunidade educativa e à opinião pública em geral; recolher informações e dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes, de um conhecimento objetivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimação na comunidade educativa. No quadro do programa Integrado de Policiamento de Proximidade da PSP, as principais funções das equipas da PSP afetas ao programa *Escola Segura* são:

- Garantir a segurança, visibilidade e proteção de pessoas e bens nas áreas escolares, promovendo uma boa relação e troca de informação permanente, entre a polícia e os membros da comunidade educativa, designadamente, com os conselhos executivos, alunos, professores e auxiliares de ação educativa, recolhendo notícias/informações que possam ter um impacto na segurança das comunidades, de modo a serem adotadas medidas de prevenção adequadas;
- Desenvolver de forma sistemática, ações de sensibilização e de formação, junto da comunidade escolar, numa perspetiva de prevenção de comportamentos de risco e de adoção de procedimentos de autoproteção;
- Esclarecer os alunos/encarregados de educação para a necessidade de apresentação formal de denúncia criminal, em caso de serem vítimas de crime, bem como de comunicar imediatamente aos conselhos executivos e às entidades policiais ocorrências, ou movimentações suspeitas, que possam indiciar uma ação preparatória ou de execução de um ato criminoso (é crucial que se contrarie a tendência de não participação de certo tipo de crimes, por exemplo de furtos e roubos – a comunicação deste tipo de ocorrências às polícias pode ser importante na deteção dos suspeitos e prevenção de outros crimes);
- Sinalizar situações de jovens em risco, com comportamentos delinquentes, consumos de substâncias estupefacientes ou álcool ou prática reiterada de incivildades ou crimes, no sentido dos mesmos serem encaminhados para as entidades competentes;
- Efetuar o diagnóstico da situação de segurança das imediações dos estabelecimentos de ensino, na sua área de responsabilidade (procedendo ao levantamento de problemas, que possam ter um impacto no

sentimento subjetivo de insegurança, na criminalidade real ou na segurança rodoviária – incluindo questões de falta de iluminação pública, existência de casas abandonadas, eventuais locais de consumo de estupefacientes;

- Sinalização rodoviária deficiente, existência de salas de jogos, exploração desregulada de estabelecimentos de restauração e de bebidas (por exemplo, venda de bebidas alcoólicas e tabaco a menores, etc.) e informando as autoridades competentes para a sua resolução, através da cadeia de comando;
- Apoiar as vítimas de crimes e proceder ao seu encaminhamento pós-vitimação para as entidades competentes;
- Manter-se à disposição do público, aconselhando-o sobre métodos de proteção de bens materiais contra determinado tipo de ilícitos criminais e encaminhando os cidadãos para os serviços sociais competentes;
- Procurar a colaboração do público, indo ao seu encontro, e sob coordenação do Comando, reunir-se com os conselhos executivos, associações de pais, associações de estudantes, associações locais e representantes da comunidade, procurando a adesão desta para o esforço coletivo de segurança;
- Fornecer informações úteis aos alunos e restantes membros da comunidade educativa (sobre localização de transportes públicos, repartições públicas, hospitais, telefones úteis, conselhos de prevenção) que permitam estabelecer relações de confiança e diálogo com os cidadãos (designadamente com os membros da comunidade educativa) e facilitando o estabelecimento de um clima favorável à prevenção;
- Participar na formação/sensibilização de professores e funcionários, pais ou alunos, vocacionada para a problemática da autoridade e clima de segurança nas escolas e para conselhos de prevenção e autoproteção, tendo em vista, designadamente, registarem ou memorizarem aspetos particulares dos suspeitos/autores dos ilícitos (marcas, tatuagens, cicatrizes, sotaque, deficiências físicas, adereços – piercings, pulseiras, fios, relógios).

Durante o ano de 2011/2012 estiveram empenhados no programa *Escola Segura* 391 elementos policiais (369 elementos policiais, em 2010/2011), que realizaram **7.449** ações de informação/sensibilização a nível nacional (4158, em 2010/2011), incidindo especialmente nas questões de prevenção e educação rodoviária (com 2001 ações) e *bullying* (com 841 ações), através da organização de vários eventos para demonstração de meios, eventos lúdicos, desportivos e culturais. Do total de ações de sensibilização referido, 183 foram ainda sobre Delinquência Juvenil, 338 sobre Utilização da Internet, 296 sobre Prevenção Criminal, 137 sobre Violência na escola, 674 sobre Álcool e Drogas e 68 sobre Autoproteção. No ano letivo 2011/2012, foram abrangidas **3.421 escolas**, estiveram envolvidos **871.692 alunos** (1.033.921 alunos, em 2010/2011) e **139.651 professores** (137.949 professores e auxiliares de educação, em 2010/2011).

Instituto Português da Juventude, I. P.

Dentro dos programas, estruturas e iniciativas desenvolvidas pelo Instituto Português da Juventude, I.P. (IPJ, I.P.), no sentido de *Reforçar as intervenções de prevenção universal eficazes e avaliadas* [objetivo operacional 34], destaca-se o **programa Cuida-te**. No âmbito da *Realização de intervenções de informação/sensibilização, integradas e focalizadas, sobre as substâncias psicoativas e riscos associados ao seu consumo, em articulação com outras entidades avaliadas* [ação 34.1], foram executadas iniciativas de prevenção e sensibilização, tendo sido envolvidos 5.621 jovens. Ainda neste domínio foram executadas 11 peças de teatro-debate com a temática **(In)dependências**, tendo sido envolvidos 392 jovens.

Dissuasão³⁴

Resultado a atingir

Garantir a eficiência na aplicação da lei, assegurando o acompanhamento adequado, justo, com qualidade técnica e que vá ao encontro das necessidades efetivas dos indiciados consumidores.

Objetivo

37. Otimizar o acompanhamento das CDT pelo IDT, I.P., harmonizar práticas e procedimentos das CDT no âmbito da aplicação da lei, adequar as práticas e procedimentos das CDT à realidade heterogénea do consumo de drogas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
37.2. Realização de ações com vista à articulação da intervenção na área dos consumos.	2009-2012	IDT, I.P., MS, MJ/MAI CSMP	N.º ações realizadas.	IDT, I.P. – realizada 1 reunião/ação informativa.
37.3. Reuniões periódicas de supervisão técnica.			N.º de reuniões de supervisão realizadas.	IDT, I.P. – resposta a todos os pedidos concretos de apoio técnico em matérias jurídico, processuais e psicossociais às CDT.
37.4. Participação em reuniões e ações de supervisão noutras estruturas do IDT, I.P., nomeadamente nos CRI.			N.º de reuniões e de ações.	IDT, I.P. – realizada 1 reunião/ação de formação.
37.5. Realização de reuniões temáticas.			N.º de reuniões temáticas realizadas.	IDT, I.P. – realizadas 2 reuniões temáticas.
37.6. Promoção de troca de experiências entre CDT e/ou outras entidades responsáveis tendo em vista a justiça e equidade nacional na aplicação da Lei n.º 30/2000, nomeadamente, das sanções, nos encaminhamentos e nos acompanhamentos.			N.º de documentos orientadores produzidos.	IDT, I.P. – produzido 1 documento orientador, neste âmbito; Produzido 1 relatório de controlo e acompanhamento das decisões proferidas no âmbito do quadro legal vigente.

³⁴ Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A – Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Contraordenações deste Volume.

Resultado a atingir

Promover e garantir a articulação entre serviços com responsabilidades e/ou implicações na aplicação da lei.

Objetivo				
38. Melhorar a articulação interna com os serviços e as respostas do IDT, I.P. e outras respostas convencionadas.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
38.1. Promoção e/ou melhoria dos mecanismos de articulação interna com CRI ao nível das respostas preventivas.	2009-2012	IDT, I.P., MS	N.º de reuniões realizadas. N.º de indiciados encaminhados para respostas específicas de cada área.	IDT, I.P. – aumento em 76% do n.º de indiciados encaminhados para respostas específicas da área da prevenção; Realizadas 18 reuniões, neste âmbito.
38.2. Articulação com as respostas existentes no âmbito da redução de riscos e minimização de danos.				IDT, I.P. – aumento em 33% do n.º de indiciados encaminhados para respostas específicas da área da Redução de Riscos e Minimização de Danos; Realizadas 18 reuniões, neste âmbito.
38.3. Melhoria dos níveis de articulação com as ET, CRI e outras respostas de tratamento, de acordo com o previsto na lei.				IDT, I.P. – aumento em 20% do n.º de indiciados encaminhados para respostas específicas da área do tratamento; Realizadas 18 reuniões, neste âmbito.

Objetivo				
39. Potenciar a articulação intraministerial no âmbito dos serviços do Ministério da Saúde.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
39.1. Articulação com os Centros de Saúde, Hospitais e outros serviços de saúde.	2009-2012	IDT, I.P. e DGS/MS	N.º de encaminhamentos para estas estruturas de saúde.	IDT, I.P. – aumento dos encaminhamentos em 34%.

Objetivo				
40. Fomentar a articulação interministerial, com as tutelas com competências formais no âmbito da aplicação da lei e com as tutelas cuja missão abarque respostas no âmbito da toxicodependência.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
40.1. Efetivação e reforço da articulação e do trabalho em parceria com as autoridades policiais, os tribunais e os governos civis.	2009-2012	IDT, I.P., MS MAI, MJ, MTSS, DGSP, CSM, CSMP	N.º de processos. Grau de execução das sanções. N.º de encaminhamentos.	IDT, I.P. – aumento dos encaminhamentos em 36%.
40.2. Promoção da articulação junto dos parceiros com respostas dirigidas à população consumidora e em situação de desintegração social.				IDT, I.P. – aumento dos encaminhamentos em 143%.

Objetivo

40. Fomentar a articulação interministerial, com as tutelas com competências formais no âmbito da aplicação da lei e com as tutelas cuja missão abarque respostas no âmbito da toxicodependência.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
40.3. Melhoria e redefinição dos procedimentos a adotar junto de indiciados reclusos ou com medidas penais.			N.º de processos. Grau de execução das sanções. N.º de encaminhamentos.	IDT, I.P. – 213 processos; 71% de execução das sanções e 123 encaminhamentos.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

À semelhança do ano anterior, manteve-se o **interesse internacional em conhecer e avaliar o Modelo de Dissuasão existente em Portugal**, operado pela Lei da Descriminalização do consumo de drogas, mantendo o impacto positivo ao nível interno e traduzindo-se no incremento do conhecimento do Modelo e do trabalho que é desenvolvido pelas Comissões de Dissuasão da Toxicodependência (CDT) ao nível da prevenção e encaminhamento para as estruturas de saúde e do trabalho em rede com as autoridades policiais, tribunais e governos civis.

A reposição do quórum nas CDT de Porto e Faro, em 2011, veio permitir, por um lado, o incremento do número de encaminhamentos e intervenções, e por outro, a estabilização do seu funcionamento e cumprimento dos objetivos propostos. Manteve-se, também nesse ano, o investimento na reorganização dos serviços e na motivação dos profissionais, a articulação com as demais entidades envolvidas, nomeadamente, com os CRI, os Tribunais, as Autoridades Policiais, com vista a melhorar a eficácia da aplicação da Lei e a dissuasão dos consumos.

No sentido de *otimizar o acompanhamento das CDT pelo IDT, I.P., harmonizar práticas e procedimentos das CDT no âmbito da aplicação da lei, adequar as práticas e procedimentos das CDT à realidade heterogénea do consumo de drogas*. [objetivo operacional 37], especificamente *atribuir competências ao IDT, I.P. que permitam um efetivo acompanhamento da operacionalização da lei* [ação 37.1], continuou-se a promover a harmonização de práticas e procedimentos das CDT, no âmbito da aplicação da lei.

No que respeita à *melhoria da articulação interna com os serviços e as respostas do IDT, I.P. e outras respostas convencionadas* [objetivo operacional 38], as CDT mantiveram, durante 2011, um papel relevante na articulação com as estruturas dos CRI no âmbito das respostas preventivas. No ano em referência, registaram-se reuniões/ações de formação de parceria com as equipas de RRMD, bem como contactos e reuniões regulares com as estruturas da área do tratamento, nos vários distritos, numa relação de proximidade e articulação.

Com vista a *potenciar a articulação intraministerial no âmbito dos serviços do Ministério da Saúde* [objetivo operacional 39], foi mantida a regularidade de encaminhamentos para as estruturas do Ministério da Saúde, em particular, os Centros de Saúde, os Hospitais e outros serviços integrados.

Quanto ao *fomento da articulação interministerial, com as tutelas com competências formais no âmbito da aplicação da lei e com as tutelas cuja missão abarque respostas no âmbito da toxicodependência* [objetivo operacional 40], em 2011 foram extintos os Governos Civis, tendo sido necessário encontrar soluções alternativas para o funcionamento das CDT, que não prejudicassem os indiciados e utentes.

Salienta-se, no âmbito do mesmo objetivo, o trabalho de proximidade com o Ministério Público e as Forças Policiais, mantendo-se, também, uma articulação regular com os parceiros que trabalham no campo da reinserção social.

A aplicação de uma medida, e o seu cumprimento, no âmbito de um processo de contraordenação a um indiciado que se encontre privado de liberdade detém por vezes condicionantes físicas adversas ao seu sucesso. Não obstante, tem sido possível, na maioria das vezes, obter respostas e efetivar encaminhamentos para os Serviços Clínicos dos Estabelecimentos Prisionais devido **à articulação positiva entre as entidades intervenientes**.

Tal como já verificado na *Parte A – Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo *Contraordenações* deste *Anexo*, onde consta a informação estatística sobre os processos de contraordenação por consumo de substâncias ilícitas relativos às ocorrências de 2011, o número de processos instaurados em 2011³⁵ registou uma ligeira diminuição, à semelhança do ano anterior.

Os quadros seguintes caracterizam a situação face ao consumo dos indiciados primários com processo aberto em 2011³⁵ e o tipo de encaminhamento/resposta efetuada, no âmbito da aplicação de uma suspensão provisória de processo.

Quadro 143 - Situação Face ao consumo dos Indiciados, sem registo prévio

Indiciado	N.º
Toxicodependente	674
Não Toxicodependente	3.241
Pendentes sem classificação	1.946
Total	5.861

Fonte Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Cerca de 79% dos processos de contraordenação abertos em 2011 referem-se a indiciados primários. Relativamente a 1.946 indiciados, não foi possível aferir a sua situação face ao consumo, por falta de comparência dos indicados nas CDT ou por estarem a aguardar a efetivação de diligências processuais.

Quadro 144 - Susp. prov. de processo de Indiciados Primários Toxicodependentes (tratamento voluntário)

Tipo de encaminhamento	N.º de indiciados			
	Equipa de Tratamento	Centro Saúde	Outras respostas	Total
Encaminhamento	95	13	21	129
Reencaminhamento	107	1	9	117
Continuação de Tratamento	295	3	76	374
Total	497	17	106	620

Fonte Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Dos 674 indiciados primários toxicodependentes, 620 (92%) aceitaram aderir voluntariamente a tratamento, no âmbito de uma suspensão provisória do processo. Deste universo, 129 (21%) nunca tinham estabelecido contacto com estruturas de tratamento, 117 (19%) retomaram o tratamento que tinham abandonado e 374 (60%) encontravam-se em tratamento no momento da prática do ilícito contraordenacional.

³⁵ Independentemente da data da ocorrência do facto punível como contraordenação.

É de referir um decréscimo do número de indiciados primários toxicodependentes que aceitaram aderir voluntariamente a tratamento, relativamente a 2010 (-12%) e a 2009 (-17%).

Quadro 145 - Susp. prov. de processo de Indiciados Primários Não Toxicodependentes (tipo de resposta)

Tipo de resposta	N.º
Sem diligências de motivação	704
Apenas diligências de motivação	1.815
Diligências de motivação e encaminhamento para estruturas de apoio	485
Encaminhamento direto para estruturas de apoio	237
Total	3.241

Fonte Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Do total de indiciados primários não toxicodependentes (3.241), 1.815 (56%) foram alvo apenas de diligências de motivação, 485 (15%) foram alvo de diligências de motivação e encaminhados para apoio e 237 (7%) foram diretamente encaminhados para apoio sem necessidade de diligências de motivação.

Constata-se, conseqüentemente, que 2.537 (78%) do universo de indiciados primários não toxicodependentes foram diagnosticados como consumidores em situação problemática que poderiam indiciar situações de maior risco face à toxicodependência, que careciam de apoio especializado e diferenciado. Relativamente aos restantes 704 (22%), trata-se na sua maioria de situações de consumo, que a equipa técnica, após avaliação, considerou não necessitar de qualquer tipo de intervenção por não constituírem situações de risco.

O número de indiciados primários não toxicodependentes que foram alvo de diligências de motivação e/ou encaminhados para apoio em 2011, registou um acréscimo em relação a 2010 e 2009, de 28% e 13%, respetivamente.

Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

O Programa de Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas³⁶ (PPCDAFA)³⁷ é coordenado por um Grupo Coordenador (GCPCTFA), presidido pela Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) e integrado por representantes da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Nos Ramos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea), a coordenação do PPCDAFA é assegurada por Grupos/ específicos dos diversos ramos, funcionando de acordo com diretivas internas produzidas ao nível da respetiva hierarquia superior.

- **Rastreio toxicológico**

Na prevenção primária, prevista pelo PPCDAFA, ocupa lugar de destaque o **rastreio toxicológico** da população militar, para deteção de substâncias ilícitas na urina, basicamente a canabinóides, opiáceos, anfetaminas e cocaína, em que desempenham uma missão fundamental os laboratórios dos Ramos das Forças Armadas, equipados com meios técnicos de referência³⁸, internacionalmente reconhecidos como os mais adequados para a triagem e a confirmação da presença de drogas de abuso na urina.

A grande vantagem do rastreio toxicológico reside na deteção precoce como meio de redução da procura, não apenas por motivos relacionados com as necessidades de segurança da organização, mas, fundamentalmente, por permitir detetar e travar uma dependência o mais próximo possível dos primeiros consumos.

Para assegurar a credibilidade de todo o processo e, ao mesmo tempo, os direitos individuais do militar rastreado, a realização de análises está associada a uma cadeia de custódia de amostras e a um controlo de execução analítica que garantem a segurança, o rigor e a confidencialidade de todos os dados, desde a colheita até à validação do resultado.

São analisados Oficiais, Sargentos e Praças, em todos os regimes de prestação de serviço, com base em nomeação aleatória (por sorteio), extraordinária (por suspeita) e obrigatória (por determinação do órgão de gestão do pessoal ou acompanhamento de deteção anterior).

Em 2011, nas Forças Armadas, ocorreram 16.289 colheitas de urina para despiste de drogas (20.961, em 2010), dando lugar à realização de 65.156 testes (84.844, em 2010). À semelhança dos anos anteriores, foram acrescidas as amostras de urina realizadas não apenas à população militar ativa, mas também aos candidatos a militares.

³⁶ Nos termos do Despacho n.º 13043/2000, de 27 de junho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional.

³⁷ O PPCDAFA inscreve-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de missão e transversais. Por razões de estrutura deste Relatório aparece plasmado em diferentes capítulos.

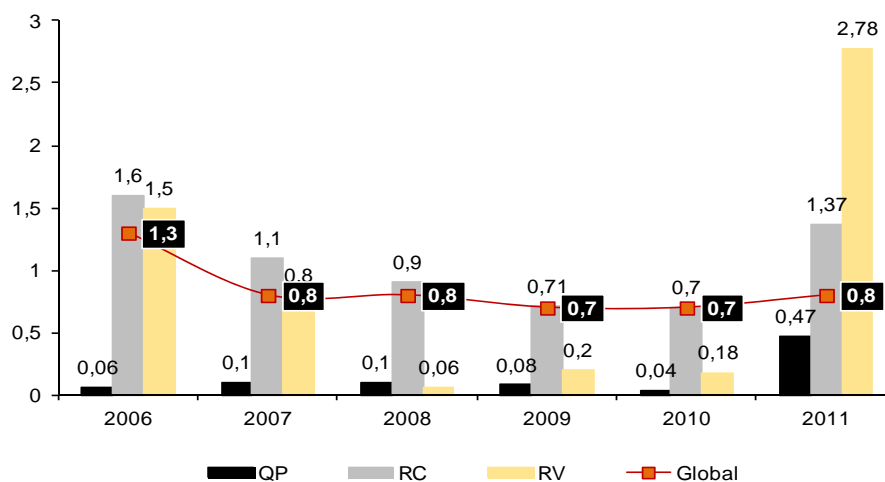
³⁸ Espectrometria de massa e cromatografia gasosa.

Numa apreciação global dos resultados dos três Ramos das Forças Armadas, verifica-se que ao serem agregados os três tipos de despiste previstos no PPCDAFA – aleatório, extraordinário e obrigatório – a positividade foi de **0.8%** (+ 0,1%, que 2010).

Por regime de prestação de serviço e mantendo-se a associação dos três tipos de despiste observou-se uma positividade de **0.47% no Quadro Permanente (QP)**; **1.37% no Regime de Contrato (RC)**; **2.78% no Regime de Voluntariado (RV)**.

Relativamente aos anos anteriores, verificou-se a evolução, sintetizada na próxima figura.

Figura 76 - Positividade (%) no rastreio toxicológico, por regimes de prestação de serviço (2006-2011)



Fonte: Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

No que se refere ao tipo de drogas detetado, os canabinóides foram responsáveis por 86% dos casos positivos, os opiáceos por 0%, a cocaína por 3%, as anfetaminas por 0%, e as situações de policonsumo por 0%.

● Pesquisa de drogas com recurso a equipas cinotécnicas

No âmbito da prevenção e como medida ativa de dissuasão do consumo e tráfico interno, realizaram-se, na Marinha, 126 ações de pesquisa cinotécnica (+14, que em 2010).

O Exército realizou 91 ações, no dispositivo do Ramo em território nacional, avaliando 13.044 militares (-2857 indivíduos que em 2010), respetivas instalações e viaturas utilizadas. Como resultado, verificou-se a referenciação de 5 militares (-4, que em 2010).

Na Força Aérea, ocorreram, ao longo do ano, 24 ações de pesquisa de droga (+5, que em 2010), nas diferentes instalações, com a utilização de equipas cinotécnicas do Ramo.

● Orçamento

No que se refere ao encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, em 2011, foram registadas as despesas, por eixos de intervenção, resumidas no quadro seguinte³⁹.

Quadro 146 - Despesas por eixos de intervenção

Eixos/Vetores de Intervenção	Total (em euros)
Coordenação e Cooperação Institucional	€...
Informação, Formação, Investigação e Avaliação	14.850
Redução da Procura:	
Prevenção e Dissuasão	510.625
Tratamento e Reinserção	101.112
Total	626.587

€.. Encargo não quantificado.

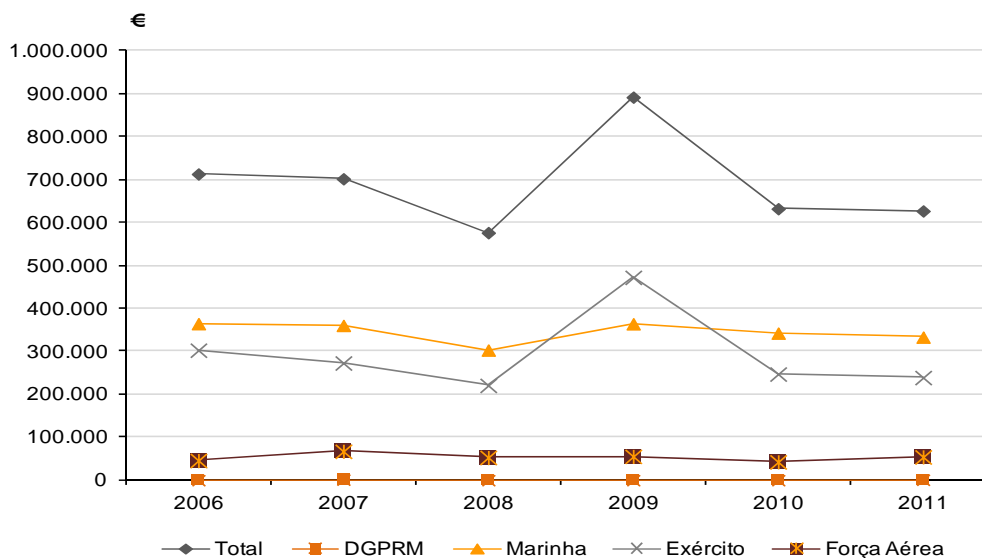
Fonte: Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Quadro 147 - Evolução do investimento no PPCDAFA (2006- 2011)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Em euros					
DGPRM		1.200				1.000
Marinha	364.176	359.992	302.799	363.953	342.175	332.795
Exército	302.468	272.866	220.446	471.994	246.919	238.671
F. Aérea	45.848	67.271	52.826	55.385	42.623	54.121
Total	712.492	701.329	576.070	891.332	631.717	626.587

Fonte: Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Figura 77 - Representação gráfica da evolução do investimento no PPCDAFA (2006-2011)



Fonte: Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

³⁹ Ressalvando, no entanto, o facto dos dados relativos à Marinha serem os constantes no respetivo Plano de Atividades.

Estima-se que os valores apresentados, para 2011, representem cerca de 1/3 dos gastos totais, pela dificuldade em, nesta sede, quantificar múltiplos encargos, que se encontram integrados em programas mais vastos, nomeadamente na área da saúde e da gestão de pessoal. De referir, para além dos encargos com pessoal, os gastos com energia, transportes e comunicações ou a manutenção das instalações e equipamento dos laboratórios e unidades hospitalares, que não foram contabilizadas pelo Exército e pela Força Aérea.

Não obstante, o investimento no Programa das Forças Armadas ganha justificação quando se ponderam os custos que resultariam da ausência de controlo, ou seja, relativos a acidentes, quebras de segurança, absentismo, despesas de saúde e atos de indisciplina, provocados por comportamentos alterados pelo efeito de substâncias psicotrópicas, em indivíduos com acesso a armas e equipamento militar, os quais facilmente somariam um valor muito superior.

Redução de Riscos e Minimização de Danos

Resultado a atingir

Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos com parceiros públicos e privados.

Objetivo

41. Consolidar a Rede Nacional de Redução de Riscos e Minimização de Danos.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
41.1. Colaboração na implementação, monitorização e avaliação do PORI com os outros vetores do Eixo de Redução de Procura, em articulação com outras entidades.	2009 - 2012	IDT, I.P. com outras entidades.	Relatório de Atividades.	IDT, I.P. – 31 projetos cofinanciados, em desenvolvimento, na área da RRMD ⁴⁰ .
41.2. Manter o Diagnóstico Nacional atualizado.	2009 - 2012	IDT, I.P., ISS, I.P.	Diagnóstico de necessidades com definição de prioridades.	IDT, I.P. – documento de avaliação da Rede nacional de redução de riscos e minimização de danos; Implementado o sistema de recolha de informação a nível nacional, regional e local; 82% de intervenções em RRMD com diagnóstico atualizado. ISS, I.P. – Feito levantamento das condições de funcionamento dos apartamentos de reinserção social e equipas de intervenção direta e dado início ao tratamento da informação recolhida.

Objetivo

42. Promover o Diagnóstico, Aconselhamento e Referenciação de doenças infecciosas junto da população utilizadora de drogas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
42.1. Sensibilização das equipas de tratamento do IDT, I.P. e outras estruturas de saúde para alargar a sua intervenção no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, de acordo com as necessidades locais e	2009-2012	IDT, I.P. ACS e CNVIHSA	N.º de rastreios. N.º de Ações de informação/sensibilização para técnicos destas estruturas.	IDT, I.P. – Foram promovidas 5 ações de sensibilização/formação, em conjunto com as estruturas de proximidade; Estiveram envolvidas 26 instituições da comunidade, envolvendo cerca de 108 profissionais. CNVIHSA – Efetuados 5.158 rastreios.

⁴⁰ 2 Projetos, sem necessidade de financiamento. Para outros dados indicadores, ver *Parte B* - capítulo *PORI*, deste *Anexo*. Mantiveram-se a funcionar 15 projetos a intervir em territórios prioritários, não incluídos no *PORI*.

Objetivo

42. Promover o Diagnóstico, Aconselhamento e Referenciação de doenças infecciosas junto da população utilizadora de drogas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
os recursos disponíveis.				
42.2. Promoção da articulação com IPSS para implementação do PSO de Baixo Limiar de Exigência com vista à implementação progressiva de Centros de Terapêutica Combinada.	2009 - 2012	IDT, I.P. ACS e CNVIHSIDA	Publicação e disseminação de "Guidelines" para PSO BLE. N.º de IPSS com PSO BLE implementado. N.º de Centros de Terapêutica Combinada.	IDT, I.P. – Produzidas linhas orientadoras para os PSO-BLE; Implementado o sistema ADR em 87% das estruturas de RRMD consideradas relevantes; Realizadas 5 ações de formação, sobre o modelo ADR, envolvendo 50 técnicos.

Objetivo

43. Consolidar e aperfeiçoar o Modelo de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação de estruturas de redução de riscos e minimização de danos.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
43.1. Consolidação dos circuitos e procedimentos de acordo com o novo modelo orgânico do IDT, I.P.	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de Projetos monitorizados segundo este modelo.	IDT, I.P. – de forma a garantir a aplicação adequada do modelo de circuitos e procedimentos de acompanhamento, monitorização e avaliação das estruturas de RRMD, todos os instrumentos de avaliação foram preenchidos, dando origem à elaboração de relatórios mensais por todas essas estruturas.
43.2. Alargamento deste Modelo aos novos Projetos de RRMD.			N.º de Projetos monitorizados segundo este modelo.	IDT, I.P. – monitorização de todos os novos projetos de RRMD, segundo este modelo.

Objetivo

44. Desenvolver um processo de melhoria contínua da qualidade da intervenção em redução de riscos e minimização de danos.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
44.1. Elaboração e publicação de um manual com orientações técnicas normativas.	2009 - 2012	IDT, I.P. e IPSS	Publicação de um Manual de RRMD.	IDT, I.P. - Apresentada proposta de Documento técnico com recomendações para intervenção em contextos festivos/recreativos.
44.2. Consolidação do modelo de autorização de funcionamento com vista à certificação de Programas e Projetos.			N.º de projetos autorizados. N.º de projetos certificados.	IDT, I.P. – todos os projetos financiados são previamente analisados à luz da portaria 748/2007 de 25 de junho para autorização de funcionamento.
44.4. Desenvolvimento de projetos de investigação - ação para validar metodologias de intervenção.			N.º de projetos de investigação ação.	IDT, I.P. – desenvolvimento do Projeto Impar – para validação de intervenção de pares no âmbito da RRMD.

Resultado a atingir

Disponibilizar programas de redução de riscos e minimização de danos a grupos específicos.

Objetivo				
47. Intervenção junto de consumidores em contextos de diversão noturna.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
47.1. Definição de “ <i>Guidelines</i> ” para intervenção em Espaços de Diversão noturna.	2009-2012	IDT, I.P., MAI	Publicação de manual orientador para intervenção em contexto de diversão noturna.	IDT, I.P. – 1 documento de Linhas Orientadoras sobre intervenção em espaços recreativos, proposto para aprovação.
47.2. Intervenção junto de organizadores de eventos.			N.º de ações de informação e sensibilização junto de organizadores de eventos.	IDT, I.P. – intervenção em 27 festivais de verão e realizadas 41 reuniões de acompanhamento, neste âmbito; Realizados 14 Relatórios sobre a intervenção em contextos de festival/contextos de diversão noturna. Realizadas 31 reuniões de planeamento, formação, acompanhamento e avaliação (nacional) para intervir em meio universitário (festas e festivais académicos); Realizadas 16 ações de formação aos facilitadores universitários; Intervenção em 25 festas/festivais académicos; Realizadas 3 de ações de formação sobre RRMD a funcionários que atuam em contextos recreativos, envolvendo 77 funcionários; foram 26 os estabelecimentos aderentes.
47.3. Produção de manuais de divulgação específicos (revisão, reedição e edição).			N.º de materiais específicos para esta intervenção.	IDT, I.P. – elaborado um folheto informativo para festas e festivais de verão.

Objetivo**48. Intervenção em Meio Prisional.**

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
<p>48.3. Estabelecimento da articulação entre esta intervenção e a realizada por entidades promotoras de projetos de RRMD autorizadas pelo IDT, I.P.</p>	2009-2012	IDT, I.P., DGSP, CNVIH/SIDA	N.º de ações de informação e sensibilização sobre redução de riscos e minimização de danos.	<p>IDT, I.P. – realizadas 13 ações de sensibilização destinadas a reclusos, onde participaram 144 indivíduos; Produzidos 2 instrumentos de avaliação; Realizadas 4 ações de formação para Guardas prisionais, onde participaram 18 indivíduos; Produzidos 2 instrumentos de avaliação; Realizadas 5 ações de sensibilização /formação em conjunto com as estruturas de proximidade, envolvendo 16 instituições da comunidade e onde participaram 27 profissionais; Produzido 1 documento do grupo de trabalho intrainstitucional relativo ao consumo de substâncias em contextos recreativos.</p> <p>CNVIH/SIDA – Realizadas 131 ações de informação e sensibilização, neste âmbito.</p> <p>DGSP – Promovidas 54 ações de informação/sensibilização, abrangendo um total de 900 frequências.</p>
<p>48.4. Conceção de materiais de informação sobre redução de riscos adequados a esta intervenção.</p>			N.º de materiais de informação sobre redução de riscos adequados a esta intervenção.	<p>IDT, I.P. – produzido 1 portefólio dos projetos de RRMD, apoiados pelo IDT, I.P.;</p> <p>Produzido 1 documento de caracterização nacional dos serviços pelos projetos de RRMD apoiados pelo IDT, I.P.;</p> <p>Produzidos 2 documentos do grupo de trabalho intrainstitucional relativo ao consumo de novas drogas.</p> <p>CNVIH/SIDA – Elaborados dois folhetos pela população reclusa: 1 sobre Hepatite A e outro sobre a infeção VIH.</p>

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

As políticas de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) em Portugal têm sido desenvolvidas orientadas pelo princípio do Humanismo, que reconhece a plena dignidade humana das pessoas e o princípio do pragmatismo. O reforço da complementaridade desta área específica com as restantes áreas de missão, aumentando a eficácia e eficiência da intervenção, tem sido igualmente a base de suporte à intervenção.

Assim, em 2011, destacam-se como principais objetivos para a área da RRMD, **sistematizar a informação**, nomeadamente no que diz respeito aos diferentes grupos de utilizadores/consumidores de substâncias psicoativas que, pelas suas características, não procuram a rede convencional de tratamento; **consolidar a rede de RRMD**, através de um acompanhamento e monitorização do trabalho bem como, na formação dos vários intervenientes, **integrar** e complementar a intervenção na área de RRMD, com as várias respostas existentes ao nível da prevenção, tratamento e reinserção, bem como, ao nível intra e inter institucional.

Com vista a *consolidar a rede nacional de redução de riscos e minimização de danos* [objetivo operacional 41], o IDT, I.P. prosseguiu a sua atividade com base no pressuposto de que a Rede Nacional de RRMD deve ser ajustada às características da problemática, acompanhando o mais possível a sua evolução. Para o efeito, manteve-se a implementação de instrumentos e metodologias que permitiram conhecer as evoluções concretizadas. Este processo, implementado através da mobilização das estruturas que o IDT, I.P. tem mais próximas do terreno e em articulação com as entidades parceiras que atuam nesta área, concretizou-se na atualização de diagnóstico do território onde as estruturas de proximidade (acompanhadas pelos CRI) operam, retratando as flutuações do fenómeno e a sua disseminação. Esta atualização de informação foi a base para a decisão sobre a continuidade dos projetos e do financiamento das intervenções.

Com o objetivo de *promover o diagnóstico, aconselhamento e referenciação de doenças infecciosas junto da população utilizadora de drogas* [objetivo operacional 42], tendo em vista uma dinâmica de funcionamento em rede, de articulação e complementaridade entre as estruturas de RRMD, foram implementados os Programas de Respostas Integradas (PRI)⁴¹, permitindo a dinâmica gerada através do Núcleo Territorial avançar para intervenções não planeadas, nomeadamente a intervenção em contexto festivo e recreativo⁴².

No âmbito deste objetivo foi dada continuidade à implementação⁴³ do modelo ADR, junto da população de utilizadores de drogas e apostou-se na formação às equipas técnicas, envolvidas na implementação deste modelo.

⁴¹ A implementação dos PRI é precedida da criação de um Núcleo Territorial (NT), que tem como grande objetivo a dinamização de um funcionamento em rede, alinhamento de *stakeholders*, que permite a nível local uma eficaz articulação e complementaridade das respostas. Por sua vez, além das entidades constituintes do Núcleo Territorial, as quais colaboraram ativamente em cada projeto, também estes estabelecem uma rede de parceiros não institucionais com que, igualmente, colaboraram.

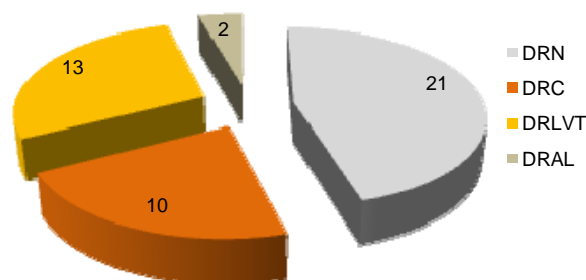
⁴² Informação sobre algumas destas iniciativas de intervenção, nomeadamente em Castelo Branco e Coimbra, podem ser consultadas no Relatório de Atividades do IDT, I.P. de 2011.

⁴³ Alargamento do modelo ADR a outras estruturas de RRMD onde o sistema ainda não tinha sido implementado.

No sentido de *consolidar e aperfeiçoar o modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação de estruturas de redução de riscos e minimização de danos* [objetivo operacional 43], garantiu-se a aplicação de circuitos e procedimentos, através da definição e divulgação de orientações de enquadramento técnico e posterior consultoria no IDT, I.P. e entidades parceiras, dando origem à primeira fase da avaliação das várias componentes do modelo em curso. Tendo em vista caracterizar a população acompanhada pelos projetos de RRMD, nomeadamente a acompanhada pelas Equipas de Rua, Gabinetes de Apoio a Toxicodependentes sem enquadramento socio familiar e Centros de Acolhimento, procedeu-se à harmonização da informação recolhida em 2009, 2010 e 2011, relativa a esta população, consolidando-a num único instrumento, de forma a tornar possível efetuar uma caracterização segundo parâmetros semelhantes, quer no que diz respeito a variáveis demográficas, quer relativa aos perfis de consumo de substâncias, comportamentos de risco e situação de saúde. Esta caracterização enquadra-se, numa logica local, de definição de um projeto de intervenção assente num diagnóstico de necessidades e características dos utentes e, numa logica nacional, de atualização de conhecimento sobre a população acompanhada, com vista a fundamentar a definição de prioridade dos programas e projetos necessários⁴⁴.

No ano em referência estiveram a decorrer **46 projetos a nível nacional**, com a distribuição por região conforme a figura 78.

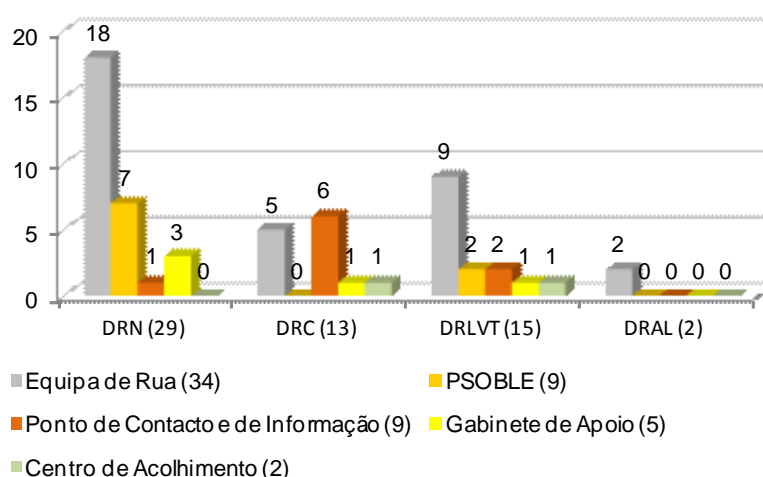
Figura 78 - Distribuição de projetos a nível nacional (N=46)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Com base nos diagnósticos dos territórios, surgiu a necessidade de implementar projetos que desenvolvessem várias respostas para um mesmo território, de acordo com a tipificação do Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de junho. Em 2011 foram implementadas 59 respostas a nível nacional, no âmbito dos 46 projetos cofinanciados pelo IDT, I.P.. Considerando a tipologia de respostas prevista, a distribuição das respostas (Equipas de Rua, Gabinetes de Apoio, Programas de Substituição Opiácea de baixo limiar de exigência, Centros de Acolhimento) implementadas em cada região é a que se descreve na figura 79.

⁴⁴ A conclusão desta caracterização em 2012 possibilitará a análise de eventuais mutações ocorridas nas características da população que beneficia deste tipo de intervenções, através da comparação com estudos anteriormente realizados pelo IDT, I.P. neste domínio (ver Caracterização dos Utentes das Equipas de Rua – 2006).

Figura 79- Tipo e número de respostas implementadas no âmbito da Rede Nacional de RRMD, por região (N=59)

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.

- **Gabinetes de Apoio, Equipas de Rua, e Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência (PSO-BLE)**

Recorrendo ao método de análise mais conservador, no ano em referência, foram contactados pelas Equipas de Rua, Gabinetes de Apoio, Centros de Acolhimento e no âmbito do PSO-BLE cerca de **12.550** utentes. Uma vez que a população contactada por estas estruturas é genericamente bastante flutuante, no que diz respeito à utilização dos serviços prestados, constata-se que, em cada mês, terão sido contactados, em média, cerca de **5.979** utentes, por estas estruturas. De entre estes, em cada mês, cerca de **1.501** utentes (em média) beneficiaram do PSO-BLE e cerca de **1.650** pessoas (em média) beneficiaram do Programa de Troca de Seringas. Uma vez que, em média, em cada mês, foram acompanhados cerca de **1.692** utilizadores de drogas por via injetada, depreende-se desta informação que existe uma relação próxima entre o número de utilizadores e o de beneficiários do programa⁴⁵.

Quadro 148 - Número de utentes beneficiários de cada um dos Programas

5.979 Utentes contactados por mês (média)	
Beneficiários do Programa de Troca de Seringas	Beneficiários PSO-BLE
1.650	1.501
28%	25%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.

As flutuações observadas na utilização dos serviços prestados pelos projetos de RRMD ao longo dos meses decorrem de múltiplos motivos, no entanto, importa destacar neste contexto, três ordens de razão: cerca de **684** utentes dos projetos num determinado mês deixaram de beneficiar dos serviços porque iniciaram um processo de reabilitação mais estruturado, **147** indivíduos foram detidos e **60** faleceram.

⁴⁵ Note-se a este respeito que, como numa zona geográfica próxima podem coexistir projetos de RRMD com valências distintas, os utentes que utilizam a via injetada podem ser beneficiários deste programa num projeto e não serem no outro.

- **Programa de Troca de Seringas e distribuição de material**

No que reporta ao Programa de Troca de Seringas, os **1.650** utentes que em média beneficiaram do Programa em cada mês tiveram acesso a cerca de **15.178 kits**⁴⁶ de consumo asséptico e **21.817** seringas adicionais por mês (o que corresponde a cerca **182.137 kits** de consumo asséptico e **261.798** seringas adicionais no período de um ano).

- **Apoio Psicossocial, Cuidados de Saúde e Encaminhamentos**

Quadro 149 - Número de utentes beneficiários de Apoio Psicossocial, Cuidados de Saúde e de Encaminhamentos

12.550 Utentes contactados no ano		
Beneficiários de Apoio Psicossocial	Beneficiários de Cuidados de Saúde	Utentes encaminhados para outros serviços
9.081	2.210	1.654
72%	18%	13%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

De entre os **12.550** utentes contactados no âmbito dos projetos de RRMD em análise, a grande maioria, **9.081**, beneficiou de um acompanhamento de natureza psicossocial e de satisfação de necessidades básicas (ou seja, 72% da população acompanhada), **2.210** beneficiaram de cuidados de saúde (ou seja, 18% da população acompanhada) e **1.654** foram alvo de encaminhamentos para diversos serviços (isto é, 13% da população acompanhada), mantendo-se, no que concerne à prestação de cuidados de saúde e de encaminhamento para serviços, o nível de execução constante, relativamente ao ano anterior.

O **acompanhamento de natureza psicossocial** realizado por estes projetos de RRMD engloba diversas atividades, de entre as quais se apresenta a execução relativa ao atendimento psicossocial, apoio psicológico, cuidados de higiene e apoio alimentar realizados.

Quadro 150 - Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Apoio Psicossocial (média/mês)

5.979 Utentes contactados			
3.623 Beneficiários de Apoio Psicossocial			
Atendimento Psicossocial	Apoio Psicológico	Cuidados de Higiene	Apoio Alimentar
2.058	244	298	2.218
57%	7%	8%	61%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Em 2011, dos **3.623** utentes acompanhados em média por estes projetos (media mensal) ao nível do apoio psicossocial, destacam-se, dentro das atividades de que um maior número de utentes beneficiou, o apoio alimentar, **2.218** utentes (61%) e o atendimento psicossocial, **2.058** (57%). Beneficiaram de um apoio psicológico mais estruturado **244** utentes (7%) e de cuidados de higiene **298** utentes (8%).

⁴⁶ O *kit* de consumo asséptico inclui 2 seringas, 2 ampolas, 2 carteiras de ácido cítrico, 2 preservativos, 1 filtro e 2 toalhetes. Em alguns casos, os utentes não necessitam de todo o material, pelo que nem sempre este é disponibilizado o *kit* completo mas material isolado. Consequentemente, para além dos *kits* mencionados, foram ainda disponibilizados cerca de 192.100 ampolas de água bidestilada, 371.186 toalhetes, 210.291 filtros, 157.445 recipientes, 179.073 carteiras de ácido cítrico e 348.023 preservativos.

Paralelamente, em 2011, estes projetos disponibilizaram ainda, aos seus utentes, outros utensílios e materiais diversos, como os tubos para fumar, cachimbos, lubrificantes e, com maior preponderância, folhas de estanho.

Note-se a este respeito que, em 2011, foram realizados 81.718 atendimentos psicossociais e 7.950 sessões de apoio psicológico.

O **acompanhamento realizado ao nível dos cuidados de saúde** engloba, por sua vez, atividades como consultas médicas, cuidados de enfermagem, rastreios, terapêutica medicamentosa e vacinação.

Quadro 151 - Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Cuidados de Saúde (média/mês)

5.979 Utentes contactados				
1.094 Beneficiários de Cuidados de Saúde				
Consultas médicas	Cuidados de Enfermagem	Rastreios	Terapêutica Medicamentosa	Vacinação
216	483	159	211	31
20%	44%	15%	19%	3%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

No ano de 2011, de entre os **1.094** utentes acompanhados por estes projetos (média/mês) ao nível de cuidados de saúde, a grande maioria teve acesso a cuidados de enfermagem (44%), sendo que cerca de 20% teve acesso a consultas médicas. Destaca-se, também, a realização de terapêutica medicamentosa (19%) e de rastreios (15%). No que diz respeito à intensidade de realização das diversas atividades, refira-se, a título de exemplo, a realização de **3.259** consultas médicas e **93** intervenções em situação de urgência, verificando-se uma diminuição significativa relativamente à execução do ano anterior.

Quadro 152 - Número de utentes para serviços diversos (média/mês)

5.979 Utentes contactados				
770 Utentes encaminhados				
Hospital	Hospital: Infeciologia	Centro de Saúde	CDP	CAD
94	56	89	194	1
Unidade Tratamento	Comunidade Terapêutica	Unidade de Desabilitação	Gabinete de Apoio	Centro de Acolhimento
122	15	9	67	17
Centro de Abrigo	Centro de Dia		Segurança Social	
8	9		184	

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Na componente de **encaminhamentos**, verifica-se que cerca de **770** utentes foram, em média por mês, encaminhados para outras estruturas, sendo que, em média, cada utente foi encaminhado para mais de um tipo de estrutura por mês (em média foram realizados **1.052** encaminhamentos por mês).

Constata-se ainda que os dois tipos de estruturas para as quais mais utentes foram encaminhados consistiram nas estruturas da Segurança Social, IP (em média foram encaminhados **184** utentes por mês) e Unidades de Tratamento (em média foram encaminhados **122** utentes por mês).

A componente de **Informação e Sensibilização** inclui, para além do aconselhamento, a disponibilização de materiais pedagógicos e a realização de iniciativas de informação e sensibilização. Assim, em 2011, foram disponibilizados **2.215** Pequenos Manuais de Redução de Danos e **13.628** outros materiais, tendo ainda sido

realizadas **4.433** ações de informação e sensibilização. De salientar, que face ao ano anterior o número de ações de informação e sensibilização sofreu um incremento superior ao dobro.

- **Pontos de Contacto e Informação**

A informação apresentada é relativa a 9 Pontos de Contacto e de Informação que intervieram ao longo do ano, integrando, ainda, alguns dados de 3 Equipas de Rua com intervenções pontuais em contextos recreativos e/ou festivos.

No período em análise, estes projetos intervieram em cerca de 250 festas/festivais ao ano e em cerca de 21 bares e discotecas (média/ mês). No total, terão sido abrangidos por este tipo de intervenção aproximadamente 52.683 indivíduos, sendo que, de entre estes, 9.587 se tratavam reconhecidamente de utilizadores de substâncias psicoativas ilícitas. O maior grupo de indivíduos contactados ocorreu sobretudo em contexto de festa/festival (38.503), ainda que o número de pessoas abrangidas em contexto de bar/discoteca seja também significativo (14.180). Note-se que, de entre os indivíduos contactados, 18% eram utilizadores de substâncias ilícitas.

Neste tipo de Intervenção é privilegiada uma abordagem de informação e sensibilização, seja através da interação pessoal ou com recurso a folhetos informativos (foram distribuídos 38.143 folhetos informativos). Estes projetos permitiram a transmissão de informação conforme quadro xx.

Quadro 153 – Informação e sensibilização

38.143 Folhetos informativos					
Bares/Discotecas			Festas/Festivais		
47%			53%		
Número de indivíduos abrangidos por temática					
Prevenção RRMD/Consumo		Prevenção doenças infecciosas		Estruturas apoio comunidade	
27.017		36.858		8.986	
Bares/Discotecas	Festas/Festivais	Bares/Discotecas	Festas/Festivais	Bares/Discotecas	Festas/Festivais
35%	65%	26%	74%	12%	88%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

No âmbito desta interação, as equipas podem ainda disponibilizar material de suporte a comportamentos mais seguros e/ou com menor risco associado, de que são exemplo os preservativos (foram distribuídos 69.918 preservativos, 65% em festas/festivais e 35% em discotecas/bares), ou a disponibilização de um *kit* para o consumo inalado (foram distribuídos 1.384 *kits*, praticamente todos em bares/discotecas (97%), mas alguns em festas/festivais (3%)), quando indicado.

- **Outras atividades**

Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem Abrigo (ENIPSA) - Participação no grupo de implementação monitorização e avaliação

Relativamente à participação na ENIPSA o IDT,I.P. continuou a assegurar a participação a nível nacional no Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), tendo participado nas reuniões ocorridas e em grupos de trabalho específicos⁴⁷.

Projeto para a pré-profissionalização e estabilização de utilizadores de drogas sem enquadramento sócio familiar - projeto InPar

O *InPar*, é um projeto promovido para a APDES (Agência Piaget para o Desenvolvimento) em parceria com diversas ONG (Organizações Não Governamentais) da região Norte do país, que teve duas componentes fundamentais: a) integração de UD (Utilizador de Drogas) enquanto educadores de pares (EP) em projetos de redução de riscos e minimização de danos e b) reintegração de utentes de Equipas de Rua (ER) em respostas formativas e laborais⁴⁸. Ambas as componentes foram sujeitas a um processo de avaliação/investigação de forma a, por um lado, serem efetuadas as adaptações necessárias às estratégias e atividades para o melhor cumprimento dos objetivos definidos de acordo com as alterações observadas na realidade e, por outro, serem efetuadas recomendações quanto à integração de UD, com identificação de aspetos facilitadores e potenciais obstáculos ao processo, reunidas num Manual de Boas Práticas.

A componente de integração de UD em ER como educadores de pares abrangeu 8 pessoas, que foram integradas nas ER Estrada com Horizontes, InRuas, SMACTE, Aqui e Agora, Norte Vida, 3R, Girugaia e Girubarcelos.

A avaliação realizada pela entidade promotora do projeto sobre esta componente permitiu identificar um conjunto de aspetos que concorrem para o sucesso da integração de UD como educadores de pares neste tipo de estruturas, sendo que a adequação do perfil do educador de pares à ER em que é integrado, é um importante fator de sucesso. Neste contexto, importa definir qual o perfil desejado quanto a competências pessoais, sociais e formativas para o exercício do seu papel. O processo de integração na ER é por sua vez facilitado pela figura do tutor de reinserção e pelo supervisor da sua atividade no seio da equipa.

Assumido como um relevante pré-requisito, o conhecimento do território de atuação da ER, aliado à clarificação de que o educador de pares não é um utente desta, são aspetos que revelaram ter um impacto positivo ao nível dos contributos deste e da sua integração.

⁴⁷ O grau de implementação da ENIPSA encontra-se detalhado no capítulo relativo à área da Reinserção.

⁴⁸ Descreve-se nesta secção os aspetos mais relevantes relativamente à execução da 1ª componente, sendo a 2ª detalhada no capítulo da Reinserção.

Com vista à preparação do UD para assumir funções enquanto educadores de pares, foram realizadas diversas iniciativas de formação, sobre redução de riscos associada à utilização de drogas e trabalho sexual, gestão de associações de utilizadores de drogas e trabalhadores sexuais (ações ministradas na fase anterior ao início do projeto). Este processo de formação é identificado como um elemento chave para o sucesso de projetos com pares.

Segundo a avaliação realizada, os contributos dos educadores de pares ultrapassam a complementaridade e otimização das tarefas/estratégias da ER⁴⁹. Terminado o projeto, cerca de 50% dos educadores de pares mantiveram a sua colaboração com as ER.

Manutenção do Sistema de informação EDDRA (*Exchange on Drug Demand Reduction Action*)

A base de dados EDDRA consiste num sistema de informação e numa ferramenta de recolha de dados sobre projetos considerados “boas práticas” na área da redução da procura, desenvolvidos na União Europeia e na Noruega. É gerida pelo OEDT e está disponível online. Para além da disseminação de informação sobre projetos, pretende-se a melhoria da qualidade do planeamento e avaliação dos mesmos.

Intervenção em contexto de festival no domínio da RRMD (em colaboração com organizadores de festivais de Verão e académicos)

Ao longo do ano o IDT, I.P. interveio em diversas festas e festivais de verão (26 eventos) em colaboração com os seus organizadores, com organizações não-governamentais e mediadores voluntários, segundo uma lógica de redução de riscos. O quadro 154 apresenta alguns exemplos dos eventos em que esta intervenção se desenvolveu.

Quadro 154 – Intervenção em festas e festivais de verão

Identificação do Evento intervencionado	Região
Festival Ecos Rock (S. João da Madeira)	Norte
Nova Era Beach Party (Matosinhos)	
Energy Azurara (Vila do Conde)	
Rock na Vila	Centro
Fundão Alive – Pavilhão Multiusos (Fundão)	
Vive Donas 2011 – Donas (Fundão)	
Chocalhos – Alpedrinha (Fundão) 2011	
Covilhã 5 Estrelas – ANIL (Covilhã)	
Fatela Magusto 2011	
Míscaros 2011	
Festival Sudoeste TMN	Alentejo
Festival Vidigueira Jovem 2011	

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

⁴⁹ Por via do apoio na dinamização do trabalho e tarefas da equipa, da sensibilização e clarificação dos utentes para os seus serviços ou pela adaptação de estratégias da equipa, entre outros.

A intervenção do IDT, I.P. nos festivais de verão surge numa lógica de informação e sensibilização dos frequentadores destes eventos, para uma melhor gestão dos riscos potencialmente associados ao consumo de substâncias lícitas e ilícitas.

Foi elaborado o Manual *Para uma diversão mais Segura*,⁵⁰ orientador da intervenção em espaços recreativos, que tem por objetivo proteger e melhorar o bem-estar social e individual, defender a saúde pública e oferecer um nível elevado de segurança aos consumidores de álcool e drogas em contextos recreativos noturnos e ao grande público.

A intervenção em festas e festivais académicos foi dinamizada localmente, tendo envolvido um trabalho de articulação com os organizadores das festas, com ONG, para além da mobilização de mediadores voluntários (foram envolvidos cerca de 181 voluntários). O papel do IDT, I.P. situou-se genericamente ao nível da organização da intervenção, da sua preparação (nomeadamente através da formação dos mediadores) e na execução da mesma. O quadro 155 apresenta alguns exemplos de entre as 23 festas/festivais académicos que foram alvo de intervenção:

Quadro 155 – Intervenção em festas e festivais académicos

Identificação do Evento intervencionado (exemplo)	Região
Queima das Fitas Porto 2011	Norte
Festas Académicas de Leiria	Centro
Semana Académica de Beja	Alentejo
Receção ao Caloiro	
Semana Académica de Elvas e Portalegre	
Semana Académica do Algarve	Algarve

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Destaque, ainda, para a constituição de um **Grupo de Trabalho Intrainstitucional das *Smart Drugs***, tendo sido realizadas diversas atividades nesse âmbito, nomeadamente:

- Identificação dos territórios onde existem lojas⁵¹ e o seu enquadramento legal;
- Pesquisa científica sobre as bases de dados das bibliotecas;
- Pesquisa sobre o trabalho e investigação realizada pelo Observatório Europeu das Drogas e das Toxicodependências (OEDT);
- Levantamento das *Smart Shops* virtuais, produtores e distribuidores, e fóruns de conversação.

⁵⁰ O Manual *Para uma diversão mais Segura* é uma adaptação do Guia *Safer Clubbing – Guidance for licensing authorities, club managers and promoters* (2002), publicado pelo *Home Office* e pelo *London Drugs Policy Forum*, em parceria com a *Release*. A adaptação foi solicitada e autorizada pelo *Home Office* em 2005. Mais informações sobre o conteúdo do Manual podem ser consultadas no Relatório de Atividades do IDT, I.P. de 2011.

⁵¹ Existem lojas em Albufeira e Cascais, Lisboa; Marinha Grande; Aveiro; Porto; Póvoa do Varzim; Coimbra; Portimão; Almada; Viseu.

Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

- **Programa *Diz não a uma seringa em segunda mão***

O programa nacional de troca de seringas *Diz não a uma seringa em segunda mão*, criado em 1993, resulta de uma parceria entre o Ministério da Saúde, através da Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA (CNSida) e a Associação Nacional de Farmácias (ANF).

O Programa de troca de seringas, cujos custos imputados em 2011 foram de 933.814,25 €, visa prevenir a transmissão do VIH utilizadores de drogas injetáveis (UDIs), através da distribuição do material esterilizado e da recolha e destruição do material utilizado pelos UDIs, tendo este programa ao longo dos anos sofrido ajustamentos, de acordo com a evolução das necessidades dos UDIs e da harmonização dos procedimentos entre os vários parceiros.

A avaliação do PTS demonstrou que houve cerca de 7.000 novos casos de sida evitados nos primeiros 8 anos do programa por cada 10.000 UDI, tendo estimado ainda poupanças para o Estado entre 400 a 1.700 milhões de euros, reforçando assim a importância deste programa em termos de saúde pública.

Seringas recolhidas / totais do País

No que respeita ao Programa Nacional de Troca de Seringas, em 2011, foram recolhidas **1.650.951** seringas, (2.057.497 seringas, em 2010), verificando-se uma redução de 20% em relação ao ano anterior.

Entre outubro de 1993 e dezembro de 2011 foram recolhidas **49.121.482** seringas, por todas as entidades envolvidas no PTS. O número de seringas recolhidas aumentou progressivamente até 1997, tendo ocorrido algumas oscilações nos anos seguintes. No entanto, a partir de 2005 tem-se registado uma tendência decrescente no número de seringas recolhidas.

No ano 2011 e relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento da percentagem de recolha e uma diminuição do número de seringas distribuídas (-55%).

Seringas recolhidas no âmbito do programa *Diz não a uma Seringa em Segunda Mão***Quadro 156** - Por ano (01/10/1993 - 31/12/2011)

Ano	Seringas Recolhidas
Total	49.121.482
Out/dez 1993	277.095
1994	2.440.705
1995	2.853.005
1996	2.913.915
1997	3.250.185
1998	3.049.305
1999	2.992.165
2000	3.504.357
2001	3.485.867
2002	2.674.113
2003	2.662.888
2004	2.744.901
2005	2.845.031
2006	2.591.150
2007	2.313.180
2008	2.449.351
2009	2.365.821
2010	2.057.497
2011	1.650.951

Fonte: Associação Nacional de Farmácias / Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

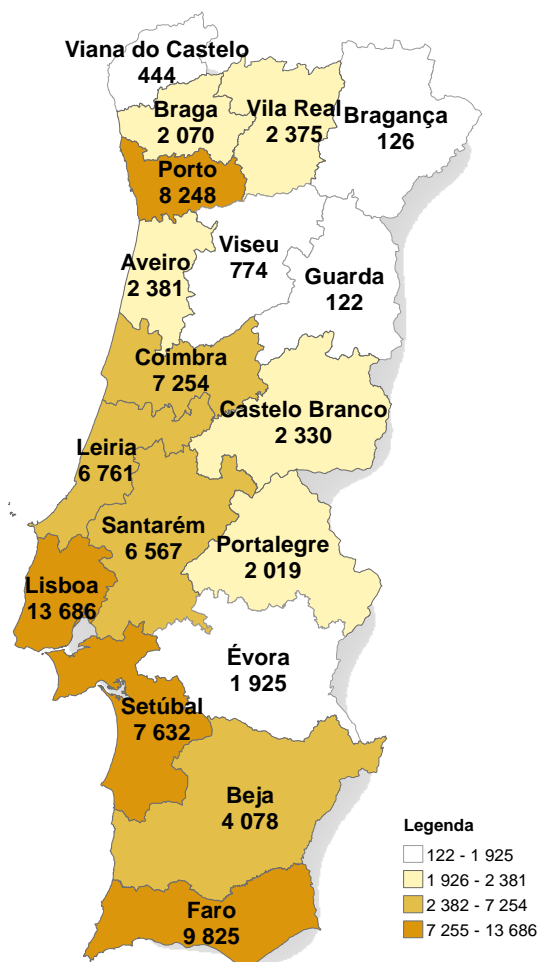
Quadro 157 - Por distrito e região autónoma (01/10/1993 - 31/12/2011)

Distrito Região autónoma	Seringas Recolhidas Total acumulado 01/10/1993 - 31/12/2011	Seringas recolhidas em 2011
Total	49.121.482	1.650.951
Aveiro	1.143.769	80.839
Beja	382.372	8.088
Braga	1.215.947	77.213
Bragança	10.314	1.028
Castelo Branco	276.608	21.566
Coimbra	2.004.808	168.309
Évora	199.544	9.682
Faro	2.904.407	56.232
Guarda	11.750	80
Leiria	2.058.860	108.391
Lisboa	20.340.332	407.949
Portalegre	143.118	3.322
Porto	10.307.112	411.422
Santarém	1.861.271	73.514
Setúbal	4.275.105	43.524
Viana do Castelo	69.103	4.786
Vila Real	310.108	16.564
Viseu	184.570	18.202
Açores	318.529	42.510
Madeira	1.103.855	97.730

Fonte: Associação Nacional de Farmácias / Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

Figura 80 - Seringas Recolhidas no âmbito do programa *Diz não a uma Seringa em Segunda Mão*, por distrito e região autónoma (01/10/1993 - 31/12/2011)

Taxas por 1000 habitantes na faixa etária 15-64 anos



Fonte: Associação Nacional de Farmácias (ANF) / Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

À semelhança do ano anterior, Lisboa e Porto continuam a ocupar os primeiros lugares no que respeita à troca de seringas, representando cerca de **50%** do total. De salientar, também, o aumento de trocas verificado no Distrito de Coimbra e Leiria.

Trocas nos Postos Móveis, efetuadas pelas parcerias e Farmácias⁵²

Do início do programa até à presente data, verificou-se a recolha de 3.817.192 seringas pelo Posto Móvel (presente em diversos locais, como Casal Ventoso, Curraleira, Cova da Moura, Bairro de Santa Filomena e Odivelas), 12.308.326 pelas parcerias⁵³ e 32.995.964 pelas farmácias.

⁵² A partir de 2009 tem-se verificado uma diminuição das seringas recolhidas pelas farmácias e um aumento nas parcerias. Este facto poderá estar relacionado com o aumento do número de parcerias que estão a participar no PTS (atualmente 43), que sendo equipas de proximidade, com horários alargados (noite) e em locais onde há tráfego e consumo de drogas, têm mais solicitações. Desde 2009, foram formalizadas parcerias com 64 ONG e OG para integrarem o PTS. No entanto, ao longo destes 11 anos algumas organizações deixaram de participar (21), por não terem sido renovados os financiamentos dos seus projetos pelo IDT, I.P..

⁵³ Considera-se como Parcerias, neste programa, todas as Organizações Governamentais e Organizações não-governamentais, que celebraram o protocolo de colaboração com a CNSIDA e a ANF no âmbito do programa *Diz não a uma seringa em 2ª mão*.

No que diz respeito ao ano 2011, foram recolhidas **50.047 seringas no Posto Móvel, 928.302 pelas parcerias e 672.602 pelas farmácias.**

O Posto Móvel que esteve no Bairro de Santa Filomena na Amadora e na Urmeira em Odivelas registou, em 2010, um aumento de mais de 6,5 vezes o número de seringas recolhidas, tendo em 2011, sido registado um decréscimo de troca de seringas nestes bairros. Devido a este decréscimo, foram propostas, em 2011, novas áreas de atuação do Posto Móvel que passou a integrar, as seguintes zonas: Bairro 6 de Maio (Amadora), Montijo, Moita e Barreiro, tendo sido criado um folheto para dar a conhecer este novo serviço e um cartão de referência dos utentes à consulta de tratamento.

Outras atividades

No âmbito do PTS, foi efetuada uma experiência-piloto sobre o consumo fumado. Foram distribuídos 3.000 cachimbos para consumo fumado de substâncias psicoativas por diversas estruturas de redução de danos, com o objetivo de avaliar a necessidade deste tipo de material junto dos utilizadores de drogas com novos / diferentes padrões de consumo. Foram distribuídas fichas de autopreenchimento para avaliação do material disponibilizado.

Direção Geral dos Serviços Prisionais

Apesar de muitas das ações de informação/sensibilização sobre a promoção da saúde e a problemática da toxicodependência que são desenvolvidas em contexto prisional, abordarem igualmente a valência da redução de riscos e minimização de danos, dada a permeabilidade das temáticas, no ano de 2011 foram promovidas 54 ações específicas sobre redução de riscos, abrangendo um total de 900 frequências.

Tais iniciativas contemplaram diversas temáticas, nomeadamente: os programas de redução de riscos e minimização de danos; a morbilidade e co morbilidade associada aos comportamentos de risco; os riscos associados às práticas de *piercings* e tatuagens; os comportamentos de risco e os comportamentos protetores; a aquisição de hábitos de vida saudáveis, entre outras.

Relativamente ao **programa Específico de Troca de Seringas**, medida que se insere no vasto *Plano de Ação Nacional para Combate à Propagação de Doenças Infeciosas em Meio Prisional*, aguarda-se parecer do Relatório apresentado em julho de 2009, que contempla propostas de desenvolvimento sobre esta matéria, perspetivando-se a constituição de um Grupo de Trabalho técnico interministerial e multidisciplinar para estudar e analisar o programa Específico de Troca de Seringas.



Tratamento⁵⁴

Resultado a atingir

Garantir a toda a população que o deseje o acesso em tempo útil a respostas terapêuticas integradas, articuladas e complementares.

Objetivo

49. Promover uma rede de recursos de saúde e socio sanitários, que implique os múltiplos actores do sector público e privado numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas pelos Cuidados de Saúde Primários.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
49.1. Manutenção / alargamento da rede integrada de prestação de cuidados.	2009-2012	IDT, I.P. em articulação com ARS, Autarquias, ONG, IPSS	N.º de Protocolos / acordos efetuados.	IDT, I.P. – efetuados 9 novos Protocolos, neste âmbito;
49.2. Integração de cuidados de saúde ao toxicodependente a nível regional e local agilizando o seu tratamento na comunidade de pertença e evitando a discriminação na utilização dos dispositivos de saúde.	2009-2012	IDT, I.P. em articulação com MCSP, CNSM, ARS e outras entidades	N.º de instituições com serviços integrados de apoio ao toxicodependente.	IDT, I.P. – atualização do guia de recursos, neste âmbito.
49.3. Construção de circuitos padrão de referenciação de utentes para diferentes serviços da comunidade a nível local, diferenciando o âmbito de responsabilidade dos diferentes intervenientes. (redes de referenciação, Nacional, Regional e Local).	2009-2012	IDT, I.P., DGS, ARS, Autarquias, ONG, IPSS	N.º de circuitos definidos.	IDT, I.P. – atualização do documento de recolha de circuitos padrão de referência; Definidos 4 circuitos padrão de referência.

⁵⁴ Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A -Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Tratamento, deste Volume.

Objetivo

50. Promover o redimensionamento e a reorientação da rede prestadora de cuidados em função do diagnóstico dos contextos globais e locais, reforçando a rede de cuidados integrados.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
50.1. Colaboração na implementação, monitorização e avaliação do PORI com os outros vectores do Eixo de Redução de Procura, em articulação com outras entidades.	2009-2012	IDT, I.P. com outras entidades	Relatório de Atividades.	IDT, I.P. – desenvolvidos 3 projetos (2 na região norte e 1 na região de Lisboa) ⁵⁵ .

Objetivo

51. Promover medidas que permitam facilitar o acesso aos diversos programas de tratamento, gerindo os tempos de espera de acordo com critérios éticos e científicos, as realidades locais e as recomendações internacionais.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
51.1. Monitorização de tempos de espera para primeiras consultas e admissões em programas de tratamento.	2009-2012	IDT, I.P.	Tempo de espera para: Primeiras Consultas; Programas de tratamento.	IDT, I.P. – Os atendimentos nas Equipas de Tratamento realizados em menos de 15 dias foram na ordem dos 78% e a percentagem de programas de tratamento com o tempo de espera médio dentro do limite máximo, definido como aceitável, foi de 76%. A percentagem no tempo de espera para entrada em tratamento, dentro dos limites previamente definidos como aceitáveis, foi de 74% para Programas Manutenção Metadona, de 100% para Comunidades Terapêuticas e de 75% para Unidades de Desabitação.

⁵⁵ 4 Projetos sem necessidade de financiamento. Para outros dados indicadores, ver *Parte B* - capítulo *PORI*, deste *Anexo*.

Resultado a atingir

Disponibilizar uma oferta de programas de tratamento e de cuidados diversificada abrangendo um amplo leque de abordagens psicossociais e farmacológicas, orientadas por princípios éticos e pela evidência científica.

Objetivo

52. Melhorar a oferta de programas de tratamento à população toxicodependente garantindo a qualidade dos serviços prestados e a divulgação das boas práticas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
52.1. Incrementação da eficácia da rede de tratamento e potenciar a adesão aos seus programas.	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de utentes em tratamento. N.º de novos utentes admitidos. Taxas de ocupação das unidades de internamento. Indicadores de adesão aos Programas.	IDT, I.P. – a Taxa de ocupação de internamentos em Comunidade Terapêutica foi de 79%, e de internamentos em Unidades de Desabituação, de 73%.
52.4. Participação na elaboração, implementação, monitorização e avaliação de um Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM).	2009-2012		N.º de unidades a utilizar o SIM. N.º de técnicos de cada grupo profissional das ET a utilizar o SIM.	IDT, I.P. – O SIM esteve a funcionar em todas as unidades do IDT, I.P.; A percentagem de novos utentes com informação preenchida, em todos os campos fundamentais, foi de 79%.

Objetivo

53. Implementar e/ou melhorar programas específicos de resposta eficiente num registo simultaneamente vertical (rede de referenciação) e horizontal (articulações dos diferentes vectores) para grupos com necessidades específicas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
53.2. Monitorização da administração observada de medicamentos por comorbilidade.	2009-2012	IDT, I.P.	Elaboração de relatório.	IDT, I.P. – elaboração de 1 relatório nacional (síntese dos 5 relatórios regionais).

Resultado a atingir

Implementar um processo de melhoria contínua da qualidade a nível de todos os programas e intervenções terapêuticas.

Objetivo

55. Elaborar e aperfeiçoar linhas de orientação técnicas ou técnico-normativas para os diversos tipos de intervenção, incluindo os protocolos de articulação e integração.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
55.1. Elaboração de linhas orientadoras para tratamento precoce de jovens em risco e de consumidores adolescentes com	2009-2012	IDT, I.P., DGS, CPCJ e MCSP	Linhas orientadoras produzidas / programadas.	IDT, I.P. – Conclusão do documento de linhas orientadoras, neste âmbito.

Objetivo

55. Elaborar e aperfeiçoar linhas de orientação técnicas ou técnico-normativas para os diversos tipos de intervenção, incluindo os protocolos de articulação e integração.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
enfoque nos sintomas precoces, físicos e psíquicos.				
55.3. Elaboração de linhas orientadoras para o acompanhamento de crianças inseridas em famílias com problemas de toxicodependência no âmbito dos CSP e dos Cuidados Diferenciados.		IDT, I.P.,, DGS, CPCJ, ISS, e MCSP	Linhas orientadoras produzidas / programadas.	IDT, I.P. – Produzido o documento de linhas orientadoras, neste âmbito.

Objetivo

56. Promover a avaliação rigorosa e sistemática dos diversos tipos de programas e de cuidados implementados na óptica de satisfação do utente, permitindo no futuro a sua acreditação.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
56.1. Definição de indicadores de monitorização e avaliação dos programas e cuidados implementados e promoção da sua recolha sistemática.	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de programas e cuidados implementados e avaliados. N.º de indicadores recolhidos.	IDT, I.P. – elaborado 1 documento de monitorização nacional (síntese de 5 documentos regionais).

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

No sentido de *promover uma rede de recursos de saúde e sócio sanitários, que implique os múltiplos atores do sector público e privado numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas pelos Cuidados de Saúde Primários* [objetivo operacional 49], o IDT, I.P. deu continuidade ao desenvolvimento de esforços, com vista a manutenção de uma rede de articulação de respostas terapêuticas complementares, mediadas quer pela formalização de novos protocolos, quer pelo estabelecimento de novos acordos. Em 2011, foram assinados 9 novos protocolos, referenciados pelas Delegações Regionais (3 na DRN; 1 na DRC, 3 na DRLVT e 2 na DRAL). Concorrendo para o mesmo objetivo foi feita a atualização do **Guia de Recursos**.

No âmbito da *promoção de medidas que permitam facilitar o acesso aos diversos programas de tratamento, gerindo os tempos de espera de acordo com critérios éticos e científicos e as realidades locais* [objetivo operacional 51], procedeu-se à monitorização do acesso aos diversos programas de tratamento. Assim, para a *monitorização dos tempos de espera para primeiras consultas e admissões em programas de tratamentos* [ação 51.1], realizou-se uma avaliação, à semelhança de anos anteriores, através dos dados recolhidos por questionário dirigido às ET sobre o acesso aos programas de Metadona, internamento em Unidade de Desabituação e Comunidade Terapêutica públicas. Os resultados foram, mais uma vez, comparados com os tempos de espera máximos, em dias, considerados razoáveis para cada um dos programas.

Quadro 158 - Tempos de Espera para Programas Terapêuticos com Metadona, Desabituação e Comunidade Terapêutica

2011	Tempo de espera Média Nacional (em dias)	Tempo de espera razoável (em dias) (*)
Programa de Metadona	14	10
UD	12 ⁵⁶	13
CT	9	22

(*) Fonte: Relatório de Atividades 2007 (tempo de espera médio dentro do limite máximo definido como aceitável).
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Os programas terapêuticos apresentaram, em termos globais, um tempo de espera médio que se enquadra nos tempos de espera definidos como razoáveis⁵⁷.

Das 4 Unidades de Desabituação, 3 apresentaram tempos de espera inferior a 13 dias. Relativamente às Comunidades Terapêuticas, todas elas apresentaram valores abaixo dos 22 dias e, ao nível da admissão em programa de Metadona, 32 das 43 ET que responderam aos questionários, apresentaram um tempo de espera inferior aos 10 dias.

⁵⁶ O tempo médio de espera aumentou em relação ao ano anterior devido à diminuição da lotação oficial (22 camas) praticada numa UD em determinados períodos do ano.

⁵⁷ Fonte: Relatório de Atividades 2007 (Tempo de espera médio dentro do limite máximo definido como aceitável – 10 dias para a Metadona, 13 dias para UD e 22 para CT).

Tendo em vista *elaborar e aperfeiçoar linhas de orientação técnicas ou técnico-normativas para os diversos tipos de intervenção, incluindo os protocolos de articulação e integração* [objetivo operacional 55], foi realizado um trabalho de atualização de alguns documentos, dos quais se destaca, as Linhas Orientadoras para *Tratamento Precoce de Jovens em Risco e de Consumidores Adolescentes com Enfoque nos Sintomas Precoces, Físicos e Psíquicos* e as Linhas Orientadoras para *Tratamento e Reabilitação em Comunidade Terapêutica*.

Rastreo de Doenças Infeciosas

- **Utentes rastreados nas consultas das Equipas de Tratamento do IDT, I.P.**

Tendo em atenção a importância da ocorrência de comorbilidade física ou psíquica nos utentes, procedeu-se mais uma vez, à semelhança dos anos anteriores, à monitorização da administração vigiada de medicamentos, nas unidades de tratamento, verificando-se que durante o ano, dos utentes em tratamento, 191 faziam toma sob observação direta (TOD) de antirretrovirais, 114 de tuberculostáticos e 1.265 de psicofármacos para patologia psiquiátrica associada aos consumos de substâncias psicoativas, como está expresso no quadro 159.

Quadro 159 - Utentes em Tratamento com Administração Vigiada de Medicamentos (TOD)

Utentes com toma observada de:	DRN	DRC	DRLVT	DRA	DRAL	TOTAL 2011
Antirretrovirais	129	6	46	9	1	191
Tuberculostáticos	51	3	51	9	0	114
Psicofármacos	919	89	201	40	16	1.265
Total	1.099	98	298	58	17	1.570

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

- **Metodologia ADR para o VIH**

No ano de 2011, continuou-se a aplicação pelas equipas de tratamento da metodologia ADR - Aconselhamento, Deteção e Referenciação no âmbito do *programa de Identificação Precoce e Prevenção da Infecção VIH/SIDA junto dos utilizadores de Drogas*, tendo sido abrangidos 7.880 utentes.

Quadro 160 - Testes Rápidos efetuados aos Utentes Novos

2011	Utentes Abrangidos	Com Teste Rápido		Utentes Abrangidos Sem Teste Rápido				Número Total HIV +
		Positivo	Negativo	HIV + Prévios	Negativos Recentes ⁵⁸	Recusas	Outras Situações	
Norte	1.147	2	1.020	18	32	31	44	20
Centro	330	1	270	11	8	0	40	12
Lisboa	464	11	368	24	21	11	29	35
Alentejo	253	1	240	7	3	2	0	8
Algarve	258	0	248	2	6	2	0	2
Total	2.452	15	2.146	62	70	46	113	77

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

⁵⁸ Negativos recentes e sem comportamentos de risco.

Os resultados da aplicação desta metodologia a 2.425 novas admissões ocorridas neste ano permitiram apurar resultados reativos para o AchIV em 77 destes utentes (3,1%). No que se refere aos que desconheciam, à data de admissão, o seu estado serológico, a aplicação do teste rápido evidenciou resultados reativos para 15 utentes (0,7%), constituindo prováveis infeções pelo VIH que não estavam até então rastreadas.

Quadro 161 - Testes Rápidos efetuados aos Utentes em Seguimento

2011	Utentes Abrangidos	Com Teste Rápido		Utentes Abrangidos Sem Teste Rápido				Número Total HIV +
		Positivo	Negativo	HIV + Prévios	Negativos Recentes ⁵⁹	Recusas	Outras Situações	
Norte	1.323	3	1.247	36	22	10	5	39
Centro	1.286	2	1.086	64	23	6	105	66
Lisboa	996	25	888	23	28	12	20	48
Alentejo	718	1	660	52	1	4	0	53
Algarve	1.105	7	1.018	57	9	14	0	64
Total	5.428	38	4.899	232	83	46	130	270

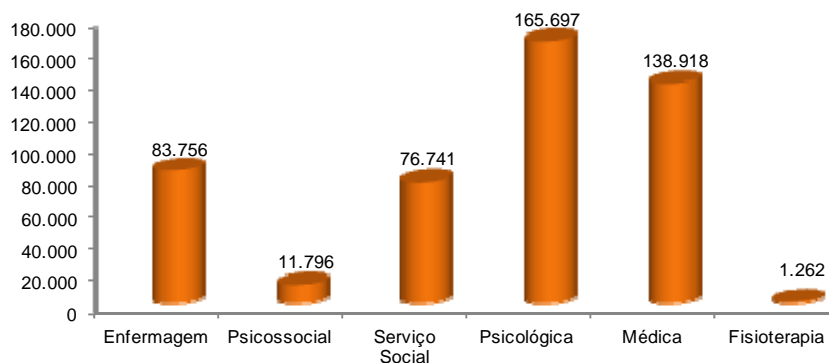
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.

No que diz respeito a 5.428 utentes em seguimento submetidos à metodologia ADR, verificaram-se resultados reativos para o AchIV em 270 casos (5%). Tendo-se justificado a aplicação do teste rápido a 4.937 destes utentes, obtiveram-se resultados reativos em 38 casos (0,8%), correspondendo à deteção de prováveis infeções por este vírus, e que eram até então desconhecidas.

Total de consultas nos CRI

Comparativamente ao ano anterior, em 2011, verificou-se um acréscimo no número de consultas registadas a utentes em ambulatório nos CRI (+2,3%). No que se refere às primeiras consultas, observou-se igualmente um aumento de cerca de 0,6%, em relação ao ano anterior, mantendo-se assim a tendência de acréscimo verificada desde 2007. Relativamente ao número de utentes ativos atendidos pelas equipas técnicas dos CRI, registou-se um acréscimo de 0,8%.

Figura 81- Consultas/intervenções por grupo profissional nos CRI (N=478.170)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.

⁵⁹ Negativos recentes e sem comportamentos de risco.

Internamentos

• Unidades de Desabilitação Públicas

No ano 2011, estiveram abertas 4 Unidades de Desabilitação públicas, com um total de 63 camas, recebendo utentes enviados pelas Equipas de Tratamento dos CRI com projetos terapêuticos diversificados, que vão da desabilitação de opiáceos para a iniciação de terapêutica antagonista, à paragem de consumos para ingressar numa Comunidade Terapêutica e à conclusão de programas de tratamento com agonistas opiáceos.

Relativamente a 2010, observou-se um acréscimo do número de doentes internados (+5%), bem como, no número total de dias de internamento (+25%). A taxa de ocupação situa-se nos 73%.

Quadro 162 - Unidades de Desabilitação Públicas

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Unidades de Desabilitação Públicas	4	63	73%	83%

a) % De altas clínicas entre os utentes saídos no ano.
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

• Unidades Privadas de Desabilitação Licenciadas e Convencionadas

No ano de 2011, o número de Unidades de Desabilitação licenciadas manteve-se em 6. Verificou-se, também, a manutenção de 4 Unidades de Desabilitação convencionadas, com 55 camas. Nestas últimas, a taxa de ocupação foi de 23%, tendo-se verificado um decréscimo progressivo do número de utentes internados em camas convencionadas.

Quadro 163 - Unidades de Desabilitação Privadas com Camas Convencionadas

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas Convencionadas	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Unidades de Desabilitação com Convenção	4	55	23%	88%

a) % De altas clínicas entre os utentes saídos no ano.
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

• Comunidades Terapêuticas Públicas

Em 2011, nas 3 Comunidades Terapêuticas públicas, com um total de 55 camas, verificou-se em relação a 2010 um aumento do número de utentes internados (+8%), uma diminuição na taxa de ocupação (85% em 2010 e 79% em 2011) e um decréscimo na percentagem de altas clínicas (43% em 2010 e 40% em 2011).

Quadro 164 - Comunidades Terapêuticas Públicas

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Comunidades Terapêuticas Públicas	3	55	79%	40%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

- **Comunidades Terapêuticas Privadas Licenciadas e Convencionadas**

No ano de 2011, estiveram licenciadas 65 Comunidades Terapêuticas, com um total de 2.112 camas a 31 de dezembro de 2011, 61 das quais com 1530 camas convencionadas (mais 14 do que na mesma data no ano anterior).

Ao nível das camas convencionadas e em relação a 2010, registou-se uma diminuição no número de doentes internados (-14% em 2011), uma diminuição na taxa de ocupação (83% em 2010 e 79% em 2011) e um aumento na percentagem de altas clínicas (45% em 2010 e 47% em 2011).

Quadro 165 - Comunidades Terapêuticas Privadas com Camas Convencionadas

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas 31 /12/ 2011	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Comunidades Terapêuticas com Convenção	61	1.530	79%	47%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

- **Centros de Dia Públicos**

No ano de 2011, estiveram abertos 2 Centros de Dia (CD) públicos, com capacidade para 39 utentes.

Relativamente a 2010, verificou-se um ligeiro aumento no número de utentes (+1%), uma diminuição na taxa de ocupação (57% em 2010 e 53% em 2011), e um decréscimo na percentagem de altas clínicas (70% em 2010 e 58% em 2011).

Quadro 166 - Centros de Dia Públicos

Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Lugares	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Centros de Dia Públicos	2	39	53 %	58%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

- **Centros de Dia Privados Licenciados e Convencionados**

No ano de 2011 estiveram licenciados 6 Centros de Dia com um total de 240 lugares, 5 dos quais com 187 lugares convencionados.

A nível dos lugares convencionados e comparativamente a 2010, registou-se uma diminuição no número de utentes (-6%), uma diminuição na taxa de ocupação (25% em 2010 e 20% em 2011) e um aumento na percentagem de altas clínicas (79% em 2010 e 85% em 2011).

Quadro 167 - Centros de Dia Privados com Lugares Convencionados

Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Lugares Convencionados	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Centros de Dia com Convenção	5	187	20%	85%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Programas de Tratamento com Agonistas Opiáceos

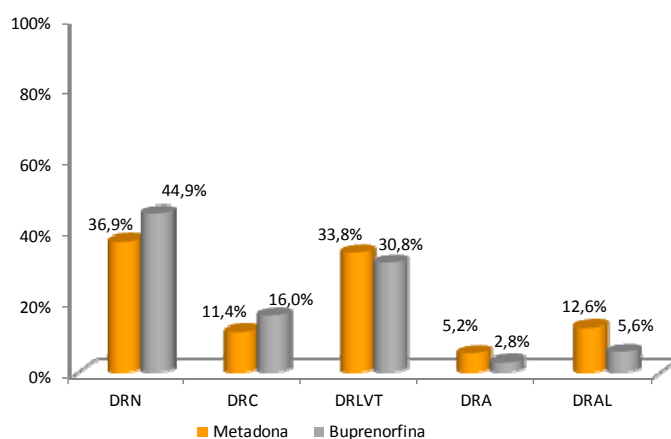
Apresentam-se de seguida alguns dados relativo ao Programa Terapêutico com Agonistas Opiáceos (que constam de forma mais detalhada na *Parte A – capítulo Tratamento* deste Anexo) e ao programa terapêutico de administração de metadona nas farmácias.

Ao longo de 2011 estiveram inseridos em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos 26.351 utentes a nível nacional, correspondente a um decréscimo de 4%, face a 2010.

Nos Programas de Metadona, em 2011, a proporção de saídas com alta terapêutica foi de 19% e a de abandonos foi de 42%. Para os Programas com Buprenorfina, a proporção de saídas com alta terapêutica foi de 12% e a de abandonos foi 33%.

Estavam integrados, a 31 de dezembro de 2011, em programa terapêutico com agonistas opiáceos 21.236 utentes, dos quais 78% em Metadona e 22% em Buprenorfina.

Figura 82- Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, a 31 de dezembro de 2011



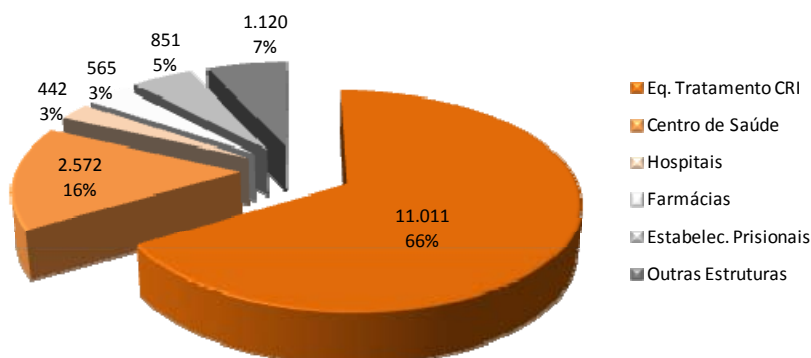
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

A procura de agilizar o acesso aos programas de tratamento promovendo maior autonomia aos utentes e facilitando os processos de ressocialização e reinserção social manteve-se, enquanto princípio orientador das intervenções no Tratamento. Permaneceram os regimes de parceria na administração de Metadona entre o IDT,IP e vários organismos, o que permitiu aos utentes a prossecução dos seus tratamentos de forma adaptada à fase de evolução em que se encontravam, quer em termos de organização psicossocial, quer em termos da continuidade dos cuidados perante situações imprevistas (hospitalizações ou detenções).

Nos CRI do IDT, I.P., aos utentes em tratamento a administração de Metadona concretiza-se nas ET, nos Centros de Saúde, nos Centros de Diagnóstico Pneumológico e nas Farmácias. De acordo com critérios e regras previamente estabelecidos pelas respetivas equipas responsáveis pelos programas, e com uma permanente avaliação clínica dos casos, é possível em certas situações os utentes levarem, semanalmente, doses domiciliárias.

Em caso de hospitalização ou detenção, as ET articulam com essas instituições para assegurar a continuidade na administração deste medicamento.

Figura 83- Utentes em programa de tratamento com metadona conforme o local de toma, a 31 de dezembro de 2011 (IDT, I.P. e Parcerias)

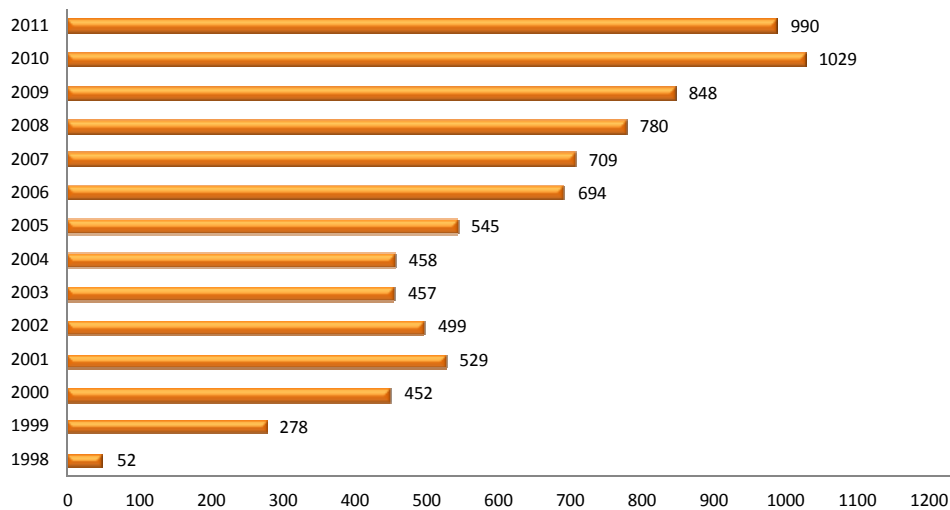


Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.

O Programa Terapêutico com Metadona nas Farmácias resulta de um protocolo entre o IDT, I.P., a ANF, o INFARMED e a Ordem dos Farmacêuticos.

Desde o início do programa⁶⁰ até 31 de dezembro de 2011, integraram este programa **506** farmácias, **792** farmacêuticos e **2.913** doentes.

Figura 84 - Evolução do número de utentes em farmácias, por ano



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.

Em 2011, na área do tratamento, é de salientar o desenvolvimento do protocolo com a CNPCJR. Neste contexto, foi implementado um projeto na Delegação Regional do Algarve que consistiu na definição das melhores estratégias de articulação, referenciação e resolução de casos de processos conjuntos de crianças, pais e outros familiares.

⁶⁰ O Programa teve início em 1998.

Direcção Geral dos Serviços Prisionais

O encaminhamento para tratamento é estimulado em todo o sistema prisional, além de assegurar a todos os novos reclusos a continuidade dos tratamentos farmacológicos iniciados em liberdade.

No que diz respeito ao tratamento, existem na Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) programas de Tratamento Orientados para a Abstinência (Unidades Livres de Droga e Casa de Saída) e programas Farmacológicos (com Agonistas Opiáceos e com Antagonistas Opiáceos) ⁶¹.

⁶¹ Ver informação mais detalhada na *Parte A* – capítulo *Tratamento*, deste *Anexo*.

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

No âmbito do PPCDAFA⁶², o tratamento pode incluir: internamento em hospital militar, no serviço de psiquiatria, para desintoxicação médica e acompanhamento clínico; programa de tratamento e reabilitação biopsicossocial em unidade especializada; ação terapêutica de reabilitação educativa, com o aproveitamento de militares recuperados, em ações de aconselhamento e ajuda; acompanhamento médico periódico, em regime ambulatorio; frequência de grupos de ajuda mútua (AA e NA).

Em 2011, realizaram-se nos três Ramos, nas respetivas Unidades Hospitalares e na UTITA, 126 consultas de psiquiatria (-5, que em 2010 e-25 que em 2011) por situações relacionadas com o consumo de álcool ou drogas, e o internamento de 23 militares (+ 3, que em 2010 e-35, que em 2009). De referir que estes valores não correspondem a indivíduos, uma vez que pode existir a repetição de ocorrências.

O Serviço de Utilização Comum das Forças Armadas para o tratamento e reabilitação psicossocial de alcoolismo e toxicod dependência é a Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicod dependências e Alcoolismo (UTITA), da Marinha. Esta Unidade possui um protocolo de colaboração com o IDT, I.P., na área do tratamento.

Em 2011, o programa de internamento manteve a estrutura do ano anterior, tendo ocorrido, ao longo do ano, 7 programas de tratamento (-1 programa que em 2010), envolvendo 17 militares das Forças Armadas (igual a 2010) e 1 da GNR (-2, que em 2010).

Relativamente ao protocolo firmado com o IDT, I.P., a UTITA realizou, no nível ambulatorio, 947 consultas e, no nível internamento, recebeu 39 pacientes, por problemas relacionados com álcool e outras drogas.

⁶² O PPCDAFA inscreve-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de Missão e Transversais. Por razões de estrutura deste relatório aparece plasmado em diferentes capítulos. O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como a evolução do investimento do mesmo, pode ser consultado no capítulo Dissuasão, deste Anexo.



Reinserção

Resultado a atingir

Garantir a abrangência e a transversalidade dos recursos institucionais/não-institucionais da Reinserção nas várias áreas de vida do cidadão, de forma a facilitar o desenvolvimento de projetos de vida sustentados.

Objetivo

57. Assegurar a existência de condições que promovam a autonomia e o exercício pleno da cidadania.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
57.1. Facilitação do acesso a respostas de formação académica, profissional e emprego ⁶³ .	2009-2012	IDT.I.P., ME, IIEFP, I.P. DGSP, DGRS, Outras entidades públicas e privadas	Parcerias estabelecidas. Documentos orientadores produzidos.	<p>IDT, I.P. – Estabelecidas 63 novas parcerias. Estiveram ainda em vigor, a nível nacional, 74 parcerias celebradas em anos anteriores, neste âmbito;</p> <p>Consolidação dos canais de comunicação e de articulação entre IDT, I.P., Centros de Emprego e Centros de Formação, existindo 16 CRI com canais de comunicação e de articulação estabelecidos;</p> <p>Consolidação da articulação entre as DR do IIEFP, I.P. e do IDT, I.P., com vista ao Planeamento, Acompanhamento e Avaliação do Programa Vida Emprego (PVE), ao nível regional, tendo-se realizado 6 reuniões conjuntas;</p> <p>Acompanhamento e monitorização do desenvolvimento do PVE, tendo-se realizado 1 reunião para a implementação das orientações, neste âmbito;</p> <p>Consolidação do funcionamento da Bolsa de Empregadores com 66 serviços a utilizar a mesma.</p> <p>DGRS – 1.077 parcerias estabelecidas com entidades beneficiárias de trabalho comunitário;</p> <p>Produzido 1 documento orientador.</p> <p>IIEFP, I.P. – Foi dada continuidade ao PVE nomeadamente com o desenvolvimento de medidas específicas facilitadoras da integração no mercado de trabalho de pessoas toxicodependentes em processo de recuperação.</p>
57.2. Estabelecimento de parcerias com entidades promotoras de respostas habitacionais ⁶⁴ .	2009-2012	IDT.I.P., IHRU, I.P., ANM, Outras entidades públicas e privadas	Parcerias estabelecidas.	IDT, I.P. – Estabelecidas 2 parcerias, neste âmbito. Estiveram ainda em vigor, a nível nacional, 31 parcerias celebradas em anos anteriores.

⁶³ Esta Ação dá continuidade aos Objetivos 70, 71 e 72 do PAH 2008.

⁶⁴ Esta Ação dá continuidade à Ação 69.1 do PAH 2008.

<p>57.5. Promoção de respostas que desenvolvam a rede de relações familiares, sociais e institucionais dos indivíduos⁶⁵.</p>	2009-2012	IDT,IP, outras entidades públicas e privadas	N.º de respostas dinamizadas.	<p>IDT, I.P. – Dinamização de intervenções sócio terapêuticas dirigidas aos utentes e familiares, em diversos serviços; Grupos de treino de aptidões sociais em funcionamento em 19 serviços; Grupos de treino de aptidões sociais em funcionamento, com supervisão, em 3 serviços; Outras intervenções sócio terapêuticas em funcionamento, dirigidas aos utentes, em 26 serviços; Outras intervenções sócio terapêuticas em funcionamento, dirigidas às famílias, em 28 serviços; Intervenção no meio prisional: - Implementação de treino de aptidões sociais em 3 EP do Algarve; - Promoção de ações de sensibilização com vista à empregabilidade em 3 EP do Algarve; - Acompanhamento técnico de 21 reclusos com vista à preparação da saída;</p> <p>DGRS – Estabelecidos 53 protocolos com entidades da comunidade para satisfação das necessidades sociais, de saúde e problemáticas aditivas.</p>
--	-----------	--	-------------------------------	--

Resultado a atingir

Potenciar a reinserção enquanto processo global, implicando todos os atores na ótica da abordagem e das respostas integradas, através de uma gestão participada e efetiva.

Objetivo

58. Garantir a eficiência e a eficácia das respostas disponíveis.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
<p>58.1. Adoção de um modelo de intervenção para a área da reinserção, que contemple a figura do gestor de caso, a abordagem familiar o acompanhamento integrado do utente e o plano individual de inserção.</p>		IDT, I.P., Respostas licenciadas	Documentos orientadores produzidos; Implementação do modelo.	IDT, I.P. – acompanhamento e avaliação da implementação do modelo de intervenção para a área da reinserção, tendo sido implementado em 72 serviços locais do IDT, I.P. com intervenção em Reinserção; Elaborado 1 relatório de acompanhamento e avaliação; 7.509 Utentes com Planos Individuais de Inserção.
<p>58.2. Criação, adaptação e qualificação das respostas sociais e equipamentos em funcionamento, nomeadamente dos Apartamentos de Reinserção Social e Equipas de Intervenção Direta, às necessidades dos públicos-alvo⁶⁶.</p>	2009-2012	IDT, I.P., ISS, I.P., DGSS, outras entidades	Levantamento de necessidades. Documentos orientadores produzidos. N.º de respostas criadas. Guião de orientação técnico normativas produzidos.	IDT, I.P./ISS, I.P – realizada reunião de trabalho no sentido de criar condições para implementação de Unidades Residenciais de Longa Duração (URLD). ISS, I.P. – definidos indicadores transversais de avaliação, a ter em conta na análise das respostas sociais; Efetuado levantamento das condições de funcionamento dos Apartamentos de Reinserção Social e Equipas de Intervenção Direta e dado início ao tratamento da informação, com vista à produção de relatório de avaliação.

⁶⁵ Esta Ação dá continuidade aos Objetivos 74, 75 e 76 do PAH2008.

⁶⁶ Esta Ação dá continuidade à Ação 69.3 do PAH 2008.

Objetivo				
58. Garantir a eficiência e a eficácia das respostas disponíveis.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
58.3. Monitorização e avaliação dos Apartamentos de Reinserção e das Equipas de Intervenção Direta em funcionamento e dos apoios sociais em situação de crise e precariedade económica.		ISS, I.P., IDT, I.P.	N.º de instrumentos produzidos. Relatório de avaliação.	IDT, I.P. – realizados diversos instrumentos de registo, acompanhamento e avaliação, resultantes do diagnóstico de necessidades e levantamento das condições de funcionamento dos Apartamentos de Reinserção, realizado em 2008/09, em colaboração com o ISS,I.P. ISS, I.P. – criados 2 guiões para visita de ação de acompanhamento, na área da toxic dependência; Início da produção de relatórios de avaliação das respostas, neste âmbito.
58.4. Promoção da coordenação intrainstitucional e interinstitucional, com vista à integração das intervenções ⁶⁷ .		IDT, I.P., ISS, I.P., IEFP, I.P., SCML, DGSP, DGRS, ACT, outras entidades	Documentos orientadores produzidos. N.º de projetos conjuntos. N.º de reuniões. Relatórios de avaliação.	IDT, I.P./ISS, I.P./SCML – Relatório de monitorização e avaliação do protocolo de articulação IDT, I.P./ ISS, I.P. / SCML; Promoção e dinamização da articulação intra e inter institucional, no âmbito do combate à pobreza e exclusão social; participação em todas as reuniões da Comissão de Acompanhamento Alargada da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA) e em 80% das reuniões do Núcleo Executivo da mesma; 12 CRI com representação nos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), responsáveis pela implementação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo a nível local; Foram 53 os serviços com representação na Rede Social. ISS, I.P. – elaborado o Relatório Anual da implementação do protocolo de monitorização de articulação IDT, I.P./ISS, I.P./SCML. DGRS – Produzidos 2 documentos orientadores; Promovidos diversos projetos conjuntos de promoção da educação e formação e apoio social.

⁶⁷ Esta Ação dá continuidade às Ações 78.1 e 79.1 do PAH 2008.

Objetivo

59. Promover a responsabilidade dos Sistemas Sociais na promoção de respostas de reinserção e prevenção da desinserção.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
59.1. Elaboração de um modelo de intervenção, tendo em vista o desenvolvimento de Programas de Prevenção em meio laboral, que concorram para a reinserção e a prevenção da desinserção ⁶⁸ .	2009-2012	IDT, I.P., ACT, entidades empregadoras, organizações sindicais, confederações patronais	Documento orientador produzido. N.º de projetos conjuntos.	IDT, I.P. – consolidação das diferentes vertentes de intervenção através da dinamização e reforço das parcerias e da articulação com os serviços loco-regionais do IDT, I.P.; Continuação do desenvolvimento do Projeto EURIDICE (Protocolo IDT, I.P. e CGTP); Participação em dois projetos internacionais: <i>European Workplace and Alcohol</i> e <i>no Ad Hoc Expert Group on the Prevention of Drug Use in the Work Place</i> ; Implementação de vários planos de ação com intervenção na comunidade empresarial: Elaboração de 2 protocolos respetivamente com a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira e a CM de Albufeira, pautados por diversas ações de formação.
59.2. Incentivo à dinamização de projetos de reinserção por entidades privadas sem fins lucrativos, baseados em diagnósticos de necessidades ⁶⁹ .	2009-2012	IDT, I, P, Entidades privadas sem fins lucrativos	N.º de projetos apoiados.	IDT, I.P. – Conclusão do projeto experimental para a pré-profissionalização e estabilização de toxicodependentes sem enquadramento sociofamiliar (Projeto InPar), projeto esse iniciado em 2009.
59.3. Implementação de um sistema de acompanhamento e avaliação dos projetos de intervenção.	2009-2012	IDT, I.P., outras entidades	Documentos orientadores produzidos. Projetos avaliados. Relatório de avaliação.	IDT, I.P. – acompanhamento e avaliação do projeto experimental para a pré-profissionalização e estabilização de toxicodependentes sem enquadramento sociofamiliar (Projeto Inpar), tendo-se realizado 3 visitas de acompanhamento ao projeto e produzido 1 relatório final de avaliação. Foi elaborado um Manual de Boas Práticas: “O Trabalho Primeiro”.
59.4. Colaboração na implementação, monitorização e avaliação do Plano de Respostas Integradas (PORI) com os outros vetores do Eixo da redução da Procura, em articulação com outras entidades ⁷⁰ .	2009-2012	IDT, I.P., outras entidades	Relatório de atividades.	IDT, I.P. – 34 projetos cofinanciados em desenvolvimento, na área da Reinserção ⁷¹ .

⁶⁸ Esta Ação dá continuidade à Ação 73.1 do PAH 2008.

⁶⁹ Esta Ação dá continuidade às Ações 77.3 e 79.2 do PAH 2008.

⁷⁰ Esta Ação dá continuidade à Ação 78.2 do PAH 2008.

⁷¹ 4 Projetos sem necessidade de financiamento. Para outros dados indicadores, ver *Parte B* - capítulo *PORI*, deste *Anexo*.

Resultado a atingir

Implementar o processo de melhoria contínua da qualidade em reinserção.

Objetivo

60. Promover o acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções regionais e locais no âmbito da reinserção.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
60.1. Criação e adaptação de instrumentos e procedimentos de recolha de dados relativos aos resultados das intervenções ⁷² .	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de instrumentos produzidos. Relatório de avaliação.	IDT, I.P. – realizados 123 encontros internos e 2 relatórios a nível nacional, neste âmbito.

Objetivo

61. Dotar os atores dos sistemas sociais de conhecimentos e competências no âmbito da intervenção em reinserção e prevenção da desinserção.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
61.1. Promoção de intervenções formativas para a área da reinserção, dirigidas aos técnicos do IDT, I.P., entidades públicas e privadas ⁷³ .	2009-2012	IDT, I.P., ISS, I.P., Entidades Promotoras de Projetos e/ou Respostas Sociais, Outras entidades públicas e privadas;	N.º de instituições envolvidas. N.º de intervenções formativas realizadas. N.º de técnicos abrangidos.	IDT, I.P. – envolvidas 52 instituições; Realizadas 22 intervenções formativas; Abrangidos 536 técnicos.
61.2. Dinamização de ações de divulgação de boas práticas de reinserção ⁷⁴ .		IDT, I.P., ISS, I.P., outras entidades	N.º de ações dinamizadas. N.º de guiões de boas práticas.	IDT, I.P. - dinamizadas 9 ações, neste âmbito.
61.3. Incentivo e apoio à investigação na área da reinserção.		IDT, I.P., outras entidades	N.º de estudos desenvolvidos. N.º de trabalhos divulgados.	IDT, I.P. – desenvolvidos 7 estudos; Divulgados 4 trabalhos.

⁷² Esta Ação dá continuidade à Ação 34.3 do PAH 2008.

⁷³ Esta Ação dá continuidade à Ação 37.2 do PAH 2008.

⁷⁴ Esta Ação dá continuidade à Ação 77.2 do PAH 2008.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Espelhando uma parte fundamental do trabalho desenvolvido pelos técnicos das equipas de reinserção dos CRI e uma componente essencial da intervenção nesta área, foram efetuadas ao longo do ano cerca de **81.750 consultas a utentes (76.228, em 2010)**, que possibilitaram o desenvolvimento dos percursos de inserção.

De forma a *garantir a eficiência e a eficácia das respostas disponíveis* [objetivo operacional 58], e muito em particular, *a adoção de um modelo de intervenção para a área da reinserção, que contemple a figura do gestor de caso, a abordagem familiar e o acompanhamento integrado do utente* [ação 58.1], a percentagem de aplicação do **Modelo de Intervenção para a área de Reinserção (MIR)**, em 2011, subiu para 95%⁷⁵ (72 serviços). Tal significa que em apenas 5% dos serviços (4 serviços), não foi utilizada a ficha do **Plano Individual de Inserção (PII)**, condição estabelecida para aferir da implementação do referido modelo de Intervenção.

A contratualização do PII, contemplada no *MIR*, tem subjacente, uma componente pedagógica e organizadora do processo de intervenção com o utente, devendo ser encarada como uma estratégia de compromisso de ambas as partes. Transversalmente a todo o processo de inserção, considera-se fundamental a implementação de estratégias sistemáticas de acompanhamento e de mediação social.

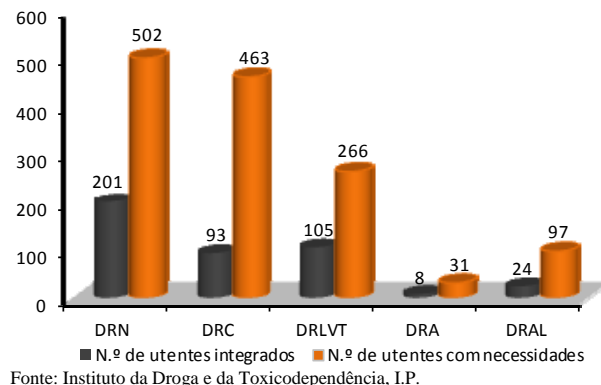
Fruto da implementação do MIR, estiveram em vigor **7.509 PII**. Considerando a relação entre o número de utentes com PII e o total de utentes ativos na reinserção, verifica-se que o rácio aumentou significativamente em 2011 (44%), tendo por referência os valores de 2010 (24%).

No sentido de *promover a implementação do processo de melhoria contínua da qualidade em reinserção, designadamente através do acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções regionais e locais no âmbito da reinserção* [objetivo operacional 60] foi dada continuidade ao **processo de monitorização das atividades e intervenções**, que permitiu realizar o acompanhamento da execução das ações planeadas. A recolha dos indicadores referentes às intervenções de reinserção, possibilitaram aferir as necessidades dos utentes ao longo dos percursos de reinserção e, simultaneamente, avaliar o grau de concretização das estratégias definidas e a capacidade do IDT, I.P., e dos parceiros, para responder às necessidades identificadas. Neste âmbito foi, ainda, realizada uma avaliação onde se identificaram pontos fortes e fracos do referido processo de monitorização, na sequência dos quais foram feitos alguns ajustamentos.

⁷⁵ Consideraram-se todos os serviços locais do IDT, I.P. com intervenção em reinserção, incluindo as Equipas de Tratamento, Consultas Descentralizadas, Extensões, Unidades de Alcoologia, Comunidades Terapêuticas, no total de 76.

Ao nível da **habitação**, foram identificadas **1.359** necessidades em utentes com consumos de Substância Ilícitas (1.323, em 2010), sendo a capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas de **32%** (37%, em 2010). A distribuição regional destes indicadores é a seguinte:

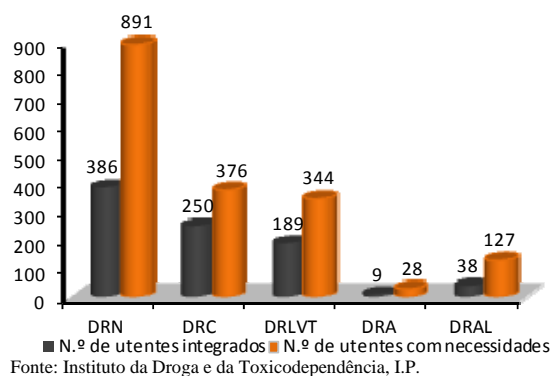
Figura 85 - Utentes com necessidades/integrados em respostas de habitação, por região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.359)



Mais uma vez se verifica que as **respostas habitacionais ou de acolhimento são manifestamente escassas e insuficientes**.

Na área da **educação** foram identificadas 1.766 necessidades em utentes com consumos de Substâncias Ilícitas (1.965, em 2010), sendo a capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas de 49% (44%, em 2010).

Figura 86 - Utentes com necessidades/integrados em respostas de educação, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.766)



O recurso aos centros de **Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)**, foi a resposta mais frequente (à semelhança do verificado em 2010), configurando uma solução flexível e mais adaptada ao perfil dos utentes.

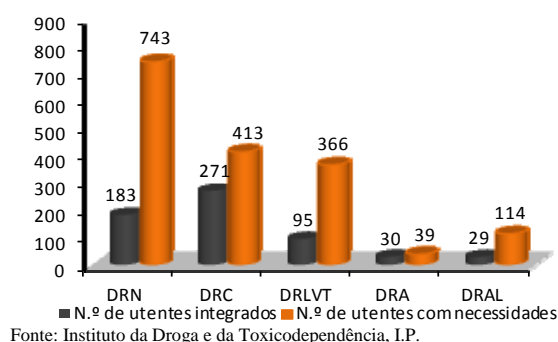
Outra intervenção fundamental, que promove um conjunto de capacidades essenciais aos percursos de inserção, é a **intervenção socio terapêutica**. Este tipo de necessidade pode ser satisfeita através de várias estratégias, individuais ou em grupo, sendo uma delas a constituição de grupos de treino de aptidões sociais, que abrangeram 1.390 utentes (3.011 em 2010).

Face ao ano anterior, regista-se uma diminuição do número de serviços que desenvolveram grupos de treino de aptidões sociais. Esta diminuição está relacionada com o encerramento de alguns serviços locais e/ou a diminuição do número de técnicos afetos às equipas de reinserção.

Além dos grupos de treino de aptidões sociais, existem outras intervenções grupais dirigidas aos utentes, que respondem a necessidades do âmbito socio terapêutico. Estas intervenções abrangeram 5.485 utentes em 2011.

No âmbito da **formação profissional**, foram diagnosticadas 1.675 necessidades em utentes com problemas de consumo de substâncias ilícitas (2.280, em 2010), sendo a capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas de 36% (26%, em 2010).

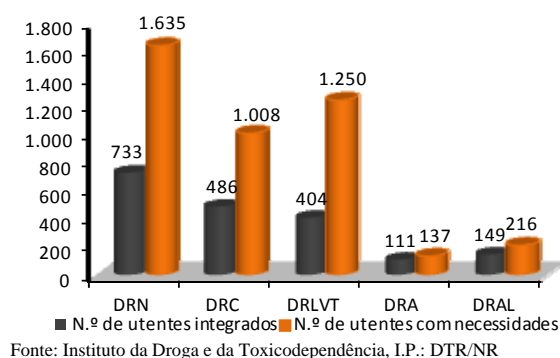
Figura 87 - Utentes com necessidades/integrados em respostas de formação profissional, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.675)



Comparativamente ao ano anterior, os valores registados em 2011 foram inferiores ao nível das necessidades identificadas, embora, ao nível do acesso à formação profissional, tenha aumentado a capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas. Isto poderá significar que terá sido conseguida uma melhoria na articulação interinstitucional com o IEFP, I.P. e outras entidades que desenvolvem respostas formativas. Apesar deste aumento, esses valores continuam a não ser satisfatórios, pois significam que 64% dos utentes com necessidade de qualificação profissional não conseguiram adquirir estas competências e muito provavelmente viram os percursos de inserção interrompidos por força desta situação.

No âmbito do **emprego**, foram diagnosticadas 4.246 necessidades em utentes com consumos de substâncias ilícitas (4.719, em 2010), sendo a capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas de 44% (43%, em 2010).

Figura 88 - Utentes com necessidades/integrados em respostas de emprego, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=4.246)

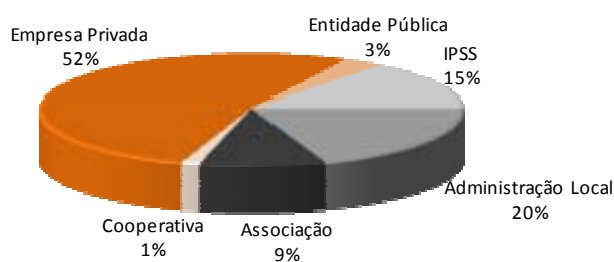


Verifica-se que, em relação ao ano anterior, houve uma diminuição do número de necessidades diagnosticadas, assim como do número de integrações em respostas de emprego. À semelhança dos anos anteriores, o mercado normal de trabalho absorveu a maioria dos utentes que foram integrados em respostas de emprego (55%).

Contribuindo para *assegurar a existência de condições que promovam a autonomia e o exercício pleno da cidadania* [objetivo operacional 57], mais concretamente, permitindo a *facilitação do acesso a respostas de formação académica, profissional e emprego* [ação 57.1], o **programa Vida-Emprego**⁷⁶ (PVE) abrangeu 1243 indivíduos em processo de reinserção, acompanhados pelas Equipas de Reinserção dos CRI e de outras unidades licenciadas ou financiadas pelo IDT, I.P..⁷⁷

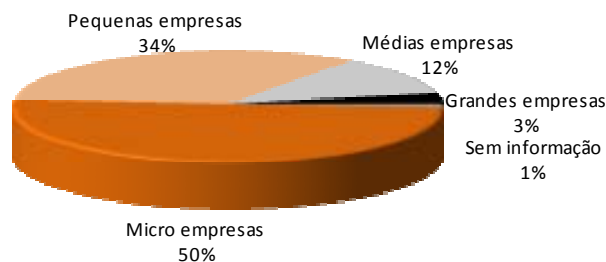
Ainda no âmbito da dimensão emprego, e no sentido de facilitar o acesso dos utentes ao mercado de trabalho, importa destacar a aplicação informática **Bolsa de Empregadores**, ferramenta que permite partilhar entre todos os técnicos a informação relativa a entidades empregadoras parceiras do IDT, I.P.. A utilização da Bolsa de Empregadores iniciou-se em 2009, tendo vindo a verificar-se uma adesão progressiva dos técnicos. Em 2011 foram inseridas 177 novas entidades que, em conjunto com as 751 entidades já existentes, constituem uma rede de parceiros do IDT, I.P. bastante abrangente.

Figura 89 - Natureza Jurídica das entidades inseridas na *Bolsa de Empregadores* (N=928)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Figura 90 - Dimensão das entidades inseridas na *Bolsa de Empregadores*, definida segundo o nº de trabalhadores (N=928)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Verifica-se que, a maioria das entidades empregadoras são empresas privadas (52%), e são micro empresas (50%), com menos de dez trabalhadores. No que respeita ao sector de atividade, 21% situam-se no sector das *Atividades de Saúde Humana e Apoio Social*, 15% no sector das *Atividades Administrativas e Serviços de Apoio* e 11% no *Setor do Comércio por Grosso e a Retalho*⁷⁸.

Verifica-se, ainda, que da totalidade de entidades, 792 receberam utentes no âmbito do PVE, o que representa 85%.

⁷⁶ Criado pela Resolução de Conselho Ministros n.º 136/98, de 4 de Dezembro. Coordenação conjunta do IEF, I.P./IDT, I.P..

⁷⁷ Mais informação sobre este programa no capítulo referente ao IEF, I.P.

⁷⁸ Tipologia definida na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas do INE (CAE Rev.3).

Importa ainda destacar, no domínio do Emprego e da empregabilidade, o **projeto experimental InPar**⁽⁷⁹⁾, implementado pela APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento, no período compreendido entre 03/08/2009 e 02/08/2011, na região do Grande Porto. Foi desenvolvido como projeto experimental para a pré-profissionalização e estabilização de toxicodependentes sem enquadramento sociofamiliar, ao abrigo do artigo 23.º da Portaria n.º 749/2007, de 25 de Junho, que teve como principal objetivo, testar o desenvolvimento de uma intervenção no âmbito da reinserção social, junto de utentes das estruturas de RRMD.

A intervenção, que se desenvolveu junto de utentes da Equipa de Rua *GiroGaia*, dividiu os utentes em dois grupos com abordagens e metodologias de intervenção de natureza diferente. Oito utilizadores de drogas (UD), de um dos grupos, foram integrados como *educadores de pares* em equipas de rua da região Norte e doze UD, do outro grupo, foram acompanhados individualmente e alvo de estratégias de mediação social, de forma a promover a reinserção socioprofissional na comunidade local.

A primeira componente da intervenção teve um carácter extremamente inovador ao colocar os UD a trabalhar em equipas de rua, a desenvolver tarefas associadas ao consumo de substâncias psicoativas, constituindo as experiências de consumo destas pessoas uma mais-valia para os objetivos destas estruturas. Esta experiência alcançou resultados fortemente positivos, com alterações significativas na qualidade de vida dos utentes que, em 50% dos casos, se mantiveram integrados nas Equipas de Rua após o *terminus* do projeto⁸⁰.

A segunda componente do projeto tinha igualmente objetivos bastante ambiciosos, tendo em conta o perfil de desfavorecimento social dos utentes abrangidos. Apostou-se na procura de ofertas de trabalho concretas para os UD, com contrapartidas remuneratórias imediatas. Esta opção com evidentes resultados positivos, conduzida numa lógica de investigação-ação, resultou num desenho de intervenção que propõe inverter os procedimentos tradicionais da abordagem junto dos UD e dos públicos em situação de exclusão. Esta proposta, a que se chamou “**Trabalho Primeiro**”, pressupõe que a abordagem aos UD comece com a aquisição de um trabalho remunerado, de prestação de serviços indiferenciados, que surja da oferta da comunidade local. O exercício de uma tarefa por mais simples que seja, com remuneração à hora, diária ou semanal, favorece a motivação, a iniciativa, a responsabilidade pela mudança, a persistência, entre outras competências pessoais e sociais que emergem por força das circunstâncias e da motivação que decorre da obtenção de rendimentos e do reconhecimento simbólico externo. É a partir daqui que toda a intervenção se desenrola e são trabalhadas as restantes dimensões e necessidades dos UD.

A intervenção desenvolvida em ambas as componentes do projeto permitiu definir um desenho metodológico facilitador da integração de UD, suportado pelos conhecimentos adquiridos no processo de investigação-ação, que resultou na elaboração de um Manual de Boas Práticas, a divulgar em 2012, onde se apontam propostas para o futuro.

⁽⁷⁹⁾ Este projeto surge no âmbito do Objetivo 79.2 do Plano de Ação Horizonte 2008 “Criação de um Programa-Quadro na área da reinserção”, que deu origem à inscrição no Plano de Atividades 2008 do seguinte objetivo: “Apoio ao desenvolvimento de projetos-piloto de investigação-ação dirigidos à população toxicodependente sem enquadramento familiar.”

⁸⁰ Para mais informações sobre esta componente do projeto ver capítulo reservado à área de missão da Redução de Danos.

Tendo em vista, nomeadamente a *promoção da coordenação intrainstitucional e interinstitucional, com vista à integração das intervenções* [ação 58.4], o IDT, I.P. continuou a assegurar a participação a nível nacional no Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), da **Estratégia Nacional para a Integração das pessoas Sem-Abrigo** (ENIPSA) e, a nível regional e local, a integrar (12 CRI) os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) ou estruturas equivalentes que prosseguem o mesmo objetivo - implementação da Estratégia a nível local. Contemplando a Estratégia uma dimensão de *prevenção* das situações de sem-abrigo, foram produzidas **recomendações/orientações** referentes à desinstitucionalização de consumidores de substâncias psicoativas em internamentos de curta e longa duração, em comunidades terapêuticas (CT) e unidades de desabilitação (UD). Estas orientações disseminadas junto das CT e UD licenciadas, têm como objetivo garantir o acompanhamento adequado em tempo útil e prevenir a falta de alojamento condigno destas pessoas.

Em 2011 manteve-se em vigor o protocolo de **articulação interinstitucional entre o IDT, I.P. o ISS, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**, com o objetivo de promover uma maior eficácia na intervenção junto dos indivíduos que recorrem aos serviços do IDT, I.P. com insuficientes recursos socioeconómicos, bem como promover o apoio integrado e facilitar o acesso destes indivíduos à rede de recursos e às medidas de proteção social.

A implementação desta metodologia de resposta integrada e a utilização de instrumentos específicos, facilitou o encaminhamento para os serviços do ISS, I.P. e da SCML a cerca de **1.031 utentes** do IDT, I.P. (1.067, em 2010).

De referir, no que concerne ao **Meio Laboral**, que no ano de 2011, a finalidade principal incidiu na consolidação das diferentes vertentes de intervenção através da dinamização e reforço das parcerias e da articulação com os serviços loco-regionais do IDT, I.P..

Neste contexto, grande parte do investimento centrou-se na preparação e execução de ações formativas e de informação e sensibilização que tiveram como público-alvo quer os colaboradores internos, quer os trabalhadores de empresas e organizações externas.

A intervenção formativa externa em meio laboral, nomeadamente no âmbito da articulação entre o IDT, IP e a CGTP IN, continuou a desenvolver-se tal como previsto na Câmara Municipal de Loures, Seixal, Águeda e de Vendas Novas, abrangendo 193 atores do meio laboral que incluíram quadros, chefias e trabalhadores.

Ainda no âmbito deste protocolo foram ainda dinamizadas intervenções em outras duas entidades empregadoras do sector privado e em uma empresa do sector público empresarial.

Para além do Projeto EURIDICE, as estruturas centrais e regionais do IDT, IP desenvolveram ainda intervenções em 25 empresas, abrangendo nas suas ações de sensibilização diretamente 896 trabalhadores.

Salienta-se a divulgação do documento “Segurança e Saúde do Trabalho e a Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas: Linhas Orientadoras para a Intervenção em Meio Laboral”, a elaboração de um resumo do mesmo e a sua tradução para língua inglesa, por parte do Grupo Pompidou.

Referência ainda para a participação em dois projetos internacionais: *European Workplace and Alcohol e no Ad Hoc Expert Group on the Prevention of Drug Use in the Work Place*.

Refira-se, ainda, a assinatura de dois protocolos com o IDT,IP, a Santa Casa de Misericórdia de Albufeira (onde se desenvolveram 8 ações de sensibilização, abrangendo 178 trabalhadores), e a Câmara Municipal de Albufeira (onde se desenvolveram 24 ações, totalizando 384 trabalhadores).

Instituto de Segurança Social, I.P.

O desenvolvimento de ações que concorrem para a Inserção Social dos indivíduos, com percursos de dependência de substâncias psicoativas traduz-se, cada vez mais, em abordagens sistémicas, que encaram o indivíduo como um todo e que procuram atuar ao nível das dimensões em carência, que constituem obstáculos a percursos de integração sustentados e duradouros.

Os sistemas sociais aparecem neste âmbito como uma dimensão que pode potenciar e facilitar os processos de inserção dos indivíduos. O caminho parece basear-se numa lógica onde a intervenção tenha em conta as causas efetivamente associadas a estes fenómenos, procurando estratégias globais, que contemplem as diversas dimensões da realidade dos atores e dos sistemas sociais e que atuem estruturalmente nos problemas dos indivíduos e das sociedades.

O Instituto da Segurança Social, IP, (ISS, I.P.) tem por missão, desenvolver e executar políticas de promoção da inclusão social, cabendo-lhe implementar, acompanhar e avaliar programas de apoio à inserção e desenvolvimento social, com vista a dar resposta, entre outras, a problemáticas específicas como a toxicodependência.

No que respeita à sua atividade específica, a intervenção do ISS, IP, no âmbito da reparação de situações de exclusão social dos grupos associados ao fenómeno da toxicodependência, encontra-se essencialmente ancorada na vertente de reinserção social, efetivada pelo atendimento, orientação, encaminhamento e atribuição de apoios económicos.

A intervenção com esta população passa também pelo encaminhamento para respostas sociais implementadas, através do modelo da cooperação entre Estado e Instituições Particulares de Solidariedade Social, como os Apartamentos de Reinserção Social e as Equipas de Intervenção Direta.

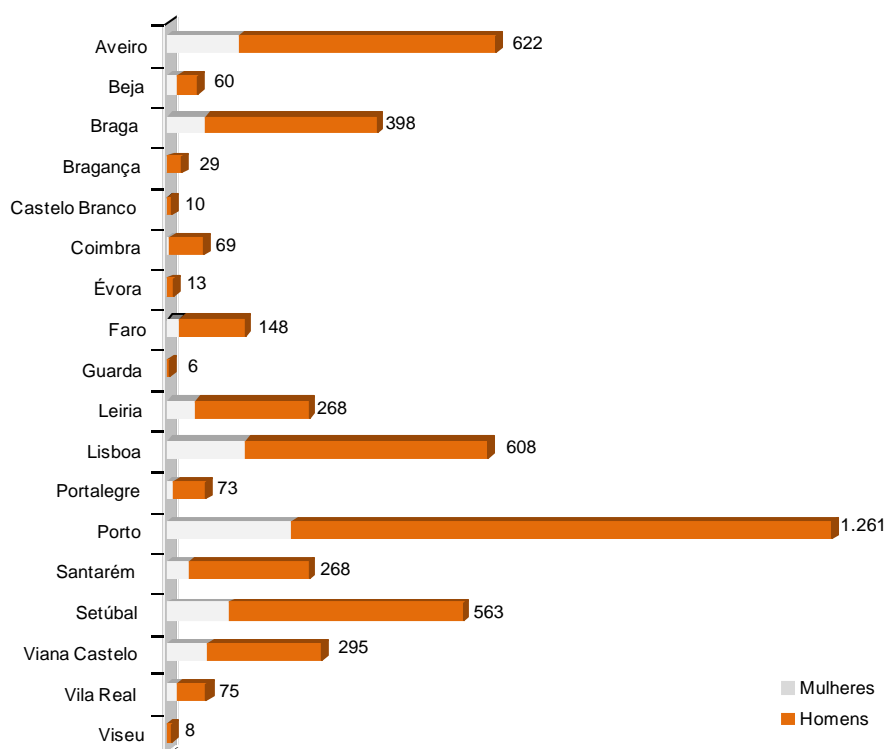
No sentido de *garantir a eficiência e eficácia das respostas disponíveis* [objetivo operacional 58], foi dada continuidade ao Processo de Monitorização da Articulação Interinstitucional entre as 3 entidades envolvidas, IDT, I.P., ISS, I.P. e SCML⁸¹. No quadro desta articulação tem vindo a ser desenvolvida uma resposta integrada a pessoas com problemas de consumo de substâncias psicoativas, que assegura a partilha de informação sobre os utentes em acompanhamento entre os técnicos envolvidos no processo de inserção. Tendo em vista a melhoria da qualidade de serviços prestados, a efetivação desta articulação tem permitido a otimização dos recursos e a prevenção da duplicação de respostas sociais ao mesmo indivíduo/família. O relatório do processo de monitorização está na fase final de elaboração, sendo disponibilizado logo que concluído.

⁸¹ Protocolo de colaboração interinstitucional assinado em 28 de Junho de 2007.

Caracterização dos Beneficiários

No decorrer do ano de 2011, foram apoiadas **4.774** pessoas, com a seguinte distribuição geográfica:

Figura 91 - Distribuição do número total de pessoas abrangidas, por distrito (N=4.774)



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Da caracterização efetuada com base no levantamento feito, resulta que 79,5% das pessoas apoiadas são do sexo masculino. O beneficiário tipo da intervenção da Segurança Social é solteiro (59,5%), sem filhos (69,3%), a viver sozinho (45,6%) e em situação de desemprego (82,4%).

Tipologia dos apoios prestados

A inserção social complementa-se no acesso a sistemas sociais básicos que se podem agrupar em cinco grandes domínios: social, económico; institucional, territorial e o domínio das referências simbólicas⁸².

Os profissionais da segurança social desenvolvem a sua intervenção procurando soluções nos diferentes domínios. As necessidades ao nível da saúde são traduzidas em encaminhamentos para tratamento que frequentemente representam o início do processo de inserção.

Relativamente ao tratamento⁸³, 2.684 pessoas são acompanhadas pelos CRI em regime de ambulatório (3.435, em 2010 e 3.204, em 2009), seguindo-se 813 pessoas com internamentos em Comunidades Terapêuticas (840, em 2010 e 704, em 2009).

⁸² O Centro Distrital de Braga do ISS, I.P., não caracterizou os apoios relativamente ao tratamento, prestações sociais e programas/planos de inserção.

⁸³ Esta informação, bem como a relativa a respostas sociais, não contempla dados do distrito de Braga.

No que respeita a prestações sociais, 63,4% das pessoas abrangidas são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI), tendo alguma expressão a percentagem de pessoas que não se encontra a auferir qualquer tipo de prestação social (25,8%).

Apoios Económicos

No ano de 2011 foram atribuídos **10.073** apoios económicos (**12.716** apoios, em 2010), envolvendo uma verba total de **2.200.150,27€⁸⁴**.

O distrito com maior número de atribuição de apoios económicos foi o Porto (4.601), seguido do distrito de Lisboa (2.156) e de Aveiro (1.167). O número de apoios atribuídos pelo Centro Distrital do Porto representa 45,7% do total de apoios atribuídos a nível nacional, representando o montante investido por este Centro Distrital, 45,2% do total da verba investida a nível nacional.

Cooperação – Respostas Sociais

- **Acordos de Cooperação**

Os acordos de cooperação de apoio a pessoas toxicodependentes traduzem-se nas respostas sociais *Apartamentos de Reinserção Social e Equipas de Intervenção Direta*⁸⁵. Existem alguns acordos de cooperação que resultam em respostas sociais inovadoras, que correspondem a necessidades diagnosticadas.

O *Apartamento de Reinserção Social* (ARS) é uma Resposta Social, desenvolvida em equipamento, destinado a acolher, temporariamente, pessoas que efetuaram tratamento e que se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar, profissional e de habitação. Os destinatários desta resposta social devem ser pessoas em processo de inserção, desprovidas de enquadramento familiar e habitacional e cujo PII preveja a inserção laboral, durante o tempo de permanência no equipamento. A nível nacional, estão a funcionar 28 ARS, tendo sido abrangidos 213 utentes.

As *Equipas de Intervenção Direta* (EID), destinam-se a pessoas toxicodependentes e suas famílias, tendo como objetivos: fomentar a integração de toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e reinserção social; despistar situações de risco; sensibilizar para a mudança de comportamentos e incentivar a família e elementos extra - familiares significativos no processo de tratamento e inserção social. A nível nacional, estão a funcionar 26 EID, tendo, em média realizados 1.508 atendimentos/mês.

As *Respostas Inovadoras* são respostas sociais que correspondem a necessidades identificadas no território, mas não tipificadas e por conseguinte não caracterizadas na nomenclatura das respostas sociais.

⁸⁴ Inclui dados da SCML (rubrica protocolada e financiada pelo ISS, I.P.).

⁸⁵ Despacho Conjunto n.º 134/2008, 14 de julho, fixa o regime de convenções com unidades privadas de Saúde no âmbito do tratamento da toxicoddependência, tal como expresso no Decreto – Lei n.º 72/99 de 15 de março, que regula o sistema de apoio ao tratamento e reinserção social de toxicodependentes.

De acordo com os dados fornecidos, estiveram em funcionamento, 54 acordos de cooperação, designadamente, 28 Apartamentos de Reinserção Social e 26 Equipas de Intervenção Direta.

Execução Financeira

Em termos de execução financeira, no ano de 2011, o total de verba despendido nas respostas sociais da área da toxicodependência foi de **2.810.694,24 €**

O encargo anual total distribui-se da seguinte forma: Apartamentos de Reinserção Social -**1.454.789,28 €** e Equipas de Intervenção Direta - **1.355.904,96 €**

Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

A atuação desenvolvida pelo IEFP, I.P., no ano de 2011, centrou-se privilegiadamente na reinserção socioprofissional de pessoas com problemas de toxicoddependência em processo de recuperação.

No sentido de *assegurar a existência de condições que promovam a autonomia e o exercício pleno da cidadania* [objetivo operacional 57], e muito em particular, *facilitar o acesso a respostas de formação académica, profissional e emprego* [ação 57.1], deu-se continuidade ao **Programa Vida-Emprego** (PVE), com o objetivo de potenciar a reinserção social e profissional de toxicoddependentes, como parte integrante do processo de tratamento da toxicoddependência. O PVE, destinado a toxicoddependentes que se encontrem ou tenham terminado processos de tratamento, em comunidade terapêutica ou em regime ambulatorio, incluindo os toxicoddependentes em processo de tratamento no quadro do sistema prisional, abrangeu, através das suas medidas específicas de apoio à integração socioprofissional, um total de 1.243 pessoas (1.220, em 2010 e 1.099, em 2009) de acordo com a distribuição por medida e Delegação Regional do IEFP, I.P. que abaixo se apresenta.

Quadro 168 - Distribuição de pessoas por medidas específicas de apoio e por Delegação Regional do IEFP, I.P.

Medida	Delegação Regional					Total
	Norte	Centro	Lisboa Vale Tejo	Alentejo	Algarve	
Estágios de integração Socioprofissional	249	133	149	92	53	676
Prémio de Integração Socioprofissional	49	2	26	-	-	77
Apoio ao Emprego	166	86	108	85	44	489
Apoios ao Autoemprego	-	-	1	-	-	1
Total	464	221	284	177	97	1.243

Fonte Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

De entre as medidas específicas do PVE destaca-se a medida *Estágios de Integração Socioprofissional* como aquela que abrangeu um maior número de pessoas⁸⁶, que em 2011 foram 676 (711, em 2010) e que, correspondendo a uma formação prática em mercado de trabalho, se constitui como um meio de aproximação ao mesmo, tendo em vista a posterior inserção. As medidas *Apoio ao Emprego* e *Prémio de Integração Socioprofissional* que se traduzem, respetivamente, em apoios financeiros a entidades empregadores que integram toxicoddependentes em recuperação, mediante contrato a termo certo, no primeiro caso, e sem termo no segundo caso, envolveram, em conjunto, a integração laboral de 566 pessoas (509, em 2010 e 512, em 2009, que corresponde a um aumento de 10,5% relativo a 2009), que merece igualmente destaque, num contexto de recessão do mercado de trabalho.

⁸⁶ Em comparação com 2009 o número de pessoas que beneficiou desta medida aumentou 15,4% (586, em 2009)

Em termos financeiros, durante o ano de 2011, os encargos do IEFP, I.P. com o desenvolvimento de medidas específicas facilitadoras da integração, mediada ou direta, no mercado de trabalho de pessoas com problemas de toxicodependência em processo de recuperação corresponderam a um total de 3.819.086,57€ (acréscimo de 11,7% em relação a 2009, excluídas as despesas de funcionamento do programa verificadas nesse ano), conforme quadro que a seguir se apresenta.

Quadro 169 - Execução Financeira

Medidas	Custos €
Estágio de Integração Socioprofissional	1.849.421,30
Prémio de Integração Socioprofissional	125.766,00
Apoio ao Emprego	1.837.546,72
Apoios ao Autoemprego	6.352,55
Total	3.819.086,57

Fonte Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

No sentido da promover a reinserção socioprofissional de pessoas com problemas de toxicodependência em recuperação ou recuperadas, o IEFP, I.P., através dos seus serviços locais, favoreceu também a sua inserção em *medidas ativas de emprego e formação* de carácter geral, algumas das quais contemplando entre os seus destinatários, especificamente, ex-toxicodependentes, distinguindo-se como particularmente adequadas para enquadrar pessoas com problemas de toxicodependências as seguintes:

- **Empresas de Inserção**⁸⁷ – medida destinada a combater a pobreza e a exclusão social, através da inserção ou reinserção profissional, promover a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, adequadas ao exercício de uma atividade e favorecer a criação de postos de trabalho e a satisfação de necessidades não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado. De entre os vários destinatários desta medida fazem parte, especificamente, os toxicodependentes em recuperação. Cada pessoa admitida numa Empresa de Inserção segue um Plano Individual que pode incluir:
 - a. Formação Profissional, que possibilite a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, com uma duração máxima de 6 meses;
 - b. Profissionalização, contemplando o exercício de uma atividade profissional na Empresa de Inserção, regulada por um contrato de trabalho a termo certo, não inferior a 6 nem superior a 24 meses.
- **Contrato Emprego-Inserção** +⁸⁸ – que tem como objetivos, promover a melhoria das competências socioprofissionais dos desempregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção e proporcionar uma aproximação ao mercado de trabalho, mantendo-os em contacto com outros trabalhadores e outras atividades. Esta medida consiste na realização de atividades socialmente úteis que satisfaçam necessidades locais e regionais, em entidades coletivas, públicas ou privadas sem fins lucrativos,

⁸⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/96, de 09/07 e Portaria n.º 348-A/98, de 18/06.

⁸⁸ Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2010, de 20/01 e Portarias. n.º 294/2010 de 31/05; n.º 128/2009 de 30/01 e n.º 164/2011, de 18/04.

durante um período de 12 meses.

- **Cursos de Educação e Formação de Adultos**⁸⁹ – direcionados para elevarem os níveis de habilitação escolar e profissional dos adultos. Destinam-se a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, que não possuam o 12.º, 9.º, 6.º ou 4.º ano de escolaridade ou qualificação profissional.
- **Cursos de Educação e Formação para Jovens**⁹⁰ – que visam a recuperação dos défices de qualificação, escolar e profissional, de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 23 anos, inclusive, em risco de abandono escolar, ou que já abandonaram a via regular de ensino e detentores de habilitações escolares que variam entre o inferior ao 4.º ano de escolaridade e o ensino secundário, em função do exigido para cada tipologia de percurso, permitindo-lhes aumentar a possibilidade de integração no mercado de trabalho pela melhoria de competências que proporcionam.

A quantificação das pessoas com problemas de toxicodependência abrangidas por estas medidas de emprego e formação ou, eventualmente, por outras de carácter geral, assim como aquelas que foram colocadas no mercado de trabalho ou intervencionadas, no âmbito da orientação profissional, não é possível ser efetuada, uma vez que não é possível, ao IEFP, I.P, proceder ao registo, no seu sistema de informação, de elementos que potenciem a discriminação, como sejam, os referentes a problemas de toxicodependência.

⁸⁹ Despachos n.º 18227/2008, de 20/06 e n.º 15053/2009, de 03/07 e Portarias n.º 230/2008, de 07/03; n.º 711/2010, de 17/08 e n.º 1100/2010, de 22/10.

⁹⁰ Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27/07, Retificação n.º 1673/2004, de 7/09 e Despacho n.º 12568/2010, de 04/08.

Direção Geral de Reinserção Social

A intervenção da Direção Geral de Reinserção Social (DGRS), transversalmente à sua atuação e através das suas Equipas de Reinserção Social (ERS) e Centros Educativos (CE), apesar de não se encontrar direcionada apenas para tratar de questões sobre a temática das drogas e das toxicodependências, procura adequar as respostas também no domínio da saúde. Apesar da intervenção da DGRS ser individualizada, porque centrada no indivíduo é, afinal, coletiva, prosseguindo não só fins de prevenção especial como fins de prevenção geral.

As equipas de reinserção social desenvolvem a sua atividade através de ações de supervisão e apoio psicossocial ao agente de crime, integrando uma intervenção a nível individual, de modo a promover a mudança individual dos agentes de crime e a sua inserção na sociedade, maioritariamente, em articulação com outras instituições, públicas e privadas, no sentido da resposta a necessidades de reinserção social diagnosticadas, nomeadamente nas áreas do emprego e da formação profissional, da segurança social, da saúde, da habitação, da formação escolar.

A intervenção das Equipas de Reinserção Social abrange, ainda, jovens infratores ou indiciados⁹¹ desde a faixa etária dos 12 anos, prestando assessoria técnica aos tribunais, assegurando o cumprimento de medidas tutelares educativas, designadamente a de internamento em centro educativo.

No ano de 2011, a DGRS viu aumentado o número de pedidos de execução de medidas na comunidade, aplicadas pela prática de crimes relacionados com a droga, nas jurisdições penal e tutelar educativa.

Tendo em vista *assegurar a existência de condições que promovam a autonomia e o exercício pleno da cidadania* [objetivo operacional 57], nomeadamente, no que diz respeito à *facilitação do acesso a respostas de formação académica, profissional e emprego* [ação 57.1] as Equipas de Reinserção Social (ERS) em todo o país contactam o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), respetivos Centros de Emprego, o Programa Escolhas, o Programa Novas Oportunidades e a rede escolar do ensino público, havendo, ainda, articulação regular com entidades específicas, a nível nacional⁹². Em 2011, a DGRS estabeleceu diversos protocolos (1.077) com entidades beneficiárias de trabalho comunitário, com vista a uma intervenção mais célere e eficaz aquando da aplicação deste tipo de medida aos agentes do crime. Esta integração visa promover hábitos de trabalho, facilitar a integração socio-laboral e desenvolver competências pró-sociais e respostas pró-ativas e inclusivas por parte dos indivíduos.

⁹¹ Da prática de factos qualificados pela lei penal como crime.

⁹² Estes procedimentos são inerentes à atividade operativa e, por isso, dificilmente contabilizáveis, sabendo-se que nem toda a articulação interinstitucional está suportada em parcerias formalmente estabelecidas.

No sentido de *garantir a eficiência e a eficácia das respostas disponíveis* [objetivo operacional 58], no que diz respeito à *promoção da coordenação intrainstitucional e interinstitucional, com vista à integração das intervenções* [ação 58.4], foi desenvolvido um conjunto de respostas de reinserção social, que visam aumentar a sustentabilidade e eficácia da intervenção junto dos agentes de crime, designadamente dirigidas a problemáticas aditivas, sempre que se avale que esta se revela um importante fator de risco de reincidência ou de desinserção social. Foram também criadas respostas de encaminhamento, em situações onde se verifica relevância na prevenção da reincidência criminal. É neste contexto que surge a *Adição.sem*, com objetivo de motivar e encaminhar os arguidos para consultas ou tratamento e conseqüente abandono do consumo de drogas – e o *Impulso.social*, indicada para arguidos desinseridos a nível formativo/laboral, que visa o encaminhamento para respostas da comunidade passíveis de proporcionar uma ocupação formativa ou laboral, tendo em vista o desenvolvimento de competências/adoção de um estilo de vida pró-social.

Ainda no âmbito deste objetivo operacional, foram desenvolvidos diversos projetos de promoção da educação e formação e apoio social junto de populações de crianças e jovens inseridos em grupos/bairros específicos. Alguns destes projetos (TYPE, Loja Mira Jovem e Anos Ki Ta Manda, na zona de Lisboa) tiveram como objetivo a prevenção do risco e o desenvolvimento de competências pró-sociais.

Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar⁹³

No âmbito do programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas (PPCDAFA)⁹⁴, a reinserção constitui-se pelo conjunto de ações integradas que visam a reintegração socio-laboral do militar, bem como a prevenção da recaída.

Estas ações são organizadas e estruturadas pelo comando da Unidade, com a colaboração do seu NAC, de forma a dar continuidade ao trabalho de recuperação iniciado com a desintoxicação e o internamento. Inclui o apoio familiar e social, a reintegração profissional e o controlo toxico-analítico regular, mantendo-se a afiliação em grupos de ajuda mútua (AA e NA).

No meio laboral militar envolvem-se, assim, todos os elementos úteis à recuperação do indivíduo: hierarquia de comando, oficial de segurança, operador de prevenção, médico, capelão, serviço de ação social e responsável pela educação física, que reforçarão a manutenção da abstinência e a mudança para um estilo de vida livre de drogas e álcool.

⁹³ O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como a evolução do investimento do mesmo, pode ser consultado no capítulo Dissuasão da Toxicodependência.

⁹⁴ O PPCDAFA insere-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de missão e transversais. Por razões de estrutura deste relatório aparece plasmado em diferentes capítulos.

Direção Geral dos Serviços Prisionais

Na área do ensino/formação escolar, a Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) deu continuidade a algumas atividades já desenvolvidas em anos anteriores e promoveu outras, sempre com o objetivo de criar condições para o aumento das competências e qualificações escolares da população prisional.

Em 2011, o número de formando/reclusos inscritos no ensino, foi o seguinte:

- Formando/reclusos transitados de 2010 e que frequentaram curso (ensino básico, secundário, de especialização tecnológica e Ensino superior – 1.624;
- Formando/reclusos iniciados em 2011 e transitados para 2012 (ensino básico, secundário, de especialização tecnológica e Ensino superior – 2.269.

Em relação à Formação Profissional em contexto prisional, esta visa fornecer aos reclusos instrumentos potenciadores de uma melhor reintegração socioprofissional, nomeadamente através da aquisição de competências técnicas, sociais e relacionais, tendo em vista o desempenho profissional qualificado e o desenvolvimento pessoal e social.

As Modalidades de Formação realizadas no ano de 2011 foram as seguintes:

- Curso de educação e formação para adultos de dupla certificação;
- Formação modular certificada;
- Formação para a inclusão.

A estratégia da DGSP em matéria de formação passou, também, pelo reforço na implementação de ações de formação em parceria com novas entidades e na consolidação de outras que já colaboram há mais tempo no desenvolvimento e execução das intervenções formativas. No ano de 2011, foram abrangidos por ações de formação profissional 1.905 reclusos.

Na área do trabalho / atividade ocupacional, a DGSP, em 2011, continuou a procurar reforçar as redes de cooperação com o exterior, procurando não só aumentar a taxa de ocupação laboral dos reclusos mas sobretudo criar condições para uma melhor preparação profissional e futura reintegração socioprofissional, tendo a ocupação laboral em contexto prisional tido, ao longo de 2011, a seguinte distribuição:

Quadro 170 - Distribuição da ocupação laboral em contexto prisional

Estabelecimentos Prisionais	Nº de reclusos em atividade laborais	
	1º Semestre	2º Semestre
Centrais	3.047	2.989
Especiais	485	531
Regionais	1.020	1.023
Total	4.552	4.543

Fonte: Direção Geral dos Serviços Prisionais

Refira-se, ainda, os diversos **Acordos de Colaboração** entre a DGSP e o IDT, I.P., que têm por objetivo a prestação de cuidados de saúde e psicossociais, designadamente, apoio terapêutico, medicamentoso e psicossocial aos doentes dependentes que se encontram detidos nos respetivos Estabelecimentos Prisionais.

Redução da Oferta⁹⁵

Resultado a atingir

Reduzir de forma significativa a prevalência do consumo de drogas entre a população, bem como os prejuízos a nível social e para a saúde causados pelo consumo e pelo comércio de drogas ilegais e assegurar, tendo em consideração as conquistas e valores em termos de direitos e liberdades fundamentais, um elevado nível de segurança para o público em geral, tomando medidas contra a produção e o tráfico de drogas e o desvio de precursores (incluindo o transfronteiriço) e intensificando as medidas de prevenção contra a criminalidade relacionada com a droga através da cooperação eficaz, firmada numa abordagem conjunta, com as forças de outros Estados.

Objetivo

62. Consolidar o modelo de prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes em vigor, mantendo e reforçando os níveis de atuação complementar e coordenadas das diversas entidades com competências em matéria de fiscalização e investigação criminal.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
62.1. Reforço do funcionamento, no seio das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC), dos mecanismos de racionalização e coordenação da atividade desenvolvida por todas as entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes, e do exercício das respetivas atribuições e competências fixadas pelo DL 81/95, de 22 de abril.	2009-2012	PJ, GNR, PSP, DGAIEC e SEF	Relatórios Estatísticos TCD.	PJ/UNCTE – Realização de Relatórios estatísticos anuais e semestrais, e outros, referentes aos resultados obtidos por cada Organismo (PJ, GNR, PSP); Mantido o reforço da centralização da informação e da atividade desenvolvida no âmbito das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCICs).
62.2. Reforço da centralização da informação através da inserção no Sistema Integrado de Informação Criminal de toda a informação disponível e relevante relacionada com a produção e tráfico de drogas e de precursores.		PJ, GNR, PSP, DGAIEC, SEF e AM	Relatórios de avaliação.	PJ/UNCTE – Centralizada a informação respeitante à produção e tráfico de estupefacientes, possibilitando melhor análise do fenómeno e avaliação da ameaça; Realização de relatórios estatísticos de âmbito operacional e estratégico.
62.3. Desenvolvimento de projetos multidisciplinares, de atuação complementar, coordenada e de partilha de informação na fiscalização e na investigação criminal do tráfico de estupefacientes, designadamente por via marítima e por via aérea.		N.º de projetos implementados.	PJ / GNR / PSP/ DGAIEC/ AM - Número não quantificável de ações de recolha de informação, com especial incidência na expressividade do fenómeno por via marítima e por via aérea. AM – implementado 1 projeto, neste âmbito.	

⁹⁵ Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A – Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Apreensões Policiais, deste Volume.

Objetivo

62. Consolidar o modelo de prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes em vigor, mantendo e reforçando os níveis de atuação complementar e coordenadas das diversas entidades com competências em matéria de fiscalização e investigação criminal.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
62.4. Aumento da capacidade de análise de informação que permita uma permanente caracterização e avaliação de tendências, padrões evolutivos e ameaças.	2009-2012	PJ	N.º de relatórios elaborados.	PJ/UNCTE – Produção de relatórios operacionais sobre as atividades ilícitas de indivíduos e organizações criminosas a operarem no nosso país; Produção de relatórios de carácter estratégico, sobre vertentes específicas do fenómeno do tráfico de estupefacientes ou de determinadas drogas. Produção de relatórios de informação estatística.

Objetivo

63. Reforçar as atividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
63.1. Aumento do número de ações de vigilância, controlo e fiscalização em mar e na zona ribeirinha.	2009-2012	GNR, AM e PJ	N.º de ações.	PJ - Tratamento e monitorização de inúmeras embarcações sob suspeita de estarem a ser utilizadas no tráfico transcontinental, no âmbito da participação da PJ no MAOC-N. GNR – realizadas 9.725 ações. AM – Realizadas 81.450 ações, neste âmbito.
63.2. Instalação do Sistema de Vigilância e Controlo de Costa (SIVICC).		GNR	Entrada em funcionamento do sistema.	GNR – funcionamento limitado do SIVICC.
63.3. Continuação do desenvolvimento do projeto das Alfândegas eletrónicas, designadamente através da aplicação de um sistema de seleção automática a todos os sistemas eletrónicos declarativos, tais como importação, exportação e declarações sumárias.		DGAIEC	Entrada em pleno funcionamento dos sistemas.	DGAIEC – Entrada em funcionamento do sistema de seleção automática.
63.4. Aumento do número de ações de fiscalização em voos procedentes de países considerados de risco.		PJ, DGAIEC e SEF	N.º de voos fiscalizados.	PJ – Efetuadas diversas operações de controlo, recolha de informação, seguimento e vigilância de passageiros suspeitos de envolvimento no tráfico de droga, por via aérea. DGAIEC – Efetuados controlos regulares de viajantes e respetivas bagagens. Ação de controlo alargada ao aeroporto de Beja.

Objetivo				
63. Reforçar as atividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
63.5. Desenvolvimento de projetos operacionais conjuntos e regulares, designadamente nas costas algarvia e vicentina e na zona dos Açores.		PJ, GNR, SEF e AM	N.º de projetos implementados.	PJ/GNR /DGAIEC/SEF – Ações que visam a prevenção e a repressão do fenómeno do tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas e seus precursores ⁹⁶ . AM – Implementados 1.107 projetos, neste âmbito.
63.6. Aumento do número de contentores controlados por RX.		DGAIEC	N.º de contentores controlados.	DGAIEC – Controlados 2.305 contentores.
63.7. Aumento das capacidades de análise de risco visando uma maior eficácia na seleção e controlo aduaneiro de mercadorias que representem um risco potencialmente elevado de dissimularem drogas.		DGAIEC	Relatório de Avaliação.	DGAIEC – Constituído um centro nacional de análise de risco para identificar carregamentos de alto risco no âmbito da segurança e proteção da UE.
63.8. Aumento do número de ações de controlo e fiscalização em pequenos aeroportos e aeródromos.		PJ, DGAIEC, SEF, PSP e GNR	N.º de ações de fiscalização.	PJ/UNCTE – Recolha, de forma sucessiva e direcionada, de informação criminal associada à eventual utilização das estruturas aeroportuárias para a prossecução do tráfico de droga. DGAIEC – Efetuados controlos regulares em aeródromos e pequenos aeroportos, de acordo com o tráfego existente e origem dos voos.
63.9. Aumento dos índices de cooperação e articulação entre as diversas entidades com competências ao nível da fiscalização, vigilância, controlo e investigação criminal.		PJ, GNR, DGAIEC e AM	Relatórios de avaliação.	PJ - realizadas 4 reuniões nacionais e 4 reuniões regionais por cada uma das 6 regiões UCIC consideradas. AM – Elaborados 35 relatórios de avaliação, neste âmbito.

Objetivo				
64. Intensificar as ações de recolha de informação, investigação e repressão sobre as atividades de estruturas criminosas que utilizem o território nacional como ponto de apoio tendo em vista a introdução de estupefacientes noutros Estados Membros da União Europeia e países terceiros.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
64.1. Desenvolvimento de ações e projetos específicos visando recolher informação sobre as atividades de grupos criminosos.	2009-2012	PJ	N.º de ações e projetos desenvolvidos.	PJ – Tratamento, inserção no Sistema Integrado de Informação Criminal, bem como avaliação, análise e coordenação das ações, no âmbito da prevenção e repressão do fenómeno do tráfico de drogas.

⁹⁶ Estes esforços encontram-se articulados de forma permanente com a estrutura internacional MAOC –N.

Objetivo

64. Intensificar as ações de recolha de informação, investigação e repressão sobre as atividades de estruturas criminosas que utilizem o território nacional como ponto de apoio tendo em vista a introdução de estupefacientes noutros Estados Membros da União Europeia e países terceiros.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
64.2. Desenvolvimento, designadamente em cooperação com as autoridades de outros países sempre que se justifique, de investigações específicas sobre atividades de grupos criminosos.		PJ	N.º de investigações desenvolvidas e estruturas criminosas desmanteladas. N.º de apreensões de droga com destino a outros países e quantidades apreendidas.	PJ – Desenvolvimento de várias investigações que implicaram a articulação e coordenação de esforços com diversas congéneres estrangeiras e agências internacionais, particularmente com as autoridades espanholas, e efetuadas com estas 2 reuniões; dado cumprimento a uma Carta Rogatória com as autoridades de Martinica.

Objetivo

65. Prevenir e reduzir a produção e o tráfico de *cannabis*, cocaína, heroína, drogas sintéticas e demais drogas ilícitas em território nacional.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
65.1. Identificação e desmantelamento de eventuais estruturas criminosas responsáveis pelo cultivo, produção e transformação de produtos estupefacientes e substâncias psicotrópicas, procedendo à detenção dos seus responsáveis bem como à apreensão das substâncias produzidas e dos materiais utilizados.	2009-2012	PJ	Relatórios estatísticos TD.	PJ - Produção de forma regular de relatórios de carácter estatístico sobre as atividades ilícitas de indivíduos e organizações criminosas a operarem no nosso território.
65.5. Aumento da capacidade de recolha e de análise de informação ao nível operacional.		PJ, PSP e GNR	Relatórios de avaliação.	PJ/UNCTE – Recolhida, tratada, avaliada, analisada, coordenada e difundida toda a informação criminal, referente ao fenómeno do tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas e seus precursores, enviada pelos operadores do sistema nacional de repressão do fenómeno da droga.
65.6. Intensificação do desenvolvimento de operações regulares destinadas a prevenir e reprimir o tráfico de estupefacientes, em especial de drogas sintéticas.		PJ, PSP e GNR.	N.º de operações realizadas.	PJ – Desenvolvidas algumas operações de prevenção e repressão do fenómeno.

Objetivo

65. Prevenir e reduzir a produção e o tráfico de *cannabis*, cocaína, heroína, drogas sintéticas e demais drogas ilícitas em território nacional.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
65.7. Desenvolvimento de projetos e programas de combate à utilização das novas tecnologias na produção e tráfico ilícitos de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.		PJ, GNR e PSP	N.º de programas e projetos implementados.	PJ – Atualização do estudo (identificação e caracterização) das várias situações em que foi possível identificar e desmantelar, no período de 2000 a 2011, relativo a espaços de produção de drogas sintéticas – Laboratórios de Cozinha.
65.8. Intensificação da recolha de notícias e a produção de informações a montante da investigação criminal, que permita: - a identificação de redes de narcotráfico; - a identificação de novos <i>modi operandi</i> designadamente ao nível da ocultação; - a identificação de novas linhas de tendência e de evolução e; - a caracterização da ameaça.		SIS e SIED	N.º de informações produzidas.	SIS / SIED - recolha, tratamento e avaliação da informação, relativa à identificação do estabelecimento de sinergias entre estruturas criminosas dedicadas ao tráfico e produção, bem como, avaliação e caracterização da ameaça decorrente da atividade das estruturas criminosas em território nacional.

Objetivo

66. Aumentar a atividade de prevenção na área do consumo, do pequeno tráfico e da criminalidade associada à droga.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
66.1. Reforço e intensificação das políticas de prevenção do consumo de estupefacientes em locais públicos, habitualmente utilizados para esse fim, reafirmando, em articulação com as CDT, o desvalor legal do consumo e da posse de drogas.		GNR, PSP e IDT, I.P.	N.º de ações desenvolvidas. Relatórios de avaliação. Relatórios TCD.	GNR – realizadas 2.297 ações, 3.328 relatórios TCD e elaborados 2.130 autos.
66.2. Reforço da prevenção do tráfico de distribuição direta a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias.	2009-2012	GNR e PSP	N.º de ações desenvolvidas. Relatórios de avaliação. Relatórios TCD.	GNR – efetuadas 7.263 ações. PSP – Garantida a segurança nos estabelecimentos de ensino, na sua área de responsabilidade; Em 2011, desenvolveu a nível nacional, a operação Recreio Seguro II, que decorreu entre 6 e 9 de Junho.

Objetivo**67.** Prevenir e combater o desvio e contrabando de precursores e outras substâncias utilizadas no fabrico ilícito de drogas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
67.2. Implementação de mecanismos de ligação e reporte permanente entre as entidades de controlo e fiscalização, o comércio, a indústria e a Polícia Judiciária em matéria de produção, comercialização, importação e exportação de precursores.	2009-2012	DGAIEC, ASAE e PJ	Relatórios de avaliação.	PJ – Estreita comunicação e cooperação estabelecida, no âmbito da UCIC e, bilateralmente, entre a PJ e a DGAIEC.
67.3. Intensificação do controlo e a fiscalização do comércio de precursores, nomeadamente através do desenvolvimento e participação em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, trânsito e exportação.		DGAIEC e ASAE	N.º de Ações realizadas.	DGAIEC – Participação na 4.ª reunião do Grupo de Projeto sobre Precursores de Drogas, do Programa Alfandegas 2013.

Objetivo**68.** Prevenir e combater o branqueamento de capitais gerados pela produção e tráfico ilícitos de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e de precursores.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
68.1. Manutenção e reforço dos mecanismos e suportes operacionais destinados a investigar no plano financeiro e patrimonial as organizações criminosas e as estruturas económicas a elas associadas, maximizando a apreensão e o confisco de bens e valores gerados pelo tráfico de estupefacientes e de precursores.	2009-2012	PJ	Relatórios de avaliação.	PJ – Ao nível da cooperação internacional, respeitante à troca de informação com as congéneres, no âmbito do branqueamento de capitais, registou-se a receção de 104 pedidos e o envio de 59, sendo que desse total, 10 a 15% estimam-se estar relacionados com o tráfico de estupefacientes.
68.2. Desenvolvimento de projetos visando detetar e desmembrar <i>cash flows</i> de origem criminosa com repercussão interna e externa, designadamente com destinos de alto risco fora da UE.		PJ e DGAIEC	Relatórios de avaliação.	PJ – permanente cooperação entre as unidades operacionais da PJ que investigam o crime de tráfico de droga e seus precursores, e a UIF, tendo esta última, satisfeito todas as solicitações (nos limites do permitido pelo quadro legal) relativas a informação financeira e patrimonial, solicitadas pelos serviços operacionais.

Objetivo

68. Prevenir e combater o branqueamento de capitais gerados pela produção e tráfico ilícitos de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e de precursores.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
68.3. Reforço da capacidade de recolha e análise de informação, incluindo a montante da investigação criminal, que permita uma permanente caracterização, identificação e avaliação das estruturas económicas associadas às organizações criminosas.		PJ, SIS e SIED	Relatórios de avaliação.	SIS / SIED – recolha, tratamento e avaliação da informação para identificação e caracterização da promoção de situações de branqueamento de capitais e o risco subjacente a este tipo de atuação (resultante das atividades das estruturas criminosas ligadas ao tráfico ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e precursores) garantindo-se, também, a monitorização contínua de situações passíveis de utilização, por parte daquelas estruturas, do território nacional como plataforma de branqueamento de capitais.

Objetivo

69. Identificar possíveis ligações entre a produção e o tráfico de droga e o financiamento do terrorismo.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2011
69.1. Implementação e consolidação de mecanismos de recolha e análise que permitam identificar possíveis ligações entre produção e tráfico de droga e o financiamento do terrorismo, designadamente ao nível da: - Identificação do estabelecimento de sinergias entre estruturas da criminalidade organizada e comum com organizações terroristas e - Avaliação permanente do peso relativo do tráfico de estupefacientes no financiamento do terrorismo.	2009-2012	PJ, SIS e SIED.	Relatórios de avaliação.	SIS / SIED – recolha, tratamento e avaliação da informação com vista à identificação de estabelecimento de sinergias entre estruturas criminosas e organizações terroristas, bem como, deteção de possíveis ligações e avaliação da relação entre o tráfico de estupefacientes e o financiamento do terrorismo.

Polícia Judiciária

Caracterização, evolução e tendências do fenómeno do tráfico ilícito de estupefacientes

A luta contra o tráfico de estupefacientes mantém-se como o objetivo prioritário na generalidade dos Estados Membros, em matéria de segurança e de justiça, continuando-se a assistir ao investimento de recursos significativos na sua prevenção e repressão, designadamente, no aperfeiçoamento das técnicas e metodologias de intervenção operacional, na melhoria dos sistemas de bases de dados, das técnicas de análise de informação e no aumento da cooperação internacional.

A *geoestratégia* do narcotráfico global, continua a apresentar significativos e profundos sinais de mudança e de fácil adaptação a novos quadros situacionais, demonstrando uma grande capacidade de resistência à ação das instâncias de controlo formal e de desenvolvimento de respostas alternativas às ofensivas das forças policiais de muitos países, que intensificaram a repressão a esta atividade criminosa, entre os quais se inclui Portugal.

Não obstante os esforços e os muitos êxitos alcançados na redução da procura e da oferta de estupefacientes, não foi possível, até à data, na União Europeia, reduzir global e significativamente o número de consumidores de estupefacientes, nem a capacidade de atuação e de abastecimento por parte de muitas organizações criminosas.

O tráfico de estupefacientes em Portugal, em 2011, não registou alterações significativas nas tendências ou prevalências, continuando a identificar-se três grandes níveis de intervenção:

- **Tráfico Internacional:** organizações internacionais que procedem ao transporte intercontinental de estupefacientes por via aérea e via marítima, visando a sua introdução e distribuição no espaço europeu, mediante utilização do território nacional.
- **Tráfico de grande e média dimensão com distribuição nacional/regional:** grupos e organizações que adquirem, internamente ou no estrangeiro, quantidades significativas de estupefacientes, visando a sua colocação no mercado ilícito de consumo interno, garantindo o funcionamento dos circuitos de abastecimento regional, necessários à satisfação das necessidades da procura.
- **Tráfico de pequena dimensão de distribuição local:** indivíduos e grupos responsáveis pela preparação, distribuição final e venda direta ao consumidor.

No que respeita à **heroína** e ao **ecstasy**, as lógicas negociais verificadas em território nacional, dinamizam grupos diferentes, em função dos níveis (referenciados atrás) em que se posicionam no abastecimento do mercado de consumo, mantendo-se uma dinâmica intensa com a Espanha e Holanda, quer com recurso à via terrestre, quer à via aérea. O tráfico de **haxixe** e de **cocaína** têm uma dinâmica semelhante, embora, atendendo à zona geográfica onde são produzidos e transformados, respetivamente no continente africano e no continente

sul-americano, o território nacional continental continua a ser visto, essencialmente, como ponto de entrada e de trânsito, particularmente para a Europa.

O **haxixe** é, essencialmente, transportado por via marítima e introduzido em território continental com recurso a desembarques efetuados na costa. Por vezes, verifica-se também, a utilização da via aérea não comercial para introdução de **haxixe** em território nacional e/ou para efetuar o trânsito deste estupefaciente, para outros países. Existem cada vez mais situações de grupos de média dimensão que recorrem a correios de droga, para, por via terrestre, através de Espanha, chegarem a Marrocos e aí, procederem ao transporte, muitas vezes no interior do corpo humano, de quantidades significativas de **haxixe**.

A **cocaína** é transportada em quantidades bastante significativas, por via marítima, ora recorrendo a desembarques, ora com crescente recurso a contentores, nos quais esta substância é transportada, em conjunto com mercadorias legais, utilizando para o efeito empresas legítimas de importação e exportação, ou constituindo propositadamente empresas para o efeito. Por outro lado, a via aérea tem sido bastante utilizada, para introdução de quantidades significativas de **cocaína**, nos diversos mercados europeus, constituindo os aeroportos nacionais, pontos de trânsito e redirecionamento. Esta forma de transporte tem constituído um meio rápido, direto e imediato de abastecimento dos mercados. Nos últimos anos, na generalidade dos países europeus, tem-se registado um grande aumento do número de apreensões de **cocaína**, proveniente de diversos países da África Ocidental, designadamente por via aérea. Este facto vem confirmar que aquela região está a ser cada vez mais utilizada por organizações criminosas, que se dedicam ao tráfico transcontinental de **cocaína**.

Atendendo às características geográficas de Portugal Continental, este tem sido, essencialmente, um local de introdução de **cocaína e haxixe**, decorrendo, no território nacional, em simultâneo, a orquestração de estruturas de logística, com recurso a indivíduos de nacionalidade portuguesa e de outros países, ao serviço de organizações que, em regra, se encontram sediadas fora do espaço nacional.

Objetivos, orientações e prioridades

O tráfico de droga constitui um dos paradigmas da manifestação da globalização do crime organizado. Efetivamente, é um dos fenómenos clandestinos que melhor espelha a complexidade, o entrosamento e a influência exercida entre as dimensões local e global.

A atividade desenvolvida pela PJ/UNCTE orientou-se, no sentido de serem alcançados os seguintes objetivos programáticos, ao nível da investigação criminal:

- Dinamização do **processo de recolha de informação** na área dos crimes da competência da UNCTE, face à constatação de novas ameaças e mutações nos padrões conhecidos;
- Manter a tendência crescente ao nível da **qualidade da investigação** e da efetiva e correta recolha da prova;

- **Reforço da prevenção e investigação do tráfico de ecstasy e das novas drogas de síntese;**
- **Reforço** do dinamismo e a eficácia do **combate ao tráfico** de estupefacientes tendentes a **umentar** as quantidades de **estupefaciente apreendido**, o número de **apreensões** de estupefacientes e o número de **detenções**.
- **Intensificar contatos** com entidades cujas missões sejam suscetíveis de contribuir para a eficiente e eficaz abordagem ao fenómeno, nas dimensões interna e externa.

Também a cooperação internacional tem um papel de elevada importância a desempenhar ao nível da investigação criminal, cuja concretização possibilita a identificação da extensão e a envolvência, a vários níveis, de determinada operação de tráfico de droga, potenciando a detenção de pessoas e a apreensão de bens em vários países.

Para isso a PJ propôs- se ainda no ano de 2011:

- Intensificar o **intercâmbio de informações** através da utilização das estruturas de cooperação bilateral e multilateral, mediante um mais intensivo recurso aos produtos e serviços da Interpol e da Europol, entre outros organismos;
- Manter os **níveis de participação em operações internacionais conjuntas**, assim como criação de grupos informais de trabalho;
- Intensificação da **troca de informações bilaterais** com os Estados membros da União Europeia, e em particular com Espanha e Reino Unido, assim como com países terceiros, sejam eles da África ocidental quer da América Latina, sobre indivíduos e organizações suspeitas de se dedicarem ao tráfico internacional de droga.

Tendo em vista *consolidar o modelo de prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes em vigor, mantendo e reforçando os níveis de atuação complementar e coordenadas das diversas entidades com competências em matéria de fiscalização e investigação criminal* [objetivo operacional 62], e muito em particular, *reforçar o funcionamento, no seio das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC), dos mecanismos de racionalização e coordenação da atividade desenvolvida por todas as entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes* [ação 62.1], a PJ/UNCTE, tem mantido o reforço da centralização da informação e da atividade desenvolvida no âmbito das UCICs, com resultados no que respeita à coordenação de investigações.

Contribuindo para *reforçar as atividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu* [objetivo operacional 63], no âmbito da participação da PJ no MAOC-N, procedeu-se, em 2011, ao tratamento e monitorização de inúmeras embarcações, sob suspeita de estarem a ser utilizadas para tráfico

transcontinental [ação 63.1]. No ano em análise, foram efetuadas diversas operações de controlo, recolha de informação, seguimento e vigilância de passageiros suspeitos de envolvimento no tráfico de droga [ação 63.4].

De referir, no âmbito do mesmo objetivo [ação 63.5] a estreita colaboração, entre a PJ, a Unidade de Controlo Costeiro da GNR, a DGAIEC e o SEF, pela qual, no seio das UCICs e de forma bilateral se têm desenvolvido ações que visam a prevenção e a repressão do fenómeno do tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas e seus precursores. Tais esforços encontram-se articulados de forma permanente com a estrutura internacional MAOC-N.

Com vista a *prevenir e combater o branqueamento de capitais gerados pela produção e tráfico ilícitos de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e de precursores* [objetivo operacional 68], no âmbito do branqueamento de capitais [ação 68.1], ao nível da cooperação internacional, respeitante à troca de informação com as congéneres, no âmbito do branqueamento de capitais, em 2011, verificaram-se **104 pedidos recebidos**, tendo sido **enviados 59**.

Resultados

No ano de 2011, a atuação da PJ afetou importantes estruturas criminosas, responsáveis pela introdução de haxixe e cocaína no espaço europeu e pelo abastecimento ao nível nacional e regional de diversos tipos de drogas. Em cooperação com outras congéneres, contribuiu ativamente para o desmantelamento de organizações criminosas noutros países.

Registou-se um decréscimo de 10% relativamente ao número de detidos, em comparação com o ano de 2010. Do total dos inquéritos por tráfico de estupefacientes concluídos pela PJ, em 2011, 55,7% saíram para o Ministério Público com proposta de dedução de acusação.

- **Combate ao branqueamento de capitais e apreensões de bens**

A circulação clandestina de capitais representa um segmento vital de toda e qualquer organização criminosa. Representa por isso um segmento vital na estrutura criminosa, e de extraordinária importância no esforço estruturado de repressão desenvolvido pelas autoridades ao narcotráfico, na dimensão do próprio objeto da atividade ilícita, os proveitos ilegalmente obtidos. A apreensão e confisco de bens imóveis e dinheiro em numerário merecem destaque nos resultados da PJ para o ano de 2011.

Guarda Nacional Republicana

O combate ao tráfico e consumo de estupefacientes tem constituído um objetivo ao qual a GNR tem vindo a conferir especial cuidado, dentro da sua competência legal. A matéria da droga e da toxicodependência, é um dos pontos fulcrais da atuação e investigação da GNR, a nível preventivo e dissuasivo, nos locais habituais de consumo, bem como, nos locais de entrada de estupefacientes em território nacional – vias terrestres de ligação a Espanha e faixa costeira.

Com vista ao *reforço das atividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu* [objetivo operacional 63], contribuindo para o *aumento do número de ações de vigilância, controlo e fiscalização em mar e na zona ribeirinha* [ação 63.1] a GNR, em 2011, efetuou, através da Unidade de Controlo Costeiro, **9.725 ações** de vigilância, controlo e fiscalização.

Com o objetivo de *aumentar a atividade de prevenção na área do consumo, do pequeno tráfico e da criminalidade associada à droga* [objetivo operacional 66], nomeadamente *reforçando e intensificando as políticas de prevenção do consumo de estupefacientes em locais públicos, habitualmente utilizados para esse fim, reafirmando, em articulação com as CDT, o desvalor legal do consumo e da posse de drogas* [ação 66.1], foram efetuadas **2.297 ações**, **3.328 relatórios TCD** e elaborados **2.130 autos**. No âmbito do mesmo objetivo mas com vista a *reforçar a prevenção do tráfico de distribuição direta a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias*, [ação 66.2], foram desenvolvidas **7.263 ações**.

Polícia de Segurança Pública

Na atividade de investigação criminal, levada a cabo pelo Sistema de Investigação Criminal da Polícia de Segurança Pública (PSP), enquanto forma de identificação de autores de vários ilícitos criminais relacionados com os produtos estupefacientes, quer ao nível do consumo, quer do tráfico, foram inúmeras as intervenções que permitiram a conclusão dos respetivos inquéritos crime, bem como, a apreensão dos estupefacientes movimentados nas referidas atividades criminais.

Visando *aumentar a atividade de prevenção na área do consumo, do pequeno tráfico e da criminalidade associada à droga* [objetivo operacional 66], concretamente *reforçando a prevenção do tráfico de distribuição direta a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias* [ação 66.2], no ano letivo de 2011/2012 a PSP continuou a garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino, na sua área de responsabilidade. Especificamente direcionada para a prevenção de comportamentos de risco, e prevenção e combate ao consumo de estupefacientes, foi realizada a operação “**Recreio Seguro II**”. Assim, entre 6 e 9 de junho, os Comandos da PSP, através do ajustado emprego dos meios humanos e materiais de que dispunham⁹⁷, adequaram e concentraram a sua capacidade operacional, de forma a incrementar o sentimento de segurança nas imediações dos espaços escolares, prevenindo a violência e criminalidade⁹⁸, promovendo um combate sistemático ao pequeno tráfico de droga e venda ilegal de álcool e tabaco. De referir, também, a deteção e sinalização do consumo de substâncias ilícitas e álcool, promovendo os correspondentes processos contraordenacionais e o encaminhamento para as Comissões de Dissuasão de Toxicodependência (CDT).

Estas Operações Policiais conjugaram uma vertente eminentemente preventiva e pedagógica, consubstanciada na execução de ações de sensibilização pela PSP, em parceria com as escolas e autarquias locais, com uma vertente fiscalizadora e dissuasora do cometimento de ilícitos criminais, infrações ao Código de Estrada e, ainda, à legislação relacionada com o licenciamento e regulação da atividade de estabelecimentos de restauração e de bebidas alcoólicas, situados junto às áreas escolares.

O objetivo principal destas Operações Policiais foi garantir a consolidação de um sentimento de segurança nas escolas na área de responsabilidade da PSP.

⁹⁷ Nomeadamente os elementos do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade - Escola Segura, as Esquadras de Investigação Criminal e as Equipas de Intervenção Rápida.

⁹⁸ Por exemplo de pequenos furtos (carteiras, telemóveis, mochilas, acessórios de roupa), junto às escolas, especialmente do 2.º e 3.º ciclo.

Complementarmente, a PSP desenvolveu uma iniciativa através do Comando Metropolitano de Lisboa designada por *Eu Não Alinho*, cujo objetivo foi promover a prevenção do consumo de substâncias ilícitas por parte da população juvenil⁹⁹, assumindo a PSP, a realização de iniciativas e ações de cariz marcadamente cultural, que visassem contribuir para os objetivos traçados pela EAD.

Por último importa referir que a PSP, através do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna¹⁰⁰ tem nos últimos anos¹⁰¹ desenvolvido inúmeros trabalhos de investigação académica sobre esta temática, nomeadamente, *Consumo de drogas ilícitas; análise dos impactos da descriminalização – estudo comparativo Portugal/Espanha*, *O contributo das incivilidades para o sentimento de insegurança: o fenómeno da toxicodependência*, *O tráfico de menor gravidade e o consumo: o papel dos órgãos de polícia criminal e O fenómeno das novas substâncias psicoativas lícitas*.

⁹⁹ Desta forma, através de um concurso, introduziu-se o tema da toxicodependência para a discussão, quer através do envolvimento direto dos participantes, quer através de um conjunto de ações de sensibilização nas escolas que se associaram à iniciativa. Os participantes (alunos entre o 7º e o 12º Ano de escolas públicas e privadas, localizadas na cidade de Lisboa) deveriam compor uma letra com o tema da Prevenção da Toxicodependência, para uma canção/música conhecida ou fazer um original de letra e música. Finalizou com um espetáculo, com uma assistência de cerca de 500 espectadores, na sua maioria alunos das escolas participantes, mas também professores, familiares e amigos, permitindo alargar a franja de população envolvida na ação de dissuasão ao consumo de substâncias ilícitas, tendo também contado com a presença de diversos convidados, nomeadamente, o Ministro da Administração Interna, o Governador Civil de Lisboa, o Diretor Nacional da PSP, o Presidente do IDT, um representante do OEDT, vários autarcas locais e direções de estabelecimentos de ensino, bem como oficiais de polícia.

¹⁰⁰ Estabelecimento de Ensino Superior que confere o grau de Mestre em Ciências Policiais e que forma todos os Oficiais da PSP.

¹⁰¹ Nos últimos 5 anos foram realizadas 10 teses de mestrado.

Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

A Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais (DGAIEC) tem por missão exercer o controlo da fronteira externa comunitária e do território aduaneiro nacional, para fins fiscais, económicos e de proteção da sociedade, designadamente no âmbito da cultura e da segurança e da saúde públicas, o que inclui a prevenção e combate aos tráficos ilícitos, designadamente de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e seus precursores. Pelo seu posicionamento no terreno e atribuições, ocupa um papel privilegiado na luta contra o tráfico ilícito de drogas.

No sentido de *reforçar as atividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu* [objetivo operacional 63], tendo em vista o *desenvolvimento do projeto das Alfândegas eletrónicas, designadamente através da aplicação de um sistema de seleção automática a todos os sistemas eletrónicos declarativos, tais como importação, exportação e declarações sumárias* [ação 63.3] entrou em funcionamento, em 2011, o sistema de seleção automática aplicado ao *Import Control System*. Contribuindo para *aumentar o número de ações de fiscalização em voos procedentes de países considerados de risco* [ação 63.4], foram efetuados controlos regulares de viajantes e respetivas bagagens, tendo esta ação, em 2011, sido alargada ao Aeroporto de Beja. Foram, também em 2011, controlados **2.305 contentores** por RX, contribuindo, desta forma, para *aumentar o número de contentores controlados por RX* [ação 63.6] e, visando *aumentar as capacidades de análise de risco visando uma maior eficácia na seleção e controlo aduaneiro de mercadorias que representem um risco potencialmente elevado de dissimularem drogas* [ação 63.7], constituído um centro nacional de análise de risco no âmbito da segurança e proteção da EU. Ainda no âmbito deste objetivo e no sentido de *aumentar o número de ações de controlo e fiscalização em pequenos aeroportos e aeródromos* [ação 63.8], refira-se que a DGAIEC efetua controlos regulares nestes locais, de acordo com o tráfego existente e respetivas origens de voos.

Para *prevenir e combater o desvio e contrabando de precursores e outras substâncias utilizadas no fabrico de drogas ilícitas* [objetivo operacional 67], e no sentido de *intensificar o controlo e a fiscalização do comércio de precursores, nomeadamente através do desenvolvimento e participação em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, trânsito e exportação* [ação 67.3], a DGAIEC participou na 4.^a reunião do grupo de projeto sobre precursores de drogas, do Programa Alfândegas 2013.

Direcção Geral de Autoridade Marítima

No âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, a Direcção Geral de Autoridade Marítima (AM), no ano de 2011, através da sua estrutura operacional, Polícia Marítima, distribuída por toda a faixa litoral do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em 28 comandos locais, no desenvolvimento das suas atribuições, efetuou no espaço de jurisdição, **81.450 ações** de patrulhamento na vigilância/fiscalização (65.700 ações em 2010), em atividade preventiva e repressiva da qual resultou a apreensão de quantidades significativas de droga, contribuindo, desta forma, para a diminuição da oferta. Das ações desenvolvidas, **1.107 foram especificamente dirigidas ao combate ao narcotráfico** (1.085 ações específicas em 2010), resultando, grande parte das apreensões, do esforço das missões conjuntas com outras forças e serviços de segurança, em particular com a Polícia Judiciária.

No cumprimento da Diretiva de Política Naval para a AM e na persecução do carácter de complementaridade entre os órgãos do MDN e, ainda, da componente operacional do sistema de forças da Marinha/Comando Naval e os órgãos operativos da AM, desenvolveu-se estreita cooperação que se revelou profícua.

Encontra-se definida a funcionalidade do elemento da Polícia Marítima de permanência no Centro de Operações Marítimas (COMAR), designadamente, a ligação a outras entidades e órgão de polícia criminal que permite agilizar a intervenção em qualquer espaço de jurisdição, nomeadamente no mar territorial, com os meios disponíveis na AM, na perspetiva de combate ao narcotráfico e outras ações pertinentes, em complemento das ações de rotina.

A Escola da AM ministrou aos oficiais e futuros comandantes da polícia marítima formação na área de investigação criminal, deteção, reconhecimento e identificação de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Encontram-se nomeados dois oficiais superiores de ligação, em permanência à UCAT e ao MAOC-N, existindo, por outro lado, uma comunicação direta com a UCAT, via correio eletrónico, através do Piquete do Comando Local da Polícia Marítima de Lisboa.

Destaca-se a participação de elementos e meios da AM no SEABORDER 2011, exercício conjunto entre Portugal e Espanha, no âmbito do fórum 5+5 Defesa, em que um dos objetivos do exercício é o combate ao narcotráfico. Destaca-se, também, a participação do representante da Marinha de Guerra Portuguesa junto do (MAOC-N), na Operação JUNCTION RAIN, com o objetivo de contribuir para a deteção atividade ilícita transnacional em ambiente marítimo, nomeadamente o narcotráfico, e incrementar a parceria, no âmbito da aplicação da lei, entre as forças navais dos Estados Unidos e Cabo Verde nas águas territoriais e zona económica exclusiva. Destaca-se, ainda, a participação do Comandante Local da Polícia Marítima da Região Autónoma da Madeira, nas reuniões da UCIC (Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta), onde é feito um acompanhamento a nível regional, no âmbito da difusão das denominadas drogas “legais”.

Encargos financeiros

No decurso de 2011 a Autoridade Marítima Nacional, suportou encargos financeiros estimados em cerca de **336.600,00 €** (330.000,00 € em 2010), relativamente a custos com pessoal, material, combustíveis e outros consumíveis.

Constituindo a costa portuguesa um alvo apetecível para os narcotraficantes, em especial a costa sul de Portugal e, tendo em conta o esforço efetuado pela Polícia Marítima no combate a este tipo de ilícitos com a necessidade de um reforço de policiamento, pese embora, um menor esforço orçamental, estima-se um nível financeiro idêntico para 2012.

Serviço de Informações de Segurança

No sentido de *prevenir e reduzir a produção e o tráfico de cannabis, cocaína, heroína, drogas sintéticas e demais drogas ilícitas em território nacional* [objetivo operacional 65] e, mais concretamente, *intensificando a recolha de notícias e a produção de informações a montante da investigação criminal, que permita: a identificação de redes de narcotráfico, a identificação de novos modi operandi designadamente ao nível da ocultação, a identificação de novas linhas de tendência e de evolução e a caracterização da ameaça* [ação 65.8], o Serviço de Informações de Segurança (SIS) e o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), procederam à recolha, tratamento e avaliação da informação, relativa à identificação do estabelecimento de sinergias entre estruturas criminosas dedicadas ao tráfico e produção, bem como, avaliação e caracterização da ameaça decorrente da atividade das estruturas criminosas em território nacional.

No que respeita à *prevenção e combate ao branqueamento de capitais gerados pela produção e tráfico ilícitos de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e de precursores* [objetivo operacional 68], procedeu-se à recolha, tratamento e avaliação da informação para identificação e caracterização da promoção de situações de branqueamento de capitais e o risco subjacente a este tipo de atuação (resultante das atividades das estruturas criminosas ligadas ao tráfico ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e precursores) garantindo-se, também, a monitorização contínua de situações passíveis de utilização, por parte daquelas estruturas, do território nacional como plataforma de branqueamento de capitais.

Contribuindo para *identificar possíveis ligações entre o produto e o tráfico de droga e o financiamento do terrorismo* [objetivo operacional 69], recolheu-se, tratou-se e avaliou-se informação com vista à identificação de estabelecimento de sinergias entre estruturas criminosas e organizações terroristas, bem como, deteção de possíveis ligações e avaliação da relação entre o tráfico de estupefacientes e o financiamento do terrorismo, de forma permanente.



Dotação Orçamental

Dotação orçamental do IDT, I.P. em 2011

Em 2011, a dotação orçamental do IDT, I.P. com origem no Orçamento de Estado foi de 43.590.403€ e com origem em Receitas Próprias 28.007.826€. A receita afecta ao PIDDAC, com origem na Participação Nacional, foi de 28.007.826€

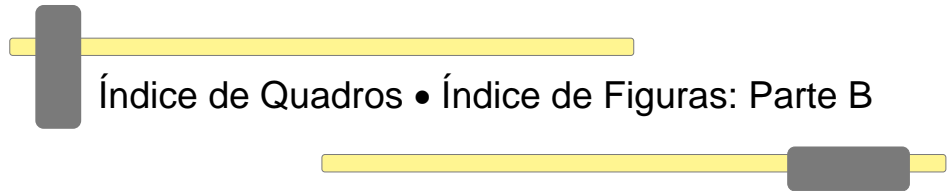
A dotação orçamental do IDT, I.P. em 2011 consta do quadro seguinte:

Quadro 171 - Dotação Orçamental do IDT, I.P.

Receita Total	72.276.354 €
Origem – Orçamento de Estado	43.590.403€
Origem – Receitas Próprias	28.007.826€
Investimento ¹⁰² Programa Toxicodependências <i>Alargamento da Rede Pública de Tratamento de Toxicodependentes</i>	
Comparticipação Nacional	678.125€
Comparticipação Comunitária	0€

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

¹⁰² PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.



Índice de Quadros • Índice de Figuras: Parte B

ÍNDICE DE QUADROS

Parte B – Respostas e Intervenções	153
Áreas Transversais	
Informação, Investigação, Formação e Avaliação	173
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	178
Quadro 142 Investimento Financeiro, por tipologia de formação e por ano	182
Áreas de Missão	
Redução da Procura	
Dissuasão	213
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	216
Quadro 143 Situação Face ao consumo dos Indiciados, sem registo prévio	217
Quadro 144 Susp. prov. de processo de Indiciados Primários Toxicodependentes (tratamento voluntário)	217
Quadro 145 Susp. prov. de processo de Indiciados Primários Não Toxicodependentes (tipo de resposta)	218
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	219
Quadro 146 Despesas por eixos de intervenção	221
Quadro 147 Evolução do investimento no PPCDAFA (2006-2010)	221
Redução de Riscos e Minimização de Danos	223
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	227
Quadro 148 Número de utentes beneficiários de cada um dos Programas	229
Quadro 149 Número de utentes beneficiários de Apoio Psicossocial, Cuidados de Saúde e de Encaminhamentos	230
Quadro 150 Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Apoio Psicossocial (média/mês)	230
Quadro 151 Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Cuidados de Saúde (média/mês)	231
Quadro 152 Número de utentes para serviços diversos (média/mês)	231
Quadro 153 Informação e sensibilização	232
Quadro 154 Intervenção em festas e festivais de verão	234
Quadro 155 Intervenção em festas e festivais académicos	235
Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA	236
Quadro 156 Seringas recolhidas no âmbito do programa <i>Diz não a uma Seringa em Segunda Mão</i> , por ano (01/10/1993 - 31/12/2011)	237
Quadro 157 Seringas recolhidas no âmbito do programa <i>Diz não a uma Seringa em Segunda Mão</i> , por distrito e região autónoma (01/10/1993 - 31/12/2011)	237
Tratamento	241
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	245
Quadro 158 Tempos de Espera para Programas Terapêuticos com Metadona, Desabituação e Comunidade Terapêutica	245
Quadro 159 Utentes em Tratamento com Administração Viggiada de Medicamentos (TOD)	246
Quadro 160 Testes Rápidos efetuados aos Utentes Novos	246
Quadro 161 Testes Rápidos efetuados aos Utentes em Seguimento	247
Quadro 162 Unidades de Desabituação Públicas	248
Quadro 163 Unidades de Desabituação Privadas com Camas Convencionadas	248
Quadro 164 Comunidades Terapêuticas Públicas	248
Quadro 165 Comunidades Terapêuticas Privadas com Camas Convencionadas	249
Quadro 166 Centros de Dia Públicos	249
Quadro 167 Centros de Dia Privados com Lugares Convencionados	249

Reinserção	255
Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.	260
Quadro 168 Distribuição de pessoas por medidas específicas de apoio e por Delegação Regional do IEFP, I.P.	271
Quadro 169 Execução Financeira	272
Direcção Geral dos Serviços Prisionais.....	277
Quadro 170 Distribuição da ocupação laboral em contexto prisional	278
Dotação Orçamental do IDT, I. P.	297
Quadro 171 Dotação Orçamental do IDT, I.P.	297

ÍNDICE DE FIGURAS

Parte B – Respostas e Intervenções	153
Áreas de Missão	
Redução da Procura	
Programa Operacional de Respostas Integradas, PORI	189
Figura 58 Esquema operacional do PORI	189
Figura 59 Programas de Respostas Integradas (PRI), por distrito (N=99).....	190
Figura 60 Projetos cofinanciados a decorrer em 2011 (N=130)	190
Figura 61 Total de indivíduos abrangidos, por eixo de intervenção (N=112.502)	191
Figura 62 Total de indivíduos abrangidos (N=56.372)	191
Figura 63 Tipo de ações desenvolvidas nos projetos, por região (N=62)	192
Figura 64 Distribuição dos indivíduos abrangidos, por tipo de ação (N=56.372)	192
Figura 65 Total de indivíduos abrangidos (N=6.663)	193
Figura 66 Tipo de respostas desenvolvidas pelos projetos, por região (N=43)	193
Figura 67 Total de indivíduos abrangidos (N=832)	194
Figura 68 Distribuição dos indivíduos abrangidos pelos Programas de Manutenção com Agonistas Opiáceos (N=399)	194
Figura 69 Total de novos utentes abrangidos em 2011 (N=2.136)	195
Figura 70 Tipos de ações desenvolvidas nos projetos, por região (N= 33)	195
Figura 71 Distribuição dos indivíduos abrangidos, por tipo de ação (N=2.136)	196
Figura 72 Tipologia de Entidades que constituem os Núcleos Territoriais (N=619)	197
Figura 73 Distribuição dos pagamentos por Delegação Regional	198
Figura 74 Distribuição dos pagamentos por área de missão	198
Prevenção	201
Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.	204
Figura 75 Atendimento telefónico (N=11.168)	207
Dissuasão	213
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.....	219
Figura 76 Positividade (%) no rastreio toxicológico, por regimes de prestação de serviço (2006-2011).....	220
Figura 77 Representação gráfica da evolução do investimento no PPCDAFA (2006-2011)	221
Redução de Riscos e Minimização de Danos	223
Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.	227
Figura 78 Distribuição de projetos a nível nacional (N=46)	228
Figura 79 Tipo e número de respostas implementadas no âmbito da Rede Nacional de RRMD, por região (N=59)	229
Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA	236
Figura 80 Seringas Recolhidas no Âmbito do Programa “Diz não a uma Seringa em Segunda Mão”, por Distrito e Região Autónoma (01/10/1993 - 31/12/2011)	238
Tratamento	241
Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.	245
Figura 81 Consultas/intervenções por grupo profissional nos CRI (N=478.170)	247
Figura 82 Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, a 31 de dezembro de 2011	250
Figura 83 Utentes em programa de tratamento com metadona conforme o local de toma, a 31 de dezembro de 2011	251
Figura 84 Evolução do número de utentes em farmácias, por ano	251

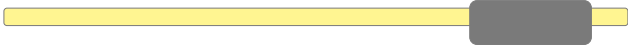
Reinserção	255
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	260
Figura 85 Utentes com necessidades/integrados em respostas de habitação, por região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.359)	261
Figura 86 Utentes com necessidades/integrados em respostas de educação, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.766)	261
Figura 87 Utentes com necessidades/integrados em respostas de formação profissional, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.675)	262
Figura 88 Utentes com necessidades/integrados em respostas de emprego, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=4.246)	262
Figura 89 Natureza Jurídica das entidades inseridas na Bolsa de Empregadores (N=928).....	263
Figura 90 Dimensão das entidades inseridas na Bolsa de Empregadores, definida segundo o nº de trabalhadores (N=928).....	263
Instituto de Segurança Social, I. P.....	267
Figura 91 Distribuição do número total de pessoas abrangidas, por distrito (N=4.774)	268



Fontes • Referências Bibliográficas

Sinais Convencionais • Lista de Siglas e Abreviaturas

• Definição de Termos



FONTES

Parte A - Caracterização e Evolução da Situação

- Os dados respeitantes aos **utentes em tratamento da toxicodependência** são provenientes do **Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM)** e das **Delegações Regionais do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.**, das **Unidades Licenciadas** e da **Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)**.
- Os dados sobre as **notificações do VIH** são provenientes do **Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.** (INSA, I.P.) / **Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas**.
- Os dados respeitantes às **mortes** são provenientes do **INE, I.P.** e das **Delegações do Norte, Centro e Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.** (INML, I.P.).
- Os dados relativos a **processos de contraordenação por consumo de drogas**, são provenientes do **Gabinete de Apoio à Dissuasão do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.** (GAD/IDT, I.P.).
- Os dados respeitantes às **apreensões policiais** ao abrigo da Lei da Droga, são provenientes da **Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCTE/PJ)**.
- Os dados relativos às **decisões judiciais** ao abrigo da Lei da Droga são extraídos de cópia das decisões enviadas pelos **Tribunais** ao IDT, I.P.,.
- Os dados referentes a **reclusos condenados** são provenientes da **Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)**.

Parte B – Respostas e Intervenções

- Os dados relativos ao IDT, I.P. são extraídos do *Relatório de Actividades de 2011* do IDT, I.P.;
- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/sida;
- Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo;
- Direcção Geral da Autoridade Marítima;
- Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular;
- Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;

- Direcção Geral de Política Externa;
- Direcção Geral de Reinserção Social;
- Direcção Geral dos Serviços Prisionais;
- Guarda Nacional Republicana;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.;
- Instituto de Segurança Social, I.P.;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.;
- Instituto Português da Juventude, I.P.;
- Polícia de Segurança Pública;
- Polícia Judiciária;
- Serviço de Informações Estratégicas de Defesa;
- Serviço de Informação de Segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Parte A - Caracterização e Evolução da Situação

- Balsa, C. Vital C., Urbano C., Pascueiro L., (2008). *Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral. Portugal 2007*, Lisboa: IDT, I. P..
- Dias, M., (2012a). *Relatório de Avaliação Final dos Resultados do Projecto DRUID, 2012*. Lisboa: INML, I.P. e ANSR.
- Dias, M., (2012b). *Seminário DRUID. Driving Under Influence of DRUGS, Alcohol and Medicines*. Lisboa: INML, I.P. e ANSR.
- Feijão, F. (2008a). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2006. 3.º Ciclo do Ensino Básico: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. (2008b). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2006. Ensino Secundário: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. (2012a). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2011. 3.º Ciclo do Ensino Básico: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. [http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Documents/2012/INME2011_3ciclo%20\(2\).pdf](http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Documents/2012/INME2011_3ciclo%20(2).pdf).
- Feijão, F. (2012b). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2011. Ensino Secundário: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Documents/2012/INME2011_secundario.pdf.
- Feijão, F. (2009). *Estudo sobre os Consumos de Álcool, Tabaco e Drogas, Portugal - 2007. Relatório Preliminar* <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. & Lavado, E. (2002a). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2001. 3.º Ciclo do Ensino Básico: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. & Lavado, E. (2002b). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2001. Ensino Secundário: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. & Lavado, E. (2006). *Os Adolescentes e a Droga - Portugal 2003* <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>

- Feijão, F., Lavado, E. & Calado, V. (2012). *Estudo sobre os Consumos de Álcool, Tabaco e Drogas, Portugal 2011*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Paginas/EstudosConcluidos.aspx>
- Fernandes, L.; Silva, M. (2009). *O que a Droga Fez à Prisão. Um Percurso a Partir das Terapias de Substituição Opiácea*. Lisboa: IDT, I. P..
- Hibell, B., Andersson B., Bjarnason T., Kokkevi A., Morgan M. & Narusk A. (1997). *The 1995 ESPAD Report. Alcohol and Other Drug Use Among Students in 26 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.
- Hibell, B., Andersson B., Ahlström S., Balakireva O., Bjarnason T., Kokkevi A. & Morgan M. (2000). *The 1999 ESPAD Report. Alcohol and Other Drug Use Among Students in 30 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.
- Hibell, B., Andersson B., Bjarnason T., Ahlström S., Balakireva O., Kokkevi A. & Morgan M. (2004). *The ESPAD Report 2003. Alcohol and Other Drug Use Among Students in 35 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.
- Hibell, B., Guttormsson U., Ahlström S., Balakireva O., Bjarnason T., Kokkevi A. & Kraus L. (2009). *The 2007 ESPAD Report. Substance Use Among Students in 35 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.
- Hibell, B., Andersson B., Bjarnason T., Kokkevi A., Morgan M. & Narusk A. (2012). *The 2011 ESPAD Report. Alcohol and Other Drug Use Among Students in 26 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.
- Houwing, S., Bernhoft, I., Van der Linden, T., et al. (2011). *Prevalence of alcohol and other psychoactive substances in drivers in general traffic. Parte I General results*. Netherlands: SWOV.
- Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. (2011). *Unidades de Desabituação Públicas 2010. Grupo de Trabalho Harmonização da Recolha de Dados nas Unidades de Desabituação Públicas*. http://www.idt.pt/PT/Estatistica/Documents/ReducaoProcuraConsumos/Relatório_UD_2010.pdf.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Censos 2011 – Resultados Provisórios*. Lisboa: INE, IP.
- Isalberti, C.; Bernhoft, I.; Houwing, S., et al. (2011) – *Prevalence of alcohol and other psychoactive substance in injured and killed drivers*. Belgium: UGent.

- Matos, M., Simões C., Carvalhosa S., Reis C. (2000). *Aventura Social & Saúde. A Saúde dos Adolescentes Portugueses. Estudo Nacional da Rede Europeia HBSC/OMS (1998)*. Lisboa: FMH/PEPT - Saúde.
- Matos, M. & Equipa do Projecto Aventura Social e Saúde (2003). *A Saúde dos Adolescentes Portugueses (Quatro Anos Depois)*. Lisboa: FMH.
- Matos, M., Simões C., Gaspar T., Tomé G., Ferreira M., Linhares F., Diniz J. & Equipa do Projecto Aventura Social (2006). *Aventura Social & Saúde. Consumo de Substâncias nos Adolescentes Portugueses: Relatório Preliminar*. http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial/pdf/Relatorio_Preliminar_IDT_2006.pdf
- Matos, M. & Equipa do Projecto Aventura Social e Saúde (2010). *A Saúde dos Adolescentes Portugueses Relatório do Estudo HBSC 2010*. Lisboa: FMH.
- Negreiros, J., Magalhães, A. (2009). *Estimativas da Prevalência do Consumo Problemático de Drogas. Portugal 2005*. Lisboa: IDT, I. P..
- Polícia Judiciária (2009). *Combate ao Tráfico de Estupefacientes em Portugal: 2008. Relatório Anual Estatística - TCD*. Lisboa: PJ.
- Torres, A., Cruz, R., Maciel, D., Sousa, I. (2009). *Drogas e Prisões: Portugal 2001-2007*. Lisboa: IDT, I. P..

SINAIS CONVENCIONAIS

..	Resultado nulo
...	Segredo estatístico
—	Dados não disponíveis
•	Total não correspondente à soma das parcelas indicadas
Desc.	Desconhecido
Estr.	Estrangeiro
F	Sexo feminino
M	Sexo masculino
MF	Sexos masculino e feminino
Nac.	Nacional
Traf.-Cons.	Traficante-Consumidor

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

2C-B	• 4-Bromo-2,5-dimetoxifenetilamina
ADR	• Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação
ANF	• Associação Nacional de Farmácias
APDES	• Agência Piaget para o Desenvolvimento
ARS	• Administração Regional de Saúde
AWF	• <i>Analysis Work Files EUROPOL</i>
CAD	• Centro de Aconselhamento e Detecção Precoce da Infecção de VIH-SIDA
CAT	• Centro de Atendimento a Toxicodependentes
CD	• Centro de Dia
CDP	• Centros de Diagnóstico Pneumológico
CDT	• Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência
CID	• Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
CIES	• Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
CNsida	• Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA
CRI	• Centro de Respostas Integradas
CS	• Centros de Saúde
CT	• Comunidade Terapêutica
CTCICDT	• Comissão Técnica do Conselho Interministerial do Combate à Droga e à Toxicodependência
DGAIEC	• Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
DGES	• Direcção Geral do Ensino Superior
DGIDC	• Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
DGPRM	• Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DGRS	• Direcção Geral de Reinserção Social
DGPE	• Direcção Geral de Política Externa
DGS	• Direcção Geral de Saúde
DGSP	• Direcção Geral dos Serviços Prisionais
DGSS	• Direcção Geral da Segurança Social
DMFRI	• Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais
DMT	• Dimetilriptamina
DR	• Delegação Regional
DRA	• Delegação Regional do Alentejo
DRAL	• Delegação Regional do Algarve
DRC	• Direcção Regional de Centro
DRLVT	• Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

ECATD	• Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Droga
EDDRA	• Exchange on Drug Demand Reduction Action
ENIPSA	• <i>Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem-abrigo: prevenção, intervenção e acompanhamento</i>
EP	• Estabelecimento Prisional
EPR	• Estabelecimento Prisional Regional
ESPAD	• <i>European School Project on Alcohol and other Drugs</i>
ET	• Equipas de Tratamento
EUA	• Estados Unidos da América
EURÍDICE	• <i>European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment</i>
EUROJUST	• <i>European Union's Judicial Cooperation Unit</i>
EUROPOL	• <i>European Law Enforcement Organisation</i>
FESAT	• <i>European Foundation of Drug Helplines</i>
GAD	• Gabinete de Apoio à Dissuasão
GCPCTFA	• Grupo Coordenador do Programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo
GHB	• <i>Ácido gama-hidroxibutírico</i>
GHD	• Grupo Horizontal Drogas
GNR	• Guarda Nacional Republicana
GSJ	• Gabinetes de Saúde Juvenil
HBSC/OMS	• <i>Health Behaviour in School-age Children</i>
IDT, I.P.	• Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.
IEFP, I.P.	• Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.
INE, I. P.	• Instituto Nacional de Estatística, I. P.
INML, I. P.	• Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.
INME	• Inquérito Nacional em Meio Escolar
INPG	• Inquérito Nacional ao consumo de substâncias psicoactivas na População Geral
INSA, I.P.	• Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.
INTERPOL	• <i>International Criminal Police Organization</i>
IPJ, I.P.	• Instituto Português da Juventude, I. P.
ISS, I.P.	• Instituto de Segurança Social, I. P.
KLOTHO	• Programa de Identificação Precoce da Infecção VIH e Prevenção direccionado a Utilizadores de Drogas
LAFTM	• Laboratório de Análise Fármaco-Toxicológicas da Marinha
LSD	• Dietilamida do Ácido Lisérgico
mCPP	• 1-3-clorofenil-piperazina
MDA	• Metilenedioxianfetamina

MDMA	• Metilenedioximetanfetamina
ME	• Ministério da Educação
MIR	• Modelo de Intervenção em Reinserção
MJ	• Ministério da Justiça
MNE	• Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	• Ministério da Saúde
NAT	• Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes
NE	• Núcleo de Estatística
NEI	• Núcleo de Estudos e Investigação
NPISA	• Núcleo de Planeamento e Intervenção para os Sem-Abrigo
NU	• Nações Unidas
NUTS	• Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OEDT	• Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OMA	• Organização Mundial das Alfândegas
ONG	• Organização Não Governamental
ONU	• Organização das Nações Unidas
PA	• Portador Assintomático
PA	• Plano de Actividades
PALOP	• Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIAC	• Projecto Integrado de Apoio à Comunidade
PIAM	• Projecto Integrado de Atendimento Materno
PIF	• Programa de Intervenção Focalizada
PJ	• Polícia Judiciária
PORI	• Plano Operacional de Respostas Integradas
PRI	• Programa de Respostas Integradas
PSO – BLE	• Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência
PSP	• Polícia de Segurança Pública
PTAO	• Programa Terapêutico com Agonistas Opiáceos
PVE	• Programa Vida-Emprego
QUAR	• Quadro de Avaliação e Responsabilização
RRMD	• Redução de Riscos e Minimização de Danos
RC	• Registo Central
RSI	• Rendimento Social de Inserção
SC	• Serviços Centrais
SCIC	• Secção Central de Informação Criminal
SCML	• Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SEF	• Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

SENAD	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Nacional de Política sobre Drogas
SIDA	<ul style="list-style-type: none">• Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIED	<ul style="list-style-type: none">• Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIIC	<ul style="list-style-type: none">• Sistema Integrado de Informação Criminal
SIM	<ul style="list-style-type: none">• Sistema de Informação Multidisciplinar
SIS	<ul style="list-style-type: none">• Serviço de Informações de Segurança
SNIDT	<ul style="list-style-type: none">• Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências
SPA	<ul style="list-style-type: none">• Substâncias psicoativas
TIC	<ul style="list-style-type: none">• Tecnologias da Informação e Comunicação
UA	<ul style="list-style-type: none">• Unidade de Alcoologia
UCIC	<ul style="list-style-type: none">• Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta
UCAT	<ul style="list-style-type: none">• Unidade de Combate Anti-Terrorismo
UD	<ul style="list-style-type: none">• Unidade de Desabilitação
UE	<ul style="list-style-type: none">• União Europeia
UNCTE	<ul style="list-style-type: none">• Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes
UNL	<ul style="list-style-type: none">• Universidade Nova de Lisboa
UNODC	<ul style="list-style-type: none">• <i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
UP	<ul style="list-style-type: none">• Universidade do Porto
UTITA	<ul style="list-style-type: none">• Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependência e Alcoolismo
VIH	<ul style="list-style-type: none">• Vírus de Imunodeficiência Humana

DEFINIÇÃO DE TERMOS

Por **apreensão** entende-se a ação que é levada a cabo por órgãos com responsabilidades na prevenção e investigação criminal das atividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com exceção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11, em que é detetada qualquer das substâncias compreendidas nas Tabelas anexas a este DL.

Por **caso sintomático não-SIDA**, entende-se a notificação do caso diagnosticado com a infeção do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), incluído no Grupo III (Linfoadenopatia Persistente Generalizada) e Grupo IV (IVa, IVc2, IVe) da classificação dos Centers for Disease Control, para fins de vigilância epidemiológica.

Por **caso de SIDA** entende-se a notificação do caso diagnosticado com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), obedecendo aos critérios da Organização Mundial de Saúde/Centers for Disease Control.

Por **circunstância agravante** entende-se o facto referente ao arguido, que é ponderado de forma penalizante na determinação da medida da pena a aplicar.

Por **circunstância atenuante** entende-se o facto referente ao arguido, que é ponderado de forma desculpabilizante na determinação da medida da pena a aplicar.

Por **cúmulo jurídico** entende-se a pena única aplicada pelo Tribunal como penalização conjunta por dois ou mais crimes praticados.

Por **indivíduo acusado** entende-se o indivíduo constante nos processos “findos” e levado a Tribunal por atividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com exceção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **indivíduo condenado** entende-se o indivíduo constante nos processos “findos”, julgado e com pena condenatória, por atividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com exceção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **novo utente (utente em primeira consulta)** entende-se o utente que tem pela primeira vez um acto terapêutico numa estrutura da rede pública de tratamento da toxicodependência, e para o qual é preenchido um processo individual de utente.

Por **polidrogas** entendem-se as ocorrências de posse de mais do que um tipo de droga.

Por **portador assintomático**, entende-se o caso diagnosticado com a infeção do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e num estadio da infeção em que ainda não apresenta sintomas.

Por **presumível infrator** entende-se o indivíduo que foi identificado ou detido por elementos das forças policiais por atividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com exceção das tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **prevalência de consumo** entende-se taxa de consumo que informa de toda e qualquer experiência de consumo em determinado período, independentemente do modo, quantidade e frequência dos consumos.

Por **processo “findo”** entende-se o processo objeto de uma decisão judicial, em que já não é possível haver recurso.

Por **processo de contraordenação** entende-se o processo instaurado pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, a um indivíduo identificado como consumidor pelas autoridades competentes, ao abrigo da Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **quantidade significativa** entende-se no caso da heroína e cocaína as quantidades superiores a 100 g e no caso da cannabis as superiores a 1000 g, de acordo com os critérios utilizados pela Organização das Nações Unidas. No caso do ecstasy e de acordo com o critério utilizado pela Polícia Judiciária, foram consideradas como mais significativas, as apreensões envolvendo quantidades superiores a 250 comprimidos.

Por **sanção** entende-se a decisão punitiva (pecuniária e/ou não pecuniária) proferida pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, no âmbito das contraordenações por consumo de drogas.

Por **sentença** entende-se a decisão final do Tribunal relativa a um indivíduo envolvido num processo crime.

Por **tipo de droga** entende-se todas as unidades/modalidades de uma mesma droga.

Por **utente em tratamento no ano**, entende-se o utente que recorreu às unidades de consulta na rede pública, pelo menos uma vez no ano.